

Revista ALPHA

Revista do Centro Universitário de Patos de Minas

UNIPAM | Centro Universitário de Patos de Minas

Reitor do UNIPAM
Milton Roberto de Castro Teixeira

Pró-reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão
Fagner Oliveira de Deus

Pró-reitor de Planejamento, Administração e Finanças
Renato Borges Fernandes

Coordenadora de Extensão
Adriana de Lanna Malta Tredezini

Coordenador do Núcleo de Editoria e Publicações
Luís André Nepomuceno

A **Revista ALPHA** é uma publicação anual dos cursos de História, Pedagogia e Letras, do Centro Universitário de Patos de Minas. Coordenador dos cursos de Pedagogia e História: Marcos Antônio Caixeta Rassi. Coordenadora do curso de Letras: Mônica Soares de Araújo Guimarães.

Impressão e acabamento
Grafipres: (34) 3822-1166

Capa
John William Waterhouse (1849-1917), *The lady of Shalott* (detalhe).
Tate Britain Gallery. OSL. 153 x 200 cm. 1888.

R454r Revista ALPHA / Centro Universitário de Patos de Minas. –
Ano 14, n. 14 (nov. 2013). -- Patos de Minas : UNIPAM, 2013.

Anual.

ISSN 1518-6792

1. Cultura, Periódicos. I. Centro Universitário de Patos de Minas.

CDD: 056.9

Bibliotecária responsável: Carolina Simões Barbosa CRB6-2110

Centro Universitário de Patos de Minas

Rua Major Gote, 808 – Caiçaras
38702-054 Patos de Minas-MG Brasil
Telefax: (34) 3823-0300 web: www.unipam.edu.br

NEP | Núcleo de Editoria e Publicações

Telefone: (34) 3823-0341
consulte a página do NEP: <http://nep.unipam.edu.br>

Revista ALPHA

Revista do Centro Universitário de Patos de Minas



ISSN 1518-6792

ano 14 – n.º 14 – novembro de 2013

Patos de Minas: Revista Alpha, UNIPAM, (14):1-213, 2013



Centro Universitário de Patos de Minas

Revista ALPHA

Revista do Centro Universitário de Patos de Minas

<http://alpha.unipam.edu.br>

e-mail: revistaalpha@unipam.edu.br

Editor

Luís André Nepomuceno

Conselho Editorial Interno

Agenor Gonzaga dos Santos

Helânia Cunha de Sousa Cardoso

Luís André Nepomuceno

Conselho Consultivo

Alckmar Luiz dos Santos (Universidade Federal de Santa Catarina)

Ana Margarida Dias Martins (University of Cambridge)

Betina Ribeiro Rodrigues da Cunha (Universidade Federal de Uberlândia)

Carlos Henrique de Carvalho (Universidade Federal de Uberlândia)

Dermeval Saviani (Universidade de Campinas)

Divino José da Silva (UNESP/ Presidente Prudente)

Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura (Universidade de São Paulo)

Helena Maria Ferreira (Universidade Federal de Lavras)

Hugo Mari (Pontifícia Universidade Católica/ Minas Gerais)

Jorge Megid Neto (Universidade de Campinas)

Jorge Ruedas de la Serna (Universidad Nacional Autónoma de México)

Justino Pereira de Magalhães (Universidade de Lisboa, Portugal)

Lorenzo Teixeira Vitral (Universidade Federal de Minas Gerais)

Luciano Marcos Curi (Instituto Federal do Triângulo Mineiro/ Campus Ituiutaba)

Manuel Cadafaz de Matos (Centro de Estudos de História do Livro e da Edição, Portugal)

Maria Beatriz Nascimento Decat (Universidade Federal de Minas Gerais)

Maria Violante Carraço F. C. Pereira Magalhães (Universidade de Lisboa, Portugal)

Perciliana Pena (Fundação Dracense de Educação e Cultura/ Faculdades de Dracena)

Rita Marnoto (Universidade de Coimbra)

Rosa Maria Ferreira (Patrimônio Histórico, Prefeitura de Patos de Minas)

Selva Fonseca Guimarães (Universidade Federal de Uberlândia)

Sueli Maria Coelho (Universidade Federal de Minas Gerais)

Walquiria Wey (Universidad Nacional Autónoma de México)

Wenceslau Gonçalves Neto (Universidade Federal de Uberlândia)

Revisão

Elizene Sebastiana de Oliveira Nunes

Bibliotecária responsável

Carolina Simões Barbosa (UNIPAM)

Sumário

[Estudos literários]

- 9 • A literatura nacional do Machado de Assis escritor e crítico literário
Bruna Pereira Caixeta
- 18 • No rumo(r) do rio: notas de leitura de *Maleita*, de Lúcio Cardoso
Carlos Roberto da Silva
- 27 • Beyond Lowell: Elizabeth Bishop's "The Armadillo," Fire Balloons, and the Threat to a Home in Brasil
Elizabeth Neely
- 36 • Os espaços da memória: seguindo os rastros e reminiscências de Helena Morley e Maria Helena Cardoso
Luciana Brandão Leal
- 46 • "Barbas compridas, & corpos de ferro": Fernão Mendes Pinto e o império português no Oriente
Luís André Nepomuceno
- 63 • No VII centenário do nascimento de Boccaccio (1313-1375)
Manuel Cadafaz de Matos

[Estudos linguísticos]

- 103 • Variáveis envolvidas no processo educacional: uma breve reflexão
Daniel Mateus O'Connell
- 112 • Dificuldades fonéticas de crianças de 2 a 7: sistematicidade ou assistematicidade?
Djiby Mané
- 129 • Um estudo de regência verbal: o caso do verbo *comunicar* em atas parlamentares dos municípios de Patos de Minas e Lagoa Formosa
Elizene Sebastiana de Oliveira Nunes

[Estudos históricos e filosóficos]

- 145 • Grupo Gruta e suas contribuições para a história do teatro na Cidade do Milho
Cristina Matos Silva e Dias

163 • Três modelos de racionalismo
Ricardo da Silva Vieira

175 • A crônica dos primeiros anos de militância de Neno Vasco em Coimbra
Thiago Lemos Silva

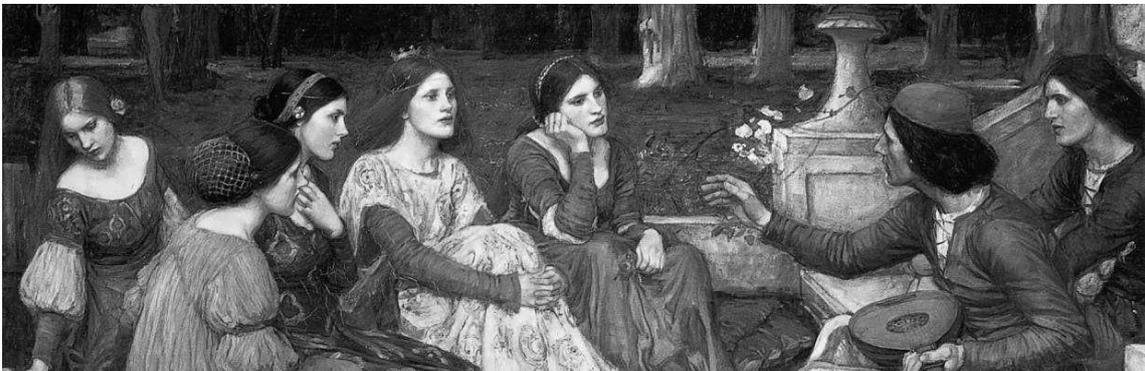
[Criações]

195 • Camões a palo seco
Joaquim Branco

199 • A casa do Major Jerônimo Dias Maciel
Rosa Maria Ferreira da Silva

[Resenhas]

207 • Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva
Denise dos Santos Gonçalves



John William Waterhouse (1849-1917), *A tale from the Decameron* (detalhe).
Lady Lever Art Gallery. OSL. 102 x 159 cm. 1916.

Estudos Literários

A literatura nacional do Machado de Assis escritor e crítico literário

Bruna Pereira Caixeta

Mestranda em Teoria e História Literária pela UNICAMP.

e-mail: brunapcaixeta@gmail.com

Resumo: O presente artigo pretende mostrar que as funções de escritor e de crítico de textos literários em Machado de Assis não ocorreram sempre separadas. A hipótese é que Machado, ao escrever seus romances e contos, consciente, estava assumindo a postura de escritor-crítico, e, posteriormente na maturidade, escritor-mentor do que se pode considerar a nova literatura brasileira. Ele proporia uma literatura com laivos nacionais, realistas e românticos, sem qualquer estilo preestabelecido por essas escolas e buscaria nos seus célebres motes, como o conflito entre essência e aparência, confirmar seu projeto. Por meio da comparação entre as críticas apresentadas nos seus dois ensaios “Instinto de Nacionalidade” (1873) e “Eça de Queirós: o Primo Basílio” (1878), com seus dois contos “Teoria do Medalhão” e “O segredo do Bonzo”, objetiva-se perceber essas concepções.

Palavras-chave: Machado de Assis; Realismo; Romantismo; conto; ensaio.

Abstract: This article aims to show that the functions of writer and literary critic in Machado de Assis were not always separated. The hypothesis is that Machado, in writing his novels and short stories, was consciously assuming the position of writer-critic, and later, in his maturity, writer-mentor of what could be considered the new Brazilian literature. He sought to promote a literature with national, realistic and romantic aspects, without regard to any preset style imposed by literary fashion, and also, he used his well-known themes such as the conflict between essence and appearance to confirm your project. By means of the comparison between the criticisms presented in his two essays "Instinto de Nacionalidade" (1873) and "Eça de Queirós: o Primo Basílio" (1878), with his two short stories "Teoria do Medalhão" and "O segredo do Bonzo", these contentions will be supported.

Keywords: Machado de Assis; Realism; Romanticism; short-story; essay

Dois ensaios críticos de Machado de Assis sobre literatura, o “Instinto de nacionalidade” (1873) e “Eça de Queirós: O Primo Basílio” (1878), parecem indispensáveis para a formulação de leituras das suas obras, sobretudo das obras em prosa. Em ambos os ensaios, Machado critica posturas literárias comuns de seu tempo e lança luzes, ainda que não de forma declaradamente intencional, sobre os rumos que a literatura brasileira deveria assumir ou intentar atingir; entre eles figura,

além de outros, o abandono da ideia de que o espírito nacional e a independência ao estilo europeu só seriam prováveis por meio de obras descritivas que buscassem a “cor local”, os costumes e os tipos do país; e, também, a abdicação à concepção de que a literatura realista deveria ser serva das descrições do aspecto mais animalesco de indivíduos. Através de análises como essas, idealmente lidas e pensadas em confronto com os seus romances e contos produzidos no mesmo período dos ensaios, isto é, de 1870 a 1880, é possível conjecturar quais seriam as intenções estéticas do escritor carioca, ou seja, qual era o produto que advinha da relação entre o que julgava falhas e o que apresentava como contraponto delas nos seus textos literários e críticos.

A partir da apresentação das falhas apontadas por Machado e das posturas e opiniões presentes nos seus romances e contos – aqui especialmente aproveitadas as abordadas pelos contos “Teoria do Medalhão” e “O segredo do Bonzo”, ambos da obra *Papéis Avulsos* (1882) –, o presente estudo buscará neste exercício de comparação do Machado crítico com o Machado escritor de textos literários - desempenhos que não se considerarão tão distintos -, mostrar que alguns dos assuntos capitais das obras, ditas de maturidade de Machado, como sobretudo a representação do embate entre essência e aparência, bem como a opção por eventos inverossímeis, coincidirão com o seu divórcio das escolas então em voga no século XIX, o Romantismo e o Realismo. Assim, também procurar-se-á deixar em evidência que o mestre carioca ao mesmo tempo em que buscava na crítica dos textos literários brasileiros a reformulação desses últimos, e aos poucos ia conseguindo percorrer esta reformulação na própria obra, criava uma história da literatura brasileira que, indubitavelmente, para seus críticos, tem marco definidor a obra dele, Machado de Assis.

1. Instinto de nacionalidade e Eça de Queirós: O Primo Basílio

Um pouco antes de dar início à publicação de seus romances, Machado publica, em 1873, no periódico *O Novo Mundo*, o ensaio “Instinto de nacionalidade”. Nele avalia a literatura brasileira do seu tempo, atestando a tendência geral entre os escritores de criar uma literatura brasileira independente da europeia. Para tanto, segundo observações de Machado, em geral os autores optavam pelos assuntos locais, ora elegendo o índio, ora as descrições da natureza como mote de composição - o que evidenciava, para o crítico carioca, uma opinião errônea, partilhada entre os seus contemporâneos, de que o espírito nacional somente estaria nas obras que abordassem esses assuntos. Com esta concepção, Machado nota que os gêneros textuais buscavam sempre a “cor local”, sobretudo o romance, gênero mais cultivado no Brasil no século XIX, o qual era constituído especialmente “pelos toques do sentimento, quadros da natureza e de costumes” (ASSIS, 1873, p. 4) Na sua análise do romance brasileiro, por fim, Machado de Assis ainda chamará atenção para a escassez do romance puramente de análise, de tendências políticas e de questões sociais.¹

¹ “Do romance puramente de análise, raríssimo exemplar temos, ou porque a nossa índole não nos chame para aí, ou porque seria esta casta de obras ainda incompatível com a nossa adolescência literária”. [...] Isento por este lado o romance brasileiro, não menos o está de tendências

No outro ensaio, “Eça de Queirós: O Primo Basílio”, publicado em 1878, no periódico *O Cruzeiro*, Machado expõe sua indisposição com a doutrina realista/naturalista adotada por Eça de Queirós em “O Primo Basílio”. Opondo-se veementemente às opções narrativas de Eça, Machado critica o que considera a reprodução fotográfica e servil das coisas mínimas e ignóbeis: a substituição do principal pelo acessório² e, sobretudo, se incomoda com a exclusiva retratação dos cálculos da sensualidade e a ausência do retrato de pessoas morais. O autor carioca, após comparar o romance do autor português com o *Eugénie Grandet* (1833) de Balzac, afirma que de forma alguma Eça plagiou os personagens do escritor francês. “Na Eugênia, há uma personalidade acentuada, uma figura moral, que por isso mesmo nos interessa e prende; a Luísa – força é dizê-lo – a Luísa é um caráter negativo, e no meio da ação ideada pelo autor, é antes um títere do que uma pessoa moral” (idem, p. 2). Em *O Primo Basílio*, segundo Machado, apenas deparamos com criaturas sem ocupação, sem sentimento, sem vontade nem consciência. Incomoda-o absurdamente “a pintura viva dos fatos viciosos” em detrimento de conflitos morais que essas situações provocariam nas pessoas. Sem deixar de mencionar o talento de Eça de Queirós para escrever, Machado arremata seu texto deixando claro que é adversário apenas das doutrinas do autor português.

Desses dois ensaios, bem como de seus romances, podem-se afirmar duas coisas em relação aos interesses de Machado: buscava uma literatura brasileira que não fosse exclusivamente retrato da “cor local” e não tanto alheia às crises sociais e filosóficas, bem como se oporia a criar personagens sem moral (ou seus conflitos), como caracterizara principalmente a protagonista Luísa, de *O Primo Basílio*. É o que se nota, não com tamanha dificuldade, já nos seus primeiros romances, ditos da primeira fase, especialmente nas protagonistas dos quatro romances: Lívia, de *Ressurreição* (1872), Guiomar, de *A mão e a luva* (1874), Helena, do homônimo *Helena* (1876) e Iaiá, do também homônimo *Iaiá Garcia* (1878). Logo, parece inegável afirmar, a partir dessas considerações, que Machado estava envolvido no empenho de construção de uma literatura nacional, muito embora seus meios para realizá-la diferissem de outros escritores da mesma época com iguais intenções.

Neste ponto é necessário também que se considere a relação de Machado com os escritores das escolas românticas e realistas, então em voga. Em relação aos realistas, já ficou evidente que o autor carioca era contrário à primazia das descrições de dados acessórios e de personagens altamente sensualizados e destituídos de consciência e moral; sem, no entanto, descartar de inteiro a escola, ressaltando a possibilidade de que “alguma coisa há no Realismo que pode ser colhido, em proveito da imaginação e da arte. Mas sair de um excesso [Romantismo] para cair em outro, não é regenerar na-

políticas, e geralmente de todas as questões sociais, – o que não digo por fazer elogio, nem ainda censura, mas unicamente para atestar o fato. Esta casta de obras conserva-se aqui no puro domínio de imaginação, desinteressada dos problemas do dia e do século, alheia às crises sociais e filosóficas. Seus principais elementos são, como disse, a pintura dos costumes, a luta das paixões, os quadros da natureza, alguma vez o estudo dos sentimentos e dos caracteres [...]” (idem, p. 4).

² “A ação transplantada dos caracteres e dos sentimentos para os incidentes, para o fortuito, eis o que me pareceu incongruente e contrário às leis da arte” (ASSIS, 1878, p. 6).

da; é trocar o agente de corrupção” (idem, p. 7). Quanto ao Romantismo, ainda que se não tenha um texto crítico em que Machado destaque o que classifica como os equívocos desta escola, algumas passagens dos seus textos em prosa valem por um texto crítico, na equivalência mesma que um narrador machadiano dos primeiros romances tinha com um Machado crítico literário. Uma delas é a das advertências que o narrador constantemente faz ao leitor ou às leitoras dos comportamentos excessivamente romanescos, como o de Estevão em *A mão e a luva*.³ O que parecia incomodar Machado no romantismo, conforme a mesma crítica dele ao realismo, eram os excessos, que ambos os estilos adotavam e os tornavam defeituosos na criação literária. Entretanto, esta censura aos dois estilos não impediu que Machado usasse um e outro nas suas composições. Todavia, fazendo uso de ferramentas românticas e também das realistas, ainda assim não pôde ser tomado como um romântico ou um realista propriamente. Aliás, é até desconfiável sua adoção dos estilos; a postura não deixa de suscitar a hipótese de que os estava utilizando principalmente a fim de criticar, dentro do texto literário de feição romanesca ou realista, os seus defeitos. A aposta aqui é de que Machado parecia muito consciente do uso das duas escolas, mas, em vez de se filiar inteiramente a elas, apropriava-se das suas características para, pedagogicamente, ensinar, ou mesmo mostrar aos seus leitores, sobretudo os escritores ou críticos contemporâneos, o que havia de errôneo estética e ideologicamente nessas escolas.

Contudo, é possível concluir que o mestre das letras cariocas, antes de desenvolver sua obra de maturidade que viria a ser o diferencial literário do que era produzido em fins do século XIX, fez uma espécie de revisão da literatura, por meio não só de publicação de ensaios críticos em revistas, como também de discussões, advertências e caracteres dos seus primeiros romances.

2. O diferencial da literatura brasileira e Machado em Papéis Avulsos

Hoje é quase unânime na crítica machadiana a opinião de que a partir do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) se inicia a fase dita de maturidade do escritor⁴. Além deste romance, é considerado o primeiro livro de contos da mesma fase madura de Machado, o *Papéis Avulsos*, publicado um ano depois do romance, em 1882. O que faz essas obras angariarem o título de “obras maduras”, estou convencida, é, entre outros distintivos, justamente o que Hélio Seixas (2004) nota ser o diferencial de *Brás Cubas* no relacionamento narrador-leitor: o abandono de qualquer função didática ou pedagógica para assumir uma função eminentemente estética. A partir de então, Machado não se interessa mais, pelo menos de forma tão incisiva, a apontar cami-

³ “Estevão era mais ou menos o mesmo homem de dous anos antes. [...] As mesmas quimeras tinha, e a mesma simpleza de coração; só não as mostrava nos versos que imprimiu em jornais acadêmicos, os quais eram todos repassados do mais puro byronismo, moda muito do tempo. Neles confessava o rapaz à cidade e ao mundo a profunda incredulidade do seu espírito” (ASSIS, 1962, p. 205).

⁴ Ver considerações como esta, por exemplo, em CANDIDO, 2007, p. 681.

nhos para a construção de romances, mas chega ao produto final, que seria um texto em prosa com todas as qualidades lançadas pelas suas análises críticas, o qual não seria divorciado completamente das duas escolas, mas também teria outra forma narrativa e teria outras preferências temáticas.

Memórias póstumas e *Papéis Avulsos* serão o início da consolidação desses temas e estilos que perenemente ficarão conhecidos por “machadianos”, e que conhecerão desenvolvimento máximo nas obras finais, tais como nos romances *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908), e no livro de contos *Várias Histórias* (1896). Entre as temáticas e estilos característicos do escritor carioca, afora as já célebres ironias e sátiras da sua prosa, a partir da década de 80 estarão os enredos cada vez mais inverossímeis,⁵ e presente a alternativa de relativizar conceitos e assuntos geralmente tomados de maneira irrefutável pelas ideologias românticas e realistas⁶.

Também, e sobretudo, surgirá o tema da aparência *versus* essência, o qual seria mais do que o responsável pela queda das máscaras sociais: representaria um viés encontrado por Machado, escritor avigorando uma literatura brasileira singular, para desvincular-se das escolas românticas e realistas, uma vez que, propondo o embate entre essência e aparência, ele punha à vista as ilusões românticas, como, à prova, os relatos fiéis à realidade. Dito de outra forma, ele estaria estabelecendo a seguinte questão: se a realidade, na verdade, é pautada nas aparências, a descrição somente do exterior (das relações, do meio) captará a aparência e não a essência, portanto, não será realista, ainda que exista um esforço de caráter científico para apreensão e estudo da realidade. Assim, inevitavelmente, realistas e naturalistas seriam vítimas dos relatos em falso. E ainda, se a narrativa capta a aparência, os ideais de felicidade, vida familiar e vida social são mostradas como grandes ilusões e construções falsas das verdadeiras e leais relações, portanto, nada tinham de ideais; dessa forma, não poderiam ser tomadas como caminhos ao ideal, da maneira como apregoavam os românticos. Tais formulações desembocam na seguinte questão: o que, então, seria a realidade e o ideal? Machado não se proporá a resolver esta questão, optará por ficar no jogo de mostrar o que lhe afigura aparente e o que se aproxima, ou é a essência. Desta forma procedendo, muitas vezes colocará nos enredos o que é contraditório e relativo, de forma a nunca solucionar uma questão, e também a nunca posicionar-se ou do lado dos românticos ou do lado dos realistas. Esta saída de Machado, como será constatada pelos contos analisados, do ponto de vista dos seus narradores, seria estar cada vez mais entendido das manhas das relações sociais e obediente a elas para os momentos de necessidade, mas, ainda assim, não de todo conformado com a lógica social, opondo sempre a ela certa esquiva da vida pública;⁷ do ponto de vista do autor, seria aproximar-se de uma

⁵ Lembre-se, por exemplo, a ideia de criar um narrador defunto, em *Brás Cubas* e a ressurreição de Alcibíades, no século XIX, enredo do conto “Uma visita de Alcibíades”.

⁶ Um exemplo corriqueiro para este caso poderia ser o da destituição da razão absoluta confiada à ciência, tema encontrado em “O alienista”.

⁷ Aqui se lembre, por exemplo, o narrador-personagem Aires, dos dois últimos romances de Machado de Assis (*Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires*). Aires é um diplomata, portanto um homem público, bastante entendido e informado sobre as discussões de palanques e os problemas so-

literatura nacional diferente: sem excessos, não tanto monotemática e nem um pouco categórica nos seus assuntos e concepções.

3. “Teoria do Medalhão” e “O segredo do Bonzo”

O primeiro dos contos a ser analisado é “Teoria do Medalhão”. Um pai, na noite de maioridade do filho, em conversa sobre profissão, demonstra seu desejo que o filho se faça “grande e ilustre, ou pelo menos notável, que levante acima da obscuridade comum” (ASSIS, 2004, p. 288). O que inicialmente passa a impressão de um diálogo típico entre pai e filho de família burguês, logo muda de figura com o conselho do pai ao filho sobre a melhor profissão a ser obtida “para a hipótese de que os outros falhem, ou não indenizem suficientemente o esforço da ambição” (ASSIS, 2004, p. 289). O pai aconselha a profissão de medalhão, um cargo fictício cunhado por Machado que viria representar exclusivamente um conjunto de comportamentos sociais que deveriam ser aparentados em público. A profissão de medalhão é uma antítese de qualquer outra profissão, pois ela não exige habilidade técnica alguma, apenas o domínio de certas condutas sociais típicas, as quais se assemelham àquelas dos frequentadores frívolos de saraus, tais como ausência de opinião, reflexão e originalidade, falsa simpatia e ambição pelo reconhecimento público (metonimicamente, a medalha). Curioso é que o pai dá tanta relevância para a profissão de medalhão que, ao final da leitura do conto, o leitor termina com a impressão de que a profissão de medalhão é mais importante de ser obtida do que qualquer outra e, portanto, não seria apenas uma alternativa para o caso de uma “não indenização suficiente para o esforço da ambição”.

O conto é uma referência para se pensar no mote machadiano do escape ao sentido público. Há certa mofa atribuída ao momento tão solenemente assumido pelos membros de uma sociedade burguesa na escolha de uma profissão. Ao contrário de um pai indicar os ofícios de médico ou advogado, comuns e glorificados na época, sugere a de medalhão, que nada tem do *status* de nobreza dessas, mas angariaria o mesmo ambicionado reconhecimento público. No entanto, mesmo que haja uma ironia no fato de escolher um ofício que só aparenta fazer, e nada faz, por outro que de fato faz algo, e que esta ironia seja direcionada às relações sociais burguesas, não deixa também de indicar uma maneira de melhor se conformar a ela. Este jogo de filiação e não filiação à realidade burguesa, como já comentado anteriormente, será característico na literatura de Machado a partir dos anos 80.

Em “O Segredo do Bonzo”, depararemos com outra doutrinação, desta vez a de um ancião de 108 anos, de nome Pomada, em relação ao narrador e seu companheiro Diogo Meireles. Em visita à cidade de Fuchéu, capital de um tal reino de Bungo, o nar-

ciais, porém, este diplomata, além de já aposentado e, conseqüentemente, como esperado, afastado da cena pública, mostrava-se esvaziado do sentido público; sempre que se propunha discursar sobre política, por exemplo, o fazia apenas como motivo para falar de outros assuntos não tão característicos da vida pública, como a sugestão de interpretação de um poema ou a percepção das atitudes de Fidélia. Assim, permanecia a impressão de que cada vez menos estava interessado em questões de ordem pública.

rador impressiona-se com o louvor e a crença do povo em doutrinas as mais absurdas, divulgadas por certos homens. Um tal Patimau, por exemplo, convenceu a multidão de que a origem dos grilos advinha do ar e das folhas de coqueiro, na conjunção da lua nova. Outro homem, Languru, por sua vez, persuadiu muitos de que descobrira o princípio da vida futura para quando a Terra houvesse de ser inteiramente destruída: seríamos salvos por certa gota de sangue de vaca; “daí provinha a excelência da vaca para habitação das almas humanas” (idem, p. 324). Esses dois homens, como será entendido pelos visitantes, divulgavam suas teorias com a intenção de dar glória ao reino de Bungo e “receber a estimacão que os bons filhos merecem” (idem). Convencidos pela doutrina (o segredo do Bonzo, aqui “bonzo” como sinônimo de hipócrita) de Pomada de que “não há espetáculo sem espectador”, os homens, bem como os visitantes de Funchéu testam em público sua teoria. Diogo Meireles, por exemplo, provará que ela faz sentido ao propor uma solução para o inchaço de narizes que havia no povoado. Diante da resistência dos habitantes de Bungo de ter seus narizes enfermos extraídos, Diogo convence-os de que iria substituir o nariz enfermo por um são, mas “de pura natureza metafísica, isto é, inacessível aos sentidos humanos, e, contudo tão verdadeiro ou ainda mais que o cortado” (idem). Todos acreditam e Diogo passa a ser aclamado no povoado.

O conto trata de duas questões centrais: uma, a da ciência baseada na crença e fé do cientista e do povo, mais que nas provas científicas concretas, e outra, na ideia de que uma opinião, conhecimento ou sabedoria só têm valor se honrada por uma plateia. Novamente é exposta uma amostragem das vantagens do reconhecimento público de forma ironizada. Este reconhecimento público advém de teorias absurdas, apenas convincentes. Não há uma ciência de fato; há uma ciência da opinião. Machado, outra vez, comprova que o reconhecimento existe, como condição das leis sociais, mas mostra que ele se dá por algo (no caso a ciência) ilusório ou falso, que mais forte se afigura na aparência do que na essência. A ironia ao reconhecimento público, por meio de profissões caducas, é de novo uma forma de afastamento do sentido público.

Nesta orientação que as leituras dos dois contos seguiram e que mostram narradores teorizando sobre formas de inserção e melhores condutas sociais, mas fazendo isso a partir de meios caducos, a resultar em uma ironia a essas relações, poderíamos afirmar que ainda que existam “ensinamentos” em narrativas que lidam diretamente com os temas da essência e aparência associados ao reconhecimento público, os narradores machadianos não parecem sugerir uma conformidade com o aparente dessas relações, eles vão apenas até o ato de ironizá-las. Dito desta forma, a opinião de Alfredo Bosi de que o olhar machadiano se detém “na fatal capitulação do sujeito à Aparência dominante” (BOSI, 2000, p. 84) torna-se improvável, uma vez que, pelas análises, não há a conformidade às leis sociais, e toda tentativa de obedecer a ela, ou acaba no ridículo, e motivo de laivos de escárnio, como é o caso do personagem de “O Espelho”, que só se realiza olhando seu reflexo vestido de farda, ou é irrealizada, como representam as várias mortes de protagonistas, entre elas Helena, do romance de 1876. Todavia, ainda que como afirma Schwarz: “favor, cooptação, sutilezas de conformidade e da obediência substituem, no miolo do romance, o antagonismo próprio à ideologia do individualismo liberal” (SCHWARZ, 2000a, p. 94), a narrativa de maturidade de Machado terá como tônica marcante o que o mesmo Schwarz assinalou como elemento essen-

cial em *Brás Cubas*, a “volubilidade”,⁸ que pode ser aqui tomada pelo jogo de revelar as artimanhas sociais e ao mesmo tempo almejar estar longe delas, na posição mesma que o irônico e crítico têm diante dos fatos sociais.

Logo, por fim, vê-se que Machado, mesmo que tenha abandonado a postura predominantemente pedagógica das primeiras narrativas, não renunciou a sua função de crítico e autor preocupado com a configuração que a literatura brasileira então em formação deveria e poderia assumir, configuração esta não presa a vícios de escolas e mais afeita às análises e verdadeira na abordagem dos aspectos sociais e políticos do país. Procurou-se mostrar que Machado tinha interesse em fugir dos lugares comuns das escolas e uma maneira encontrada pode ter sido, por exemplo, a sua opção pelo tema da essência *versus* aparência.

Mas, muito além desta sua medida de crítico literário, Machado, apropriando-se deste mote temático, simultaneamente levantava questionamentos sobre as relações sociais. Ainda que nos seus textos Machado jogasse com a filiação e não filiação às leis que regem a sociedade, ele não deixou de tratar das questões problemáticas ao Brasil, enquanto nação, e à sociedade brasileira de meados do século XIX. Ironizando comportamentos e medidas políticas nacionais, inevitavelmente direcionava o pensamento dos seus leitores mais atentos às questões atuais aos brasileiros oitocentistas. É o que se intentou fazer notório por meio dos contos escolhidos, sobretudo em relação à lógica cínica de tratamento burguesa aos assuntos sociais. Há o aconselhamento (de narradores) à melhor forma de inserção social, mas a ironia à forma como é feita (através da hipocrisia, de opiniões falsas sobre determinada coisa) resguarda certo distanciamento em relação a essas leis sociais e de vê-las outras.

Portanto, é plausível afirmar que temos um Machado que, ao contrário do que afirmou Abel Barros (2003), ao mesmo tempo em que fazia uma reflexão sobre a literatura brasileira fazia uma reflexão sobre o Brasil. Machado, ao escrever seus romances e contos, estava assumindo a postura de escritor-crítico, e posteriormente, na maturidade, escritor-mentor do que se pode considerar a nova literatura brasileira, com laivos nacionais, realistas e românticos, mas não com nenhum estilo preestabelecido por elas. Por último, é preciso advertir que não foi intenção deste trabalho afirmar que a literatura machadiana apenas se constitui deste viés de crítica literária e nacional e, portanto, como uma literatura mais militante. O objetivo foi mesmo destacar que existiu esse aspecto, e que, graças à iniciativa do escritor carioca de rever e criticar o que havia sido produzido até então, originaram o que viriam a ser as mais marcantes obras da literatura brasileira e as mais influentes para a geração seguinte de escritores: as obras de Machado de Assis.

⁸ “Digamos então que no curso de sua afirmação a versatilidade do narrador faz pouco de todos os conteúdos e formas que aparecem nas *Memórias*, e os subordina, o que lhe proporciona uma espécie de fruição. Neste sentido a volubilidade é, como propusemos no início destas páginas, o princípio formal do livro” (SCHWARZ, 2000b, p. 31).

Referências

ASSIS, Machado de. *Obras completas*. Vol I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1962.

_____. *Obras completas*. Vol II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

_____. “Instinto de nacionalidade”. Disponível em:

<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/critica/mact25.pdf>. Acesso em: 20 de ago.2012.

_____. “Eça de Queirós: O Primo Basílio”. Disponível em:

<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/critica/mact27.pdf>. Acesso em: 12 de set. 2012.

BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

BOSI, Alfredo. *O enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 2000.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *O romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial/ EDUSP, 2004.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades/ Ed. 34, 2000a.

_____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades/ Ed. 34, 2000b.

No rumo(r) do rio: notas de leitura de *Maleita*, de Lúcio Cardoso

Carlos Roberto da Silva

Professor do Centro Universitário de Patos de Minas. Doutorando em Estudos Literários pela FALE/UFMG, e Mestre em Literaturas de Língua Portuguesa pela PUC Minas. e-mail: carlosroberto@unipam.edu.br

Resumo: Este trabalho propõe pensar a nação brasileira, a partir da relação entre história e literatura e da forma com que esses discursos afloram as tensões do processo histórico, que deixam emergir as vivências das minorias, os conflitos sociais e o arcaísmo chocando-se com o moderno, assim como nos parece ter feito Lúcio Cardoso, em *Maleita*, publicado em 1934. Ao abdicar de um sentido e de um discurso edificantes que organizam (ou querem organizar) o caótico, o romancista mineiro não só quer provocar o desmoronamento da imagem de nação brasileira, mas também apontar para a possibilidade de abolir fronteiras entre discursos da literatura e da história, assim como de questionar as utopias da modernização em face das diferenças culturais, que abalam as relações de poder e as práticas sociais institucionalizadas.

Palavras-chave: *Maleita*, Lúcio Cardoso, nação, cultura, tensão.

Abstract: This work aims at thinking about the Brazilian nation, considering the relation between history and literature and the form in which these discourses delineate the tensions of the historical process, that permit to emerge the lives of minorities, the social conflicts and the archaism colliding with modernity, such was done by Lúcio Cardoso, in his *Maleita*, published in 1934. By renouncing an edifying sense and discourse that organize (or wish to organize) the chaotic, the novelist from Minas Gerais not only wishes to provoke the crash of the image of the Brazilian nation, but also to point to the possibility of abolishing frontiers between literary and historical discourses, as well as of questioning the utopias of modernity in face of cultural differences, that weaken the power relationships and the institutionalized social practices.

Keywords: *Maleita*, Lúcio Cardoso, nation, culture, tension.

“O seu passo era tardo, diferente, suas pálpebras inchadas, o olhar hostil e luminoso. Desapareceu aquele resto de dia. Também a sua presença era tão insignificante, valia tão pouco entre os outros, que ninguém reparou nisso.”

Lúcio Cardoso

Recém-casado, um homem, em agosto de 1893, sai de Curvelo-MG, distante cerca de 180 km do lugar de destino, para, depois de mais de uma dezena de dias chegar a “Pirapora, ainda resto de quilombo” (CARDOSO, 2005, p. 15). Chegava para representar a companhia Cedro e Cachoeira de Fiação e Tecidos, com obrigação de “organizar o comércio e incentivar a vida no povoado nascente” (idem, p. 10). Esse é o *leitmotif* de *Maleita*, romance de estreia do mineiro Lúcio Cardoso, publicado em 1934 por Schmidt editor. A narrativa do jovem escritor, que traz por título o nome de uma doença transmitida por picada de mosquitos do gênero *Anopheles*, pode ser lida como mais um livro do importante regionalismo de 30 ou, como querem alguns, romance social de 30. Esta proposta de leitura não invalida o exercício narrativo do então jovem escritor, embora deixe o livro perdido em meio a tantas obras de outros autores que mais se destacaram nesta vertente literária – Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Jorge Amado e José Américo de Almeida. Até mesmo em relação à obra do próprio autor, *Maleita* foi posto à sombra de *Salgueiro*, *Luz no Subsolo* e *Crônica da casa assassinada*.

Antonio Candido, no primeiro prefácio de *Formação da Literatura Brasileira*, afirma categoricamente que se não lermos as obras de nossa literatura “pobre e fraca”, elas permanecerão no “esquecimento, descaso e incompreensão” (2006, p. 11). Para resgatar esse romance perdido nos limiares da luz dos holofotes que a crítica convencional lançou sobre o romance de intimismo psicológico do autor, um pouco de intermitência (assim como a doença é intermitente) pode guiar o leitor disposto a relê-lo à luz de outras possibilidades críticas, em que questões culturais, políticas e históricas venham à tona e permitam leituras mais profícuas e fora das linhas esvaziadas do historicismo literário.

Ler *Maleita*, a partir desse olhar, é deixar a narrativa conduzir o leitor para a percepção dos conflitos culturais que emergem nos processos de modernização do Brasil em meio a iniciativas de recolonização interna, ocorridas no final do século XIX e início do século XX, a partir de dois eventos históricos importantes para inserção do país nos processos da modernização europeia: a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. O livro *Maleita*, de Lúcio Cardoso, abre-se para leituras diversas daquelas que têm sido feitas, se o crítico se permitir ocupar um lugar fora do logocentrismo da tradição e do ativismo teórico da negação. Destarte, a crítica literária torna-se lugar de negociação de instâncias contraditórias e antagônicas, articulando lugares e objetivos híbridos de luta para que as polaridades negativas esmaeam e permitam a relação entre o saber e seus objetos e entre a teoria e a razão prático-política. Abre-se, assim, a possibilidade de outro espaço de enunciação da crítica para que textos possam ser re-historicizados e lidos de outro modo. Para isso, o leitor crítico deve estar livre para *re-ler* narrativas desarmado de postulados teóricos preconcebidos, ou seja, aqueles que, estabelecidos pela crítica e pelo cânone, direcionam as leituras e os juízos de valores, impedindo, por vezes, que emerjam das narrativas relegadas ao esquecimento as diferenças culturais com as quais se constróem e, daí, as possibilidades de compreensão da realidade.

Tendo por princípio que há uma teoria crítica, conforme Max Horkheimer (1938), que permite apreender a realidade cindida como contradição e que o homem não é resultado de um processo histórico, mas agente desse processo, este trabalho

propõe pensar, a partir de *Maleita*, de Lúcio Cardoso, a nação desde suas fendas, para deixar emergir as vivências das minorias, os conflitos sociais e o arcaísmo chocando-se com o moderno, assim como nos parece ter feito o romancista mineiro que, ao abdicar de um sentido e de um discurso edificantes que organizam (ou querem organizar) o caótico, não só quer provocar a relativização da imagem de nação brasileira, como também apontar para a possibilidade de abolir fronteiras entre discursos da literatura e da história, assim como questionar as utopias da modernização em face das diferenças culturais, que abalam as relações de poder e as práticas sociais institucionalizadas.

A nação, que ganhara uma invenção de sua imagem após a Independência, necessita de uma nova concepção, agora modernizadora em que as máquinas a vapor e o desenvolvimento agrícola disseminariam o desenvolvimento comercial, além de espalhar preceitos, normas e leis que configurassem o poder de um estado ordenador e progressista. O regime republicano impulsionou transformações demográficas e sociais. Grandes cidades passaram por reformas para sanar ou minimizar os transtornos causados pela invasão de suas ruas e periferias por imigrantes, escravos forros, pobres vindos do campo, elementos capazes de desordenar o novo que se instalara com a república. Daí a necessidade de livrar o país do atraso atribuído ao passado colonial e imperial, inclusive das marcas do período escravocrata. A razão da ação civilizadora se evidencia em um texto de Paulo César Garcez Marins:

O quadro difuso e instável das cidades brasileiras, já naturalmente hipertensionado pela escravidão e seus processos de exclusão social, tendeu a se agravar com a abolição e com a instauração de princípios democráticos. (...) Urgia “civilizar” o país, modernizá-lo, espelhar as potências industriais e democratizadas e inseri-lo, compulsória e firmemente, no trânsito de capitais, produtos e populações liberados pelo hemisfério norte (MARINS, 1998, p. 133-134).

O projeto modernizador se estendeu a lugares mais longínquos. O Norte do país sofreu a invasão modernizadora com a construção da Ferrovia Madeira Mamoré; o Sul foi redesenhado pela colonização alemã, polonesa e italiana durante os séculos XIX e XX; no Centro-oeste, a história registrou a criação de comarcas e a elevação de povoados à condição de vilas, as antigas vilas ganharam status de cidades, prelados e dioceses foram instalados. Dessa forma, a urbanização e o projeto modernizador também são narrativas que, pedagogicamente, constroem uma imagem de nação instaurada em um novo tempo capaz de suplantar o antigo, que, se concebido como linearidade e sucessividade, permite o esvaziamento da história e, como o quer W. Benjamin, a construção de um tempo “homogêneo e vazio” para ser preenchido conforme o desejo de modernização do discurso do dominante.

Nessa proposta de leitura, o conhecimento ultrapassa as bases da oposição dadas e abre um espaço de tensão. Por isso, reconhece a ligação histórica entre o sujeito e o objeto da crítica, não havendo, assim, uma oposição simplista e essencialista, mas consciente.

A partir destas postulações, parece que o papel do crítico que quer apagar a tradicional fronteira entre teoria e política, sem ser ativista, e resistir à “en-clausura do

teórico”, é encontrar e dar visibilidade a narrativas em que ocorre a disseminação do conceito de nação através do tempo disjuntivo, narrando a história, real ou fictícia que está nas margens da nação moderna, para questionar a logocêntrica verdade histórica sustentada pela tradição, e mostrar que da irracionalidade das descontinuidades, das divisões profundas calcadas nas diferenças étnicas, sociais e culturais também podem emergir vozes narrativas que permitem que o subalterno intervenha no processo de significação e alterem as representações dominantes.

Desta maneira, *re-ler* *Maleita*, de Lúcio Cardoso, obra publicada em 1934, que retrata, em forma de memória, um fato real da história brasileira (a fundação da cidade de Pirapora, fins do século XIX, nas margens do Rio São Francisco, noroeste de Minas Gerais, por Joaquim Lúcio Cardoso, pai do escritor), é repensar a história da nação pelos antagonismos, pelas dicotomias e pelas tensões da própria nação. Há de se ressaltar que o personagem e narrador da história é, segundo a narrativa, fundador da cidade, embora seu nome não esteja oficialmente ligado a sua história, pois não há lá sequer uma rua, avenida, bairro, escola ou monumento dedicado a ele. Isto deixa a obra no limiar da relação história e ficção, com suas fronteiras abaladas. Não se pode lê-la como história, mas também não se deve negligenciá-la. Diante de uma leitura em suspeição, resta ao leitor um terceiro caminho: sua leitura como conceito-metáfora em que o autor arranha a superfície do presente – década de 1930, período da ditadura Vargas - para, nas ranhuras, inserir um outro tempo e permitir uma outra história que, para Pollak, citado por Wander Melo Miranda, em *Imagens da Memória, Imagens da Nação*, faz parte das “memórias subterrâneas”, “recalcadas e mantidas longo tempo em silêncio pelo caráter uniformizador e destrutivo da memória coletiva nacional” (*apud* MIRANDA, 2010, p. 35). É sabido que o Brasil construiu uma série de narrativas, em suas mais diferentes nuances.

Assim lida a narrativa de *Maleita*, além de lançar o olhar sobre momentos de governos totalitários, não permite o esquecimento dos efeitos da escravidão e dos processos colonizadores, pois, mesmo que em som rouco e sob pouca luz, traz um outro tempo, um outro povo e outras histórias à tona, para, em meio à instauração de um governo ditatorial (governo Vargas), fazer emergir um discurso de um tempo irruptivo e não linear que nos remete a dados antigos, agora novos porque esquecidos, da história nacional.

Se para Marx o real é dialético e o concreto se mostra múltiplo e polissêmico, parece ser desse real e dessa concretude que o autor constrói sua narrativa, cujo narrador se torna significativo, uma vez que narra e permite-se narrar – figura ambivalente nas mãos hábeis de Lúcio Cardoso –, pois como personagem responsável pela modernização do lugar, introduz o novo, mas como narrador, permite a simultaneidade temporal e a irrupção de histórias anteriores. Juntamente com a lembrança de suas histórias, no ato de narrar, irrompe as histórias do povo do lugar, marca do antes que se manifesta no agora. Essa ambivalência do narrador/personagem é perceptível no texto. Ao chegar ao lugarejo, ele afirma para a esposa que “Pirapora não é nenhuma tapera... Lugar novo, você verá” (CARDOSO, 2005, p. 11). Mais adiante, já como narrador, descreve-o:

O lugarejo era assim como a metade angular de uma cruz, cruz tortuosa e miserável, sobre o vermelho-roxo da terra.

Trazia marcado, como selo racial, o ar bizarro dos quilombos em balbúrdia, hoje aqui, amanhã ao deus-dará, sempre com fisionomia de transitoriedade dos fugitivos. E sob aquela aparência de negros, a influência mais ou menos viva das tabas indígenas, restos de um barbarismo cuja força a brutalidade da terra não deixara morrer (CARDOSO, 2005, p. 14).

Pela voz do narrador e, simultaneamente, pela voz do povo local – suas gentes e suas práticas – o autor, mesmo que em som abafado e imagens escurecidas, possibilita a revisão das imagens da nação que se construía ao longo do tempo. Nos restos e resíduos, hiatos na narrativa, esmaecem contornos temporais e espaciais e, nos interstícios, possibilitam as dobras do tempo e do espaço para fazer emergir o outro que antes não fazia parte da nação imaginada.

Ao aceitar a viagem pelo olhar do personagem, caminha-se ansioso para “penetrar o sertão” e com a mesma obrigação de “organizar o comércio e incentivar a vida no povoado nascente” (CARDOSO, 2005, p. 10), mas se a mesma viagem for em companhia do narrador, a percepção é outra:

Chegávamos. O cerrado baixara completamente e uma areia grossa, areia de rio, recortou o cenário que se aproximava. Notei os dedos de Elisa premindo as rédeas com mais força, num sinal de angústia. A terra surgia inóspita e miserável. Uma cabana humilde, feita de folhas de palmeira de buriti, foi o primeiro sinal de vida, o primeiro aceno do povoado (idem, p. 13)

E assim, a narrativa vai deixando aflorar na leitura uma tensão, já existente no confronto histórico entre colonizador e colonizado.

Luiz Alberto Brandão, tendo por base o pensamento benjaminiano, em artigo intitulado “Nação sob penumbra”, diz que o espaço da narrativa pode ser associado à concepção tradicional de uma história instalada no tempo homogêneo e vazio, mas que, ao aceitar a viagem com o narrador de *Noturno indiano*, os facho de luz dos faróis do ônibus, deixam entrever as penumbras e as sombras de outro espaço que margeia o “percurso retilíneo da luz”, um espaço que recusa a visibilidade absoluta, para ceder à sinuosidade da estrada que leva a fragmentos de outras histórias relegadas pela representação pedagógica da nação e que, assim, vêm à tona em lampejos – forma disjuntiva de representação temporal.

Veem-se dessa maneira em *Maleita* as pequenas histórias que se assumem na grande história: são pequenos lampejos, dada a insistência da luz de vela na narrativa a salpicar a imagem da nação: grande luz. Textualmente, tem-se: “O que tá alumando aqui é vela de carnaúba que vem da Bahia. Pois costuro pouco, muito pouco, em vista da dificuldade para encontrar outras” (CARDOSO, 2005, p. 19). Em outro ponto o texto diz: “pela porta entreaberta vi os vagalumes que piscavam na escuridão. Pareciam furinhos no ventre do escuro da noite” (idem, p. 21). O próprio caminho percorrido pela comitiva modernizadora é escuro, encoberto pelo mato, deixando passar apenas fiapos

de luz. O conflito metafórico entre a luz e a escuridão (nesse caso, a escuridão simboliza o povo local com suas práticas culturais, sociais e econômicas, e a luz – ainda intermitente – simboliza a chegada da comitiva modernizadora, cuja função é levar àquele lugar a civilidade com seus novos valores sociais, culturais e econômicos) nos conduz à percepção do conflito entre o rural e o urbano, o arcaico e o moderno, o primitivo e o civilizado. Não se trata da eliminação de um ou de outro – aí reside a maestria do romancista, mas da convivência tensa, porém dialética, dos antagonismos que permeiam a própria formação do Brasil em todos os seus aspectos.

Em conformidade com o pensamento de Adorno, “os antagonismos mal resolvidos da realidade retornam às obras de arte como problemas imanentes da forma” (ADORNO, 2008, p. 16) e, dessa maneira, o conteúdo do real vai plasmando a concepção estética em *Maleita*.

Alguns recursos narrativos utilizados por Lúcio Cardoso permitem uma releitura embasada na tensão dialética: a ambivalência do narrador personagem; a intermitência da luz de vela que (des)ilumina e (re)ilumina eventos narrados; a linguagem que, à feição da luz que bruxuleia, oscila entre a linguagem erudita do narrador e a linguagem primitiva e coloquial dos personagens; a história épica, evidentemente que por outro viés⁹ do narrador; e as histórias contadas pelos personagens em performances culturais locais e até mesmo pela manifestação dos fenômenos da natureza.

Para T. Adorno, na arte não há divisão entre forma e conteúdo, mas diferenças.

A força produtiva estética é a mesma que a do trabalho útil e possui em si a mesma teleologia; e o que se deve chamar a relação de produção estética, tudo aquilo em que a força produtiva se encontra inserida e em que se exerce, são sedimentos ou moldagens da força social. [...] A sua própria tensão é significativa na relação com a tensão externa. Os estratos fundamentais da experiência, que motivam a arte, aparentam-se com o mundo objetivo, perante o qual retrocedem. [...] É isto, e não a trama dos momentos objetivos, que define a relação da arte à sociedade (Id. *ibidem*, p. 16).

A realidade social de Pirapora moldada por uma gente primitiva, analfabeta e miserável se contrapõe à condição de homem urbano e civilizado do fundador: a luta se instala:

Mandei Bento chamar os outros trabalhadores. Percebi a provocação que encerrava aquela orgia mantida na estrada.
Reunidos, marchamos cautelosamente.

Felão já veio?
não veio não
por que é que não veio
não sei não...

⁹ Há de se pensar que o narrador personagem, que deveria ser o herói, é um perdedor.

Não compreendi de momento porque cantavam aquilo. Pareceu-me estranha a toada, diferente das outras que estava acostumado a ouvir. Bento tocou-me e disse:

– O patrão apercebe? Felão é vossemecê...

Felão, espécie de figura de lenda, perverso e sanguinário...

Recordava um facínora, Félix, que por ser muito grande ficara chamado Felão. Os homens entoavam em coro (CARDOSO, 2005, p. 92).

Conflito como esse, deflagrado em uma manifestação de cultura popular, em que os moradores cantam, dançam e bebem cachaça ao som de sanfonas, se repete ao longo de toda a narrativa, plasmando na literatura uma relação tensa que vai além do conflito de classes, pois aponta para o conflito entre conquistador e conquistado, o colonizador e o colonizado. Para além da fundação da cidade vislumbra-se a dialética do conflito inaugural da formação da nação brasileira, apreendida nas desarmonias da conquista: primeiro, dos portugueses, depois do fundador da cidade. Se, conforme Antonio Candido, em autores do século XVIII predominou a “ideia conformista de que a empresa colonizadora foi justa e fecunda, devendo ser aceita, louvada como implantação dos valores morais, religiosos e políticos que reduziam a barbárie em benefício da civilização” (CANDIDO, 2008, p. 169), em Lúcio Cardoso, vê-se o contrário: a imagem de nação, na narrativa cardosiana, se transforma metaforicamente em contradiscurso, principalmente, se se lê *Maleita* como conceito-metáfora que permite lançar uma luz, mesmo que bruxuleante, em outros textos do autor, sobretudo em *Salgueiro* e *Crônica da casa assassinada*. Desta maneira, nas três narrativas, a mulher como metáfora desconstrói a imagem de nação construída por outros discursos. Elisa, Nina e Rosa são mulheres doentes: morrem de Maleita, câncer e tuberculose, respectivamente. Em ambos os casos, a imagem da nação é corrompida, pois que sofre de males incontrolláveis. A doença na obra de Lúcio Cardoso, se vista como metáfora e categoria operacional de leitura, insurge como uma voz da resistência e pode muito bem significar esta nação que se ergue trêmula, como um doente com maleita, dos escombros, dos restos da violência da colonização, da ferida das relações dominadoras, dos conflitos inter-raciais e étnicos que foram escamoteados pelo discurso fundador.

Na narrativa de Cardoso, os moradores, resíduos de um tempo outro, lutam para manter a cultura local que vai, aos poucos, sendo sufocada pela modernização, num processo que a antropologia chama de aculturação. Essa resistência, manifestada na falta de norma, na ruptura com os valores morais do neocolonizador, na persistência das manifestações locais, caracteriza o que Paul Bové, citado por Wander Melo Miranda (2010), chamou de interregno – um tempo espaço em que há a recusa da normatização de forças ordenadoras. Assim, Lúcio Cardoso nos propõe por a nu os projetos modernizadores e os processos de construção de concepções de nação, pois que *Maleita* desenha, por metonímia, a imagem da nação conflitante com os discursos épicos da fundação da nação brasileira. A doença, que aparece já no título do romance e se alastra até a última cena, metaforiza, nesse contexto, a “contaminação” cultural evitada pelos moradores, pois é a população ribeirinha do rio São Francisco que mais se resguarda do contágio com os doentes: as marcas da colonização permanecem na memória local que faz pressentir o contato com os imigrantes como ameaça à saúde desse

corpo quase que tribal. Nesse caso, as doenças, maleita¹⁰ e varíola, são causadas por microorganismos invasores, *P. falciparum* e *Orthopoxvirus variolae*, respectivamente, que assim como o invasor, fundador da cidade, vem desestabilizar o equilíbrio social, cultural e econômico da região. Essa desestabilização é a principal causa dos conflitos, que curiosamente, como os causadores das doenças, permanecerão como uma escondida presença, capaz de contaminar, em contrapartida, o impulso modernizador.

O rio, elemento estético da narrativa cardosiana, sustenta um fundo temático que percorre toda a obra, ora fluido, deslizando veloz quase que sem atrito, ora turbulento, chocando-se contra as pedras e formando corredeiras perigosas. Constitui-se o rio em caminho que leva a modernização, mas ao mesmo tempo, palco de grandes conflitos, sobretudo no que diz respeito à cultura e à base econômica do lugar. Vejam-se os exemplos: “A areia, encarcerando o rio, tinha crispações extraordinárias, brilhos de metal polido. A água desmanchava-se em ondulações na areia e arrastava galhos partidos, envoltos de espuma” (CARDOSO, 2005, p. 33); “a voz do rio entrava pelas frinchas e gemia num diapasão de água cansada” (p. 21); “O lugarejo se envolvia numa bruma espessa que nascia do rio, como vapor de água fervendo. A voz da cachoeira dominava” (p. 18); “E o rio encheu, subiu, subiu e cobriu as casas da margem” (p.166); “Mais adiante, o São Francisco, enorme, como um mar de vagas, de uma serenidade assustadora” (p. 167). As imagens decorrentes das descrições do rio, em suas metáforas, prosopopeias, aliteraões e assonâncias vão solidificando um recurso estético cujo resultado funde, no cadinho da narrativa, forma e conteúdo. O rio na obra em tela é articulação de conteúdo dizendo o não-dito: o conflito dos processos colonizadores e recolonizadores no Brasil.

Sérgio Schaefer, em sua tese de doutoramento, intitulada *A teoria estética em Adorno*, nos diz que “para Adorno, o transitar entre as partes e o todo é que dá sentido a uma obra de arte. Isto significa que o sentido da obra de arte pode mudar, uma vez que este se constitui na dialética turbulenta existente entre partes e todo” (SCHAEFER, 2012, p. 323). Partindo desse pressuposto, vê-se que o romance cardosiano, *Maleita*, estabelece esse tipo de relação entre suas partes – personagens em constante conflito, espaço que se constrói no limiar da vila e da selva e no trânsito da terra para o rio, tempo da narrativa que transita do passado narrado (final do século XIX) para o presente do ato de narrar (década de 1930), além de outros recursos, com o todo da obra. Assim, a fundação de Pirapora, contada por Joaquim Lúcio Cardoso, seu herói às avessas, mas narrada literariamente por seu filho, constitui uma antissaga da família Cardoso, mas por metonímia, a antissaga da formação da nação brasileira.

Se para Paul Ricoeur, o rastro significa porque é um “passado findo que, no entanto, permanece preservado em seus vestígios” (RICOEUR, 1997, p. 201), então se pode pensar que em *Maleita*, o autor registra os vestígios do conflito cultural que ficou nos interstícios do caminho da cidade para a selva, conflito em que o povo local resistiu ao impulso do fundador de matá-lo para instalar o moderno, não deixando, assim, que o começo violento da cidade de Pirapora, metaforicamente, dos processos modernizado-

¹⁰ A maleita é causada por quatro tipos de protozoários: *Plasmodium vivax*, *P. falciparum*, *P. malariae* e *P. ovale*. No caso da doença descrita por Lúcio Cardoso, infere-se se tratar daquela causada por *P. falciparum*, devido à gravidade dos doentes e ao grande número de mortes.

res do Brasil sejam esquecidos. Assim, O rio, concomitantemente, se configura caminho e rastro: caminho que levou o os conquistadores, mas rastro de um povo que resiste à destruição de suas manifestações culturais.

A modernização, assim como os rumos do romance e o rumor do rio, continuou, mas sob rasura.

Referências

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

ADORNO, Theodor W. *Teoria Estética*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

AHMAD, Aijaz. A retórica da Alteridade de Jameson e a “alegoria nacional”. *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, n. 22, p. 157-181, out. 1988.

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. Campinas: Edusp, 2006.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo. Ed. Ática, 1990.

_____. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Itatiaia, 2006.

CARDOSO, Lúcio. *Maleita*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica, in: *Coleção Os Pensadores*. Trad. Edgar Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*, in: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil: República: Belle époque à era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MIRANDA, Wander Melo. *Nações Literárias*. Cotia: Ateliê Editorial, 2010.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus Editora, 1997.

SANTOS, Luis Alberto Ferreira Brandão. Nação sob penumbra, *Revista em tese*. Belo Horizonte, vol. I, p. 21-23, dez. 1997. Disponível em:
<http://www.letras.ufmg.br/poslit/> Acesso em 15/074/2012

SCHAEFER, Sérgio. *A teoria estética em Aadorno*. Porto Alegre, 2012. Tese de Doutorado. Disponível em www.lume.ufrgs.br. Acesso em 20/01/2013.

Beyond Lowell: Elizabeth Bishop's “The Armadillo”, Fire Balloons, and the Threat to a Home in Brazil

Elizabeth Neely

Doutoranda em Literatura pela University of North Texas, EUA, com doutorado sanduíche na Universidade Federal de Minas Gerais, como bolsista Fulbright.
e-mail: enczest@yahoo.com

Resumo: Por meio de sua dedicatória, “O Tatu” é o único poema brasileiro de Elizabeth Bishop ligado ao poeta estadunidense Robert Lowell, amigo seu. A correspondência entre Bishop e Lowell publicada no *Words in Air* (2008) revela que, a princípio, Bishop não dedicara o poema a Lowell. “Finalmente decidi colocar seu nome sob o poema Tatu, pois você tinha gostado dele,” escreveu ela em 1965, oito anos após a publicação do poema. Os críticos têm, todavia, relacionado o poema à posição contrária de Lowell em relação aos bombardeios das tropas aliadas na Alemanha. Defendo que a especificidade e o feriado de São João, pano de fundo do ícone cultural dos balões de fogo, e a perturbação provocada pelos balões no ambiente e na vida doméstica das duas mulheres que moram em Samambaia, tornam este um poema profundamente enraizado no Brasil mais do que em qualquer influência externa.

Palavras-chave: Elizabeth Bishop, Robert Lowell, balões, tatu, Samambaia

Abstract: Through its dedication, “The Armadillo” is Elizabeth Bishop’s only Brasil poem linked to fellow American poet, Robert Lowell. Correspondence between Bishop and Lowell published in *Words in Air* (2008) reveals that Bishop initially did *not* dedicate the poem to Lowell: “I finally decided to put your name under the Armadillo poem, since you have liked it,” she writes in 1965, eight years after the poem was first published. Yet critics have linked the poem to Lowell’s conscientious objector stance when Allied troops dropped bombs in Germany. I argue that the specificity and timing of the Brazilian holiday of São João, the background of the cultural icon of the fire balloons, and the fire balloons’ disruption of the environment and the domestic life of the pair of women who live in Samambaia make it a poem rooted more deeply in Brasil than in any outside influence.

Key Words: Elizabeth Bishop, Robert Lowell, fire balloons, armadillo, Samambaia

“The Armadillo,” published in the *New Yorker* on June 22, 1957, has been one of Bishop’s most anthologized poems and, through its dedication, is her only Brasil poem linked to Robert Lowell. It inspired his own “Skunk

Hour” and earned Lowell’s great commendation. He comments to Bishop in a letter dated April 28, 1960, “I carry ‘The Armadillo’ in my billfold and occasionally amaze people with it” (Bishop and Lowell, 2008, p. 324). However, many critics overlook the fact that Bishop initially did *not* dedicate the poem to Lowell, and thus he may not have directly inspired the poem when she penned it. In a letter Bishop sent to Lowell on August 2, 1965, eight years after “The Armadillo” was published, she writes:

I don’t think I told you—but I *finally* decided to put your name under the Armadillo poem, since you have liked it. I have a longer, grimmer one, about Copacabana beach, too, that is to be dedicated to you—but I didn’t get it done in time and I did want to mention you somehow or other in this book. Well when it appears, it may be a bit better than ‘The Armadillo.’” (Bishop and Lowell, 2008, p. 582, italics mine)

Bishop’s unpublished “Apartment in Leme,” which she refers to here, remains virtually unknown, although it is a rich and promising draft. Her letter shows her concern about attaching Lowell’s name to one poem as she assembles her upcoming volume, *Questions of Travel*, also published in 1965 like this letter. Bishop decides to dedicate “The Armadillo” to Lowell for the simple reason that he admired it, not because she singles out the poem as connected to Lowell for personal reasons. She probably would have been amazed to see that “The Armadillo” has become one of her most well-known poems and to witness the ways in which Lowell’s background and beliefs have become attached to it.

Granted, Lowell was Bishop’s most consistent correspondent and confidante during her Brasil years, in particular. Their conversational letters are generally regular, and when one seems to take a leave of absence, the other writes persistently until there is an answer. They span Bishop’s pre-arrival in Brasil in 1951 (she writes him from her freighter) until she finally leaves what became her temporary home in Ouro Preto in 1970 and begins teaching at Harvard. In fact, their letters during Bishop’s roughly seventeen Brasil years fill 549 of the 798 pages of *Words in Air*, or almost 69% of their complete correspondence.

Critics have linked Lowell and his personal anti-war views to “The Armadillo” even though none of the Bishop-Lowell correspondence mentions it. Penelope Luran’s critical essay, “‘Old Correspondences’: Prosodic Transformations in Elizabeth Bishop,” written during Bishop’s year of death in 1979, seems to have begun the association:

. . . Bishop dedicated [“The Armadillo”] to Robert Lowell, who became a conscientious objector when the Allied command began fire-bombing German cities. Bishop’s poem points directly to these fire bombings, which wreaked the same kind of horrifying destruction on a part of our universe that the fire balloons wreak on the animals. In the last quatrain, the “mailed fist,” besides being a familiar figure of speech for threats of war-making, represents the protective “armor” of a soldier which is suggested by the armadillo’s carapace (1983, p. 81).

As a result of her analysis, the fire balloons have become synonymous with the fire bombings in Europe for other critics and readers, a fact which has prevented exploration of the balloons as a uniquely Brazilian phenomenon. Even those not wholly persuaded by Luran's analysis have referred to her position in their writing; for instance, in Lorrie Goldensohn's analysis of Lowell's "Skunk Hour" alongside "The Armadillo," she summarizes Luran's position as "see[ing] the dedication of the poem as a sympathetic response to Lowell's pacifist objections to the Dresden fire-bombing" (1992, p. 188).

If one reads the poem as a piece of work Bishop wrote specifically for Lowell, one can indeed equate the fire balloons with bombs, and Lowell, a conscientious objector, with the armadillo. In a letter to Bishop on October 28, 1965, after naming "The Armadillo" as one of Bishop's "absolutely top poems" Lowell comments, "I see the bomb in it in a delicate way" (Bishop and Lowell, 2008, p. 591). "Delicate" seems an odd choice of adjective for Lowell to pair with "bomb," if bomb here is to be taken in the context of the violent bombs dropped on Europe. Perhaps he is reiterating Bishop's depiction of fire balloons as both fragile and threatening. But what is the context for his observation? Lowell is ticking off a list of his favorite poems in Bishop's newly published *Questions of Travel* (1965) and is including brief details and commendations about each poem. After this sentence he moves on to the merits of "The Riverman." His mention of "the bomb" may not at all equate with the European fire bombings but rather something else in his own mind upon which he never expands. If Lowell did, in fact, inspire this poem, one might see the fire balloon in an additional context: its inflated beauty and subsequent crash may reflect his personality augmented and overshadowed by his bipolar illness. Five years after the publication of "The Armadillo," Lowell and his wife, Elizabeth Hardwick, visited Bishop in Brazil. During their stay, Bishop witnessed Lowell suffering one of his high episodes, and he was eventually hospitalized in the U.S.

On the other hand, if Lowell did *not* actually inspire the poem—and the correspondence between Bishop and Lowell strongly supports this possibility—it needs to be examined through other lenses. I suggest that the specificity and timing of the Brazilian holiday of São João, the background of the cultural icon of the fire balloons, and the fire balloons' disruption of both the environment and the domestic life of the pair of women who live in Samambaia make it a poem that is rooted more deeply in Brazil and in Bishop's domestic circumstances there than in any outside influence.

In the rush to construct the poetic dialogue between Bishop's "The Armadillo" and Lowell's "Skunk Hour," some critics forget to consider what specifically makes "The Armadillo" a Brazil poem: the time of year when the action unfolds during the "Festa de São João" (or "Junina"), the cultural phenomenon of the "frail" but "dangerous" fire balloons, and the background of the particular saint "still honored in these parts," all of which Bishop refers to in the initial six lines of the poem:

This is the time of year
When almost every night
The frail, illegal fire balloons appear.

Climbing the mountain height,
rising toward a saint
still honored in these parts,
the paper chambers flush and fill with light
that comes and goes, like hearts (BISHOP, 1979, 103).

The “mountain height” is part of Samambaia; thus, “The Armadillo” continues the same natural setting as “Squatter’s Children,” “Manuelzinho,” and “The Shampoo,” but now this environment, including the home that she shared with her Brazilian companion, Carlota de Macedo Soares (best known as “Lota”), is under a literal and metaphorical threat. The “we” that observes this threat (the pronoun appears only once in the sixth stanza) is the same pair as the dear friends in “The Shampoo.” This makes it reasonable to wonder if the displacement of the animals out of their nests and lairs illustrates the speaker’s real or imagined fear about threats to the domestic environment of Samambaia.

The fire balloons identify the holiday as the “Festa de São João” (Feast of St. John) which falls on June 24 and marks the birth of John the Baptist. Since according to the Gospels, John was born six months before Jesus, the June holiday is also known as “Junina” (June Festival), and it coincides with the winter solstice. Thus the “saint / still honored in these parts” is not an exotic or unknown Brazilian, but rather St. John, known the world over. The celebration was originally introduced by the Portuguese during the colonial period in Europe and was brought to Brasil where it mixed with native and Afro-Brazilian customs (Mariuzzo, 2010, par. 8–9). The festivities in Brasil, the largest in the world, focus on rural life and often feature people dancing to country music in folk costumes. Because the holiday coincides with the corn harvest, dishes such as *pamonha*, a mixture of corn, sugar, and coconut milk, accompany the festival. On the evening of June 23, Catholics in Brasil, as in many other countries, light bonfires. “The frail, illegal fire balloons,” or *balões*, are aerial extensions of these fires.

However, embedded in these opening stanzas and their references to the Festa de São João is a more personal note from Bishop. She focuses on the light inside the balloons “that comes and goes, like hearts,” taking the reader back to the domestic setting of the poem. Maria Clara Pereira, former English Professor at the Universidade Católica de Petrópolis, sees this line as making the poem lyric as well as narrative, and in her reading the balloons or hearts indicate a “love that suddenly turns dangerous and abandons or destroys” (personal communication). As readers we expect to see “fire” associated with the balloons, but not necessarily the “flush and fill” of light that suggests either a heart beating or the heart in stages of waxing or waning passion. From the beginning of the poem then, Bishop hints at the physical danger of the fire balloons but also the metaphorical danger of inconsistent love.

Bishop reveals the structure of her poem very carefully, moving from the general background of the fire balloons to the specific balloon that falls on her property. She spends four-and-a-half stanzas describing the fire balloons in an aesthetic, generally benign way, then illustrates the crash of a balloon for a stanza-and-a-half in the middle of the poem, and spends the last four stanzas showing the effects of the crash

on the animals in the environment. She polarizes her diction between fragility on one hand ("frail," "comes and goes," "falter," "wobble," "toss," "receding," "dwindling," "forsaking") and danger on the other ("illegal," "flush and fill," "flare," "dangerous," "egg of fire," "splattered," "flame"). Her coupling of "frail" and "illegal" in the third line hints at their danger even though she keeps her language in check until the moment of impact. The *abab* rhyme scheme, which begins definitively, becomes muted as Bishop chooses more and more slant rhymes as the poem progresses.

The wind is the catalyst for unbalancing the fire balloon and is the agent of its fall. It first enters in the fourth stanza in a hypothetical situation where it can cause the balloons to "flare and falter, wobble and toss," and in another hypothetical situation in the fifth stanza where "the downdraft from a peak / suddenly [turns it] dangerous." By the sixth stanza a balloon has fallen "against the cliff behind the house," presumably from such a downdraft, but this is not the first time: it is "another big one." The "we" that follows has witnessed this event before, but now they are witnesses of a destruction of greater magnitude.

The popular Brazilian folksong, "*Cai Cai Balão*" ("Fall, Fall, Balloon"), borrowed by composers such as Heitor Villa-Lobos (1887-1959), whose music Bishop heard in concert during her early Brasil years, is still sung by Brazilian children today:

Cai cai balão, cai cai balão
Aqui na minha mão,
Não vou lá, não vou lá, não vou lá
Tenho medo de apanhar
 Fall, fall balloon, fall, fall balloon
 Here in my hand,
 I won't go there, I won't go there, I won't go there
 I'm afraid to catch it.

The child in the song fears catching the balloon not only because of the fire danger itself, but also because of the potential punishment he or she might receive from parents for doing so. "Apanhar" can mean to seize or grab, but also to get a beating. Built into the song is the kind of paradox that appears in Bishop's poem: the magnetic attraction to the beautiful illuminated object floating in space and the simultaneous repulsion from it because of its inherent danger.

In Brazilian literature the balloons take on nostalgia as children send the self-crafted paper vessels up to the sky. One way to understand the nature of the fire balloons is through the poem "*Na Rua do Sabão*," ("On Soap Street") by Manuel de Bandeira (1886–1968), the first Brazilian poet with whom Bishop spent time in the early 1950s. While much of her early reading in Portuguese was dedicated to the Portuguese poet, Camões, whose sonnets she revered and recommended, it is likely that she also read Bandeira's work, including this poem originally written in the 1930s. He begins with three lines from the folksong:

Cai cai balão
Cai cai balão

Na Rua do Sabão!

O que custou arranjar aquele balãozinho de papel!

Quem fez foi a filha da lavadeira.

Um que trabalha na composição do jornal e tosse muito.

Comprou o papel de seda, cortou-o com amor, compôs os gomos oblongos . . .

Depois ajustou o morrão de pez ao bocal de arame.

Ei-lo agora que sobe—pequena coisa tocante na escuridão do céu.

Levou tempo para criar fôlego.

Bambeava, tremia todo e mudava de cor. . .

Fall, fall balloon

Fall, fall balloon

On Soap Street!

What it cost to arrange that little paper balloon!

The washerwoman's son made it,

The one who works at the newspaper typesetter and coughs a lot.

He bought tissue paper, cut it with love, joined the elongated sections,

then attached the tarred wick to the wire mouthpiece.

Look at it now as it climbs—a little thing moving in the sky's darkness.

It took time to get its wind.

It vacillated, trembled, and changed color. . . (SLATER, 1989, p. 62, translation changes mine)

Bishop's balloons that "flare and falter, wobble and toss" in the presence of wind reflect the fragility of the fire balloon and its maker in Bandeira's poem. Later Bandeira's balloon survives slingshot attacks by street urchins and a man's warning that the city's ordinance prohibits fire balloons. The balloons are illegal here, just as in Bishop's poem, although it wasn't until 1998 that a New Environmental Crime Law prohibited not only the release fire balloons, but also making, selling, or transporting them. A rhyming advertising campaign by the police accompanied the law in 2008: "*Soltar balões não é legal, É crime ambiental*" or "Releasing balloons is not legal; it's a crime that's environmental" (OLIVETTI, 2008, par. 1). This includes a play on words: "legal" also means "cool". Bandeira's illegal fire balloon is not apprehended by the police nor is it caught in "the downdraft from a peak." Rather it climbs "*muito serenamente*," very serenely to the sea. Bandeira's poem shows the beauty of the balloon that cannot be detained, and an unspoken and invisible link to the child who made it—possibly Manuelzinho's children in the case of Bishop's balloon.

After the fall of the fire balloon in "The Armadillo," the witnesses, presumably Bishop and Lota, observe how its flames physically mark each animal that leaves the environment it invades. The owls' "whirling black-and-white" is "stained bright pink underneath," the armadillo becomes "rose-flecked" with either sparks of fire or blood, and the baby rabbit jumps out "*short-eared*," appearing as "a handful of intangible ash / with fixed, ignited eyes," either reflecting the fire, filling with metaphorical fire, or literally catching on fire. All these creatures become transformed in the eyes of the viewers.

But the burst balloon also forces animals out of their homes. A pair of owls is

the first to leave. In fact, if Bishop had not included the last stanza with the armadillo's raised fist, the image of the owls and the loss of their nest would become central. Implied is the pair of women watching the pair of owls leaving the scene. In fact, Bishop focused on the owls in her draft process. She entitled the poem "The Owls' Nests" in her first two drafts; "The Armadillo" appears only on the third draft after she crosses out "The Owls' Nests." The drafts also show a progression from the owls simply "circling out of sight" to the more urgent, "they shrieked up out of sight." The loss of the owls' nest due to the fire is clearly traumatic; Bishop emphasizes this by the repetition of "nest," first as a verb in the seventh stanza ("We saw the pair / of owls who nest there . . ."), and then as a noun in the eighth ("The ancient owls' nest must have burned"). Domestic threat is central here; there is something disquieting and precarious about how quickly an environment can be undone.

The animals' enforced homelessness—the armadillo who "left the scene," the baby rabbit who "jumped out," and especially the owls who are forced from their nest and "shrieked up out of sight"—may reflect Bishop's latent fears of losing her own home and newfound domestic stability in her relationship with Lota. Bishop is six years into her Brasil stay at this point, long enough for the honeymoon to be over and for her to be wondering about her future. The destruction of the owl pairs' nest threatens the domesticity of the human pair watching them (the "we" who "saw the pair of owls . . . flying up and up"), even in the seemingly pristine location of Samambaia, the home that Bishop and Lota worked so hard to establish, including the separate writing studio Lota had designed for Bishop. Lota had even installed a sprinkler system on the roof, specifically for these Junina celebrations (Bishop to Baumann, 24 June 1955, Vassar College). A poem that has been read too easily as a biographical commentary on the absent Lowell has much to say about the situation of the present speaker.

Bishop shows this same concern about safety and the fragility of human relationships in another domestic poem set in Samambaia, "Song for the Rainy Season." There the luxuriant natural setting including the "rainbow-ridden" rock, its waterfalls, and wildlife (including the owls once again) will all "differ" in a projected later era. Then the rock will be bare, the waterfalls will "shriveled in the steady sun," and the owls will move on. Whether the disruption to domestic setting is real in the case of "The Armadillo" or imagined in the case of "Song for the Rainy Season," Bishop seems to have an uncanny knack for predicting a difficult future even in the midst of a harmonious present. Yet for a poet perpetually searching for a home, anticipation of disruption is an underlying current, even during these fifteen-plus years of settled living in Brasil, the longest period of domestic stability that Bishop ever experienced.

The parting image of "The Armadillo" features not the pair of owls but the armadillo, the only animal who receives a second look by the speaker and who uses a human gesture in response to the disaster, even if by ignorant "coincidence." What is this Brazilian armadillo, or *tatu*? Armadillos in Brazil now, and presumably in the 1950s, come in two varieties: the Brazilian Three-banded Armadillo and the Southern Three-banded Armadillo. Their form of protection is to roll into a completely sealed armored ball when threatened, a posture that northern armadillos (such as nine-banded armadillos in Texas) try to imitate, but cannot successfully pull off, contrary to popular myth (Stuart, 1993, p. 36). The fact that Bishop's armadillo defies its customary

response to danger and instead shakes its fist makes it remarkable, whether or not the gesture really occurred—although Bishop herself championed accuracy in her poems. She displaces any signs of moral outrage over the fire balloons' damage onto an animal affected by it; this incidental gesture speaks more loudly than human words.

In setting the real or imaginary fist aside for a moment, the armadillo appears as a humble survivor. It leaves the scene "[h]astily, all alone . . . head down, tail down," its body close to the earth. Pereira calls the armadillo a "humble loser" and asks, "Is that what Bishop feels herself to be?" (personal correspondence). It is an interesting question when one considers Bishop's departure from her later home in Ouro Preto in the years after she lost Lota to suicide. Certainly the armadillo's shell and its ability to curl into a ball to protect itself suggest an independent self-protection that Bishop was able to achieve at some points during her life.

The final stanza accomplishes much more than an armadillo shaking his fist; it encapsulates the whole poem at once in concentrated impact:

*Too pretty, dreamlike mimicry!
O falling fire and piercing cry
And panic, and a weak mailed fist
Clenched ignorant against the sky!*

Here the italics indicate that this quatrain is different than the others. They might in themselves be a tool to create the "dreamlike mimicry," indicating how the fire balloons mimic a beauty that hides their danger, or, as Stevenson reads the stanza, how the fire balloons illegitimately imitate the stars and planets described in the third and fourth stanzas (2006, p. 81). Perhaps these lines relate to the last two italicized quatrains of "Questions of Travel." As Goldensohn observes, "Like the italicized lines in "Questions of Travel" which show Bishop briefly experimenting with the same summary function, these lines reach for a broader, more comprehensive significance" (1992, p. 190). She links this "comprehensive significance" to what she perceives as shared weaknesses among the "head-down panicked armadillo and the baby rabbit. . . Manuelzinho, and the 'weak flashes of inquiry' of the squatter's children" (1992, p. 190). However, while these poems, all composed at Samambaia around the time, should be linked, connecting them through perceived weaknesses oversimplifies the more sophisticated ways in which Bishop approaches her Brazilian subjects. While these subjects could be viewed superficially as victims of their environment, each finds ways to assert itself. The armadillo leaves the scene in a posture that defies the instinct of its species. Its head may be down and its retreat may be hasty, but rather than a panicked victim, it is a survivor in search of a new home. Manuelzinho, who may first seem "weak" in the eyes of his patron, uses his wits to gain her backing to support his immediate family and sponsor his father's funeral. His children—the squatter's children—defy their mother's repeated requests to come in out of the rain and instead enjoy nature's gift of the moment, with a hint of a possible inheritance beyond the moment. In Brasil Bishop does not just observe, she shows how her subjects orchestrate their survival while she negotiates the peaks and valleys of her own survival.

We should take a parting look at the matter of Bishop's dedication of "The Armadillo." During the international centennial Bishop conference of 2011, "Deslumbrante Dialética: O Brasil no Olhar de Elizabeth Bishop" ("Dazzling Dialectics: Brazil in the Eyes of Elizabeth Bishop") Bishop scholar and editor, Lloyd Schwartz, shared an anecdote about a Bishop reading he attended before he had actually met the poet. In the fall of 1970 she returned to Boston from Brasil to give a poetry reading at Harvard. During the reading she said that she wanted to clarify a mistake that had happened in the past and that she had personally picked "The Armadillo" to read in order to rectify it. She then said that she had added the dedication to Lowell because he had dedicated "Skunk Hour" to her and she wanted to return the favor. The poem itself had nothing to do with him. Despite her public clarification, dedication myths have ironically persisted through the years. New ways of seeing works like "The Armadillo" as a result of the relatively new phenomenon of American and Brazilian Bishop researchers convening will challenge and ultimately change some of the interpretive assumptions that have long been taken for granted in Bishop's Brasil-based poetry.

Works Cited

- BISHOP, Elizabeth. *The Complete Poems 1927–1979*. Farrar, Straus and Giroux, 1979.
- BISHOP, Elizabeth and Robert Lowell. *Words in Air*. Ed. Thomas Travisano. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2008.
- GOLDENSOHN, Lorrie. *Elizabeth Bishop: The Biography of a Poetry*. New York: Columbia University Press, 1992.
- LAURENS, Penelope. "'Old Correspondences': Prosodic Transformations in Elizabeth Bishop". Ed. Lloyd Schwartz and Sybil P. Estess. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1983. 75–95.
- MARIUZZO, Patrícia. *A história das festas juninas no Brasil e no mundo*. Governo do Estado São Paulo, 15 July 2010. Web. 10 Aug. 2011.
- OLIVETTI, Cris. "Polícia Ambiental realiza campanha 'Soltar Balão não é Legal, é Crime Ambiental'". Governo do Estado de São Paulo. Secretaria do Meio Ambiente, 26 May 2008. Web. 28 Aug. 2011.
- PEREIRA, Maria Clara. "The Armadillo". Message to Elizabeth Neely. 16 Dec. 2011. e-mail.
- SLATER, Candace, Ed. *This Earth, That Sky: Poems by Manuel Bandeira*. Berkeley: University of California Press, 1989.
- STEVENSON, Anne. *Five Looks at Elizabeth Bishop*. Northumberland, U.K.: Bloodaxe Books Ltd, 2006.
- STUART, Dee. *The Astonishing Armadillo*. Minneapolis: Carolrhoda Books, Inc., 1993.

Os espaços da memória: seguindo os rastros e reminiscências de Helena Morley e Maria Helena Cardoso

Luciana Brandão Leal

Mestre em Letras/ Literaturas de Língua Portuguesa pela PUC Minas. Professora de Língua Portuguesa e suas literaturas. Integra os grupos de pesquisa “GEPOM, Poesia e Modernidade na América Latina” e “A educação estética do homem: o texto literário e a formação humanística”.

e-mail: luciana_brandao@hotmail.com

Resumo: Este artigo apresenta uma análise de duas das mais sonoras e líricas obras do memorialismo feminino brasileiro: *Minha Vida de Menina* (1942) e *Por Onde Andou Meu Coração* (1964). As autoras destas obras privilegiam o relato das minúcias da infância, enfatizando o universo que as circunda, a religiosidade, as tradições familiares, as relações humanas. O sonho, a fantasia e o idealismo permeiam, além do universo narrativo, a realidade experimentada por Helena Morley e Maria Helena Cardoso. A autobiografia pressupõe um pacto de referencialidade, uma vez que o ator da enunciação é também o ator do enunciado. Esta análise se ampara na conceitualização de Philippe Lejeune, Walter Benjamin, Ecléa Bosi, Seligmann-Silva e outros.

Palavras-chave: Autobiografia, diário, escrita de si, literatura feminina.

Abstract: This paper presents an analysis of two of the most sound and lyrical works of Brazilian women memorialism: *Minha Vida de Menina* (1942) and *Por Onde Andou Meu Coração* (1964). The authors of these works emphasize the account of the minutiae of childhood, emphasizing the universe that surrounds them, religiosity, family traditions, human relations. The dream, fantasy and idealism permeate beyond the narrative universe, the reality experienced by Helena Morley and Maria Helena Cardoso. The autobiography implies a covenant of referentiality, since the actor's enunciation is also the actor's utterance. This analysis is supported by the concept of Philippe Lejeune, Walter Benjamin, Ecléa Bosi, Seligmann-Silva and others.

Keywords: Autobiography, diary, writing itself, women's literature.

Rememorar é a arte de ler cicatrizes. Vem da necessidade de cristalizar o passado, através de seus fragmentos e ruínas. “Pois memória e profundidade são o mesmo, ou antes, a profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser através da recordação” (ARENDETT, 1997, p. 131). As reminiscências buscam reavivar o passado, trazendo-o à tona, misturando-o às sensações e percepções imediatas, modifi-

cando-as profundamente. Para Bergson (1990), a memória é o “lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas” (p. 23). Quando revisitadas pela consciência, as lembranças retornam latentes: “elas lá estavam já, de algum modo; ora, como, por hipótese, a sua consciência não as apreendia, como podiam existir em si senão no estado inconsciente?” (BERGSON, 1990, p. 293).

A lembrança possibilita a união do começo e do fim, do passado e do porvir. A autora Jeanne Marie Gagnebin, em seu livro *Lembrar Escrever Esquecer* (2006), afirma que a intenção e os efeitos do ato de lembrar são semelhantes às cerimônias de luto e enterro. (p.45). Ambos tentam conter a destruição da memória, impedindo que ela se dilua e se esvaneça. Desafiar o esquecimento é também reconhecer sua potência, traduzida pela morte. Sobre esse duplo movimento, que confronta perda e conservação, Seligmann-Silva reflete:

Essa anedota que está na origem da tradição clássica da arte da memória deixa entrever de modo claro não apenas a profunda relação entre a memória e o espaço, e portanto notar em que medida a memória é uma arte do presente, mas também a relação entre memória e catástrofe, entre memória e morte, desabamento (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 56).

Salienta-se, pois, a conservação do passado como fundamento principal da memória; feita através da experiência, ou em estado inconsciente, que a qualquer momento pode aflorar pelas imagens e recordações. Ecléa Bosi, em seu estudo *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos* (1994), assim discorre acerca das lembranças relacionadas à história social em idosos: estes já conviveram em outro tipo de sociedade, observaram suas características relevantes, guardaram marcas culturais e familiares que podem ser reconhecidas. Logo, a constituição de suas percepções se define a partir destes rastros, de forma muito mais pungente que em um jovem. O autor Seligmann-Silva (2005) compartilha as percepções de Ecléa Bosi, afirmando que “a memória funciona de modo eminentemente topográfico: a memória se decanta nos locais em que vivemos e que se inscreveram em nossa mente, assim como deixamos as marcas do nosso corpo em uma velha poltrona” (p. 120).

As sociedades antigas se aproveitavam das estáveis construções espaciais e relações humanas para assegurarem que as experiências não se perdessem. Estabeleciam valores relacionados à convivência social, às narrativas orais, ao trabalho manual e coletivo. As narrativas são constituídas na experiência e os relatos de uma sociedade permeiam a memória viva da tradição comum. Segundo Benjamin (1996), “o narrador conta o que ele extrai da experiência - sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história” (p. 202).

Pode-se estabelecer uma analogia entre a prática de contar histórias e o trabalho manual. Ao confeccionar seu artesanato, o homem transmitia as memórias que ouvia de seus pais, dando continuidade e perpetuando os relatos da vida cotidiana. Em suma, as histórias contadas através das gerações marcam o tempo em que as relações coletivas sobrepunham os registros individuais.

O discurso memorialista, ladeado por suas lembranças e esquecimentos, é cons-

tituído por narrativas fundamentadas em experiências de vida, tecidas e estruturadas por sentimentos, resgatadas do emaranhando de informações que constituem as reminiscências de um sujeito real. Nas palavras de Agostinho, citadas por Ricoeur, temos a seguinte explicação:

Aquilo de que nos lembrarmos, é pela memória que o retemos; ora, sem nos lembrarmos do esquecimento não poderíamos absolutamente, ao ouvir esse nome, reconhecer a realidade que significa; se assim é, é a memória que retém o esquecimento (AGOSTINHO, *apud* RICOEUR, 2007, p. 111).

O escritor de memórias se predispõe a documentar a História, recontando os fatos e interpretando o mundo. Aventurando-se através da mimese, que possibilita a inscrição do espaço e do tempo, não como representação, mas como apresentação. Pela necessidade de mapear o espaço, sentimental e social, viabiliza o recolhimento de rastros, a partir dos cacos da história.

Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo, pois “fatos” nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação, ou seja, as imagens que, desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador (BENJAMIN, 1993, p. 239-240).

Este gênero da literatura pode ser entendido como uma necessidade do autor (e de seu leitor) entregar-se à eternidade do tempo, numa busca insana de conter seu curso. O trabalho de rememorar assemelha-se “às sementes mantidas no vácuo durante vários séculos, nas pirâmides, e que até o dia de hoje conservam sua força germinativa” (BENJAMIN, *apud* GAGNEBIN, 2002, p. 70).

No cenário literário brasileiro, há vários expoentes femininos tanto na escrita de romances quanto na de poemas. Há também aquelas que se entregaram à tessitura de memórias, incorporando-as ao universo literário. Este trabalho tem por objetivo analisar, dentre tantas obras importantes, o diário de Helena Morley: *Minha Vida de Menina*, e a autobiografia escrita por Maria Helena Cardoso: *Por Onde Andou Meu Coração*. Apesar de apresentarem diferentes abordagens, os dois textos são marcados pelas relações de afeto: lembranças infantis, encontros familiares, impressões cotidianas. Lúcia Castello Branco, em seu livro *A Mulher Escrita*, discorre sobre a escrita de si na alcunha do olhar feminino:

É nesse momento que ingressamos num território muito peculiar e muito familiar a essa escrita: o território dos afetos. Longe de ser uma escrita dos grandes feitos e efeitos, com a epicidade do discurso histórico, ou da memória oficial, essa é uma escrita de afetos:

dos amores, das dores, das alegrias casuais, das perdas, das melancolias (CASTELO BRANCO, 1994, p. 69).

Essas meninas convocam seus leitores a acompanhá-las, através da agudeza de seus olhares, por um delicioso passeio pelas remotas ruas de Diamantina, Pirapora, Curvelo, Belo Horizonte e tantos outros espaços, que traduzem as especificidades de Minas Gerais, seus costumes, sua atmosfera e sua sociedade. A leitura de ambas permite-nos contemplar a geografia física, humana e até mesmo psicológica, que dão as cores e os tons às lembranças tecidas.

O narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos, experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principiaados pela sua voz. Tira segredos e lições que estavam dentro das coisas, faz uma sopa deliciosa das pedras do chão, como no conto da Carochinha. A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana (BOSI, 1994, p. 90).

A autobiografia remete a algo que, de fato, ocorreu. Para Lejeune, trata-se de uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p. 14). Não é invenção, estrutura-se a partir de dados que podem ser verificados, comparados com a trajetória do autor. Este comprometimento com a verdade redimensiona o conceito de Literatura.

Considerando ainda as definições de Lejeune (2008), existe autobiografia, ou literatura íntima, quando é possível estabelecer uma relação de identidade entre autor, narrador e personagem. O indivíduo que fala corresponde àquele de quem se fala. Há, nestes casos, um pacto que o autor empírico firma com os seus leitores, espécie de compromisso ético. Esse pacto consiste em que o texto apresentado tem a enunciação voltada para a existência do autor. Logo, o “nome próprio” é uma marca essencial, indubitável, através da qual o enunciador se identifica. Neste gênero não existe verossimilhança, imitação da realidade, existe manifestação da realidade.

O contrato não é apenas uma das condições para a leitura do texto, mas está explícito na parte inicial do texto lido. (...) Ao fazer um acordo com o narratário cuja imagem constrói, o autobiógrafo incita o leitor real a entrar no jogo dando a impressão de um acordo assinado pelas duas partes (LEJEUNE, 2008, p. 56-57).

Maria Helena Cardoso, professora e autora memorialista, nasceu no dia 24 de maio de 1903, em Diamantina (MG). Sua estreia literária aconteceu através do livro *Por Onde Andou Meu Coração*, no qual compilou os mais variados registros de sua história. Nas palavras de Maria Helena, que não se considerava escritora, sua obra tinha como finalidade preservar a memória dos que amou, assim como os lugares em que viveu, livrando-os da ação destrutiva do tempo. Pretendia escrever “só para os amigos, para

preservar do nada tudo isto que amei e que não volta mais” (AYALA, in: CARDOSO, 1974, p. 10).

Pirapora, Curvelo, Diamantina, Belo Horizonte e Rio de Janeiro: terrenos percorridos pelos sentimentos de uma menina mineira; descobertas, frustrações, pormenores da infância interiorana, representações femininas, sempre marcadas por traços fortes, e tantas outras percepções. Trata-se de uma coleção de saudades, reunidas ao sabor das impressões da autora.

Nunca me esquecerei do aperto que senti no coração naquela tarde: deixara para trás a casa da minha avó, humilde e pobre, mas povoada de amor e alegria; as minhas amigas, meus brinquedos, tudo sumira de repente... Foi aí que senti saudade pela primeira vez (CARDOSO, 1974, p. 19).

As memórias são hierarquizadas através de eventos marcantes. Lembranças de momentos importantes da infância, que constituem um espaço cheio de oportunidades de aventura. Esse espaço parece enorme, porque, segundo Goethe: “quando queremos nos recordar do que nos aconteceu nos primeiros tempos de nossa infância, confundimos seguidamente o que escutamos dos outros com nossas próprias lembranças” (GOETHE, *apud* BOSI, 1994, p. 435).

Assim, vão se iluminando alguns locais e vidas desconhecidas, em detrimento de informações completas destas trajetórias. Em *Por Onde Andou Meu Coração*, a narrativa compõe-se em idas e vindas, evocando a meninice, a juventude e a maturidade. “Decorridos tantos anos, pasmo quando me ponho a pensar nas viagens que fizemos por caminhos ermos [...]” (CARDOSO, 1974, p. 41). Tamanha mobilidade é justificada porque

a memória é o lugar da liberdade. Enquanto a história hierarquiza, a memória segreda, conspira, tem o mérito de nem sempre saber que sabe. Até por ignorar, quantas vezes a memória inventa, flutua, voa. A memória arrisca-se. Pratica o jogo do risco. Mesmo que seu legado circule entre os vivos e mortos, tem ela o privilégio de estar fora da história canônica, de não lhe pertencer. E por ser de natureza peregrina, cega, desatenta, a memória está em todas as partes. Assim como a narrativa está também em todos os rincões (SHARPY, 1997, p. 89).

Esta obra preserva uma característica comum aos textos memorialísticos: não possui linearidade cronológica. De fato, o que ocorre é a suspensão da temporalidade. Para Lúcia Castelo Branco,

é, portanto, no sujeito, e a partir dele, a partir de seu presente, que o gesto de memória se efetua: não exatamente como uma retroação, como uma narrativa em flashback, mas como um movimento em que o tempo, em sua descontinuidade estruturante, dimensiona, a um só tempo, o passado e o futuro (CASTELO BRANCO, 1994, p. 37).

A autora apresenta-nos personagens tão fortes e reais que nos causa a impressão de tê-los conhecido e vivido junto deles. Além disso, estas figuras são essenciais para o desenrolar do enredo. Família, amigos, vizinhos e o grande amor de Maria Helena: Hans, alemão de olhos frios e azuis. A mãe, mulher corajosa e incansável, é sempre descrita com afeto. “Mamãe era alegre e comunicativa e assim se conservou até quase o fim da vida [...] Desde a infância se habituara a uma vida de trabalho, enfrentando tudo com a maior coragem e naturalidade” (CARDOSO, 1974, p. 97).

Os episódios da vida de Maria Helena Cardoso se misturam às inúmeras referências documentais, históricas e culturais que, reunidas, possibilitam compor o cenário mineiro daquele tempo. “As festas da igreja constituíam, no Curvelo daquela época, quase que a única distração. A igreja, pode-se dizer, não era apenas a casa de Deus, mas também o ponto de reunião de todo povo, a sua vida girando em torno dela” (CARDOSO, 1974, p. 53). Por conseguinte, a análise do espaço da narrativa é extremamente importante, não se limitando ao sentido estritamente físico, como também psicológico.

A autora demonstra apreço pelas tradições, e, muitas vezes, revela-se saudosa. “Cada vez que chegava um circo em Curvelo era uma festa. Armavam-no no Largo do Pau da Reforma e, à noite, a cidade passava a viver dos seus espetáculos” (CARDOSO, 1974, p. 80).

A morte é companhia constante dos relatos autobiográficos. Desta forma, lembrança e esquecimento se entrelaçam; pois visitar memórias é também marcar um encontro com a finitude da vida, com as perdas, com a morte. “Como resistir à aura que emana das fotografias antigas? Nelas eternidade e morte unem-se formando um complexo de beleza e melancolia” (SELLIGMAN-SILVA, 2005, p. 120).

Faz muito tempo morreram quase todos os que falo aqui. Todos que amei, que viveram comigo a minha infância, que me viram crescer, passar de menina a moça ao que sou agora. Morreram e com eles uma parte de mim mesma também morreu. Muitas vezes, à noite, quando volto sozinha para casa e percorro aqueles aposentos vazios onde ninguém me espera mais, pergunto: terão existido mesmo, ou foi apenas um sonho? (CARDOSO, 1974, p. 215).

A linguagem empregada na construção desta narrativa revela um sistema vivo e poético, evidenciando cenas comuns, laços afetivos, recordações e saudades. Enfim, há riqueza escondida em cada um dos relatos mínimos e múltiplos, temperados pela sinceridade amorosa da escritora. Talvez esta marca tenha motivado a pergunta feita por Carlos Drummond de Andrade à Maria Helena Cardoso: “Como foi que você conseguiu isso: fazer um livro que não está escrito está vivido, abrindo suas pétalas como uma flor que a natureza plantasse, longe dos jardins cultivados?”

Minha Vida de Menina, livro publicado em 1942 por iniciativa de sua autora, Alice Dayrell Caldeira Brant, foi escrito no final do século XIX, mais precisamente entre 1893 e 1895. Para publicação, Alice adotou o pseudônimo Helena Morley, o que não é, segundo Lejeune (2008), um nome falso, e sim, “um nome de pena, segundo nome, exatamente como aquele que uma freira adota ao ser ordenada”. (p. 24). Logo, esta es-

colha não afeta a autenticidade do pacto autobiográfico, não prejudicando, absolutamente, a identificação entre a autora, narradora e personagem.

O livro é um peculiar exemplo da escrita de diários, gênero ainda pouco valorizado pela literatura brasileira. Talvez, por se tratar de um relato fiel da realidade de quem o escreve, além de constituir revelações de interesse particular. “Íntimo por seu conteúdo e por sua destinação” (LEJEUNE, 2008, p. 224).

Escrever um diário corresponde, na oralidade, à conversa com os próprios botões. Esta sinceridade e a liberdade de escrever parecem, de certa forma, avessas ao universo literário. Há apenas o compromisso com a verdade interior daquele que redige. “Vou escrever aqui o que fiz com ela e não tenho vergonha porque é só o papel que vai saber” (MORLEY, 1998, p. 78).

Para Roberto Schwarz,

estaremos diante de um universo denso, capaz de autênticas revelações, a que a prosa da garota avessa ao tom pretensioso serve como propriedade absoluta, de grande literatura. Como sempre, também aqui a naturalidade bem sucedida se prende a circunstâncias complexas e irrepetíveis. O caso fica mais notável por contraste, se lembrarmos a conjunção infeliz e inconfundível que se havia estabelecido, nas letras da época, entre a crise do Brasil antigo, o contorcionismo estilístico e as ofuscações subalternas do cientificismo (SCHWARZ, 1997, p. 47).

No diário, o estilo preponderante da escrita é a narração, que não se organiza, contudo, através de seus elementos tradicionais: enredo, tempo, espaço e personagens. A marcação cronológica, por exemplo, merece ser destacada, pois contribui para o enredo linear e contínuo. As inscrições são cotidianas, cujos registros, delimitados por datas específicas, podem ter marcação precisa ou não. “Um diário sem data, a rigor, não passa de uma simples caderneta” (LEJEUNE, 2008, p. 260). A forma é livre, representada através de pensamentos e sonhos, autoanálises e insignificâncias. Entretanto, uma cláusula é pré-determinada: deve-se respeitar o calendário. Para Blanchot (2005): “Esse é o pacto que ele assina. O calendário é seu demônio, o inspirador, o compositor, o provocador, o vigilante” (p. 270).

Faz-se a apresentação de micronarrativas, nem sempre relacionadas umas às outras, fundamentadas na exposição de eventos ocorridos no limite do dia registrado. Este formato veta a hierarquização e seleção dos acontecimentos apresentados. “Quando soa a meia-noite, não posso mais fazer modificações. Se o fizer, abandono o diário para cair na autobiografia” (LEJEUNE, 2008, p. 260).

O crítico Maurice Blanchot (1987), no livro *O espaço literário*, observa que o diário “pertence a um presente ativo, a uma duração talvez inteiramente nula e insignificante, mas ao menos sem retorno” (p. 20). Mesmo possuindo páginas datadas, a leitura deste gênero sempre remete ao presente, fato justificado pela condição do narrador, que desconhece completamente o futuro.

Há coincidência entre narradora e autora, entre texto e vida. O relato em primeira pessoa apresenta-se como uma maneira de combater o esquecimento, um memorial. Assim acredita Helena ao justificar-se: “Cada dia acho mais razão no conselho de

meu pai de escrever no meu caderno o que penso ou vejo acontecer [...] Se eu não tivesse este caderno poderia guardar na memória o caso tão engraçado que vi ontem?" (MORLEY, 1998, p. 68).

Os hábitos que determinam a vida na interiorana Diamantina do século XIX auxiliam a construção do espaço nesta obra, sendo sempre mencionados por Helena Morley. A cidade preserva vários elementos culturais de outrora, convivendo também com as novidades do final do século. Tudo isso impressiona e seduz a menina, que se manifesta criticamente, mostrando ser capaz de ponderar os benefícios e malefícios trazidos pelo progresso.

As tradições religiosas são, especialmente, alvo das reflexões de Helena. A menina questiona a infinidade de credices e lendas contadas pela população, que não a satisfazem.

Desde pequenina sofri com a superstição de todos os modos. Se estávamos à mesa treze pessoas, sempre eu que tinha de sair. Pentear o cabelo de noite, em nenhuma hipótese, pois se manda a mãe para o inferno. Varrer a casa de noite faz a vida desandar. Quebrar espelho traz desdicha. Esfregar um pé no outro, andar de costas e outras coisas de que não me lembro agora, tudo faz mal. De algumas elas não dão explicação do mal que fazem. De outras dão (MORLEY, 1998, p. 174-175).

Inúmeras personagens desfilam pelas páginas deste livro, muitas aparecem e desaparecem sem maiores explicações, devido à quantidade de microenredos propostos pela autora. Pessoas que compõem a trama de suas relações afetivas, e sobre as quais Helena lança julgamentos, questionamentos e reflexões.

Relendo estes escritos, esquecidos por tanto tempo, vieram-me lágrimas de saudades de meus bons pais, minha boa avó e minha admirável tia Madge, a mulher mais extraordinária que já conheci até hoje e que mais influência exerceu sobre mim, pelos seus conselhos e pelo seu exemplo (MORLEY, 1998, p. 13-14).

Dentre todas, sem dúvida, a mais importante é a avó Teodora: "Agora que estou aqui me desabafando é que me vem à memória toda a sua ternura, toda a sua bondade para comigo" (MORLEY, 1998, p. 288).

Para Alexandre Eulálio, o livro *Minha Vida de Menina* é um "livro para ser lido sem pressa, produto de horas de lazer, feito para se pegar e deixar sem mais aquela, no mesmo à-vontade em que foi composto" (*apud* MORLEY, 1998, p. 6).

As anotações de Helena, iniciadas no dia 05 de janeiro de 1893, contam com uma prosa displicente, brejeira, coloquial e desinteressada para traduzir o pacato cotidiano de Diamantina. A mobilidade e leveza do texto são dadas pela adequação à fala brasileira da adolescente, que não se molda ao português padrão. Esse tom é coerente com a alma sonhadora, independente e sem cerimônias da narradora, que apresenta, com balanço e inteligência, sua rotina. Na concepção de Roberto Schwarz,

trata-se de poesia sem aviso prévio, quer dizer, sem apoio de figuras de linguagem, rebuscamento sintático, referências cultas, termos raros... Em termos positivos, a qualidade poética se prende ao prosaísmo estrito, com dicção, objetos e situações comuns, e a clareza maior possível [...] (SCHWARZ, 1997, p. 107).

São comuns na literatura latino-americana obras que tematizam o que não foi contemplado pela história oficial, e se propõem a preencher as lacunas deixadas, recordando o que poderia ter sido dito e não foi. Narrativas que pretendem transmitir grandes e importantes revelações históricas, de surpreendente profundidade e amplitude. Não significa dizer que o memorialista está ocupado em perseguir a verdade, como é a função do historiador. Mas, ao representar o passado, os costumes e as ações dos homens, ele compartilha a tarefa do historiador, e o primeiro tem a seu favor a possibilidade de mostrar os fatos de forma mais sutil.

A aproximação das obras aqui apresentadas, *Minha Vida de Menina* e *Por Onde Andou Meu Coração*, evidencia que as reminiscências resgatam, especialmente, os laços familiares, os afetos de outrora e a convivência íntima com pessoas queridas. O percurso das narrativas é feito pelas nuances afetivas, olhares, lugares. Faz-se necessário realçar, entretanto, o caráter individual da memória, na medida em que se constitui de vivências de um sujeito. As impressões são particulares, e, é por esta concepção que garantem, segundo Ricoeur (2007), a continuidade temporal do ser, ganhando viés de identidade. “É principalmente na narrativa que se articulam as lembranças no plural e a memória no singular, a diferenciação e a continuidade” (RICOEUR, 2007, p. 108).

A narrativa sobrevive e configura-se como um antídoto contra a morte e o esquecimento, uma vez que as palavras inscritas no papel desafiam a ação do tempo. O próprio ato de escrever já representa uma forma de resistência, deseja-se que o passado não se perca, escreve-se para não morrer, pois a concretização do texto desafia a finitude. As belas palavras de Ayres explicam como os livros resistem às investidas da morte e perpetuam experiências:

Considerando que as pirâmides, colunas e estátuas de todos os materiais se danificam ou são destruídas pelo tempo ou simplesmente ficam em ruínas... , que cidades inteiras se afundam, desaparecem ou ficam cobertas de água, enquanto que os livros e escritos são imunes a essa destruição, já que se alguns desaparecem num lugar ou país, podemos encontrá-los facilmente em inúmeros outros, e deixando falar a experiência humana, conclui-se que não há nada mais duradouro e imortal que os livros (*apud* BENJAMIN, 2011, p. 146-147).

Referências

ARENDETT, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I: magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

- _____. *Obras Escolhidas II: rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. *Origem do drama trágico alemão*. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- BERGSON, H. *Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- _____. *O livro por vir*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3 edição. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- CARDOSO, Maria Helena. *Por onde andou meu coração*. Prefácio de Walmir Ayala. Rio de Janeiro: Mobral/ INL/ J. Olympio, 1974.
- CASTELLO BRANCO, Lúcia. *A traição de Penélope*. São Paulo: Annablume, 1994.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- _____. *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- _____. *Walter Benjamin: Os cacos da história*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- MIRANDA, Wander Melo. *Corpos Escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: Editora USP/ Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992.
- MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François et al. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- SHARPE, Peggy. (org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Editora Mulheres/ UFG, 1997.

“Barbas compridas, & corpos de ferro”: Fernão Mendes Pinto e o império português no Oriente

Luis André Nepomuceno

UNIPAM. Doutor em Teoria e História Literária pela Unicamp.
e-mail: luisandre.nepomuceno@gmail.com

Resumo: *A Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, é o livro de memórias de um navegador, embaixador, pirata e escritor português que esteve por 21 anos no Oriente, entre 1537-1558, à época da expansão do império português por aquelas terras. O livro, publicado postumamente em 1614, tem sido lido ora como libelo contra o nacionalismo luso, ora como literatura de viagens a defender interesses eurocêntricos. O presente trabalho, buscando as relações entre a literatura e a história, a partir de conflitos políticos e sociais, pretende equilibrar e relativizar as teorias sobre o livro, e identificá-lo com dois temas: 1) o “desconcerto do mundo”, tão típico do séc. XVI; 2) a denúncia contra a tirania e suas consequências, como a intolerância, a violência e a traição das alianças políticas, independentemente de quem esteja por trás de tais projetos, se portugueses, muçulmanos ou gentios.

Palavras-chave: Renascimento português; Fernão Mendes Pinto; literatura e política.

Abstract: Fernão Mendes Pinto's *Peregrinação* is the book of memories written by the Portuguese navigator, ambassador, pirate and writer who had been for 21 years in the East, between 1537-1558, when the Portuguese empire was spreading its territories in those lands. The book, posthumously published in 1614, has been interpreted sometimes as a libel against the Portuguese nationalism, sometimes as travel literature defending Eurocentric interests. The present work, approaching literature and history, and considering political and social conflicts, intends to balance and reconsider the theories about the book, and to identify it with two themes: 1) the “world disorder”, typical of the 16th century; 2) the denounce against tyranny and its consequences, such as intolerance, violence and the betrayal of political alliances, regardless of who is acting in such projects, whether the Portuguese, the Muslims or the heathen.

Keywords: Portuguese Renaissance; Fernão Mendes Pinto; literature and politics.

Acena é romanesca: uma ilha nos mares da China, 1542. Estamos no capítulo 78 da *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto. Corsários portugueses, sob o comando de Antonio de Faria, buscam, sôfregos e desesperados, os tesouros de ouro e prata num templo sagrado que estaria supostamente na mítica ilha de Calemplui, conforme lhes fora confirmado por um pirata, quando da temporada do navegador português no porto de Liampó. Para chegar lá, muita cobiça há de justificar o cansaço, a fome, as adversidades. Similau, também ele um pirata chinês, conduz os portugueses, mas abandona a embarcação, porque se perdera naquelas plagas praticamente desconhecidas e agora temia a retaliação de Antonio de Faria. Mais de 80 dias depois, os portugueses deparam com a ilha de Calemplui e seus tesouros: o templo sagrado, ornado de preciosidades inimagináveis, misturadas aos ossos dos imperadores mortos. Antonio de Faria (personagem histórico, romanceado por Mendes Pinto) saqueia esculturas e imagens religiosas, enquanto Hiticou, o velho guardião do templo, condena a ganância portuguesa, mas em vão. No dia seguinte, os estrangeiros pilham outros templos e saem às carreiras, sabendo que foram denunciados. Antes da retirada, ameaçam dois ermitões, um dos quais diz que um santo homem de uma daquelas ermidas se afligira com os saques da noite anterior, gritando:

sabey que são entradas gentes estrangeyras do cabo do mundo com barbas compridas, & corpos de ferro, na casa dos vinte & sete pilares, de que hum santo homem que me isso disse era vassoura do chão, & roubando nella o tisouro dos santos, botarão com desprezo seus ossos no meyo da terra, & os contaminarão com escarros podres & fedorentos, dando muytas risadas como demonios obstinados & contumazes no primeyro peccado [...]¹.

Não é essa uma exceção entre os inúmeros episódios da *Peregrinação* em que povos do Oriente fazem considerações terrivelmente negativas sobre os portugueses que, tendo descoberto o caminho marítimo para a Índia em 1497, garantiam, junto aos países da Ásia Extrema, naquela primeira metade do séc. XVI, o monopólio comercial do Oceano Índico, bem como a legitimidade de Deus e da Igreja para suas atividades mercantis²: “[...] cegos, & atolados em suas cubiças & interesses”, dirá o rei de Aaau a respeito dos mercadores lusos (cap. 85); “[...] bem se vê pelas muytas riquezas que esta nação barbada geralmente possui em toda a terra por força de braço armado, em afronta de todas as outras nações”, consideram os chineses em Liampó, diante das homenagens a António de Faria (cap. 68). Exemplos se multiplicam.

¹ *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: studies, restored Portuguese text, notes and indexes*. Dir. de Jorge Santos Alves. Lisboa: Fundação Oriente/ Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010 (4 vols.), vol. II, cap. 78, p. 258. Daqui em diante, todas as citações da *Peregrinação* serão extraídas desta edição, mencionando-se o número do capítulo e a página.

² Charles Boxer avalia que os portugueses “conseguiram obter e manter, praticamente durante todo o século XVI, uma posição dominante no comércio marítimo do Índico e uma parte importante do comércio marítimo a oriente dos estreitos de Malaca”: BOXER, Charles. *O império marítimo português: 1415-1825*. Trad. Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 55,

Rebecca Catz, leitora de Fernão Mendes Pinto, aponta que a imagem de “ladrões do mar” dos portugueses amplia-se de tal forma que eles “não mais podem passar-se por mercadores, nem conseguir estabelecer quaisquer relações normais de comércio com as populações locais”³. A imagem portuguesa no Oriente é sinistra e ruíno-sa, pelos menos a julgar pelos olhos daqueles orientais retratados por Mendes Pinto.

Compondo esse retrato depreciativo dos portugueses sob o olhar da gente oriental, a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto é um livro praticamente sem pares na história do Renascimento português. O suposto livro de memórias (que é também crônica, romance, livro de viagens e historiografia) narra as aventuras de seu autor por 21 anos no Oriente, peregrinando pelos mais diversos reinos da Ásia, atuando como mercador, embaixador, pirata, tendo sido “treze vezes cativo, & dezassete vendido”, e por fim, anotando costumes, valores e condutas dos povos orientais da Índia, Etiópia, Arábia, China, Japão, Tartária, Sião, Pegu, Samatra e outras províncias.

Embora a *Peregrinação* seja composta por uma diversidade de temas e enredos, é possível entrever na edificação do livro um plano que, se inicialmente beira a dimensão biográfica, alcança, ao final, também a pretensão historiográfica e estética, atendendo a princípios que o autor poderá ter julgado importantes para a separação em blocos temáticos. Como o objetivo do presente trabalho é pontuar no livro a temática do desconcerto do mundo e o olhar do autor sobre as práticas da tirania e suas consequências (a violência, a cobiça), parece necessário repensar a natureza desses blocos temáticos, como forma de entrever o eixo central da narrativa e os argumentos que o rodeiam e lhe servem de sustentação e matéria.

A avalanche de temas, nomes e lugares mencionados no livro, somada aos sucessos romanescos e às patuscadas pessoais do narrador – num jogo que transita constantemente entre o narrador homodiegético e autodiegético – parece deixar a marca de uma narrativa descentrada, fragmentária, num misto de experiências pessoais e de historietas livrescas extraídas de manuais de cronística da época⁴. Entretanto, a considerar o todo, os painéis narrativos criados por Mendes Pinto, em que ele demarca fronteiras entre o eu como foco central da ação e como mera testemunha dos acontecimentos históricos, projetam a figura do herói (ou anti-herói, para alguns) como eixo de uma grande roda, de tal forma a evidenciar que o narrador é sempre a imagem e o arquétipo do português envolvido com os acontecimentos e crises do mundo oriental. Não é narrativa fragmentária. E assim sendo, Fernão Mendes Pinto (nome verdadeiro do narrador, mencionado apenas no penúltimo capítulo) é o próprio eixo central da narrativa, protótipo de certa identidade que se revela a própria consciência portuguesa a se desdobrar em variedades de comportamento, seja como pirata, seja como embaixador, seja como missionário, seja ainda como prisioneiro ou mendigo. As imagens de si, construídas ao longo do livro, são modelos ou retratos de determinadas condições da aventura

³ CATZ, Rebecca. *Fernão Mendes Pinto: sátira e anti-cruzada na Peregrinação*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa 1981, p. 55.

⁴ João David Pinto Correia traça um painel de identidades do narrador da *Peregrinação*, conforme uma narrativa autodiegética, homodiegética e heterodiegética: CORREIA, João David Pinto. *A “Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto: autobiografia e aventura na literatura de viagens*. Lisboa: Seara Nova/ Editorial Comunicação, 1979, p. 60.

portuguesa no Oriente. E para cada retrato de si constrói-se, ao mesmo tempo, um retrato diferente da própria nação. Rui Loureiro já havia chamado a atenção para o fato de que toda a composição do livro é artificialmente organizada em torno da personagem central, de forma a produzir a ilusão da credibilidade⁵.

Portanto, quando o narrador, no capítulo 17, tem de ouvir do rei dos Batas um desabafo de estadista traído por suas alianças políticas (“Ah Portuguez, Portuguez, rogo-te que não faças de mim tão necio”), parece justo entender que Mendes Pinto nos oferece aqui a própria imagem do português como mau embaixador, como o traíçoeiro de seus aliados políticos, sendo estes os expositores de verdades amargas que se ampliam para uma dimensão visivelmente histórica. Ou quando o narrador testemunha o discurso do menino chinês (cap. 55), cujo pai fora saqueado na Ilha dos Ladrões, ou ainda o discurso do velho Híticou, nos já mencionados templos de Calemplui, parece sensato compreender aqui o retrato do mercador português como saqueador de templos e embarcações de nativos desprotegidos nos mares e sertões do Oriente.

Ocorre, entretanto, que as atrocidades e selvagerias cometidas por portugueses em terras orientais não são exclusividade sua, mas compõem um quadro de barbárie, que é o cenário mesmo dos mares do Índico em meados do séc. XVI, quando orientais, muçulmanos e europeus buscavam disputar furiosamente os domínios do comércio, no plano da legalidade, ou mesmo da pirataria, no plano da ilegalidade. O jorro inacabável de nomes e reinos que se digladiam e disputam tesouros e terras no livro de Mendes Pinto parece sugerir um mundo em desconcerto, em que tiranos, justos e injustiçados, íntegros, bons governantes, vítimas, algozes, todos eles se misturam numa dança frenética de poderes, ascensões e revezes, numa confusão de linhas de força a sugerir que o curso da história é 1) cruel com os bons e favorável aos maus; ou 2) cruel e desfavorável com os bons e com os maus, indistintamente. No vaivém dos incidentes, o que emerge no decurso da história são o despropósito e a absurdidade dos acontecimentos, o velho “desconcerto do mundo”, mencionado por Fernão Álvares do Oriente, Camões, Gil Vicente ou Sá de Miranda, naqueles discursos em que a cobiça e a ânsia de honras e riquezas são os instrumentos e a própria roda da história. Como define Carvalho Buescu, “trata-se, portanto, da explicitação do Mundo ao revés, um dos tópicos de maior incidência e produtividade no século XVI”⁶, e que na obra de Mendes Pinto parece assumir dimensões históricas, trágicas e cosmogônicas.

⁵ LOUREIRO, Rui. “Mission impossible”, p. 254. A questão do papel do narrador na *Peregrinação* é altamente complexa e tem levantado as mais diversas polémicas, entre as quais se encontra o problema da demarcação entre o narrador e o autor. Célia Carvalho, acompanhando a tese de João David Pinto Correia, prefere acreditar que “separar o eu-enunciado do eu-enunciador acaba por se afigurar como uma metodologia arriscada”: CARVALHO, Célia. “Acerca da autobiografia na *Peregrinação*”, in: SEIXO, Maria Alzira e ZURBACH, Christine (org.). *O discurso literário da “Peregrinação”*. Lisboa: Edições Cosmos, 1999, p. 38. Ricardo Luiz de Sousa, ao contrário, acompanhando a tese polémica de Rebecca Catz, prefere acreditar que “narrador e autor são entidades distintas”: SOUZA, Ricardo Luiz de. “Fernão Mendes Pinto e Diogo do Couto: as vozes do outro”, *Patrimônio e Memória*, vol. 7, n. 2, dez. 2011, p. 22.

⁶ BUESCU, Maria Leonor C. *Ensaio de literatura portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 1986, p. 18.

Pode ser justo pensar que, nessa roda insana da história, os portugueses não passam de um reino a mais entre tantos no meio das lutas políticas do Oriente. O que estaria pensando o narrador da *Peregrinação* a esse respeito? Em que sentido os portugueses se diferenciam dos demais povos orientais, em meio à turbulência pelo poder? Em outros termos, com que disposição Fernão Mendes Pinto coloca os seus olhos sobre o império português no Oriente? Michael Pearson defende que até o séc. XV, o comércio, e mesmo a pirataria nos mares do Índico, eram quase que uma exclusividade muçulmana, e estes eram altamente desenvolvidos no comércio, porém não tanto na guerra, e que o domínio e a expansão do império português naqueles mares não significam ao mesmo tempo uma nova era dominada pelo poder europeu⁷. Nesse sentido, pelo menos no âmbito da história, os portugueses são, sim, mais um império no meio de tantos outros a disputar riquezas e territórios no Oriente. Contudo, um império representado por uma gente que até então não fizera parte daquela história, e que quando passa a fazer, prefere ditar regras e impor condições alheias ao mundo do comércio, bem como dar a conhecer certas disposições culturais opressivas, como o proselitismo e o fanatismo religioso, e por fim, o discurso hipócrita do caráter e da gentileza em meio à prática da barbárie⁸. Pelo menos é esse o retrato que se tem dos portugueses na *Peregrinação*.

Talvez um dos mais polêmicos temas do livro seja efetivamente o olhar de Mendes Pinto sobre as práticas políticas e sobre os trabalhos missionários do império português, de que ele fez parte ativa por longos anos, como mercador, embaixador e assistente de missionários. E no cerne dessa polêmica, críticos e historiadores divergem substancialmente. Rebecca Catz e António José Saraiva, velha-guarda de leitores da *Peregrinação*, puxaram uma correnteza de avaliações críticas, para as quais o livro de Mendes Pinto é uma sátira feroz à expansão portuguesa no Oriente, e seu narrador e personagem central, o típico anti-herói pícaro sobrevivendo em meio às peripécias de seus amos poderosos⁹. A tese central de Catz é de que a distinção entre o narrador e o autor pode tornar evidente que nem tudo aquilo que se diz no livro, da parte do narrador, teria sido a opinião do autor Mendes Pinto. Ricardo Luiz de Souza chega a considerar que a intenção satírica do texto está “sempre voltada para o Ocidente, nunca para

⁷ PEARSON, Michael N. “Mercados e comunidades mercantis no Oceano Índico: Situar os Portugueses”, in: BETHENCOURT, Francisco & Curto, Diogo Ramada (org.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Trad. Miguel Mata. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 96-103.

⁸ Historiadores apontam que a expansão do império português foi intimamente identificada com a vocação ibérica para o trabalho missionário, e que os portugueses, já no séc. XV, receberam a exclusividade para a pregação religiosa nas terras do Atlântico Sul, e depois do Oriente, por meio da legitimação da Igreja, em suas bulas papais. Ver, por exemplo: CRISTÓVÃO, Fernando. “Da ‘boa-fé’ colonizadora à ‘má-fé’ colonialista e racista”, in: *O olhar do viajante: dos navegadores aos exploradores*. Coimbra: Edições Almedina, 2003, p. 269; e BOXER, Charles. *O império marítimo português: 1415-1825*, p. 228-230.

⁹ CATZ, Rebecca. *A sátira social de Fernão Mendes Pinto: uma análise crítica da Peregrinação*. Lisboa: Prelo Editora, 1978; e ainda SARAIVA, António José. *Fernão Mendes Pinto*. Lisboa: Europa-América, 1958.

o Oriente”¹⁰. Nesse mesmo caminho, Alexandre Flores *et al.* acrescentam que “o Autor faz contrastar a selvajaria e a impiedade dos seus companheiros, com a urbanidade, a tolerância e a sabedoria religiosa dos chineses, japoneses, ‘Léquios’, e outros”¹¹, e Hernani Cidade observa uma espécie de empáfia cristã denunciada na *Peregrinação*, deixando claro que este livro daria início à tradição iluminista que retratou orientais, supostamente bárbaros, como superiores aos ocidentais, a exemplo do que fariam, por exemplo, Voltaire e Montesquieu¹².

Na contramão de tudo isso, Carlos Jorge, ao analisar o mundo de violência como prática comum da pirataria e do corso que grassaram nos mares do Índico em meados do séc. XVI, independentemente da participação portuguesa, aponta que não há no livro qualquer distinção maniqueísta entre ocidentais e orientais e que uma crítica ao imperialismo português seria atitude anacrônica para a época: “parece-nos excessivo, de facto, que se veja, no olhar ou na focalização de um observador da época, que contempla a lei dos mares, no Índico, e dela é vítima várias vezes, um lúcido libelo crítico contra a violência imperialista dos Portugueses”¹³. E Francisco Ferreira de Lima chega mesmo a considerar que, na *Peregrinação*, a conquista portuguesa em si “não é o mal, como compreenderam Saraiva e Catz, mas o bem, distribuído para todos: para os gentios, que ganham Cristo; para Deus, que amplia seu rebanho e para el rei que au-

¹⁰ SOUZA, Ricardo Luiz de. “Fernão Mendes Pinto e Diogo do Couto: as vozes do outro”, pp. 20-32.

¹¹ FLORES, Alexandre et. al. *Fernão Mendes Pinto: subsídios para a sua bio-bibliografia*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 1983, p. 37.

¹² CIDADE, Ermani. *A literatura portuguesa e a expansão ultramarina*. 2 ed. Coimbra: Arménio Amado editor, 1963, vol. I, p. 178. G. Le Gentil, conhecido intérprete da *Peregrinação*, aponta em Fernão Mendes Pinto também um panfletista que denunciou a colonização portuguesa: “On dirait plutôt que l’auteur adopte la cause des indigènes et se demande, en leur nom, de quel droit ces aventuriers, venus de si loin, prétendent les dépouillier d’un bien qui appartenait à leurs ancêtres. [...] On y peut voir aussi la revolte d’une conscience troublée s’accusant de tous les maux qu’entraîne la colonization, laquelle, sur tous les continents, commence invariablement par un coup de force”: LE GENTIL, C. *Les portugais en Extrême Orient: Fernão Mendes Pinto, un précurseur de l’exotisme au XVIe siècle*. Paris: Hermann et Cie, 1947, p. 294.

¹³ JORGE, Carlos J. F. “A dimensão da pirataria na *Peregrinação*. Poder e contrapoder: uma ideologia da paródia”, in: SEIXO, Maria Alzira e ZURBACH, Christine (org.). *O discurso literário da “Peregrinação”*, p. 79. No entanto, é preciso considerar que interpretações favoráveis ao retrato de um Mendes Pinto denunciador da colonização portuguesa no Oriente (ao estilo do Velho do Restelo, de Camões), apoiam-se em certos discursos da época, como, por exemplo, em autos vicentinos, ou nas digressões filosóficas de Henrique Dias, autor de um opúsculo sobre o naufrágio da nau São Paulo, incluído na *História Trágico-marítima*, de Bernardo Gomes de Brito. Leia-se, a exemplo, a passagem: “Assim, não nos contentando com o que nos é dado e concedido de Deus, nos obriga nossa cobiça, *omnium malorum radix*, deixar nossa amada pátria e lares próprios, tão desejados, só por fugirmos à pobreza, que não pode ser maior que a deste estado, em que sofremos e passamos o fogo e frio de ambas as zonas, tão memoradas dos antigos, a que eles nunca cometeram nem viram, e menos experimentaram suas quenturas e frialdades”: BRITO, Bernardo Gomes de (org.). *História trágico-marítima*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lacerda/ Contraponto, 1998, p. 221.

menta seus domínios e riquezas”¹⁴.

Embora bastante criticadas por novos investigadores, as teses de Rebecca Catz e António José Saraiva parecem sedutoras ainda hoje, a despeito de certas limitações e excessos na avaliação ideológica da *Peregrinação*. Na obra desses críticos, a controvérsia da colonização toma dimensões excepcionais, o que parece efetivamente corresponder ao eixo central do livro. E de fato, o problema da colonização, seguido de outras temáticas políticas, como a tirania, a corrupção, o mau governo e a própria violência nas relações de convivência com o outro, mesmo se excetuando a participação dos portugueses no romance, tem papel de primeiríssima grandeza. Nos capítulos 144 a 199 da *Peregrinação*, Mendes Pinto quase deixa de lado a saga portuguesa no Oriente (com muitas exceções, é certo) para se dedicar a um longo e criterioso estudo sobre a conduta política do homem oriental, num misto de narrativas homodiegéticas e heterodiegéticas (conforme proposta de João David Pinto Correia, já mencionada), em que o narrador ora participa das ações como personagem secundário, ora as coloca em cena como estudioso da matéria historiográfica sobre o Oriente, sem jamais ter participado daquilo que conta. Se nas primeiras partes do livro, a experiência portuguesa (as embaixadas, as pilhagens a templos, a dura vida no presídio chinês) revela-se o eixo de toda a trama, nos capítulos posteriores, o autor desloca o centro da ação para uma abordagem dos conflitos internos entre reinos do Oriente (Pegu, Java, Sião), sob as lentes do mesmo narrador que participou diretamente das atividades portuguesas relatadas na primeira parte. É possível que um olhar mais panorâmico sobre esses capítulos possa interferir, de uma forma ou de outra, na investigação que se faz da ação portuguesa no livro, no justo momento em que esta sai de cena, pelo menos como argumento central. Em outros termos, Mendes Pinto expõe a exame, numa fase tardia de sua narrativa, um conjunto de reflexões políticas que dá continuidade à matéria tratada na primeira parte, como se tudo fosse um conjunto único de investigações sobre a política, e tudo convergisse para uma ampla discussão sobre a cobiça, a tirania e a violência, temáticas centrais do livro.

Se a *Peregrinação* nos fornece, por um lado, a impressão de uma crítica severa à cobiça portuguesa (tema que inegavelmente se encontra no livro), é preciso compreender, de outro, que as deformidades morais de que participa o narrador não compõem um retrato isolado, porém um cenário de generalização da barbárie, de que todos participam, como coautores de uma dramática história que se define por um “estado constante de reviravolta, de mundo às avessas”¹⁵. A *Peregrinação* é um livro de ações e reações, de altos e baixos, de conquistas e misérias, e toda a investigação sobre os dramas e conflitos políticos do Oriente (sobretudo aqueles que giram em torno da tirania) oferece uma notória continuidade temática às políticas da ação portuguesa naquelas terras.

A pesquisa sobre as condutas tirânicas e expansionistas de reinos orientais, exposta nas partes finais do livro (antes da narrativa de Francisco Xavier), é antecipada pelos capítulos que rematam a história do presídio chinês, quando o rei dos tártaros invade Pequim e conquista o castelo de Nixiamcó, inclusive com a ajuda dos portugue-

¹⁴ LIMA, Francisco Ferreira de. *O outro livro das maravilhas*, p. 173.

¹⁵ JORGE, Carlos J. F. “A dimensão da pirataria na *Peregrinação*”, p. 86.

ses (cap. 119). A ação expansionista do rei tártaro, toda ela uma sequência temática às longas práticas de conquista e expansão dos portugueses na primeira parte do livro, será seguida por uma avalanche de histórias de outras conquistas e de outras guerras imperialistas de expansão e defesa de territórios – um vórtice revelador do mundo ao revés e definidor de uma condição histórica de insegurança e instabilidade no mundo do poder.

É esse grande recorte da *Peregrinação*, que vai do capítulo 144 a 199, que parece constituir um dos pontos fulcrais para a controvérsia sobre a tirania, mais do que os capítulos que tratam exclusivamente da conduta portuguesa. Fernão Mendes Pinto deixa entrever aqui quase um opúsculo de natureza política, elaborando um exame e uma observação aguda sobre o comportamento ético de reis, príncipes, embaixadores e estadistas que participam das ações políticas em jogo. Nesse conjunto imenso de personalidades e espaços geográficos, é possível distinguir condutas, empenhos, pensamentos, conforme pelo menos dois grupos que se firmam, seja pela ação tirânica e expansionista (como no caso do rei Bramá, por exemplo), seja pela defesa heroica de seus súditos e territórios (como no caso do Xemindó). Essa distinção vai se configurando desde os primórdios do livro, quando os achéns muçulmanos revelam-se povos expansionistas conquistando terras nas proximidades da Malásia, e mostrando-se o retrato vivo da violência e das práticas de conquista.

Nessa distinção entre os tiranos e os pacifistas, Mendes Pinto enxerga nos batas e nos aarus (logo no começo do livro) as vítimas de um modelo político expansionista, seja pela ação violenta dos achéns, seja pela reação indiferente e traidora dos portugueses. No capítulo 13, um embaixador do rei dos batas visita Pero de Faria, capitão de Malaca naquela circunstância, para lhe oferecer mantimentos em troca de apoio bélico contra os turcos achéns, que tinham invadido o território bata, matando por traição os filhos do rei e agora compelindo aquela gente a uma conversão forçada à religião muçulmana. É o próprio narrador que deverá levar ao rei bata, no capítulo 17, um apoio misérrimo em troca de ajuda na negociação de mercadorias portuguesas. O rei bata peleja contra os turcos e, sem amparo, perde a guerra. Com seus negócios em dia, e feliz com a venda que fizera, o narrador, aqui representando a embaixada portuguesa de Pero de Faria, faz de si mesmo, junto aos olhos do leitor, e sem qualquer pejo, o retrato de um sórdido interesseiro a serviço do império corrompido. Situação idêntica se dará depois, quando o rei de Aaru vem solicitar os préstimos do mesmo Pero de Faria, e o capitão, uma vez mais (depois de uma recusa por motivos fúteis), envia uma embaixada com apoio medíocre àquela gente, e uma vez mais também, por intermédio do próprio narrador, revela o jogo mesquinho de interesses por trás da política de expansão.

Capítulos depois, quando o rei de Aaru já é morto pela força invasora dos turcos achéns, será a vez da rainha sua viúva a despejar em Pero de Faria um rancoroso discurso contra a traição e a sordidez dos portugueses, que o próprio narrador admite serem “cousas nossas muyto mal feitas, a que chamaua mentiras, roubos, tyrannias” (*Per.* cap. 30, p. 106). Até então, ainda não estamos diante de uma denúncia evidente da tirania como exercício e manipulação do poder político e econômico, senão apenas diante de uma denúncia das suas consequências, estampadas na mentira e na traição, a forma primordial com que os conquistadores tratam os seus povos conquistados. Os

portugueses são flagrados, nessa primeira parte do livro, não exatamente por sua prática tirânica (como serão outros povos na parte final do livro), mas pelas consequências de tal prática, a par do retrato politicamente denunciador de uma gente que é interesseira, incapaz de boas embaixadas e alianças políticas e, por fim, infiel aos povos vencidos e subjugados a sua tirania¹⁶.

A primeira parte do livro, retrato historicamente contraditório dos portugueses como “bons cristãos” e hábeis traçoeiros, serve de motivação para se pensar outras condutas políticas tirânicas nas partes finais, de que o rei de Bramá servirá como modelo mais acabado e cruel. Bramá¹⁷ aparece na *Peregrinação* como estadista tirano e expansionista, personalidade violenta e vingativa, conquistando, no capítulo 148, o reino de Martavão, em Pegu (hoje Birmânia), cujo rei Chaubainhá¹⁸ fizera pacto de comércio com os portugueses. É o próprio Mendes Pinto, sempre a serviço das embaixadas de Pero de Faria, quem diz no capítulo 144 que buscava Martavão para “assentar pazes co Chaubainhaa Rey de Martauão, como para por via de comercio virem os seus juncos com mantimentos â fortaleza” (*Per.* cap. 144, p. 474). Mas o apoio e a aliança com o Chaubainhá duram pouco: o rei de Martavão é sordidamente traído pelos portugueses, quando Bramá, entrando no reino conquistado com toda a sua comitiva bélica, numa gigantesca parada militar, traz consigo os próprios portugueses traidores, “todos vestidos de festa, com suas couras cortadas, & gorras nas cabeças concertadas com suas plumas”. A recusa do Chaubainhá em render-se aos portugueses (brevemente ele será jogado ao mar e terá sua mulher e filhos enforcados com mais 140 mulheres, num ato de brutalidade exasperada do Bramá) é altamente reveladora do quanto ele aceitaria o jugo da conquista bélica, por ser um dos componentes dessa roda do mundo desconcertado, mas nunca o da traição. Os portugueses, por decisão do Bramá, são forçados a se retirar da parada militar, como indignos de participar dela. “E em verdade affirmo que foy a cousa que mais senty em minha vida, por honra dos meus naturais”, admite o narrador, envergonhado da ação portuguesa (*Per.* cap. 150, p. 500).

Daqui em diante, o Bramá sairá furiosamente com seu exército descomunal, conquistando reinos e atropelando povos (Martavão, Avá, Savadi, Prom), passando por cima de tudo e de todos, com seus elefantes de guerra, vingando e humilhando os grandes em atos de selvageria, qual o retrato assustador de um tirano a deixar um rastro de sangue. E logo também virá o rei de Demá¹⁹, outro dos políticos expansionistas,

¹⁶ Charles Boxer esclarece que os portugueses, pouco preocupados com alianças políticas sólidas, estiveram mais interessados em se aproveitar das rivalidades já existentes entre povos do Oriente, no sentido de impedir uma oposição asiática eficaz à agressão e à expansão portuguesa: BOXER, Charles. *O império marítimo português*, p. 65.

¹⁷ Ou Rey de Bramaa, na grafia do autor: “King Tabin-shwi-hti of Burma (c. 1531-1550). He became a great menace to the neighbouring states, including Siam, which he attacked in 1549, taking advantage of the internal turmoil in Ayutthaya following King Chai Racha’s death”: ALVES, Jorge Santos. *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, vol. III, p. 243, nota 1.

¹⁸ Chaubainhaa, ou Saw Binya (Cõ Bañã), era o título do governador de Martaban, ou Muttama: ALVES, Jorge Santos. *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, vol. III, p. 190, nota 6.

¹⁹ Ou Rei de Demak, reino situado na costa norte da ilha de Java, capital do primeiro estado muçulmano de Java, sobre a qual muito pouco se sabe no séc. XVI. Sobre o rei: “During his

dessa vez a conquistar o reino de Passarvão, bravamente defendido por um nobre rei que “era muyto liberal, & nada tiranno” e, sobretudo, “bem inclinado para os pequenos do pouo, & grandemente amigo dos pobres” (*Per.* cap. 173, p. 596).

Os argumentos subsequentes são bastante reveladores daquele vórtice de guerras e conquistas que consolidam a imagem de um mundo politicamente instável, todo ele decorrente do jogo de traições e manipulações ao longo de uma história manchada de sangue. E daqui em diante, o leitor poderá compor mentalmente para si a natureza intrínseca dos grupos políticos da administração oriental, que podem ser separados entre conquistadores e tiranos, de um lado, e pacifistas e não-tiranos, de outro. O bom rei de Sião será traído por sua esposa adúltera, num recorte dramático que bem lembraria uma tragédia de Shakespeare, o que faz desencadear a ganância do Bramá que, por isso, acabará buscando seu próprio fim, não sem antes perder seus territórios conquistados em Pegu e Martavão, agora sob a disputa entre o Xemindó²⁰ e o Xemin de Satão²¹, da qual sairá vitorioso o Xemindó, mas por pouco tempo, pois será vingado pelo Chaumigrem²², antigo aliado do Bramá. Paralelamente a esses fatos, o rei de Demá quer conquistar Passarvão, com a aliança do rei de Sunda, mas é impedido por um seu súdito, numa antológica cena em que uma criança de 12 anos mata o seu rei por um motivo fútil. É claro que esse conjunto de episódios se refere aqui a uma síntese grosseira, de cunho meramente instrutivo. Apesar de envolver seu leitor num amontoado infundável e complexo de referenciais históricos, verdadeiro manual de narrativa das guerras de seu tempo, trabalho robusto de um orientalista de vida e de leitura, Fernão Mendes Pinto fabrica uma arquitetura de caráter simples e moralizante, quase um opúsculo intencionado a evidenciar seus argumentos pessoais sobre história e filosofia política²³. Não será ele, portanto, apenas um contador de histórias, porém, acima de

long reign, this king launched a number of military campaigns against the island’s Hindu states, such as Banten and Majapahit, and succeeded in asserting himself as the most powerful ruler on the island. He even extended his authority over several overseas states”: ALVES, Jorge Santos (dir.). *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, vol. III, p. 228, nota 4.

²⁰ Ou Xemindoo, na grafia de Mendes Pinto: “Smin Tho-rama (commonly shortened to Smin Tho or “Htaw” in the traditional transcription) was the son of Baña Ram, a former Mon king at Pegu (1492-1526) [...]. He was a Buddhist monk but quit the order to lead a revolt against the rule of Tabinshwethi. According to Pinto, this revolt forced Tabinshwethi to cut short his Siam campaign (chapter 186), abandon the siege of Ayutthaya, and return home”: ALVES, Jorge Santos (dir.). *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, vol. III, p. 249, nota 2.

²¹ Sobre o Xemin de Satão, ou Smin Thwat, menciona-se que ele se tornara governador de Sit-taung apenas em 1550, com a morte de Mahagyi: Jorge Santos Alves (dir.). *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, vol. III, p. 250, nota 11.

²² Sobre o Chaumigrem: “Pinto’s Chaumigrem is Bayinnaung Kyawthin Noratha, Tabinshwethi’s greatest general and his sucessor in 1555. Pinto’s term which cannot be related to a known title of Bayinnaung could be interpreted as Saw-min-gyi, a title for a high ranking person”: ALVES, Jorge Santos. *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, vol. III, p. 205, nota 3.

²³ Rui Loureiro esclarece que Fernão Mendes Pinto não era homem de poucas letras, e que possivelmente teria feito pesquisas avançadas sobre história e cartografia para elaborar a comple-

tudo, o observador social de um tempo em crise e de um mundo em desconcerto. De suas narrativas emergem sistemas, conceituações, entendimentos, juízos críticos, enfim, uma verdadeira síntese da “ciência política” de sua era, solidamente sustentada nas preocupações com a cobiça e o imperialismo.

Ainda que possam parecer de uma disposição maniqueísta e moralizante nas suas intenções, as pesquisas políticas de Fernão Mendes Pinto projetam no cenário histórico certas personalidades e comportamentos que se revelam como referências éticas concebidas pelo autor: o rei tártaro, Bramá, Demá, o Xemin de Satão, e de certa forma, o Chaumigrem (vingador do rei Bramá) compõem o rol de monarcas tirânicos, voltados a uma política expansionista e opressora. De outro lado, o rei de Sião, o Chaubainhá, o Xemindó, e antes deles, o rei dos batas, bem como o rei e a rainha de Aaru, ou ainda o pobre reizinho tornado cristão na ilha de Pulo Hinhor, formam o rol de monarcas defensores de seus territórios e de seus direitos, sempre na inútil tentativa de proteger sua gente vitimada por ideais de conquista. O Xemindó talvez seja o melhor exemplo do monarca pagão judicioso e prudente, quase um sábio beirando a santidade (Smin Tho fora monge budista), na defesa de seu reino de Pegu. Nos três anos e meio de seu governo, conforme interpreta o narrador, “esse Xemindoo a cousa em que primeyra & principalmente entendeo foy em trabalhar todo o possiuel por conseruar a Republica em paz & justiça com huma tamanha quietação & inteireza, que nenhum grande ousaua a leuantar os olhos para nenhum pequeno por muyto pequeno que fosse” (*Per.* cap. 194, p. 667). O Chaumigrem, que lhe toma à força o reino de Pegu, em nome de uma vingança do rei Bramá, leva a cabo um verdadeiro exercício de crueldade: mata-lhe a filha “encima de seu pay, porque a viu abraçada com elle”, humilha-o em procissão pública e corta-lhe a cabeça, esquartejando em oito partes o corpo do santo. O velho Xemindó, exemplo de estoicismo e dignidade, suporta as humilhações, como um Cristo que sobe o calvário²⁴.

Se Mendes Pinto supostamente elabora uma espécie de libelo contra a tirania, a posição de seu narrador frente a esse quadro de horrores parece ter importância extraordinária. Rebecca Catz deu início à tradição crítica de que o narrador da *Peregrinação*, a exemplo dos narradores satíricos (Rabelais, Montesquieu, Voltaire), é o observador impassível que narra a história com olhar ingênuo, sem dar tento das atrocidades e incongruências daquilo que conta, como teria feito Gulliver, manipulado por Jonathan

xa sequência de guerras mencionada na *Peregrinação*: LOUREIRO, Rui. “Mission impossible”. p. 255.

²⁴ Carla Martins Tavares, em pesquisa sobre a *Peregrinação*, evidencia que Mendes Pinto se comove com o sofrimento das rainhas abandonadas que perderam guerras (a rainha de Onor, a de Aaru, a de Pongor), bem como com a sabedoria dos anciãos orientais, como o velho de Calemplui, ou o próprio Xemindó: TAVARES, Carla Margarida Martins. *Identidade e alteridade na Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro, 2008, pp. 69 e 73. António Moniz confirma que o Xemindó, na trágica cena de sua humilhação pública, revela-se uma espécie de Cristo em sua estoica dignidade: MONIZ, António. *Para uma leitura da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*. Lisboa: Presença, 1999, p. 126-127.

Swift²⁵. A cena final do capítulo 65, em que o bando de Antonio de Faria, em resposta à soberba do mandarim de Nouday, invade a cidade, mata autoridades, faz pilhagem de bens e pertences, incendeia casas e leva mulheres, é o típico exemplo da observação indiferente de um narrador que não comenta as atrocidades de que participa: “e todos muyto ricos & muyto contentes, & com muytas moças muyto fermosas, que era lastima velas yr atadas cos murrões dos arcabuzes de quatro em quatro, & de cinco em cinco, & todas chorando, & os nossos rindo & cantando” (*Per.* cap. 65, p. 218).

Nessa apreciação sobre o narrador ingênuo e impassível, não deixa de haver aí uma tese atraente, mas que precisa ser ajustada. É Carlos Jorge quem considera que, a julgar pelo cenário de violência e atrocidades da pirataria nos mares do Índico em meados do séc. XVI, o narrador não é exatamente um ingênuo, mas o retratista impassível de um panorama de guerra, o qual, vendo-se inserido num contexto em que a barbárie e a desumanidade são a moeda de troca nas relações entre estranhos, torna-se ele mesmo um personagem a mais nessa teia de articulações²⁶. João David Pinto Correia, sempre um atencioso leitor da *Peregrinação* e das literaturas de viagens no princípio do Renascimento, pontua que “talvez alguns dos registos que nos parecem provir do ‘olhar ingênuo’ não sejam mais do que fingimentos literários (ou, melhor, pura ficcionalidade) para composição mais acertada e conveniente da escrita”²⁷.

Mas o fato é que Fernão Mendes Pinto não é tão impassível nem tão ingênuo quanto possa parecer no cômputo de suas cenas de crueldade e, por curioso que se nos revele, seu olhar horrorizado, bem mais que indiferente ou imperturbável, apresenta métodos diferentes no julgamento de portugueses e orientais, mas sempre na ótica de seu opúsculo contra a tirania. Os monarcas orientais são julgados conforme um corpo doutrinário de ideias políticas, a separar o joio do trigo: de um lado, conquistadores e tiranos, de outro, os pacifistas e defensores da gente vitimada²⁸. Quando, no capítulo 120, o Mitaquer, capitão do rei tártaro, sai com sua tropa rumo a Pequim, destruindo povos e incendiando aldeias, o narrador comenta que a obra é “assaz digna de quem a fez”, e lá na frente (capítulo 123), quando o próprio rei tártaro abandona Pequim, e sai igualmente pilhando e incendiando aldeias, até chegar em casa, insatisfeito do que fi-

²⁵ CATZ, Rebecca. *A sátira social de Fernão Mendes Pinto*, pp. 122-153. A leitora americana de Mendes Pinto denuncia uma sólida diferença entre narrador e autor, na medida em que o segundo manipula no primeiro uma espécie de personagem ingênuo e autodepreciativo, tão alegre quanto curto de inteligência, portanto, incapaz de apreender os absurdos que narra. Lélia Parreira Duarte também observa que “ao estilo grandioso da epopéia contrapõe-se, portanto, o estilo humilde – fingidamente ingênuo de quem não sabe o que está a contar – do pícaro, cujas narrativas são intercaladas de anedotas e palhaçadas de um autor que se faz de tolo, numa prosa falada de narrativa oral”: DUARTE, Lélia Parreira. “Os *Lusíadas*, de Camões, e a *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto: perspectivas das viagens portuguesas”, *Via Atlântica*, n. 3, dez. 1999, p. 265.

²⁶ JORGE, Carlos J. F. “A dimensão da pirataria na *Peregrinação*”, p. 64.

²⁷ CORREIA, João David Pinto. “Deslumbramento, horror e fantasia: o olhar ingênuo na Literatura de Viagens”, in: CRISTÓVÃO, Fernando. *O olhar do viajante*, p. 14.

²⁸ Sobre o julgamento dos portugueses, a questão será comentada nas próximas páginas.

zera, o mesmo narrador se refere à ação tártara como atitude grosseira, “com hum cruel estrago dos miseraueis moradores della, de que nos os noue companheyros andauamos como pasmados” (*Per.* cap. 123 p. 408). Sim, mas o narrador não se mostrou pasmado quando os portugueses fizeram o mesmo com o mandarim de Nouday.

Diferentemente da visão de ingenuidade ou imperturbabilidade do narrador da *Peregrinação*, como tem sido apontado pela crítica até agora, é preciso ter em conta que há no livro inúmeras considerações pessoais no que se refere à brutalidade ou à brandura na conduta dos monarcas do Oriente. Enfim, o narrador toma partido, sim. Comentando a atitude insensível do rei Bramá diante das súplicas da rainha de Prom, por exemplo, o narrador define que os pobres desse reino receavam-se desses “inimigos crueys & desumanos” e o próprio rei conquistador é definido como “o tyranno Bra-maa”, alcunha que caberá também ao “tyranno Xemin de Çatão” (*Per.* respectivamente cap. 154, pp. 514 e 515; e cap. 191, pp. 657). Quando o Demá faz o cerco para invadir Passarvão, no capítulo 173, o narrador comenta que o pobre monarca deste reino se viu “cercado de huma gente tão baixa & tão vil, que contra toda a razão & justiça os queria por força obrigar a deixarem a fee em que seus pays os criarão”²⁹. E quanto ao Chaugmigrem, que vai aparecer em cena para vingar a morte do Bramá e matar a filha do Xemindó frente aos olhos assombrados do pai, o narrador julga a cena como “crueldade certo mais que brutal, & mais que ferina que quer ainda impedir os affeitos da natureza” (*Per.* cap. 197, p. 679). Crueldade, brutalidade, desumanidade são termos que se multiplicam no livro, quando se aplicam à descrição dos tiranos do mundo oriental. Opostamente, o Chaubainhá, na cena em que é humilhado na já comentada parada militar do Bramá que ocupa Martavão, é visto “em huma alifanta pequena em sinal de pobreza & desprezo do mundo”, e com “a fisionomia graue & seuera, & e aspeito de príncipe generoso” (*Per.* cap. 150, p. 499). Numa cena muito semelhante, quando o Xemindó será levado à humilhação pública e depois à execução, o monarca “trazia na cabeça huma coroa de palha como barça de ourinol”, por certo em sinal de humildade, e “não deixava de mostrar no aspeito dos olhos, que de quando em quando aleuantaua, o ser de Rey, com uma brandura tão seuera no rosto que fazia chorar a toda a pessoa” (*Per.* cap. 198, p. 681). Mesmo o rei de Sião, que tem curta passagem pelo livro, traído e assassinado que foi pela própria esposa, é visto pelo narrador como “o melhor Rey Gentio que nunca ouue naquella terra, & no seu tempo em nenhuma outra parte do mundo” (*Per.* cap. 183, p. 626). Generosidade, brandura e justiça são termos que também se multiplicam no livro, ao se fazer a descrição dos monarcas pacifistas e defensores legítimos de sua terra e de sua gente.

Não é possível falar aqui de um narrador ingênuo ou impassível. Ao contrário, trata-se de um indivíduo que se posiciona ideologicamente e que julga aquilo que vê, conforme diretrizes e paradigmas que são lentamente construídos ao longo do livro, e por fim, um indivíduo horrorizado com as práticas que narra, todas elas convergindo

²⁹ Quando morre o rei de Demá e o governador e o almirante entram em conflito e guerra civil em disputa pelo novo poder, é o narrador quem uma vez mais julga a irresponsabilidade política do Demá, dizendo: “E este foy o fim que teue o mao conselho de hum Rey moço criado entre mancebos, & governado por sua vontade sem ter quem lha contradixesse” (*Per.* cap. 178, p. 611). Em outros termos, o rei de Demá é descrito como uma criança mimada no poder.

seja para a conquista bélica seja para a tirania. Mas se orientais e gentios são julgados por um narrador que não hesita em manifestar claramente sua visão de mundo política e seu inconformismo contra o exercício da crueldade, o mesmo não ocorre com os portugueses, sobre cujos feitos, igualmente tirânicos, o narrador parece silenciar-se. Nesse sentido, a tese de Rebecca Catz, seguida de outros críticos que lhe vieram ao encalço, nos acena para um significado particularmente ambíguo que assume a estrutura narrativa do livro, em que o narrador ingênuo e impassível subitamente parece tomar existência em certos momentos, depois de seu exercício de julgamento dos bons e dos maus, no campo da política oriental. Sim, é inegável que Fernão Mendes Pinto não tece qualquer julgamento contra os portugueses, ainda que ele igualmente não deixe de denunciar neles as mesmas práticas de crueldade no exercício da tirania e da expansão econômica.

Mas, ainda aqui, não poderíamos falar de um narrador ingênuo e impassível, pois que os recursos de seu julgamento pessoal não deixam de existir, porém apenas mudam de foco e estratégia. Diversos críticos, incluindo também Rebecca Catz, já haviam percebido que a ótica e o discurso de personagens orientais no livro são decisivos para o entendimento das sentenças e apreciações do próprio Mendes Pinto. É muito perspicaz a observação de Luís Felipe Barreto de que, na *Peregrinação*, “surge talvez, pela primeira numa obra ocidental, o efeito literário do asiático como sujeito que ajuíza um objecto que é o europeu. Avaliação crítica que coloca na boca do personagem asiático as denúncias da contradição da expansão portuguesa”³⁰. Nesse sentido, Mendes Pinto é mesmo um grande inovador na prosa renascentista portuguesa, e os complexos desdobramentos de seu narrador devem ficar sob o olhar atento e sob a agudeza do leitor.

Se o julgamento do narrador sobre as condutas orientais revela a atitude do homem horrorizado frente às práticas de violência e tirania, é notório que o autor nos faz inverter o jogo e compreender, ao mesmo tempo, que também os “narradores” orientais se mostram horrorizados com as mesmas práticas de violência e tirania dos portugueses, numa curiosa atitude de nivelamento das condutas e procedimentos que, sem qualquer pudor ou distinção, são postos a descoberto diante do leitor. Mendes Pinto, ao silenciar-se frente à ação portuguesa, elabora outros “narradores” que, assumindo voz e prestígio na dimensão narrativa, são também eles testemunhas e julgadores da barbárie que grassou nos mares do Índico, nos tempos da expansão do império português. Diversos exemplos já foram dados no início deste artigo como “voz” do homem oriental sobre os invasores europeus: gente ingrata, sem conhecimento de Deus, bárbaros e cobiçosos, enfim, são “os homens de barbas compridas e corpos de ferro”, uma gente estranha do cabo do mundo que surge no cenário da história apenas para o exercício de sua traição, nas práticas da expansão política e econômica, esse mo-

³⁰ BARRETO, Luís Felipe. “O orientalismo conquista Portugal”, in: NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras/ Minc Funarte, 1998, p. 284. Teresa Araújo chega a sugerir que “ao mesmo tempo que o Oriente e suas gentes absorvam a sua curiosidade, são eles que o despertam para a pureza do cristianismo que o Ocidente cristão perdeu”: ARAÚJO, Teresa. “Fernão Mendes Pinto”, in MACHADO, Álvaro Manuel (org.). *Dicionário de literatura portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 384.

delo que faz convergir a violência e a tirania.

Por fim, será preciso ainda lembrar que tudo, senão quase tudo aquilo que é julgado na prática oriental, tem o seu correspondente na prática dos portugueses. Mesmo no campo religioso, em que Mendes Pinto parece se mostrar mais autenticamente eurocêntrico, as críticas à perfídia dos bonzos no Japão, ou a qualquer outro sacerdote pelos sertões do Oriente, revelam comportamentos muito próximos ao de sacerdotes europeus naquele tempo, como desvios sexuais e práticas de indulgências. Mesmo o conceito de “patranhas”, referido pelo narrador inúmeras vezes ao longo de suas observações pessoais sobre as crenças gentílicas, também é mencionado, na altura do capítulo 220, pelo rei de Patane, quando diz, a respeito da comitiva de Nunes Barreto ao Japão para pregar o cristianismo, que os portugueses deveriam ganhar dinheiro na China em vez de pregarem patranhas a reinos estranhos. A julgar por esse desdobramento do narrador em múltiplas identidades e olhares diversos, já não é possível mencionar diferenças substanciais entre a Europa e o Oriente, e não será também conveniente identificar no autor apenas o crítico fervoroso das campanhas portuguesas na expansão de seu império. Seu olhar alcança mais do que isso: é o desconcerto do mundo nas práticas da tirania, a espalhar o ódio, a intolerância, a cobiça e a violência, independentemente de quem esteja à frente desses projetos, se portugueses, muçulmanos ou gentios.

A par de todas essas questões levantadas, há pelo menos duas passagens singulares no livro, supostamente a flagrar o ímpeto e a avidez eurocêntrica de Mendes Pinto, bem como o vínculo do livro com as literaturas de viagens publicadas para fins de uso por parte dos navegadores a serviço dos estados europeus. Estão nos capítulos 143 e 189. No primeiro, o narrador, ao sair da ilha dos léquios, rumo a Liampó, depois de ter sido aprisionado por autoridades e libertado pela iniciativa de mulheres piedosas, põe-se a fazer uma minuciosa descrição da ilha, como forma de facilitar futuras conquistas portuguesas. No segundo, o narrador, ao sair do reino de Sião, insinua ao leitor que a terra será fácil de ser conquistada.

Em ambos os casos, trata-se de uma irônica insinuação à típica passagem das literaturas de viagens da época dos descobrimentos, em que o narrador expõe descobertas, rastreio, informações científicas e dados empíricos a navegadores, cartógrafos e a todo o pessoal técnico a serviço das coroas expansionistas na Europa³¹. Mas, por mais que se procure na *Peregrinação* algum traço da literatura da “viagem de expansão”, há elementos demais no livro que nos autorizam a relativizar substancialmente essa comparação. A *Peregrinação* é romance, é ficção misturada a experiências pessoais, é invenção, é fábula misturada a historiografia, é urdidura fantástica. E por mais que o próprio autor nos informe sobre o seu interesse de pontuar e caracterizar cada região visitada como instrução científica para futuros navegadores, há também elementos demais no livro que nos autorizam a perceber outras dimensões mais ricas e complexas que as da “viagem de expansão”.

Nos dois casos acima referidos, o narrador se vê em situações muito semelhan-

³¹ É o que Fernando Cristóvão chama de “viagem de expansão”, subgênero da literatura de viagens: CRISTÓVÃO, Fernando. “Para uma teoria da literatura de viagens”, in: *Condicionantes culturais da literatura de viagens*. Coimbra: Edições Almedina, 2002, p. 43.

tes: abandonando uma terra onde uma gente lhe fora piedosa e gentil, para depois se servir dessa experiência como forma de obter informação científica e empírica para futuras conquistas de sua gente. É uma atitude sórdida, no mínimo ingrata. As passagens acima revelam um propósito que denuncia aquilo que é mais sórdido no espírito da tirania e das políticas de conquista: a ingratidão, a aleivosia, a fraude nas relações políticas e nas alianças econômicas, enfim, a traição. E essa estratégia só pode ser compreendida por um desnudamento da impostura do narrador. Portanto, parecem ter sido sensatos e legítimos aqueles que pensaram que o eixo central da complexidade da *Peregrinação* reside no caráter e no feitio desse narrador que se desdobra em múltiplos.

Fernão Mendes Pinto conheceu de perto a tirania e a violência em sua intimidade. Aqui e ali, para além da voz denunciadora das vítimas orientais (o menino chinês, o rei dos batas, a rainha de Aaru, o velho Hiticou, e uma infinidade de outros), o autor vai pontuando também outras vozes, agora portuguesas, que vivenciaram os dramas familiares decorrentes da cobiça. A experiência nos cárceres da China, e depois, a viagem de Pequim a Quansy, vão mostrando encontros comoventes: com Inês de Leiria, nascida no exílio, filha de Tomé Pires; e depois com Vasco Calvo, cuja esposa acolhe os portugueses como fosse mãe de todos eles³². Inês de Leiria, vendo os portugueses como mendigos em Sampitay, na China, dando-lhes do pouco que tinha, “nos encomendou muyto que não curassemos de fazer viagens compridas, onde Deos permitira fazer as vidas tão curtas” (*Per.* cap. 91, p. 296). Uma voz que se levanta contra a cobiça e até mesmo contra o império. Depois será o próprio Vasco Calvo, vivendo em casa humilde no interior da China, rezando clandestinamente e chorando lágrimas de saudade da pátria, junto “[d]aquelles meninos innocentes, em terra tão apartada, & sem conhecimento de Deos” (*Per.* cap. 116, p. 385). Mas antes, ainda a revelar as amarguras da cobiça, será um leteiro que os cativos portugueses encontram na vila de Iunquileu, no interior da China, uma espécie de epitáfio sobre o túmulo do rei de Malaca, Tranocem Mudeliar, que fora buscar ajuda ao imperador da China contra o capitão Albuquerque, “leão dos roubos do mar”, e sua “gente de terra sem nome”, sobre o que um chinês “que parecia mais honrado” diz se tratar de um rei de Malaca em desespero que, 40 anos antes, viera buscar socorro na China contra uma gente cobiçosa “do cabo do mundo” (*Per.* cap. 90, p. 294). É altamente significativo e memorável que um escritor português narre a história das conquistas de sua gente, virando a mesa e usando as lentes do homem oriental, numa atitude desconfortável para com seus iguais, embora sempre o faça sem a anuência do narrador, como fosse discurso de uma gente sem nome, lá do cabo do mundo. Afonso de Albuquerque, conquistador de Malaca em 1511, e governador do Estado da Índia entre 1509-1515, não é aqui o retrato de um herói, “ilustríssimo”, como o define Camões (*Lus.* X, 45-2), mas o “leão dos roubos do mar”.

À guisa de conclusão, é preciso considerar, por fim, que a sustentação temática da *Peregrinação* reside numa pesquisa sobre o desconcerto do mundo levado a efeito pela tirania e por suas decorrências, como a sordidez, a violência, a cobiça – os motores do mundo. Impérios se erguem e caem como um castelo de cartas de baralho, num

³² Tomé Pires e Vasco Calvo estiveram entre os primeiros embaixadores enviados à China, numa embaixada mal sucedida na corte de Ming, entre 1518-1521: ALVES, Jorge Santos (dir.). *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, vol. III, nota 2, p. 118.

jogo ininterrupto que compõe a história das civilizações. Mesmo a China, reino gigantesco, cujo imperador é o “leão coroado no trono do mundo”, caiu sob as mãos do rei tártaro. Tiranos, conquistadores, violentos, generosos, sábios ou santos: todos eles são reduzidos à sua condição de humanidade e miséria, porém, antes disso, devem ser julgados por sua conduta e pensamentos. Não há um só deles que não seja levado a tribunal, seja pela força motriz da história, seja pelo tribunal interior, seja mesmo pela consciência moral de Fernão Mendes Pinto, que a todos observa e a todos propõe seu julgamento, na forma do discurso próprio, ou na forma do discurso alheio. Não é justo que se pense, portanto, que o autor tenha escrito um livro contra a expansão do império português, embora ele também o seja, em certa medida³³. Não, a *Peregrinação* é bem mais que isso: é um verdadeiro libelo contra a tirania motivada por um modelo político e econômico que arrasta consigo certos desdobramentos na vida social, estampados na violência, na intolerância, na mesquinharia, no fanatismo religioso, na ânsia de poder e dinheiro. Não é pouco para um livro.

³³ É oportuno o comentário de António Moniz: “[...] a óptica política da *Peregrinação* adquire uma coloração equidistante do etnocentrismo ou do nacionalismo, de um lado, e do universalismo relativista, ou antinacionalista, como acentua certa crítica contemporânea [Catz e Saraiwa], de outro”: MONIZ, António. *Para uma leitura da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*, pp. 41-42.

No VII centenário do nascimento de Boccaccio (1313-1375)

Para um estudo da sua circulação editorial, na Europa
mediterrânea e no ocidente, entre 1336 e o fim do
período incunabular

Manuel Cadafaz de Matos

Academia Portuguesa da História e CEHLE
e-mail: manuelcadafazdematos@cehle.com

Um estudo rigoroso e sério da circulação editorial dos testemunhos de Boccaccio, desde a produção da considerada como sua primeira obra de fundo, o *Filocolo*, de 1336, não pode dispensar hoje uma perspectiva e leitura, naturalmente que complementar, entre os registos da sua produção textual autógrafa (faseada) e os primeiros níveis de multiplicabilidade técnica dos mesmos. Essa reprodutibilidade passou a ser-lhe conferida, cerca de um século *post mortem*, em Itália e no mundo culto ocidental, pela técnica tipográfica.



Retrato em pintura de Giovanni Boccaccio, pelo pintor italiano Andrea del Castagno

É actualmente, com efeito, aos pesquisadores de História da Imprensa e de História da Edição – tanto como aos investigadores de História Literária – que incumbe uma leitura desapassionada e crítica desse sistema cultural. Trata-se, afinal, de um complexo processo, transformador e revelador, no seu âmbito evolutivo, que vai da génese conceptual dos próprios textos (ou mesmo das influências recebidas pelo autor), à transformação dos processos de circulação desses mesmos documentos literários, filosóficos ou científicos.

Secção I: O contexto sincrónico: da vitalidade da herança boccacciana e das linhas essenciais do seu pensamento

Nos estudos boccaccianos que temos desenvolvido ao longo das últimas décadas, sistematizamos regularmente a sua estética literária¹ – seguindo um esquema de natureza tanto cronológica (entre 1336 e o período do seu desaparecimento, em 1375) como de matriz ideológica – em três grandes grupos: **I-** *Da prescrutação do ser sensível* (ou o despertar para as letras no período napolitano); **II-** *Da fidelização a Petrarca como Mestre*; e **III-** *Da afirmação dos feitos e dos talentos pela virtude* (evocando figuras ilustres de ambos os sexos).

O primeiro daqueles períodos corresponde ao da sua permanência em meios mercantis napolitanos. Este escritor medieval esteve, então, também em estreito contacto com a Côrte de Anjou e com a nobreza que aí se encontrava. Tratou-se de uma época onde este adolescente procurou ainda desenvolver os seus estudos no âmbito do Direito Canónico.

Boccaccio, nessa segunda metade da década de 30 do século XIV, enveredou pela produção literária, considerando-se serem as suas primeiras expressões nesse âmbito algumas obras, de certo modo ainda juvenis, como o poema *Caccia di Diana* (de c. 1534) ou o romance em prosa *Filocolo*. Foi ainda o caso de um outro trabalho literário, um poema em oitavas, a que deu o título de *Philostrato*.

Claude Cazalé-Bérard, entre vários outros investigadores da obra de Boccaccio, deixaram bem claro que a presença de Boccaccio nesse período em Nápoles se prendeu, unicamente, ao facto de seu pai integrar, aí, a representação comercial do Banco

¹ Estes nossos estudos boccaccianos, numa vertente claramente pedagógica e tomando por base a edição contemporânea *Tutte le opere di Giovanni Boccaccio*, na edição criteriosa de Vittore Branca, em 10 vols., Milão, 1967-1992, têm considerado, no essencial, uma diversidade de edições – que vão do período incunabular ao período quinhentista – das suas principais obras. Recordar-se com significativo apreço o incentivo recebido, para o efeito, por dois grandes Mestres do italianismo literário infelizmente já desaparecidos, primeiramente Giaccinto Manuppella (com o qual ainda tivemos ensejo de trocar correspondência) e, mais tarde, José V. de Pina Martins.

Bardi, entre 1327 e 1341². E ao longo desse período a produção intelectual daquele jovem patenteou para a época, de algum modo, um certo retrocesso na estética literária.

O segundo período da sua actividade literária poderá situar-se desde então, quando do seu regresso de Nápoles a Florença, até c. 1543. Ele marca o seu apego à estética literária de Petrarca, que desde muito cedo admirava e com o qual acabaria (como veremos adiante) por se encontrar nessa sua cidade natal. Ele teve, assim, ensejo de lhe dar testemunho da sua grande admiração.

Regressando a Florença, um dos primeiros trabalhos literários que aí compôs foi *Ninfale d'Ameto ou Commedia delle Ninfe fiorentine*. Trata-se de uma obra em prosa, com alguns tercetos de permeio, onde ele evoca Lia e o seu pastor, Ameto.

Já de 1342-1343 é uma sua outra obra poética, *Amorosa Visione*. Nela se apresentam cinco Triunfos, tendo o poeta, para o efeito, colhido a inspiração nos *Triumphs*, de Petrarca: da *Sabedoria*, da *Glória*, da *Riqueza*, do *Amor* e da *Fortuna*.

Sobre a terceira fase da produção literária boccacciana, esta prolonga-se desde a publicação da *Elegia di Madonna Fiammeta*, de 1343, sendo continuada, de alguma forma, pela *Ninfale Fiesolano*, ou se se preferir, *As Ninfas de Fiesole*.

Vários críticos já apontaram tratar-se, esta obra, na sua estruturação, de variações livres das *Metamorfoses* de Ovídio. Patrick Mula, responsável por criteriosas anotações a uma recente edição francesa desta obra poética do italiano, estabelece que *Ninfale Fiesolano* é uma narrativa que se insere no género da poesia pastoral, e liberta já – comparativamente com algumas obras precedentes da literatura italiana – não só do peso da erudita mitologia como de toda a concessão à alegoria e à tradição, ou mesmo à ornamentação literária³.

Este período da actividade de Giovanni Boccaccio veio a culminar na porventura sua obra-prima, o *Decameron*, terminada, seguramente, já algum tempo após a peste de 1348.

Não nos deteremos aqui, por razões óbvias, no conteúdo do *Decameron*, obra por demais estudada, entre os críticos mais recentes, desde Sapegno, G. Petronio, Ugo Dotti, Vittore Branca ou Pina Martins. Nem abordaremos, tão pouco, a soma de versões (para outras línguas *vivas* e clássicas⁴) que, desde muito cedo, essa obra conheceu.

² Claude Cazalé-Bérard, “Boccacce”, in *Dictionnaire Encyclopédique du Moyen Âge* (dir.^o de André Vauchez), t. I, Paris, Éditions du Cerf (em colaboração com outras instituições de Cambridge e de Roma), 1997, pp. 209-210.

³ Giovanni Boccaccio, *Ninfale Fiesolano – Les Nymphes de Fiesole*, edição e anotações de Patrick Mula, Paris: Les Belles Lettres, col.^o. “Bibliothèque Italienne”, n.^o. 33, 2012.

⁴ O franciscano Antonio d'Arezzo veio a traduzir, algum tempo depois, o *Decameron* para o latim. Foi a partir de tal versão latina específica dessa célebre antologia italiana de narrativas em tempo de peste (como verificaremos mais adiante no capítulo da recepção quatrocentista em França desta mesma obra), que Premierfait preparou a sua versão em língua francesa em inícios do século XV. Importa registar, por outro lado, que também Leonardo Bruni, Aretino (1369-1444), discípulo de Petrarca, acabou por traduzir, nesse mesmo período medieval, a novela – com que abre o Livro IV do *Decameron* – sobre *Gismonda e Guiscardo* (à qual Urbano Tavares Rodrigues em Portugal, na sua tradução contemporânea, irá dar o título de “Veneno do Amor”). Ao tempo do advento do impresso em Castela, em fins do século XV, é precisamente

Retenha-se apenas que o autor, no pórtico dessa obra magistral, na esteira de Paulo Dicono, *Histor. Longob.*, II, 4/5, se debruça, “com olho clínico, com humana piedade e com magistério descritivo, inexcdvel, sobre o tremendo fenmeno da peste [de 1348] como derrocada de corpos e de almas”⁵. Tratou-se, afinal, da mesma peste que avassalou também uma grande parte das nações do ocidente e que, em Lisboa, também provocou numerosas vtimas⁶.

Do frutuoso encontro com Petrarca à evocação de homens e mulheres ilustres que haviam caído na infelicidade

Foi pouco após o regresso de Nápoles a Florença do filho do representante do Banco Bardi naquela cidade que, em pleno ano de 1550, ocorreu na segunda daquelas urbes, o tão decisivo encontro entre Boccaccio e Petrarca. Tendo este encontro já sido abordado, sob os mais variados ângulos, pelos biógrafos do autor do *Decameron*, retemha-se, em síntese, que ele foi decisivo não apenas para o autor do *Canzoniere* como para o literato que ele tanto veio também a incentivar.

Terá sido, pois, neste período de c. 1350-1351 que ocorreu, no espírito de Boccaccio, a mais decisiva influência de Petrarca. Ela verificou-se então, num plano poético, a dois níveis, tanto no plano do *Bucolicum Carmen* como no das *Epystole*, do autor do *Canzoniere*.

Quanto à influência do *Bucolicum Carmen* de Petrarca, registre-se que esta obra tivera a sua redação iniciada c. 1346-1347. Depois de ter tomado conhecimento dos conteúdos poéticos de tal códice (numa das suas vias então em circulação) – a qual viria posteriormente, como é sabido, a impor-se como o manifesto da “nova arcdia europeia”⁷ – Boccaccio passou à composição da sua obra homnima, que passou a referenciar com o preciosismo terminológico (referenciado entre outros por Pina Martins) *Bucolicon Carmen*, na qual foram reunidas 16 clogas alegóricas.

Outra influência também colhida na mesma época dos códices daquele Mestre de poetas, adveio das *Epystole*. Assinale-se, com Michele Feo, que essas epístolas mais

por via desta novela, e a partir precisamente de uma versão de Leonardo Bruni, Aretino, que principiaram as edições de Boccaccio na Pensula, como veremos adiante. Uma palavra ainda para Philippe Beroldo que também veio a traduzir para o latim, dessa mesma obra-prima, as novelas *De duobus amantibus* (Dec. V-1.) e *Tito Romano e Gisippo* (Dec. X-8)

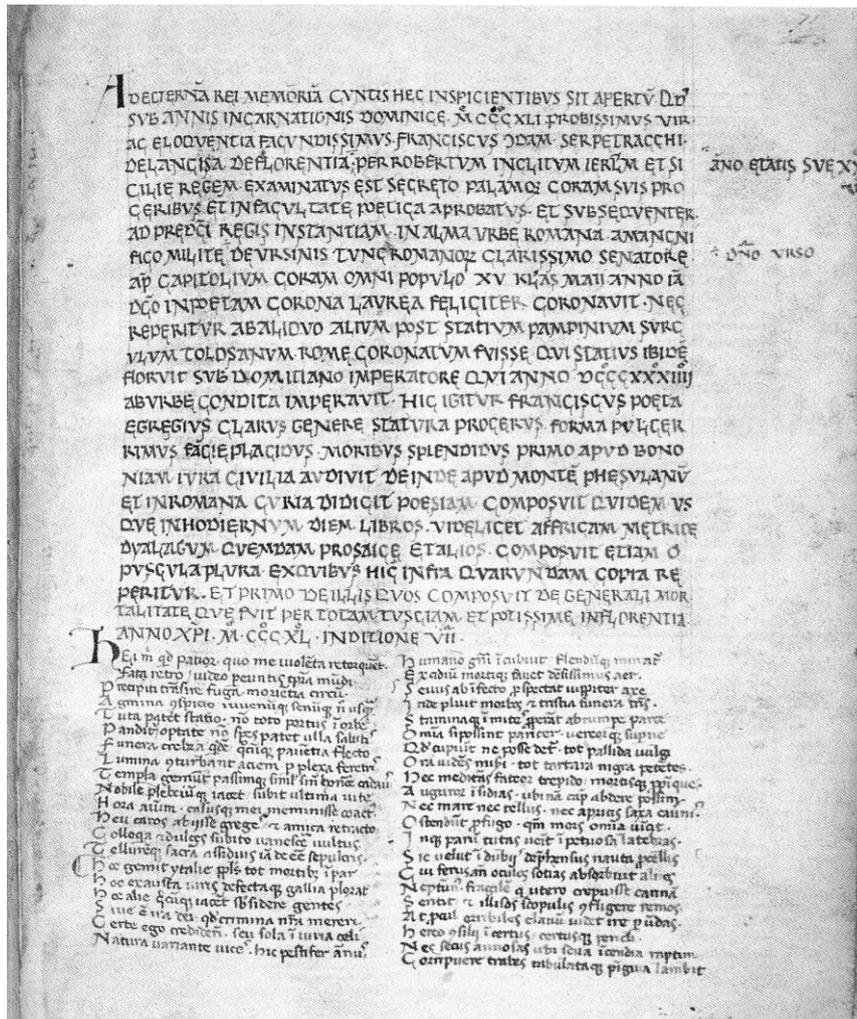
⁵ Giaccinto Manuppella, “Giovanni Boccaccio”, *EL-BC*, Lisboa: Verbo, col. 1479.

⁶ Manuel Cadafaz de Matos, “O túmulo de cavaleiro do século XIV [morto presum. pela peste de 1348], Lourenço Eanes: uma importante revelação epigráfica descoberta (em 1985) na S Patriarcal de Lisboa”, in *Revista Portuguesa de História do Livro*, Ano XVI, vols. 31-32, 2013.

⁷ Nicholas Mann, “[Petrarca-] *Bucolicon Carmen*”, in catálogo *Petrarca nel Tempo, Tradizione, lettori e immagini delle opere*, sob a direção de Michele Feo, Florença, 2003 (no âmbito do Comit Nacional do VII Centenário do Nascimento de Francesco Petrarca, em 2004), pp. 278-291. Veja-se, ainda, Enrico Carrara, *La poesia pastorale*, Milão, Valardi, 1909, secção “Le ecloghe del Petrarca”, pp. 87-90.

não eram do que verdadeiras missivas poéticas, postas a circular por Petrarca c. de 1551 e que, desde então, “passaram a atravessar vários estádios redaccionais”⁸.

Da influência de algumas dessas *Epystole* petrarquianas no Boccaccio de então apresenta Michele Feo uma sucinta ilustração. No códice XXIX.8, da Biblioteca Medicea Laureniana, de Florença, foi identificado o texto “Zibaldone”, que mais não é do que um autógrafo do próprio Boccaccio.



Autógrafo de Giovanni Boccaccio, com o texto “Zibaldone”, denotando a inequívoca influência nele das *Epystole* de Petrarca (Biblioteca Medicea Laureniana, XXIX.8, fl. 73)

⁸ Michele Feo, “[Petrarca-] *Epystole*”, in catálogo *Petrarca nel Tempo, Tradizione, lettori e immagini delle opere*, edição ant. cit., p. 293 (e p. 291 (ilustração do referido fólio). Acerca dessa passagem textual no aludido códice da Medicea Laurenziana, Michele Feo é bem explícito quando registra: “(...) Testi originari si incontrano sparsamente: alcuni rastrellò prestissimo Giovanni Boccaccio e trascrisse nel suo Zibaldone Laurenziano (XXIX.8)”.

Assinale-se, em conclusão dessa influência e deste passo que, nessa compilação poética, o florentino já patenteava, de algum modo, tal como no *Decameron*, verdadeiros interesses pré-renascentistas.

O poeta revelava-se também, no entanto, um homem – humano, demasiado humano – nas suas virtudes e nas suas fraquezas. Numa sua outra obra, *Corbaccio. Laberinto d'amore*, ele ressurgia então, com efeito, c. de 1355, numa toada medievalizante de certo modo moralizadora. E não deixa de refutar, nesse seu trabalho literário, uma certa humilhação que lhe fora dada por uma certa viúva, pela qual eventualmente terá caído de amores.

Esta terá sido uma das últimas obras em língua vulgar do autor do *Decameron*. De natureza claramente crítica (e denotando, porventura algum *azedume* na sua gestação), a mulher, num sentido lato, merece a preferência aguda da pena deste literato medieval:

Quem não a conhece [à mulher]? Quem a ouvir discorrer sobre a sua honestidade, a sua devoção, a sua santidade e dos membros da sua linhagem, a tomará certamente por uma santa e por uma descendente de reis; e, inversamente, aquele que a conhece, ouvi-la duas vezes, e por vezes apenas uma, chega a ter desejo de morrer⁹.

Entretanto na fase final da sua vida, c. de 1366-1375, Giovanni Boccaccio desenvolve uma intensa actividade literária. Primeiramente compõe dois tratados inovadores a que dá os títulos *De casibus virorum illustrium* – cuja data de produção é antecipada, por Giaccinto Manuppella para o período de 1356-1374¹⁰ – e *De claris mulieribus*.

Quanto à primeira dessas obras ela pode considerar-se, na síntese feliz de G. Manuppella, como biografias moralizantes de homens que de uma elevada condição caíram na infelicidade.

Tal como os títulos dessas duas obras indicam, o literato e diplomata¹¹ terá sido movido pela vontade de perpetuar, na memória dos vindouros, algumas personalidades, tanto homens como mulheres, cujos *exempla* bem conheceu na aludida vertente moralizante¹².

⁹ Giovanni Boccaccio, *Corbeau de malheur – Corbaccio*, edição de Giorgio Padoan, tradução de Pauline Pionchon e prefácio de Guido Baldassarri, Paris: Les Belles Lettres, col.^o. “Bibliothèque Italienne”, n.^o. 28, 2010.

¹⁰ A crítica contemporânea estabelece, com efeito, que a revisão desta obra por Boccaccio apenas deverá ter decorrido em 1374, ou seja, cerca de um ano antes da sua morte.

¹¹ Durante a sua permanência em Florença, Boccaccio viu serem-lhe atribuídas, entre 1350 e 1367, diversas missões diplomáticas junto de determinadas Côrtes. Importa assinalar, no entanto, que algumas das suas debilidades físicas, contrariadas sobretudo depois de 1362, o terão levado a citar cada vez menos essas incumbências de carácter político.

¹² G. Manuppella, *op. cit.* Vejam-se, mais desenvolvidamente, as considerações de José V. de Pina Martins in *Humanisme et Renaissance De l'Italie au Portugal Les Regards de Janus* (2 vols.), Lisbonne/ Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, em particular na secção, no vol. I,

As narrativas do *De Casibus...* [ou *Queda de Príncipes*] terão resultado, na sua expressão matricial enquanto manuscrito, de uma narrativa apresentada por Boccaccio, c. 1474, a um cavaleiro seu amigo, de nome Maginardo, Senescal da Rainha da Sicília. Aí o autor relatava as “quedas e abaixamentos que tiveram, nos estados deste mundo, muitos nobres e grandes cavaleiros: para que os homens não toldem os espíritos pela soberba, com as abundâncias da fortuna”¹³.

Já de uma índole diversa é um outro tratado por ele produzido à volta desse mesmo período, *Genealogia deorum gentilium* (1350?-1375). Tratando-se de uma verdadeira obra enciclopédica no campo de Mitologia clássica, seguindo um gosto ainda muito em voga nesse século XIV, nela o autor deu, porém, outros criteriosos sinais dos seus interesses na época. Ele apresentava aí, no livro XIV, a sua poética, ou seja, pondo aí em evidência uma verdadeira apologia da cultura literária poética¹⁴.

Algumas perspectivas para o estudo do helenismo em duas das obras deste classicista e pré-renascentista

Tanto no *De casibus virorum illustrium* (de 1356?-1374) como no *Genealogia deorum gentilium* (1350?-1375) – portanto de um período relativamente posterior àquele em que este pré-humanista conheceu Petrarca em Florença, em 1350 – que se podem detectar alguns traços ou perspectivas do seu alegado helenismo.

Para uma análise, mesmo que sumária, desta faceta específica da sua formação clássica, importa recuar até ao período de 1336-1349, ou seja, até à (primeira) fase napolitana da sua obra.

José V. de Pina Martins alude a esse facto, relevando que, “ainda melhor que Petrarca, Boccaccio soube penetrar nos mistérios dos textos literários gregos”. Ele tinha, com efeito, ainda em Nápoles aprendido com Barlaam os rudimentos da língua grega e tinha de igual modo mandado traduzir Homero (séc. VII a.C.) a Leôncio Pilatos¹⁵.

Assim, quando passou a redigir a *Genealogia...* ele retomou (se é que alguma vez deixou de a ter presente) essa mesma consciência da cultura grega. Em vários passos dessa obra, como, por exemplo, em XV, 7, ele deixa bem claro que “foram de tal modo negligenciados os estudos helénicos ao ponto de hoje não se saber ler, sequer, as letras do alfabeto”. Como é hoje de plena actualidade esta afirmação.

Mais adiante ele estabelece, por outro lado, que os clássicos latinos são “susceptíveis de nos tornar melhores”. E Pina Martins – como o fizera antes Sapegno em rela-

“[Boccacce], Les oeuvres principales”, pp. 211-226, votada exemplarmente a este literato italiano.

¹³ Boccaccio, *Queda de Príncipes*, Toledo, 1511 (Madrid, Biblioteca Nacional de Espanha).

¹⁴ Giovanni Boccaccio, *Genealogia deorum gentilium*, numa edição de V. Romano, 2 vols., Bari, 1951. No estudo desta obra temos seguido, preferencialmente, um exemplar da edição quinhesta veneziana, existente na nossa biblioteca (depositada no CEHLE).

¹⁵ José V. de Pina Martins, *Humanisme et Renaissance...* (1989), tomo I, p. 226.

ção a este pré-humanista italiano – sublinha assim o “interesse universal pela cultura greco-latina” de Boccaccio. Põe por outro lado em evidência o facto de, curiosamente, ter sido no final da sua vida, nestas páginas da *Genealogia deorum gentilium*, que ele tanto se voltou para essa cultura helénica.

Uma outra perspectiva do helenismo na fase final da obra de Boccaccio encontra-se, como referimos atrás, na sua obra *De casibus virorum illustrium*. O autor, relatando mais um caso da queda de um príncipe, detém-se, a dado passo, na questão lendária do rei Polícrates.

Neste passo importa uma vez mais recuar no tempo e lembrar a colaboração que lhe havia dado, anos antes, Leôncio Pilatos, que o próprio pré-humanista italiano havia incumbido de traduzir Homero e outros autores helénicos. Para além dos textos homéricos, com efeito, Boccaccio conhecia relativamente bem a obra de Heródoto (séc. V a.C.).

Fora precisamente em Heródoto¹⁶ que Boccaccio – ou eventualmente Leôncio Pilatos – colheira eruditos ensinamentos sobre o lendário Polícrates de Samos¹⁷. Este tinha sido detentor de um poderoso anel cujo historial interessou também a Boccaccio.

¹⁶ Remete-se para *The Landmark Herodotus. The Histories*, edição de Robert B. Strassler (n. 1937), numa nova tradução por Andre L. Purvis, introdução por Rosalind Thomas, Nova Iorque: Anchor Books, 2007, em particular in pp. 225-227. Aí o compilador estabelece, a respeito de Polícrates e da sua lenda, alguns aspectos pertinentes como o quebrar a sua relação de estreita aliança com o anel (o que traduz certo simbolismo com algumas ramificações ao próprio *social*); um curioso sonho premonitório de uma irmã do *senhor do anel*, que prevê a sua morte; uma oferta de Cambises, para apoio de um ataque ao Egipto; ou um certo plano de se enfrentar militarmente a ilha de Samos. Remete-se ainda para *Heródoto, Histórias, Livro III*, introdução, versão do grego e notas por Maria de Fátima Silva, docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e por Cristina Abranches, assistente na mesma instituição, Lisboa, Edições 70, 2007, em particular in pp. 70-75. Estas investigadoras, nas suas notas, não referenciam Platão, no tratado *A República* (quanto a mitemas de índole comparativa entre os casos de Polícrates e Crésus), nem o aproveitamento por Boccaccio, na sua obra, do caso do mesmo Polícrates.

¹⁷ Charles Delattre, *Le Cycle de l'anneau. De Minos a Tolkien*, Paris : Éditions Bellin, 2012. Na concisa síntese deste historiador na sua obra, estabelece-se, a propósito de Polícrates, que ele viveu no referido século e que foi o suserano todo poderoso da ilha de Samos que tudo conseguia. Mesmo com a ambição de não ultrapassar as leis do universo, que reservavam a felicidade absoluta aos deuses e puniam aqueles que os quisessem igualar, Polícrates ousou sujeitar-se a uma pesada sentença dos deuses e, para isso, desembaraçou-se de um anel que lhe era caro, lançando-o ao mar. Um peixe, porém, apoderou-se desse anel, acabando por ser pescado por um natural daquela ilha de Samos que o levou, precisamente, ao cozinheiro do palácio real, que o serviu a Polícrates. Foi no ventre deste peixe, de facto, que o monarca veio a encontrar, com alguma alegria, esse bem que outrora lhe fora precioso. Cumprindo-se o que estava como que destinado, o *ciclo do anel* encerra-se em tragédia. O monarca da ilha de Samos, Polícrates, acaba por ser preso e morrer em plena tortura. Voltaremos, mais adiante, no contexto diacrónico da obra de Boccaccio, no caso de uma edição ilustrada francesa do *De casibus ...*, a esta problemática.

Esse historial entroncava numa lenda já de matriz platónica¹⁸ que o autor e compilador quatrocentista veio a utilizar precisamente na sua obra *De casibus virorum illustrium*.

A história lendária de Polícrates¹⁹ – que foi bem conhecida durante toda a Antiguidade – tinha sido narrada de uma forma cabal e explícita, como atrás referimos, por Heródoto. Este fizera alusão a essa figura que foi o tirano de Samos, que vivera no século VI a.C. e que não tinha limites na sua ambição. História sem dúvida de características também moralizadoras e com contornos mais complexos, ela foi utilizada por Boccaccio com vista a enunciar os casos de alguns homens que, apesar de ilustres, conheceram verdadeiramente a infelicidade.

Da correspondência de Petrarca (perspectivada no Senilium...) com o humanista florentino e aspectos da condição deste último como leitor e anotador-ilustrador

Na sua leitura abrangente do mundo, Boccaccio não deixava de ter, à época, também outros tipos de interesses literários. Dotado ainda de uma significativa cultura geográfica, legou também à posteridade um significativo testemunho a tal respeito, na sua obra, produzida presumivelmente entre c. 1362-1366, intitulada *De Montibus, silvis, fontibus, lacubus, fluminibus, stagnis seu paludibus, de nominibus maris*.

Importa assinalar, por outro lado, que a leitura das obras e da epistolografia de Giovanni Boccaccio, na primeira metade da década de 70 do século XIV, ou seja, neste período final da sua vida, confirma também dois factos aliás bem conhecidos de todos aqueles que o admiraram ou privaram com ele.

Tratou-se, primeiramente, da sua grande admiração e estima por Petrarca – que havia conhecido em 1350, como vimos atrás – e da acção que ele então levou por diante, no que respeitou ao estudo e à divulgação da obra de Dante, falecido havia cerca de meio século²⁰.

Quanto à relação, nesses primeiros anos da década de 70, entre Petrarca e Boccaccio e vice-versa, a admiração já era mútua. Nesse período, efectivamente, o autor do *Canzoniere* já se encontrava bastante afectado pela idade, se não mesmo já bastante debilitado fisicamente. A falta de robustez, o cansaço, esteve também então em algumas das considerações das epístolas trocadas entre os dois intelectuais.

¹⁸ Heródoto, por sua vez, já decerto que havia bebido também alguns ensinamentos, a respeito do conceito de um anel com poderes miraculosos, no tratado *A República*. Aí Platão (427-347 a.C.) refere-se a um lendário pastor da Líria, de nome Gygas, que descobriu um anel que tinha o poder “de tornar invisível o indivíduo que o pusesse no dedo”. Tal pastor (e seguimos aqui a síntese de C. Delattre, em obra adiante referenciada em nota), graças a esse anel, conseguiu seduzir a rainha, matou o próprio rei e assumiu o poder. Fundou assim a dinastia dos Mermnados, cujo último representante foi o rei Crésus.

¹⁹ Veja-se ainda, a respeito desta mesma lenda, José Teixeira Rego, “O Anel de Polícrates”, in *Páginas de Antologia Clássica*, 1916, pp. 47-50.

²⁰ Tinha sido na cidade italiana de Ravenna que o poeta Dante Alighieri havia falecido (então com a idade de 56 anos) no ano de 1321.

Boccaccio e Petrarca não distavam muito um do outro, já se vê, nesse terceiro quartel do século XIV, nas respectivas idades. Nas suas formas de viverem a velhice, a produção literária e intelectual continuava a despertar um particular gosto para ambos.

O autor do *Canzoniere*, no final da vida, numa das cartas de *Rerum Senilium libri*, procurou responder, de uma forma cabal, às preocupações de Boccaccio sobre a forma de viver essa mesma velhice. Num texto hoje bem conhecido e repleto de interesse biográfico no âmbito da biografia petrarquiana – e seguimos, aqui, a tradução, aliás exigente e meticulosa, feita por Luís André Nepomuceno da *Vida de Petrarca* por Ugo Dotti²¹ – o poeta registava não ter, então, interesse em viver muito mais.

Ele denunciava, afinal, a vida lamentável de alguns homens do seu tempo, a qual pouco mais era do que uma confrangedoras soma de vaidades:

e como poderia desejar viver tão longo tempo entre esses costumes de que me dói ser testemunha? Entre esses torpes e deformados hábitos dos homens vaidosos que sempre repreendi com a palavra e os escritos, será que não consegui estigmatizá-los com aquela indignação e com aquela cólera que tanto provei? Embora se digam italianos e tenham nascido na Itália fazem de tudo para se parecerem com bárbaros; e o são, de tal forma a provocar um tão torpe espectáculo em meus olhos e nos olhos dos verdadeiros italianos! Deus onnipotente lhes aniquile em vida e em morte, estes a quem não bastou ter arremessado na indolência a virtude e a glória dos antepassados e todas as artes da paz e da guerra, mas que deturparam também a língua e os costumes da pátria com a sua loucura, de tal forma que eu considere felizes não apenas os nossos pais que morreram no momento oportuno, mas até mesmo os cegos que não podem ver essa nossa torpeza²².

Como homem da intelectualidade e da escrita, Petrarca, dirigindo-se a Boccaccio, acentuava a sua convicção muito pessoal de que o dedicar-se às letras, com aquela assinalável idade que já ambos tinham, não lhe trazia, apesar de tudo, quaisquer tipos de fadiga. Antes pelo contrário.

Para aquele que viveu inapelavelmente marcado pela elevação do espírito de Laura, o estudo só lhe podia trazer alegria e prazer. Para si, com efeito, nada de mais aprazível, nobre, duradouro e doce podia então existir do que o estudo e a prática das letras:

Essa minha atividade de ler e escrever, que tu me convidas a abandonar, é para mim uma fadiga leve. Ou antes: é um doce repouso que me permite esquecer as fadigas mais graves. Não há coisa que pese menos do que a pena, não há coisa mais leve. Os outros prazeres se tornam fugazes e, deleitando, fazem mal, mas a pena torna-se alegria, quando usada, e satisfação, quando se a de-

²¹ Ugo Dotti, *Vida de Petrarca* (1987), versão para a língua portuguesa (do Brasil) por Luís André Nepomuceno, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 2006, pp. 481-482.

²² Francesco Petrarca, *De la Vieillesse – Senil.*, livros XVI-XVII (Paris, Les Belles Lettres) a que se deve acrescentar o livro considerado XVIII, ou *Posteritati* (que deve ser considerado isoladamente do conjunto anterior). Encontra-se de momento a ser ultimado naquela editora parisiense (com previsão editorial para meados de Janeiro de 2014), a última secção dos textos de *Rerum Senilium*.

*põe, tornando-se útil não apenas a quem a possui, mas ainda a muitos outros, mesmo os ausentes, mesmo aqueles que viverão depois de mil anos. Posso dizer sem hesitação que, entre todos os prazeres, nenhum é mais nobre do que o estudo das letras, nenhum mais duradouro, nenhum mais doce, mais constante ou que seja mais fácil de aprender, para aquele que, entre tantas vicissitudes da vida, pretende dedicar-se a ele; e que não há outra coisa que se possa obter com menos tédio*²³.

Esta passagem contém, já em si, no intercâmbio de ideias entre Petrarca e Boccaccio, na fase final da vida destes dois pré-humanistas, o pressuposto de que as práticas de reflexão, as práticas literárias, contribuía, de alguma forma, para que a vida tivesse um outro sentido. Mais do que resultar, de tais práticas, um envelhecimento do espírito, elas permitiam, a quem as cultivava, um encontro com o bem estar, com o equilíbrio, com uma certa noção de felicidade.

Não será despreciando deixar-se, ainda, uma palavra sobre o posicionamento de Boccaccio como leitor e, neste âmbito, como anotador-ilustrador. Michele Feo chamou a atenção, recentemente, para o facto de na Bibliothèque Nationale de France, no códice *Lat. 6802*, terem sido identificados alguns elementos manuscritos já atribuídos ao florentino.

No fólio 153 v^o. desse manuscrito foi estabelecido ser da sua responsabilidade uma “postilla sulle cipolle di Certaldo”. Aí ele apôs, em data desconhecida com rigor, a expressão caligráfica “ondum certaldenses erant”²⁴.

Foi já de natureza diversa uma outra presumível intervenção manuscrita de Boccaccio no mesmo códice, agora no fólio 220 r^o. Aí detecta-se, ao fundo à esquerda, uma “cabeça viril, semicalva”. No catálogo sobre Petrarca que temos vindo a seguir, coordenado por Michele Feo, essa ilustração é perspectivada deste modo: “Nel *Plinio* ... nel margine esterno della colonna a [deste folio], si ve una piccola testa virile semicalva e barbata (...): anche questo disegno i negazionisti ora attribuiscono a Boccaccio sulla base di una somiglianza con le testine dell’autografo del *Decameron* (cod. Hamilton, 90), somiglianza in questo percepita e affermata anche da Degenhart e Schmitt”²⁵.

Esta é, sem dúvida, outra perspectiva da obra do humanista de *Senilium*, que deixa outros aliciantes caminhos em aberto aos investigadores.

Em torno da tradução por Petrarca da história de Griselda

O autor do *Canzoniere*, fascinado pelo conteúdo do *Decameron*, tomou uma decisão que dá prova desse reconhecimento do valor intelectual daquele outro que muito o

²³ Idem, *ibidem*, pp. 866-868.

²⁴ Petrarca, “Codici non postillati”, in catálogo *Petrarca nel tempo...*, edição ant. cit., p. 507: apontamento caligráfico de Boccaccio.

²⁵ Petrarca, “Codici non postillati”, in catálogo ant. cit., p. 508.

admirava. Numa das epístolas de *Senilium*, XVII, 3, documenta-se que ele tomou então a decisão de traduzir para o latim a história de *Griselda*.

Não restam assim dúvidas de que o autor do *Canzonieri* sentiu-se então, de alguma forma, (re)tocado pela história de Griselda, que já havia lido anteriormente, a partir dos escritos de Boccaccio (o quais também, eventualmente, vieram a influenciar Chaucer nesse mesmo sentido). Ele seguiu, com os cuidados do leitor-tradutor atento, os amores de uma mulher deste nome, cuja matéria lhe interessou então vivamente²⁶.

Depois de Petrarca ter concluído, com a colaboração de um calígrafo, essa tradução do referido conto do *Decameron*, ele enviou essa nova versão a Boccaccio. Para o efeito compôs ou redigiu a epístola, aliás de fino recorte literário, identificada como *Senilium* XVII, 2, hoje perspectivada como o seu *testamento* espiritual.

Ugo Dotti relevou que essa epístola, aparentemente redigida em Pádua, se faz acompanhar da data de 28 de Abril [de 1373]. Regista, no entanto, ser sua clara opinião que tal carta terá sido escrita algum tempo antes, podendo remontar a sua redacção já até ao final de 1372.

É um facto, por outro lado, que esses fins de 1372 não correspondem ao (primeiro) conhecimento, por parte de Petrarca, da obra *Decameron*. Ele já conhecia, há muitos anos, essa obra, podendo ter ocorrido, só neste outro período, a motivação para ele proceder a esta tradução parcelar de uma das suas empolgantes peças literárias.

A não-contradição: Ugo Dotti, a interpretação do exemplum de Petrarca da restituição dos clássicos, do aristotelismo-averroísmo e a oposição do saber humanístico a todo esse sistema de saberes

Há, porém, um outro aspecto a considerar neste tipo de reflexão e de vivência inovadora, por parte de Boccaccio e de Petrarca. Este advém da própria forma de olhar os pensadores matriciais da Grécia Antiga, e de Aristóteles em particular.

Ugo Dotti, como investigador petrarquista, trouxe também a este âmbito um significativo contributo. Ele permite, primeiramente, uma compreensão de alguns dos aspectos evolutivos do aristotelismo para o averroísmo.

Quanto a esta corrente de pensamento, Dotti interrogou-se sobre a forma como, ao longo de várias fases do pensamento da Idade Média, foram claros os indícios petrarquianos-boccaccianos de como – contra um certo pensamento escolástico – importou a múltiplos pensadores, em particular a filósofos eclesiásticos, recuperar Aristóteles, por via do averroísmo.

²⁶ Vide, de Boccaccio (para além da versão integral do *Decameron*, em língua portuguesa, por Urbano Tavares Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores), esta composição específica, “Griselda, ou a mulher posta à prova”, in *Os Famosos Contos de Boccaccio (Il Decamerone)*, tradução de João Henrique. São Paulo (Brasil), Editora Prometeu, col.º “Eros”, 1951, pp. 296-302. Remete-se, de igual modo, para Brunilda Reichmann Lemos, “Some differences between Boccaccio’s and Chaucer’s Tales of Griselda”, in *Letras*, n.º 30, Curitiba, Brasil, Dezembro de 1981, pp. 7-16. Veja-se ainda a antologia *Histórias Galantes, Giovanni Boccaccio*. Selecção e tradução de Jamil Almansur Haddad. São Paulo: Editora Cultrix, 1959.

Tanto Boccaccio quanto Petrarca levaram, praticamente até ao fim das suas vidas (o primeiro em 1375 e o segundo em 1374), criteriosas produções de estética literária e de reflexão. O segundo deles, na obra *Senilium*, XVIII, 6 (correspondente quase ao final da sua própria existência), teve então ensejo de estabelecer que “quando um homem chega ao fim, está então no princípio e, quando concede a si o descanso, deve então pôr mãos à obra”²⁷.

Boccaccio (influenciado ou não por aquele seu compatriota e correspondente) parecia verdadeiramente apostado em levar também à letra estas mesmas premissas. Foi neste contexto que o historiador Ugo Dotti perspectivou, no autor do *Canzoniere*, essa defesa do próprio saber, em constante recuperação do pensamento e da Filosofia Antiga, partindo daí em direcção ao próprio campo do aristotelismo medieval.

Petrarca estava manifestamente contra – e Boccaccio seguia então, de algum modo, no mesmo percurso – aqueles autores do seu tempo que, numa postura polémica, se manifestavam contra o aristotelismo das escolas. Os dois literatos italianos, nesse apego às práticas culturais e suas representações (na feliz expressão, plena de actualidade, de Roger Chartier) detestavam todos aqueles que já haviam deixado para trás “os grandes e santos mestres da Antiguidade”, como Aristóteles, reinterpretado por Averróis, e todos aqueles outros que se situavam de Virgílio a Cícero, de Varrão a Séneca, ou de Salústio a Tito Lívio²⁸.

Cremos hoje, com efeito, que no pensamento de Ugo Dotti não subsistiu qualquer tipo de contradição neste âmbito interpretativo na estética e no pensamento petrarquiano-boccacciano. É um facto que, por um lado, em particular, Petrarca tinha um certo asco contra alguns escolásticos, que considerava retrógrados, na compreensão e interpretação de alguns filósofos gregos da Antiguidade (como Aristóteles, mais tarde reinterpretado por Averróis).

E uma vez mais foi esse Petrarca, sublinhou Ugo Dotti, que combateu “a filosofia das palavras em nome da filosofia da alma” e que opôs “o saber humanístico ao tardio aristotelismo e ao avarroísmo”²⁹. Não existe a nosso ver, com efeito, qualquer tipo de contradição de Dotti na leitura desses dois processos de análise do pensamento antigo.

²⁷ Petrarca, *De la Vieillesse – Senil.*, vol. V, livros XVI-XVII, tradução de A. Longpré, notícias e notas de Ugo Dotti reeditadas por La Brasca e por A.-Ph. Segonds, Paris: Les Belles Lettres, 2013 (em edição bilingue recente, latim-francês). A mesma passagem é assinalada na obra de Ugo Dotti, *Vida de Petrarca*, edição em língua portuguesa do Brasil, na versão ant. cit. de Luís Nepomuceno, p. 483.

²⁸ Em estudo anterior, sobre a produção literária em Roma no séc. I a.C., difundimos as principais linhas de reflexão da *Epístola a Tito Lívio*, de Petrarca, denunciando esse reviver e essa *colagem* à Cultura e à Filosofia Antiga.

²⁹ Ugo Dotti, *Vida de Petrarca*, edição em língua portuguesa ant. cit., pp. 483-484.

*A difusão da obra de Dante, por Boccaccio,
na cátedra da Badia de San Stefano em Florença*

Distaram com efeito, repetimos, apenas alguns meses entre a epístola de Petrarca, *Senilium* XVII, 2 (parcialmente aqui transcrita) e a sua aludida tradução da história de *Griselda*. Encontra-se também documentalmente comprovado, por sua vez, que essas suas últimas produções escriturísticas – nos dois últimos anos de verdadeira actividade intelectual – foram, num tempo sincrónico, acompanhadas, por parte de Boccaccio, no seu empenhado estudo de divulgação da obra de Dante.

Os últimos anos da vida do autor do *Decameron*, entre 1373 e 1375, também decorriam a tempo célere. Tinha-lhe sido atribuída como que uma cátedra, na sua cidade. Tratava-se nada mais nada menos do que da *Lectura Dantis*, que decorreu então na igreja de San Stefano da Badia. Estudando e divulgando assim, com rigor, a *Divina Comédia*, ele só teve tempo, porém, para comentar os 17 primeiros cantos do *Inferno*.

Importa reter, ainda em relação a esse apego de Boccaccio aos escritos de Dante, neste contexto, que aquele estudara e admirara a obra do autor da *Divina Comédia* praticamente durante toda a sua vida. Daí que ele tenha produzido (e posto então em circulação editorial) o seu *Tratattelo in laude di Dante* que, sobretudo ao longo do século XVI, viria a conhecer (e não apenas em Itália), uma significativa popularidade³⁰, vindo também a ser objecto de edições recentes no mundo da língua portuguesa³¹.

Ao passar a circular, em cópia caligráfica, o seu tratado sobre Dante, o próprio Boccaccio, que havia ultrapassado a barreira dos sessenta anos, já se encontrava, nesse período (tal como Petrarca um pouco antes de morrer) já bastante debilitado.

Em Outubro de 1374 Boccaccio tomava conhecimento da morte daquele seu amigo e correspondente. A sua vida, no entanto, não seria muito mais longa. Dados os males físicos de que também padecia, acabou por sucumbir, em Certaldo, precisamente nas últimas semanas de Dezembro de 1375³². Tal sucedia cerca 88 anos antes de, na cidade italiana de Mirandola vir ao mundo Giovanni Pico, filósofo que, desde muito novo, veio a abrir ao mundo novas perspectivas sobre o seu tempo e a vivência da dignidade.

³⁰ Veja-se a edição do texto de Boccaccio, *Origine, Vita, Studii e Costumi del Chiarissimo Dante Alighieri*, Florença, na oficina de Bartolomeo Sermartelli, 1576 (ver, adiante, edição Pina Martins).

³¹ A edição em fac-símile dessa edição quinhentista do texto medieval de Boccaccio foi primeiramente feita em Lisboa, acompanhada de um estudo de José V. de Pina Martins, por *O Mundo Livro*, Lisboa, 1965. Já em 2006, o Prof. Pina Martins sugeriu-nos a publicação de novo desse seu estudo, com algumas alterações. Veja-se assim, de sua autoria, “O texto da edição de *Origine, vita, studi e costumi del chiarissimo Dante Alighieri*, de Giovanni Boccaccio (1313-1375), no despertar do humanismo”, in *Revista Portuguesa de História do Livro* (sob a nossa direcção), Ano X, vol. 19, *L'Europe et le Livre au Moyen Âge*, em Homenagem a Jacques le Goff, Lisboa, CEHLE, 2007, pp. 207-226.

³² Enquanto Giaccinto Manuppella aponta para a data da morte de Boccaccio o dia 21 de Dezembro, Pina Martins, in *Humanisme et Renaissance...*, vol. I, aponta o dia de 24 de Dezembro.

A obra de Giovanni Boccaccio perpetuaria a sua vida (biológica) neste mundo. Os livros de sua autoria – e aqueles que constituíam então a sua rica biblioteca pessoal – deixaram dele um vivo testemunho. Quanto a estes últimos, porém, houve a registar a incúria dos homens. Tendo legado a sua biblioteca a outro amigo, Martino da Signa (com a responsabilidade de os deixar ver e copiar a quem o pretendesse), quis a incúria desse legatário e de vários outros vindouros que tal conjunto de obras se viesse irremediavelmente a dispersar e a maioria delas mesmo a perder³³.

Outro aspecto a ter encontra são os próprios traços da *vera effigie* desse autor pré-renascentista. Tudo parece indicar que, que até à sua morte, algum seguidor das artes pictóricas tenha feito um ou outro esboço das suas características fisionómias essenciais. Terá sido a partir de tais esboços, que irremediavelmente se terão perdido, que o pintor renascentista Andrea del Castagno (1420-1457) terá produzido, c. de 1450 – ou seja, 75 anos depois do desaparecimento daquele literato medieval – o retrato que dele hoje se conhece e se conserva na sua cidade natal, na Galeria dos Uffizi.

Secção II: O contexto diacrónico: do papel do calígrafo ao papel do impressor na multiplicabilidade dos textos de Boccaccio em circulação na Europa e no mundo

Nessa segundo metade do século XIV, a mais de um século do aparecimento da imprensa com caracteres móveis na Alemanha, a sobrevivência dos textos, para além, naturalmente, dos próprios autores, muito ficara a dever não só aos copistas como, também, aos correctores.

Conhecendo-se alguns textos autógrafos de Boccaccio que se situam entre a exegese medieval e pré-renascentista, há hoje conhecimento quer dos *copistas* que trabalharam para ele (ou a partir das suas obras) quer mesmo dos seus correctores de texto. Tudo isso se verifica num contexto sincrónico, ou seja, em pleno período da produção das suas próprias obras literárias e históricas.

Numa edição quinhentista italiana de um dos seus apreciados textos literários, *Ameto*, há uma indicação precisa quanto a um dos correctores dos seus textos. Na última carta aí apresentada, pode ler-se, com efeito, que o respectivo texto foi “*revisto e corrigido a partir de um manuscrito de 1478, de Daniello di Gheri Bulgarini*”³⁴.

Este Daniel Bulgarini, corrector dos textos de Boccaccio, mais não foi do que o pai do conhecido jurista transalpino Bulgarini.

A circulação caligráfica do texto medieval era, por razões óbvias, muito mais difícil e morosa do que se veio a tornar com o aparecimento das técnicas tipográficas. Assim, com essa descoberta, a obra de Giovanni Boccaccio passaria a conhecer, em termos de circulação pela Europa e pelo mundo, apenas cerca de um século após a sua morte, uma notória difusão que muito beneficiou a sua recepção e estudo.

³³ Sapegno, *op. cit.*, p. 290; Pina Martins, *op. cit.*, p. 213,

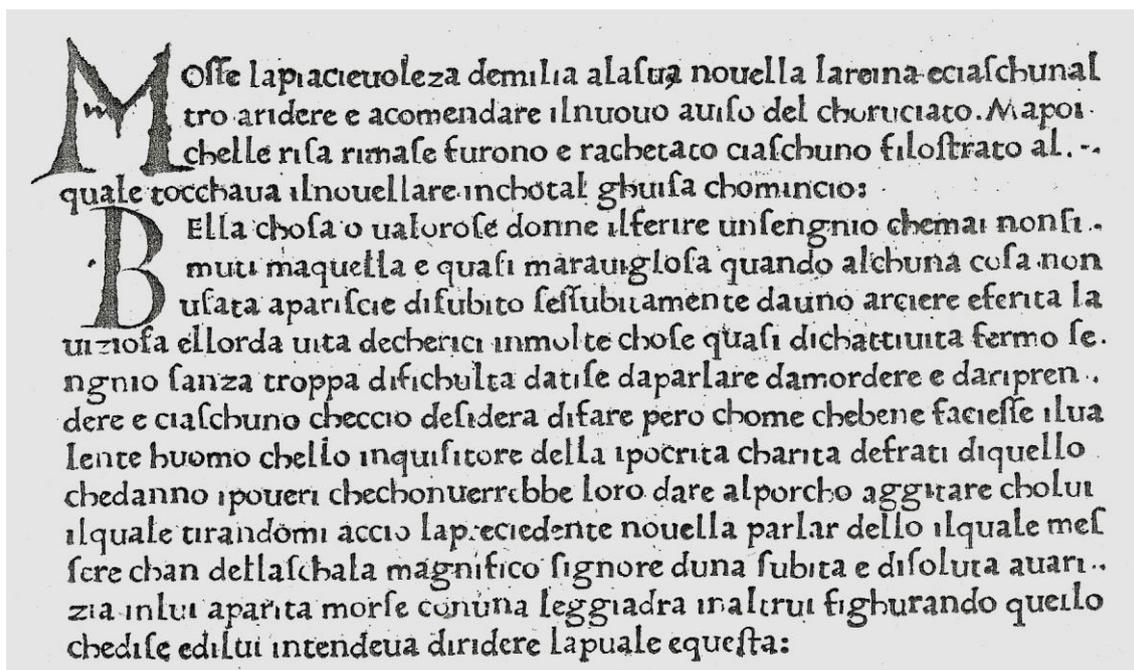
³⁴ Giovanni Boccaccio, *Ameto*, Veneza, na oficina de Gabriel Giolito de Ferrara, 1558.

A sobrevivência de Boccaccio pela arte tipográfica

Seria preciso decorrerem 95 anos desde a morte de Giovanni Boccaccio (em 1375) até ao aparecimento em Itália dos primeiros incunábulo com textos de sua autoria, para tal difusão passar a ganhar uma muito maior dinâmica. Aquela que constituiria, seguramente, a obra mais marcante do autor medieval florentino, fora sem dúvida o *Decameron*.

Daí não subsistirem dúvidas que tenha sido esta compilação de narrativas modernas, redigidas em parte em tempo de peste em Florença (e na Europa), que tenha beneficiado de primazia nesta primeira forma de circulação incunabular naquele país. A peste havia ficado, com os corpos de tantos milhares de italianos, simbolicamente sepultada no século anterior. E com essa peste continuava a arrastar-se a memória de muitas outras violentas pestes ao longo da História, como a narrada por Lucrecio, autor romano do século I a.C., ocorrida em Atenas, que ele magistralmente tomara por tema no final do poema filosófico *De rerum natura*³⁵.

Deste modo, ocorrendo os começos das actividades tipográficas em Florença e Veneza, foi precisamente na primeira dessas cidades que o designado por impressor do *Terentius* deu à estampa, cerca de 1470-1471, o volume intitulado *Decamerone*.



Um dos fólhos do *Decameron*, pelo impressor de *Terentius*, obra editada em Florença c. de 1470-1471 (por cortesia da BnF)

³⁵ Titus Lucretius Carus (c. 98-55 a.C.). Remete-se para *Lucrece et l'expérience*, edição e estudo por Marcel Conche (docente jubilado da Sorbonne), 1ª edição, Paris: Seghers, 1967; 2ª edição, Villers-sur-Mer: Éditions de Mégare, 1973; 3ª edição, Treffort, 1990; novas edições, Fides, "Noesis", 2003; e Paris: PUF (reimpressão), 2011.

Outros técnicos do sector tentaram então, e decerto em resultado do êxito desta edição, conquistar também os proventos de um relativamente grande número de público. Deram pois à estampa, em várias outras cidades italianas e no mesmo período incunabular, essa mesma obra.

Outros impressores que em Itália se encarregaram de editar então esta obra prima de Boccaccio foram, em Mântua, [Georgius de Augusta et Paulus de Butzbach, para? ou com? Pietro Adamo de' Micheli]³⁶, em 1472; ou em Bolonha, Baldassare Azzoguidi, em 1476. Esta última edição foi de certo modo contemporânea da que ocorreu na Alemanha e em língua alemã, na cidade de Ulm, do mesmo *Decameron*³⁷.

Até ao final desse século XV em Itália, esse empenho dos tipógrafos ali em actividade em difundir em letra de forma aquela obra-mestra de Boccaccio continuou a sua caminhada. Dos múltiplos casos que o ilustram contam-se as edições [em Vicenza], por Johannes de Reno, em 1478; em Veneza, por Giovanni et Gregorio de' Gregori, esta terminada em 20-VI-1492³⁸; e uma outra, na mesma cidade, na oficina de Manfredo Bonelli, concluída tipograficamente em 5-XII-1498, as duas últimas ilustradas com gravuras em madeira³⁹.

No alinhamento ou *linhagem* da circulação editorial incunabular boccacciana em Itália contou-se, em segundo lugar, *La Fiammeta*. Foi na cidade de [Pádua], com efeito, que Bartolomeo Valdezochio e Martinus de Septem Arboribus, imprimiram, em 21-III-1472, essa obra. Algum tempo depois, num período que se considera ser circa 1475-1480, é que o impressor de Antonius de Rosellis, a veio a reimprimir [na Itália do Norte], acompanhada do *De Legitimationibus*.

Algumas outras edições de *La Fiammeta* se sucederam a essa. Tal aconteceu com a publicação feita em [Nápoles, na oficina de Francesco del Tuppo] em 20-IX-1480.

O período do aparecimento da referida edição impressa de *La Fiammeta*, correspondeu, por sinal, ao da impressão, no mesmo país, da *Genealogiae deorum*. Tal ficou a dever-se a [Domenico di Bandino⁴⁰], com *Tabula*, Veneza, Vindelinius de Spira, 1472⁴¹.

³⁶ Seguindo-se os catálogos de incunábulos disponíveis para estas regiões e para esta época, indicam-se em parêntesis rectos quer os nomes de alguns impressores, quando estes não se encontram directamente explicitados nos textos boccaccianos então impressos, quer os nomes de algumas das cidades onde decorreu a impressão de tais obras.

³⁷ Tratou-se, desta feita, de *Das püch In greckisch genant decameron Vñ hundert histori oder neüe fabel in teusche*, na oficina de [Johann Zainer], circa 1476. Os bibliógrafos Baurmeister e Hillard (que temos vindo a seguir) estabelecem, a respeito do tradutor para a língua alemã desta obra de Boccaccio tratar-se de “Arigo [= Heinrich Schlüsselfelder?]. Sobre a identidade do tradutor, cf. J. L. Flood, *Early editions of Arigo's translations of Boccaccio's Decameron*, dans *Book production and letters in the Western European Renaissance. Essays in honour of Conor Faby*, Londres, 1986 (Publications of the Modern Humanities Research Association, 12), pp. 64-68; e Ursula Baurmeister et alii, *Catalogue des Incunables*, t. I, Fasc. 2: B, Boccaccio, Paris: BnF, 1996, pp. 338.

³⁸ V. Branca, *Boccaccio medievale*, nova edição, Florença, 1970, pp. 322-323.

³⁹ *Proveniência Bibliotheca Heideggeriana*.

⁴⁰ Sobre Domenico di Bandino, cf. *Dizionario biografico degli italiani*, t. 5, Roma, 1603, pp. 707-709; e Ursula Baurmeister et alii, edição ant. cit., p. 341.

Quanto à edição em letra de forma do *De Montibus, silvis, fontibus, lacobus, fluminibus, stagnis seu paludibus, de nominibus maris*, separadamente, ela ocorreu em Veneza, em inícios do ano seguinte, mais precisamente nos “Idus Iañ. [13-I]-1473”. Desta feita a impressão esteve a cargo de [Wendelinus de Spira]. Em breve, porém, esta obra passava a ser editada em conjunto com outras do mesmo autor. Veja-se o que sucedeu na edição de *Genealogiae deorum. De Montibus, silvis, fontibus, lacobus, fluminibus, stagnis seu paludibus, de nominibus maris*⁴², por incumbência do já aludido [Domenico di Bandino]), também como Tabula. Tal sucedeu na cidade de Reggio Emilia, na oficina tipográfica de Bartolomeo e Lorenzo Bruschi, em data que se sabe ter sido em “pridie Nonas Octobris [6-X]-1481”⁴³.

O público aderiu, sem dúvida, a esta iniciativa tipográfica em particular. Só tal facto parece justificar que, a poucos anos de distância, as mesmas obras *Genealogiae deorum* e *De Montibus...*⁴⁴ – e seguindo-se o mesmo editor de texto – tenham saído impressas nas cidades de Vicenza, na oficina de Simone Bevilacqua, em 20-XII-1487⁴⁵; em Veneza, na oficina de Boneto Locatello (para Ottaviano Scotto), em data que se conhece, em “Septimo kalendas Martias [23-II]-1494/95”, neste caso em edição ilustrada; bem como, na mesma cidade do Adriático, na oficina de Manfredo Bonelli [e Matteo Capcasa?], no dia “Octauo kalendas Aprilis [25-III]-1497”, estas duas últimas edições sendo ilustradas com gravuras em madeira.

Logo de seguida surgiu uma edição do interessante texto de Boccaccio, *Teseide*. Esta fez-se acompanhar do comentário de Pietro Andrea de Bassi e ocorreu na cidade de Ferrara, por Agostino [Carnerio], em 1475.

O aludido aparecimento em letra de forma do texto boccacciano *Teseide*, foi sucedido, não muitos anos depois, de um outro texto do mesmo autor, *Ameto*. Tratou-se, desta feita, da edição por Lucas Antonius Fortunatus. Roma, [Johannes Schurener?], e tal ocorreu antes de 10 de Agosto de 1478. A mesma obra veio a beneficiar, por sinal, na cidade de Treviso, por Michele Manzolo, de uma nova edição *al decimo de kalende Decembre* [22 de Novembro de 1479].

⁴¹ Sensivelmente neste período, mais concretamente em 1473-1474, ocorreu em Lovain a edição de *Genealogiae deorum, lib. I-XIII* [versão abreviada]. [Lovaina, Johann Veldener, circa 1473-1474]. Veja-se, a este respeito, *Ars impressoria. Entstehung und Entwicklung des Buchdrucks: eine... Festgabe für Severin Corsten...*, Munique, 1986, pp. 123-126; e Usula Baurmeister *et alii*, edição ant. cit., p. 342.

⁴² Esta edição apresenta variantes.

⁴³ Cf. E. H. Wilkins, “The geneology of the editions of the *Genealogia deorum*”, in *Studies on Petrarch and Boccaccio*, Pádua, 1978, pp. 334-348.

⁴⁴ Esta edição, segundo Ursula Baurmeister *et alii*, segue a de Reggio Emilia de 1481, porque o *De Montibus* não contém nem o *De stagnis* nem o *De nominibus maris*. Cf., ainda, E. H. Wilkins, *op. cit.*

⁴⁵ O exemplar depositado na BnF pertenceu a Jean Orcin, mestre do Colégio de Navarre [Collège de Navarre, séc. XVI], onde algumas décadas antes tinha sido um dos docentes mais destacados Diego Lupi, ou seja, o português Diogo Lopes Rebelo, que estudou e editou (também pelo impresso) a obra de João Duns Escoto.

Acerca da obra do mesmo autor, *Ninfale fiesolano*, conhecem-se particularmente duas apreciadas edições incunabulares italianas, sem menção específica do local de edição em cada uma delas. Referimo-nos, primeiramente à ocorrida em [Florença? na oficina de Bartolomeo de' Libri? *non post* 1480]. Existe uma outra, que se verificou em [Roma, na oficina de Sixtus Riessinger et Georgius Teutonicus? (= Georg Herolt?), circa 1482-1483].

Quanto a *Il Filocolo*, identificam-se, aqui, as edições verificadas em Milão, [por Leonhard Pachel et Ulrich Scienzeler, para?] Filippo da Lavagna, 4-II-1478; e a de Nápoles, pelo impressor Sixtus Riessinger, para Francisco del Tuppo, terminada em 8-III-1478, com ilustrações.

Devem mencionar-se, de igual modo, as conhecidas edições de Veneza, na oficina de Filippo di Pietro, que foi terminada em 19-IV-1481; bem como uma outra, realizada na mesma cidade, por Pellegrino Pasquali, e concluída tecnicamente em 2- XII-1488.

Não podem deixar de ser mencionadas, de igual modo, as edições incunabulares de *Il Corbaccio*. Foi o caso das que foram publicadas em Florença, em 1487; e uma outra, ultimada depois de Junho de 1497, ambas na oficina de Bartolomeo de' Libri, sendo a segunda delas ilustrada com gravuras em madeira.

O aludido impressor Bartolomeo de' Libri interessou-se bastante, com efeito, naquela cidade berço do Renascimento, pela impressão e difusão da estética textual boccacciana. A ele se ficou também a dever, com efeito, no último daqueles anos, a impressão de outro texto do mesmo autor pré-renascentista, uma *Epistola a Pino de' Rossi*⁴⁶.

***Do sucesso das edições incunabulares do autor e sua própria biografia:
o aparecimento editorial da Vita di Boccaccio de Hieronymus Squarzafricanus***

Muito antes de, em Itália, as obras do autor passarem a desfrutar (ao longo das três últimas décadas do século XV) de uma ampla circulação editorial pelo *impresso*, como se viu, foi chamada também a atenção para a sua própria biografia. Uma das primeiras edições dessa biografia de Giovanni Boccaccio teve lugar cronologicamente, com efeito, logo a seguir ao aparecimento de uma das mais antigas edições incunabulares desse pré-humanista, com o texto do *Decameron*.

E quem poderia, pois, encarregar-se de escrever (e de ter uma relativamente ampla difusão pela arte tipográfica) a vida de um intelectual como Boccaccio, com uma produção tão vasta e variada – desde a poesia, à novela ou à própria Mitologia ou aos relatos de natureza económica e diplomática – dentro da Itália, de modo a não escamotear ou esconder os mais interessantes passos das suas apetências culturais, das suas afinidades e dos seus percursos?

Disso não se poderia encarregar senão um escritor que também tivesse afinidade com a produção literária, inclusive com a poesia. Foi o que sucedeu com outro pré-

⁴⁶ Ursula Baurmeister *et alii*, edição ant. cit., p. 339.

humanista, que tinha também, de facto, alguns interesses culturais comuns com o autor, Hieronymus Squarzaficus.

Os dados em presença apontam que a mais antiga edição (materialmente consultada no âmbito da preparação deste nosso estudo) foi aquela que, acompanhada do texto do *Filocolo*, ocorreu em Milão, na oficina de [Leonhard Pachel e Ulrich Scienzeler, para?] Filippo da Lavagna, tendo sido terminada em 4-II-1478. Outras em breve, porém, se lhe seguiram, a primeira das quais apenas cerca de um mês depois.

Também a acompanhar o *Filocolo*, saiu efectivamente em Nápoles, na oficina de Sixtus Riessinger, para Francisco del Tuppo, em 8-III-1478, esta mesma *Vita di Boccaccio*. Esta edição é ilustrada com algumas gravuras em madeira.

Já em Veneza, por sua vez, a mesma biografia foi também publicada algum tempo depois. Tal ocorreu na oficina tipográfica de Pellegrino Pasquali, tendo os trabalhos sido concluídos para o efeito em 2-XII-1488.

Não restam hoje dúvidas de que este Hieronymus Squarzaficus⁴⁷ tinha, paralelamente a Boccaccio, também um particular interesse na obra de Petrarca. Dois anos depois daquela edição da *Vita*, ele fez publicar, juntamente com outro pré-humanista, Francisco Filelfo (1398-1481) e com a revisão e correcções de Francisco Centone, os *Triumpho*, de Petrarca, abundantemente anotados e ilustrados com cinco gravuras em madeira. Essa edição teve lugar em 1490, em Veneza, na oficina de Petrus de Plasis Cremonensis⁴⁸.

Os leitores de Petrarca seguiram, decerto que com interesse, essa criteriosa edição por aqueles dois autores. E de tal modo foi bem sucedida que, ainda no período incunabular, ela voltou a ser reeditada, desta feita em 1498⁴⁹.

A circulação de Boccaccio em França (a dois ritmos) entre a tradição manuscrita e o impresso

Quanto à circulação da obra de Boccaccio, num contexto diacrónico, em França, como se pode caracterizar essa mesma evolução editorial, nos inícios do período incunabular, naquele país? Ela decorreu primeiramente por via de duas versões autónomas e complementares do *De Casibus...* e, também, do *Decameron*. É sobre essa dupla questão que nos vamos agora deter.

⁴⁷ Vide de J. Allenspach e de G. Frasso o interessante estudo intitulado “Vicende, cultura e scritti di G. Squarzafico, alessandrino”, in *Italia medioevale e humanistica*, XII, 1980, pp. 237-239 e pp. 244-251.

⁴⁸ Esta edição é referenciada por Rhiannon Daniels, in *Boccaccio and the Book. Production and reading in Italy, 1340-1520*, Londres: Modern Humanities Research Association, W. S. Manly & Son Ltd., 2009, p. 114.

⁴⁹ A denotar ainda o sucesso dessa edição anotada dos *Triumpho* por Squarzaficus e por Filelfo, é o facto de, nos inícios do século XVI, respectivamente em 1504 e 1510, essa obra voltar a ser dada de novo à estampa em Itália.

Importa frisar, primeiramente, que um dos obreiros que esteve na base das primeiras edições incunabulares de trabalhos daquele pré-humanista em França, foi precisamente um religioso de nome Laurent Premierfait⁵⁰. A ele se ficou a dever, com efeito, uma primeira tradução do tratado *De casibus virorum illustrium*, sob o título específico *Des cas et ruyne des nobles hommes et femmes*.

Essa primeira tradução do *De casibus...*, por Laurent Premierfait, foi por ele concluída, segundo registos existentes a tal respeito, em 13 de Novembro de 1400⁵¹.

Importa assinalar, por outro lado, a existência de uma segunda tradução deste mesmo tratado – autónoma daquela – realizada pelo mesmo. É hoje sabido, com efeito, que depois de 1405, o Bispo de Chartres, Martin Gouge, encomendou a este mesmo intelectual uma nova tradução do *De casibus...*, que foi terminada, por sua vez, já em 15 de Abril de 1409⁵² e dedicada ao Duque Jean de Berry. Nessa dedicatória este tradutor identifica-se na qualidade dupla de “clérigo e vosso digno secretário”.

É conhecida, por outro lado, e também da pena do mesmo Premierfait, uma versão em francês do *Decameron*. Recorde-se assim que – depois de esse clérigo ter entrado, em Outubro 1410, ao serviço de Charles Bureau de la Rivière, Conde de Dammartin-en-Goële, Conselheiro e Chanceler do Rei de França – ele mesmo voltou a trabalhar nos textos de Boccaccio. Ele passou a traduzir, com início de Maio de 1411 e ocupando-se dessa actividade ao longo de três anos, da versão do *Decameron* para a língua francesa.

Também esta não foi para Premierfait, decerto, uma tarefa fácil. Como ele não dominava suficientemente a língua italiana, seguiu, para o efeito, o texto da versão da responsabilidade do franciscano Antonio d'Arezzo, que havia traduzido primeiramente o texto daquela obra de Boccaccio para o latim. Essa versão específica daquela outra obra do autor por este clérigo francês – que se destacou ainda como tradutor de Cícero⁵³ e notável poeta⁵⁴ – foi concluída em 14 de Junho de 1414, e como reconhecimento, ele a dedicou, uma vez mais, ao referido Duque de Berry⁵⁵.

⁵⁰ Tratou-se, efectivamente, de Laurent de Premierfait – também por vezes referenciado como Laurentius Campanus ou Laurentius Trecensis – que tendo nascido na localidade de Prémierfait, a cerca de duas dezenas de quilómetros a norte da cidade francesa de Troyes, veio a falecer em Paris em 1418.

⁵¹ Cf. C. Bozzolo, *Manuscrits des traductions françaises d'oeuvres de Boccace, XV^e siècle*, Pádua, 1973, pp. 8, 15-16.

⁵² Cf. C. Bozzolo, estudo ant. cit. Segundo o *explicit*, revelam Ursula Baurmeister e Denise Hillard, a presente edição segue provavelmente um manuscrito que apresenta, no colofon, a menção de “Páscoa 1409” e não “por volta da Páscoa, c. 1409”.

⁵³ Cícero, *Livre de vieillesse*, em tradução por Laurent de Premierfait, numa edição crítica por Stefania Marzano, Brepols, Turhout, 2009.

⁵⁴ Gilbert Ouy (editor), “Poèmes retrouvés de Laurent de Premierfait: un poète engagé au début du XV^e siècle”, in Carla Bozzolo et Ezio Ornato (direcção de), *Préludes à la Renaissance, aspects de la vie intellectuelle en France au XV^e siècle*, Paris, 1992, pp. 207-241. Por sua vez o italiano Antonio Loschi (1368-1441) referencia Laurent de Premierfait como “o primeiro poeta da Gália e restaurador da poesia nesta região”. Remete-se para o trabalho de Francesco Picco, “Une

A técnica tipográfica em França e o contributo para a difusão de Boccaccio naquele país

Com a chegada da arte tipográfica a França, ela foi logo posta ao serviço pelos mais aclamados eruditos e docentes, ao serviço de uma prestigiada instituição como a Sorbonne. E sendo hoje bem conhecidos os primeiros incunábulos saídos naquele país, também não poderá causar estranheza que, entre eles, se tenham incluído, precisamente, obras de Boccaccio⁵⁶.

Tal resultava, em particular, dos prodigiosos esforços, décadas antes, do referido Laurent de Premierfait. Entre esses primeiros esforços tipográficos contaram-se, primeiramente, as edições das obras de Boccaccio *De Claris mulieribus* e *De Casibus virorum illustrium*.

Seguindo uma ordem cronológica, quanto à primeira dessas obras, podem-se identificar edições incunabulares francesas como do *De Claris mulieribus*, um incunábulo da responsabilidade técnica de Johann Zainer, precisamente de 1473⁵⁷; o *De Claris mulieribus* [Estrasburgo, Georg Husner, circa 1474-1475⁵⁸]; e [*De Claris mulieribus*, em francês:] *De la louge et vertu des nobles et cleres dames*. Paris: Antoine Vérard, 28 de Abril de 1493, edição esta também ilustrada.

Quanto à segunda das referidas obras, identificam-se aqui, ainda para aquele país, as edições de [*De Casibus virorum illustrium*, em francês:] *De la ruyne des nobles hommes et femmes*. Lyon: Mathias Huss e Johannes Schabeler, 1483; bem como o [*De Casibus virorum illustrium*, também em francês:] *Des cas et ruyne des nobles hommes et fem-*

épître inédite d'Antonio Loschi à Laurent de Premierfait», in *Revue des études italiennes*, XIV, 1933, pp. 241-253.

⁵⁵ Remetemos, no essencial, para *Decameron*, na tradução por Laurent de Premierfait, edição de Giuseppe di Stefano Montréal, CERES (Bibliothèque du Moyen Âge), 1998; e para *Des cas des nobles hommes et femmes*, (apenas o Livro I), na tradução por Laurent de Premierfait, numa edição por Patricia Gathercole, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1968. Vejam-se, ainda, o criterioso estudo de Carla Bozzolo, *Un traducteur et un humaniste de l'époque de Charles VI, Laurent de Premierfait*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2004; ou o de Anne D. Hedeman, *Translating the Past: Laurent de Premierfait and Boccaccio's 'De casibus'*, Los Angeles, J. Paul Getty Museum, 2008. Segundo Franco Simone, por sua vez, numa comunicação à "Society for French Studies", de Oxford, em 24 de Março de 1970, Laurent de Premierfait, pelas suas traduções, soube bem aclimatar as obras de Boccaccio à França da época, fazendo dele um "moralista francês".

⁵⁶ *Catalogue des Incunables* (CIBN), tomo 1, fascículo 2: B, Paris, Bibliothèque nationale de France, 1996, pp. 333-334, n.ºs. B-505-552. As descrições destas edições incunabulares depositadas na BnF – de uma forma sucinta – são da responsabilidade de Ursula Baurmeister e Denise Hillard com o apoio, ainda, de Marie-Madeleine Saby. Seguimos, adiante, também algumas das descrições, em pormenor, dessas duas bibliotecárias e conservadoras.

⁵⁷ Constate-se, com efeito, a existência, na BnF, deste preciso incunábulo (produzido tipograficamente por Johann Zainer, como acima referimos), desse ano de 1473.

⁵⁸ Em 1487, por sua vez, a mesma obra veio a ser impressa em Lovaina.

mes⁵⁹. Tratou-se também, em ambos os casos, da tradução de Laurent de Premierfait. Paris, Jean du Pré, 26 de Fevereiro de 1483/84, continuando uma tradição tipográfica textual boccacciana então recente, que provinha da vizinha cidade flamenga de Bruges⁶⁰.

Apenas alguns anos depois, com efeito, veio a ocorrer, de igual modo na capital francesa, a obra [*De Casibus virorum illustrium*, em francês:] *Boccace des nobles maleureux*. Trata-se, neste caso, da segunda tradução desta obra feita por Laurent de Premierfait, Paris, [Guy Marchant? para] Antoine Vérard. Os trabalhos tipográficos, neste caso, foram concluídos em 4 de Novembro de 1494.

Nessa mesma perspectiva de cronologia tipográfica, só depois de terem ocorrido as aludidas edições francesas das obras de Boccaccio *De Claris mulieribus* e *De Casibus virorum illustrium* é que surgiu no mesmo país o *Decameron*.

Tal verificou-se através da edição intitulada *Le livre Decameron*. Paris, [na oficina tipográfica de Jean Du Pré et Antoine Caillaut] para Antoine Vérard, 22-XI-1485. Tratando-se neste caso de uma edição ilustrada, seguiu-se neste caso, para o efeito, a versão do texto em francês preparada por Laurent de Premierfait. Este acompanhou de perto, para esse efeito, a tradução latina de Antonio d'Arezzo, modificada por A. Vérard.

Exceptuou-se a última novela, que é uma tradução anónima feita sobre a tradução latina da *Historia Griseldis* de Petrarca⁶¹. No domínio da ilustração, registou-se que constou dessa edição um retrato de Boccaccio por Peter de Jode segundo Ticiano (1488/90-1576, portado posterior ao de Andrea del Catagno), gravado por A. Bon-Enfant.

Tudo parece indicar que os leitores franceses apreciaram, desde então, na sua língua, o conteúdo destas novelas boccaccianas. Por volta do fim do século, ou eventualmente no começo do seguinte, foi de novo impressa esta mesma obra (quando a tradição manuscrita das cópias dos principais textos de Boccaccio continuava a ser uma realidade também naquele país⁶²). Resultou, dessa feita, a edição *Bocacce des cent nouvelles*. Tratava-se uma vez mais da versão de Laurent de Premierfait. Paris, para Antoine Vérard [inter X-1499 et 30-V-1503].

⁵⁹ Remete-se para Bozzolo, estudo ant. cit.

⁶⁰ [*De Casibus virorum illustrium*, em francês:] *De la Ruine des nobles hommes et femmes*, na tradução de Laurent de Premierfait. Bruges : Colard Mansion, 1476.

⁶¹ Cf. C. Bozzolo, *op. cit.*, p. 27; e B. Woledge, *Bibliographie des romans et nouvelles en prose française antérieurs à 1500. Supplément, 1954-1973*, Genève, 1975, n.º. 97.

⁶² Registrem-se em síntese (e diversos outros casos haveria a apontar neste contexto das cópias, na tradução manuscrita boccacciana em França), códices existentes na Bibliothèque nationale de France como o *Decameron*, Ms. Ital., n.º. 63, em cujo fólho 304 v.º, se pode constatar a bela iluminura das damas de Florença já fora das muralhas daquela cidade, de onde tinham fugido face à peste que em 1348 assolou aquela cidade; ou um códice Ms. com o *De Casibus...*, em versão versão francesa (também da BnF), onde pudemos apreciar o belo fólho referente ao caso de Polícrates de Samos e o seu maravilhoso anel, engolido por um peixe.

Não restam dúvidas que o impressor parisiense Vérard procurava acompanhar as modas editoriais da época⁶³. Uma situação que o comprova é o ter mandado fazer, em 1498-1499, uma (outra) edição ilustrada, recorrendo ao texto também em língua francesa, de outro apreciado texto de Boccaccio, [*Genealogiae deorum*, em francês] *Bocacce de la genealogie des dieux*. Paris, “para Antoine Vérard”, 9-II-1498/99.

Estas edições podem testemunhar, com efeito, de uma primeira amplitude histórica da circulação de obras de Boccaccio em França, num tempo diacrónico, ou seja, mais de 120 anos após a sua morte.

Seção III: A circulação de Boccaccio em Castela (e na Catalunha)

E quanto à Península Ibérica? Em que moldes se processou (também num tempo diacrónico) a primeira circulação das principais obras de Boccaccio em letra de forma em fins do século XV? À semelhança da França, essa acção difusora principiou, em espanhol, a partir da obra *De Claris mulieribus* e foi continuada, depois, pela versão de *De Casibus virorum illustrium*. E estaremos em crer que exemplares das edições (que iremos referenciar) terão tido também a sua recepção em Portugal em meios aristocráticos.

A circulação manuscrita dos textos boccaccianos na península (antes da chegada da imprensa)

O estudo da recepção de Boccaccio em meios peninsulares, sabe-se hoje que passou a ser uma realidade na Catalunha, se não antes, pelo menos na década de oitenta. Tal ocorreu, portanto, antes da chegada da imprensa com caracteres móveis à Península Ibérica, numa iniciativa de reputados técnicos alemães.

Torna-se necessário, para isso, conhecer um pouco melhor alguns aspectos particulares da recepção na Catalunha, por parte de Bernard Metge (1340-1413), de textos literários de Boccaccio, presumivelmente em meados desses aos oitenta do século XIV e da sua vontade explícita em os traduzir.

Efectivamente chegou à mão de Metge, por esse período, uma cópia manuscrita da novela de Boccaccio, *Walter* [ou *Gualtieri*⁶⁴] e *Griselda*, com que termina, recorde-se, o *Decameron*. Tratava-se, com efeito, de uma cópia, não da versão original em italia-

⁶³ Antoine Vérard esteve activo em Paris entre 1485 e c. 1513. De tal modo foi destacada a sua acção como impressor que, em 1507, Luís XII o nomeou como “livreiro do rei”. Veja-se “Antoine Vérard” in *Dictionnaire des Grands Noms de la Chose Imprimée*, por Jean-Claude Fadouas, Paris : Éditions Retz, 1991, pp. 165-166.

⁶⁴ Urbano Tavares Rodrigues, ao verter no século XX (na íntegra) o *Decameron* para a língua portuguesa, a partir do italiano, estamos em crer, intitulou essa décima novela ou conto como “Uma felicidade difícil” e optou por traduzir o nome do personagem masculino como Gualtieri e não como Walter, como haviam feito vários outros intérpretes.

no, mas da versão em latim estabelecida pela esclarecida pena de Francesco Petrarca (à qual atrás, aliás, já fizemos alusão).

É conhecida, efectivamente, a versão que Bernard Metge estabeleceu, em 1388, dessa novela específica, *Historia de Walter e de la pacient Griselda* e da carta com que ele fez acompanhar essa sua tradução, precisamente de 1388⁶⁵. Esse texto literário – que data apenas de uma dúzia de anos após a morte de Boccaccio – poderá constituir, também, uma das mais antigas mostras em Espanha da admiração de Petrarca por um autor peninsular⁶⁶, constituindo, com *Lo Somni*⁶⁷, um dos documentos mais curiosos acerca, por um lado, da estética e, por outro lado, da própria vida⁶⁸ (e interesses culturais) desse literato catalão medieval.

Não muito distante do tempo daquela versão boccacciana por Metge, na Catalunha, foi feita em Castela a versão manuscrita de uma primeira parte do *De Casibus...*, do mesmo autor italiano. Tal sucedeu quando o Chanceler Diogo Lopez de Ayala (1332-1407, nascido, portanto, apenas c. de duas décadas depois do grande autor florentino), trasladou para a língua daquele país os primeiro oito capítulos daquela referida obra⁶⁹.

Desconhece-se, em abono da verdade, o período específico em que o Chanceler Ayala procedeu a esse traslado. Não andaremos muito longe da verdade se deixarmos aqui a hipótese de tal ter sucedido pouco depois da sua participação (e derrota do seu país) na Batalha de Aljubarrota, bem como da sua conseqüente prisão nos castelos de Ourém e de Óbidos, do último dos quais terá sido libertado apenas cerca de 1388-1389⁷⁰.

Confirmando-se esta nossa hipótese quanto a uma hipotética datação desse seu traslado boccacciano, distarão assim, pelo menos, três décadas a três décadas e meia

⁶⁵ *Historia de Valter e Griselda, Arromançada por Bernat Metger* (publicada com *Lo Somni*), edição de 1891. Veja-se, por outro lado, o estudo de R. Morabito, “La diffusione della storia di *Griselda* dal XV al XX”, in *Studi sul Boccaccio*, XVII, 1988, pp. 237-285.

⁶⁶ Veja-se, de Carlo Dionisotti, “Fortuna del Petrarca nel Quattrocento”, in *Italia Medioevale e Umanistica*, Pádua: Editrice Antenore, 1974; bem como o trabalho de Maria Pilar Manero Sorolla, *Introducción al Estudio del Petrarquismo en España*, Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, 1987 (em particular in p. 34); e *Imágenes Petrarquistas en la Lírica Española del Renacimiento. Repertorio*, mesma cidade e editora, 1990.

⁶⁷ Bernat Metge, *Lo Somni*, edição de A. Vilanova, Barcelona: CSIC, 1946.

⁶⁸ Ponha-se em relevo que Bernat Metge em 2 de Maio de 1379 – portanto cerca de uma década antes de fazer tal tradução do texto de Boccaccio – havia contraído o seu primeiro matrimónio com Elália Vivó (de quem teve um filho). Esta, porém, acabaria por falecer pouco depois dessa produção textual, mais concretamente em Outubro de 1390.

⁶⁹ Como veremos adiante esta versão parcelar será depois continuada, por parte de um outro aristocrata e erudito, Juan Afonso de Zamora.

⁷⁰ Remetemos, num âmbito geral sobre a vida e acção intelectual deste aristocrata, para a obra do setecentista Rafael de Floranes, *Vida literaria del canceller D. Pedro López de Ayala, copilada de la ‘Colección de Documentos ineditos para la Historia de España’*, XIX e XX, Madrid, Imprenta de la Viuda de Galero.

entre o fim dessa sua leitura interpretativa do *De Casibus...* (nos seus oito primeiros capítulos, como atrás referimos) e a conclusão do traslado dos restantes capítulos do mesmo tratado boccacciano, nunca antes de 1422, pelo já referido nobre castelhano, Juan Alfonso de Zamora⁷¹.

Ainda no âmbito de textos de Boccaccio em códice (em manuscrito, já se vê), que circularam na Península Ibérica entre o último quartel do século XIV e o advento do impresso nesta mesma região quase nos fins do séc. seguinte, os investigadores têm-se debruçado sobre que obra do genial autor italiano integrou a biblioteca do Condestável D. Pedro (1429-1466), no nordeste da península, então com pretensões ao Condado da Catalunha.

Tal sucedeu depois de 1463 e antes da sua morte, três anos depois, em 29 de Junho, na localidade de Granollers. Sabe-se, pelo rol da sua livraria, que ele detinha nessa valiosa colecção “un libre a forma de full script en pergami e en vulgar castella o portugues, appellat *Ioan bocaci*”⁷².

Ainda se vivia, então, a mais de uma dezena de anos antes do período da introdução da imprensa nas Espanhas. Em um nosso trabalho anterior, porém, já formulámos um conjunto de questões que cremos, na sua pertinência, poderão permitir ajuizar-se sobre de que cópia manuscrita de uma obra de Boccaccio, em castelhano, se poderia tratar nesse período específico⁷³.

Obras boccaccianas na Catalunha e em Castela desde 1474, após o advento na Península da nova era do impresso

Entretanto o ano de 1474 (quase um século depois de Bernad Metge, na Catalunha, ter traduzido a última das novelas do *Decameron*, como se viu) assinalou uma nova época. Tratou-se, desta feita, da passagem a letra de forma de trabalhos de Boccaccio na Península Ibérica.

Tal sucedeu quando na cidade de Valência, naquele ano, o impressor Lambertus Palmart⁷⁴ decidiu imprimir a novela de Boccaccio, *Guiscardo e Segismunda*, a partir

⁷¹ Este facto encontra-se também sucintamente apreciado no nosso recente trabalho “Apontamentos para a circulação de Boccaccio em Portugal nos séculos XV e XVI: entre a tradução do manuscrito e a inovação do impresso”, estudo apresentado à Universidade de Coimbra, por ocasião da passagem do VII centenário do nascimento do autor de Fiameta.

⁷² Sousa Viterbo, *A literatura hespanhola em Portugal*, p. 216.

⁷³ Cfr. O nosso estudo “Apontamentos para a circulação de Boccaccio em Portugal nos séculos XV e XVI: entre a tradução do manuscrito e a inovação do impresso”, a que já fizemos referência em nota.

⁷⁴ A imprensa em Castela ainda era recente. Na cidade de Segóvia a actividade tipográfica tinha sido iniciada no ano anterior, pelas mãos de Juan Parix de Heidelberga. Quanto a Valência, trabalharam nessa cidade em tal período, com Lambert Palmart, outros impressores como Nicolás Spindeler ou Juan Rosembach. Tinham-se deslocado para aquela urbe a convite de Jacob Vizlant, que era representante de uma sociedade comercial de Ravensburgo, na Alemanha. Veja-se, ainda, Seminário Internacional *La recepción de Boccaccio en España*, Madrid, Universi-

da tradução latina feita em Itália por esse apreciado discípulo de Petrarca, Leonardo Bruni, Aretino (1369-1444). Intitulou-se essa edição, precisamente, *De duobus amantibus*⁷⁵ *Guiscardi et Segismundae*.

Decorreram curiosamente duas décadas até que viesse a ser impressa em Castela uma nova obra de Boccaccio, e uma vez mais em tradução para a língua daquele país. Tratou-se, então, da versão, a partir do *De Claris mulieribus*, intitulada *Las claras, excelentes y mas famosas damas*. Esta edição ocorreu na cidade de Saragoza, tendo o impressor Pablo Hurus⁷⁶ concluído os trabalhos tipográficos, para o efeito, em 24 de Dezembro de 1494.

Esse livro saiu ricamente ilustrado, tendo o impressor recorrido a algumas das gravuras em madeira utilizadas na edição da mesma obra (ocorrida algum tempo atrás), na cidade de Ulm, na Alemanha. Neste caso castelhano, as gravuras em madeira foram da responsabilidade técnica de Anton Sorg, com c. de sete excepções: três delas (as representações de Ysiphila, Tulia et Busa) não foram reutilizadas; quatro outras (as de Luna, Didon, Artemisia e da Papisa Joana) foram muito provavelmente copiadas de uma edição da mesma obra, neste caso da responsabilidade do já referido Johann Zainer⁷⁷.

Esta edição (tal como a original manuscrita produzida por Boccaccio em Itália), conta, em 103 capítulos, a história “dos grandes e mais esclarecidos feitos” de outras tantas mulheres. Um conjunto de 76 destas histórias, segundo Juan Carrete Parrondo, encontram-se ilustradas. Cada uma delas apresenta uma estampa na qual se recolhe a acção virtuosa, ou na qual se patenteia o vício de cada biografada. E Boccaccio, como autor, não deixa de *enaltecer* ou *reprender*, quer se trate de virtudes ou de defeitos.

Carrete Parrondo individualiza a ilustração específica de uma dessas histórias desta edição incunabular castelhana, a de Hipermestra, que foi filha do rei Danao⁷⁸.

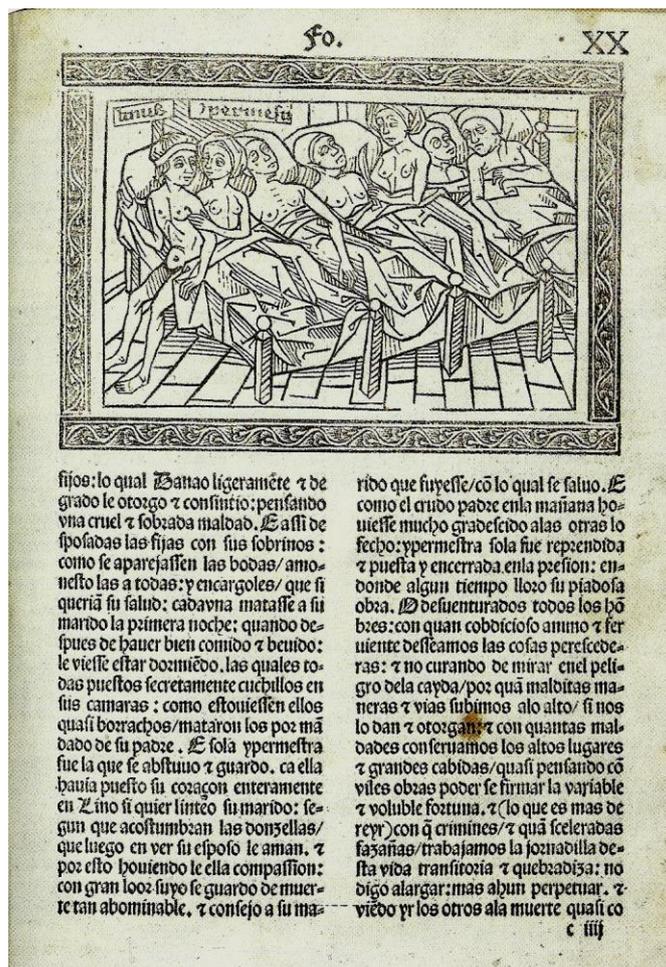
dade Complutense, com as respectivas Actas editadas in *Cadernos de Filologia Italiana*, n^o extraordinário, 2001; e, em particular neste volume, o estudo de Marcos Martinez, “Boccaccio y su entorno en relación con las Islas Canarias”, edição *ant. cit.*, pp. 95-118.

⁷⁵ Esta expressão “de duobus amantibus” tinha sido cristalizada no título da imortal obra de Eneas Silvio Piccolomini (1405-1464), a qual em 2004 veio a beneficiar de uma edição, em que a tradução do latim para a língua portuguesa foi assegurada por Arnaldo do Espírito Santo.

⁷⁶ Este impressor era natural de Constanza. Ele havia já estado activo em Barcelona em 1475 (altura em que ali trabalhou com Juan de Saltzburgo, na edição da obra de Perottus, *Rudimenta Grammaticae*). Veja-se, ainda, de Talita Janine Juliani, a sua dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Campinas, sob o tema *Sobre as Mulheres Famosas (1361-1362) de Giovanni Boccaccio*, Campinas, 2011.

⁷⁷ Ursula Baurmeister *et alii*, edição *ant. cit.* (CI, I-2., BnF, 1996), p. 336.

⁷⁸ Juan Carrete Parrondo, “La ilustración de los libros. Siglos XV al XVIII”, in *De los Incunables al siglo XVIII*, dir^o. de Hipólito Escolar, Madrid, Fundación German Sanchez Ruiperez, 1994, pp-271-359, em particular in pp. 295-296.



Um das folhas ilustradas da edição de Saragoça, de 1494, com a obra de Boccaccio, *Mujeres ilustres = Las mas famosas damas*

Aquele monarca, com efeito, tinha cinquenta filhas que ele havia casado com igual número de sobrinhos para que, na noite de núpcias, todos ele viessem a ser mortos. Nesta gravura mostra-se, precisamente, o momento em que as irmãs de Hipermestra matam os maridos. Ela foi a única que tinha posto o seu coração unicamente em Lino, seu esposo e, desobedecendo às ordens do pai, aconselha o seu amado a fugir, salvando-lhe desta forma a vida⁷⁹.

A beleza técnica destas gravuras da referida edição incunabular boccacciana de Saragoça patenteia, aliás, o elevado nível técnico da ilustração ao serviço do livro impresso com caracteres móveis naquele período. Por outro lado, em termos de técnica tipográfica, a qualidade tipométrica foi conhecendo sucessivos avanços na Península Ibérica (e na Europa) nessas últimas décadas do século XV. A qualidade de alguns desses mesmos livros com as edições de Boccaccio (quer os quatrocentistas ou incunabula-

⁷⁹ Juan Carrete Parrondo, estudo ant. cit., p. 296.

res quer os quinhentistas)⁸⁰, também resultou muito, de facto, das formas estéticas que muitos dos seus ilustradores e impressores lhes deram.

Curiosamente apenas um ano depois da edição da referida colecção de textos sobre aquelas *Mujeres illustres*, foi a vez de se editar, também em língua castelhana, uma obra de Boccaccio, em afinidade com aquela. Tratou-se, neste caso do *De Casibus virorum illustrium*, na tradução integral de Pedro Lopez de Ayala e (em continuidade) de Juan Alfonso de Zamora, intitulada agora *Cayda de principes*.

Esta edição ocorria, agora, na cidade de Sevilha. Os impressores foram Meinhard Ungut e Stanislaus Polonus, tendo os trabalhos tipográficos sido aí concluídos em 29 de Dezembro de 1495.

Pelos dados apresentados no cólofon da edição desta mesma obra (utilizando-se ainda, na sua primeira parte, o texto do traslado de Pedro Lopez de Ayala⁸¹ até cerca de metade do capítulo oitavo) – e produzida tipograficamente na cidade de Toledo e concluída em 18 de Setembro de 1511 – tornou-se possível apurar a data em que o continuador deste traslado de *Cayada de Principes*, Juan Alfonso de Zamora, desenvolveu a continuidade dessa mesma tradução interrompida c. de três décadas antes até a concluir, durante uma embaixada em que participou. Tal ocorreu, com efeito, em 30 de Setembro de 1422⁸².

Neste período, por outro lado, já era comum, sobretudo em meios aristocráticos, a recepção de obras de Boccaccio em Portugal.

Algumas conclusões

No âmbito da História da Edição, a circulação e recepção dos principais textos de Boccaccio na Europa, desde o século XIV em que o autor viveu, até fins do século XV, pode ser perspectivada primeiramente a um nível sincrónico e, algum tempo depois, a um nível diacrónico.

No primeiro desses contextos, o próprio autor ainda pôde acompanhar os ritmos de progressão de tais obras, na viagem aberta entre o criador e os seus leitores. Tal ocorreu naturalmente, de uma forma privilegiada, dentro dos espaços (políticos e culturais) que constituem a Itália actual.

Foram múltiplas as viagens efectuadas por este intelectual pela Europa, na sua qualidade de agente cultural e de diplomata. Assim, ele também pôde ir percepcio-

⁸⁰ No Centro de Estudos de História do Livro e da Edição – CEHLE, em Lisboa, temos indo, ao longo das três últimas dezenas de anos, a reunir algumas dessas belas edições boccaccianas quinhentistas peninsulares do séc. XVI.

⁸¹ A participação de Ayala, recorde-se (como se regista no cólofon da edição toledana da mesma obra de 1511, a que voltaremos adiante) decorreu “até metade do capítulo [oitavo] que fala do rei Artur de Inglaterra ... & de mordrete su fijo”. Veja-se F. J. Norton, *A Descriptive Catalogue of Printing in Spain and Portugal, 1501-1520*, Cambridge University Press, 1978, p. 385.

⁸² F. J. Norton, edição ant. cit., p. 385 (aludindo também a este passo Joaquim de Carvalho, in *Estudos de Cultura Portuguesa no século XV*, Coimbra, Imprensa da Universidade).

nando algumas formas de como esse seu trabalho foi sendo recebido, quer por parte de amigos e contemporâneos, como Petrarca ou Leonardo Bruni, Aretino, quer por parte de muitas outras figuras com quem privou.

Nessas modalidades de partilha, Boccaccio pôde transmitir o sentido literal das suas obras, na construção das suas vivências, numa introspecção – tal afirmação tipo *legislativo* e hiperbólico – do próprio mundo. Tratava-se, afinal, do mundo que ele mesmo foi construindo, pelos seus trabalhos literários (dentro e fora de si).

Ao que Sapegno e V. Branca sabiamente estabeleceram, Boccaccio foi, seguramente, nos seus pressupostos de escrita essenciais, um autor *medieval*. Não deixam, no entanto, de se vislumbrar já em alguns dos seus textos, em particular em alguns aspectos específicos do *Decameron*, a abertura de novos horizontes, que conduziram inequivocamente à pré-modernidade e ao pré-Renascimento.

DOCUMENTO I

Cronograma da produção das obras de Giovanni Boccaccio entre 1336 e c. 1375

A partir dos mais credenciados estudiosos internacionais da obra de Giovanni Boccaccio, entre os quais se contam Natalino Sapegno⁸³, Giuseppe Toffanin⁸⁴ ou Vittore Branca⁸⁵, é hoje possível estabelecer um cronograma das principais obras produzidas por esse autor medieval, entre 1336 e c. 1375, ou seja, até praticamente à sua morte. Esta é por nós aqui organizada em três grandes períodos: *Da prescrutação do ser sensível*; *Da fidelização a Petrarca como Mestre* (mas também certo retrocesso); e *Da afirmação dos talentos pela virtude* (evocando figuras ilustres).

I-Da prescrutação do ser sensível (ou o despertar para as letras no período napolitano)

1336 *Filocolo*
1337-1339? *Philostrato*

II- Da fidelização a Petrarca como Mestre (mas também um certo retrocesso)

1341-1342 *Ninfale d'Ameto ou Commedia delle Ninfe fiorentine*
1342-1343? *Amorosa Visione* [cinco Triunfos (tendo colhido inspiração nos *Triumphs*, de Petrarca), *Da Sabedoria*; *Da Riqueza*; *do Amor*; e *Da Fortuna*]

III- Da afirmação dos talentos pela virtude (evocando figuras ilustres)

ant. 1343 *Elegia di Madonna Fiammeta*
1343-1346 *Ninfale Fiesolano* (variações livres das *Metamorfoses* de Ovídio)

⁸³ Natalino Sapegno, *Il Trecento, 'Storia Letteraria d'Italia'*, Milão: Vallardi, 1934.

⁸⁴ Giuseppe Toffanin, *Storia dell'Umanesimo dal XIII al XVI secolo*, 3 ed. revista, Bolonha, 1943.

⁸⁵ Vittore Branca, *Giovanni Boccaccio, apud 'Orientamenti Culturale' – Letteratura Italiana – I Maggiore*, I, Carlo Mazorati Editore, Milão, 1956. Apoiamo-nos, neste âmbito, ainda em José V. de Pina Martins, 2 “[Boccacce] – Les oeuvres principales”, in *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal. Les Deux Regards de Janus*, edição ant. cit., tomo I (Lisboa-Paris, 1989), pp. 215-226.

- após c. 1348 *Decameron*
c. 1355 *Corbaccio. Laberinto d'amore*
c. 1350-1375 *Genealogia deorum gentilium*
c. 1351-1366 *Bucolicon Carmen*
1356-1374 *De casibus virorum illustrium*
1366-c. 1374 *De claris mulieribus*
c. 1350-1375 *Genealogia deorum gentilium*
c. 1362-c. 1366 *De Montibus, silvis, lacubus, fluminibus, stagnis seu paludibus, de nominibus maris*
1373-1374 *Tratatello in laude di Dante.*

DOCUMENTO II

II-1. Incunábulos de Boccaccio na Biblioteca Nacional de França⁸⁶

- *Ameto*. Edição por Lucas Antonius Fortunatus. Roma, [Johannes Schurener?, ante 10 -VIII]-1478. 4^o.
BNF inc. B-505.
- *Ameto*. Treviso, Michele Manzolo, al decimo de kalende Decembre [22- XI] -1479. 4^o.
BNF inc. B-506.
- *De Casibus virorum illustrium*. [Estrasburgo, Georg Husner, circa 1474-1475.] 2^o.
BNF inc. B-507.
- [*De Casibus virorum illustrium*. Em espanhol:] *Cayda de principes*. Tradução por Pedro Lopez de Ayala e Alfonso Garcia de Santa Maria por instigação de Juan Alfonso de Zamora. Sevilla, Meinhard Ungut et Stanislaus Polonus, 29 XII 1495. 2^o, ill.
BNF inc. B-508.
- [*De Casibus virorum illustrium*. Em francês:] *De la Ruine des nobles hommes et femmes*. Tradução por Laurent de Premierfait. Bruges, Colard Mansion, 1476, 2^o.
BNF inc. B-509.
- [*De Casibus virorum illustrium*. Em francês:] *Des cas et ruyne des nobles hommes et femmes*. Tradução por Laurent de Premierfait. Paris, Jean Du Pré, 26 II 1483/84, 2^o, ill.
BNF inc. B-510.
- [*De Casibus virorum illustrium*. Em francês:] *De la ruyne des nobles hommes et femmes*. Tradução por Laurent de Premierfait. Lyon, Mathias Huss e Johannes Schabeler, 1483. 2^o, ill.
BNF inc. B-511.

⁸⁶ *Catalogue des Incunables* (CIBN), Tomo 1, Fasc. 2: B, Paris, Bibliothèque nationale de France, 1996, pp. 333-334, n.ºs B-505--552. As notícias destes incunábulos depositados na BnF foram redigidos por Ursula Baurmeister e Denise Hillard com a colaboração de Marie-Madeleine Sauby.

- [**De Casibus virorum illustrium. Em francês:**] *Boccace des nobles maleureux*. Tradução por Laurent de Premierfait, Paris, [Guy Marchant? para] Antoine Vérard, 4- -XI-1494. 2º., ill. BNF inc. B-512.
- *De Claris mulieribus*, Johann Zainer, 1473. 2º, ill. BNF inc. B-513.
- *De Claris mulieribus*. [Estrasburgo, Georg Husner, circa 1474-1475.] 2º. BNF inc. B-514.
- *De Claris mulieribus*. Lovaina, Aegidius van der Heerstraeten, 1487. 2º, ill. BNF inc. B-516.
- [**De Claris mulieribus. Em alemão:**] *Der kurz syn von ettlichen frauen*. Tradução por Heinrich Steinhöwel. Augsburg, Anton Sorg, An freytag nach sant Valenteins tag [19- II] -1479. 2º ill. BNF inc. B-517.
- [**De Claris mulieribus. Em espanhol:**] *Las claras, excelentes y mas famosas damas*. Zaragoza, Paul Hurus, 24 X 1494. 2º., ill. Gravuras em madeira de Anton Sorg (ver n.º B-517) com cerca de sete exceções: três (Ysiphile, Tulia et Busa) não foram reutilizadas; e quatro outras (Luna, Didon, Artemisia e a da Papisa Joana) foram muito provavelmente copiadas da edição de Johann Zainer (n.º B-516). BNF inc. B-518.
- [**De Claris mulieribus. Em francês:**] *De la louenge et vertu des nobles et cleres dames*. Paris, Antoine Vérard, 28 - IV - 1493. 2º., ill. BNF inc. BNF inc. B-519.
- *Il Corbaccio*. Florença, Bartolomeo de' Libri, 1487. 4º. BNF inc. B-520.
- *Il Corbaccio*. [Florença, Bartolomeo de' Libri, post VI 1497.] 4º, ill. BNF inc. B-521.
- *Decamerone*. [Florença, impressor do *Terentius*, circa 1470-1471]. BNF inc. B-522.
- *Decamerone*. [Veneza,] Christoph Valdarfer, 1471. 2º. BNF inc. B-523.
- *Decamerone*. Mântua, [Georgius de Augusta e Paulus de Butzbach, para ou com?] Pietro Adamo de' Micheli, 1472. 2º. BNF inc. B-524.
- *Decamerone*. Bolonha, Baldassare Azzoguidi, 1476. 2º. BNF inc. B-525.
- *Decamerone*. [Vicenza,] Johannes de Reno, 1478. 2º. BNF inc. B-526.

- *Decamerone*. SQUARZAFICUS (Hieronymous). *Vita di Boccaccio*. Veneza, Giovanni e Gregorio de' Gregori, 20-VI-1492. 2º, ill.
BNF inc. B-527.
- *Decamerone*. SQUARZAFICUS (Hieronymous). *Vita di Boccaccio*. Veneza, Manfredo Bonelli, 5-XII-1498. 2º, ill.
BNF inc. B-528.
- [*Decamerone*. **Em alemão:**] *Das püch In greckisch genant decameron Vñ hundert histori oder neüe fabel in teusche*. Tradução por “Arigo” [= Heinrich Schlüsselfelder?] Ulm [Johann Zainer, circa 1476]. 2º.
BNF inc. B-529.
- [*Decamerone*. **Fr.**] *Le livre de cameron*. Tradução para Laurent de Premierfait. Paris, [Jean Du Pré e Antoine Caillaut] pour Antoine Vérard, 22-XI-1485. 2º, ill.
BNF inc. B-530.
- [*Decamerone*. **Em francês:**] *Bocace des cent nouvelles*. Tradução por Laurent de Premierfait. Paris, para Antoine Vérard [inter X 1499 et 30 V 1503]. 2º, ill.
BNF inc. B-531.
- *Epistola a Pino de' Rossi*. Florença, B[artolomeo de' Libri], 1487. 4º.
BNF inc. B-532.
- *La Fiammetta*. [Pádua,] Bartolomeo Valdezochio e Martinus de Septem Arboribus, 21-III-1472. 4º.
BNF inc. B-533.
- *La Fiammetta*. [Itália do Norte, impressor de Antonius de Rosellis, *De Legitimationibus*, circa 1475-1480]. 4º.
BNF inc. B-534.
- *La Fiammetta*. [Nápoles, Francesco del Tuppo,] 20- IX-1480. 4º.
BNF inc. B-535.
- *La Fiammetta*. SQUARZAFICUS (Hieronymous). *Epistola*. Veneza, Massimo Butrici, 24-IX-1491. 4º.
BNF inc. B-537.
- *Il Filocolo*. SQUARZAFICUS (Hieronymous). *Vita di Boccaccio*. Milão, [Leonhard Pachel e Ulrich Scienzeler para?] Filippo da Lavagna, 4-II-1478. 2º.
BNF inc. B-538.
- *Il Filocolo*. SQUARZAFICUS (Hieronymous). *Vita di Boccaccio*. Nápoles, Sixtus Riessinger para Francisco del Tuppo, 8-III-1478. 2º ill.
BNF inc. B-539.
- *Il Filocolo*. Veneza, Filippo di Pietro, 19- IV - 1481. 2º.
BNF inc. B-540.

- *Il Filocolo*. SQUARZAFICUS (Hieronymous). *Vita di Boccaccio*. Veneza, Pellegrino Pasquali, 24-XII-1488. 2º.
BNF inc. B-541.
- *Genealogiae deorum*. BANDINO (Domenico di). *Tabula*. Veneza, Wendelinus de Spira, 1472. 2º.
BNF inc. B-542.
- *Genealogiae deorum. De Montibus, silvis, fontibus, lacobus, fluminibus, stagnis seu paludibus, de nominibus maris*. BANDINO (Domenico di). *Tabula*. Reggio Emilia, Bartolomeo e Lorenzo Bruschi, pridie Nonas Octobris [6-X]-1481. 2º.
BNF inc. B-543.
- *Genealogiae deorum. De Montibus, silvis, fontibus, lacobus, fluminibus, stagnis seu paludibus, de nominibus maris*. BANDINO (Domenico di). *Tabula*. Vicenza, Simone Bevilacqua, 20-XII-1487. 2º.
BNF inc. B-544.
- *Genealogiae deorum. De Montibus, silvis, fontibus, lacobus, fluminibus, stagnis seu paludibus, de nominibus maris*. BANDINO (Domenico di). *Tabula*. Veneza, Boneto Locatello para Ottaviano Scoto, Septimo kalendas Martias [23-II]-1494/95. 2º., ill.
BNF inc. B-545.
- *Genealogiae deorum. De Montibus, silvis, fontibus, lacobus, fluminibus, stagnis seu paludibus, de nominibus maris*. BANDINO (Domenico di). *Tabula*. Veneza, Manfredo Bonelli [e Matteo Capcasa?], Octavo kalendas Aprilis [25-III]-1497. 2º., ill.
BNF inc. B-546.
- *Genealogiae deorum*, lib. I-XIII [versão abreviada]. [Lovaina, Johann Veldener, circa 1473-1474] 2º.
BNF inc. B-547.
- [*Genealogiae deorum. Fr.*] *Boccace de la genealogie des dieux*. Paris, para Antoine Vérard, 9-II-1498/99. 2º, ill.
BNF inc. B-548.
- *De Montibus, silvis, fontibus, lacobus, fluminibus, stagnis seu paludibus, de nominibus maris*. Veneza, [Wendelinus de Spira,] Idus Iañ. [13- I] - 1473. 2º.
BNF inc. B-549.
- *Ninfale fiesolano*. [Florença? Bartolomeo de' Libri? non post 1480.] 4º.
BNF inc. B-550.
- *Ninfale fiesolano*. [Roma, Sixtus Riessinger e Georgius Teutonicus? (= Georg Herolt?), circa 1482-1483.] 4º.
BNF inc. B-551.
- *Teseide*. Comentários de Pietro Andrea de Bassi. Ferrara, Agostino [Carnerio], 1475. 2º.
BNF inc. B-552.

II-2. *Incunábulo de Boccaccio em Bibliotecas de Espanha*⁸⁷

- *De casibus illustrium virorum* [Em espanhol:] *Caída de príncipes*, trad. por Pedro López de Ayala, Alfonso García y Juan Alfonso de Zamora.
Sevilha. Meinardo Ungut y Estanislao Polono. 29 diciembre, 1495. – Fol.
Barcelona B. *Catal.* Gerona BP. Madrid BN. Poyo Mon. Sevilla B. *Cap (Colombina)*.
B. Esp. inc. 1084

- *De casibus illustrium virorum* [em francês:] *Du dechiet et ruyne des nobles hommes et femmes*, trad. par Laurent de Premierfait.
Lyon. Mathieu Huss et Jean Schabeller. 1483. – Fol.
Madrid BN.
B. Esp. inc. 1085

- *De claris mulieribus*.
Lovanii. Aegidius van der Heerstraten. 1487. – 4º.

Salamanca BU.
B. Esp. inc. 1086

- *De claris mulieribus* [Em espanhol:].
Saragoça. Pablo Hurus. 24 octubre, 1494. – Fol.
Barcelona B. *Catal.* Escorial R. *Mon.* Madrid BN. Salamanca BU.
B. Esp. inc. 1087

- *La Fiammetta*.
[Nápoles. Francesco del Tuppo]. 20 septiembre, 1480. – 4º.
Madrid BN.
B. Esp. inc. 1088

- *La Fiammetta*.
Venezia. Massimo de Butrici. 24 septiembre, 1491. – 4º.
Madrid BN.
B. Esp. inc. 1089

- *Il Filocolo, poema*.
Milano. Domenico da Vespolate. 14 junio, 1476. – Fol.
Barcelona B. *Catal.*
B. Esp. inc. 1090

- *Il Filocolo, poema*.
Milano. Ulrico Scinzenzeler. 8 noviembre, 1499. – 4º.
Villanueva y Geltrú B. *Balaguer*.
B. Esp. inc. 1091

⁸⁷ *Catálogo General de Incunables en bibliotecas Españolas*, coordenação de e direcção de Francisco García Craviotto, (2 tomos), Madrid, Dirección General del Libro y Bibliotecas, 1989, tomo I.

– *Genealogiae deorum.*

Venetiis. Vindelinius de Spira. 1472. – Fol.

Córdoba B. Cap. Escorial R.Mon. Madrid RACM., BN. Montserrat Mon. Salamanca BU.

B. Esp.inc. 1092

– *Genealogiae deorum. De montibus, silvis, fontibus, lacubus et fluminibus ac de stagnis et paludibus necnon et de diversis maris nominibus.*

Vicentiae. Simon de Gabis [= Simon Bevilaqua] 20 diciembre, 1487. – Fol.

Madrid Alba, BN.

B. Esp.inc. 1093

– *Genealogiae deorum. De montibus, silvis, fontibus, lacubus et fluminibus ac de stagnis et paludibus necnon et de diversis maris nominibus.*

Venetiis. Bonetus Locatellus; *impens.* Octaviani Scoti. 23 febrero, 1494/95. – Fol.

Barcelona BU. Granada BU. Madrid BN. Montserrat Mon. Palma BP. Salamanca BU. Sevilla B.

Cap., BU. Silos Mon, Toledo BR Zamora BP.

B. Esp.inc. 1094

– *Genealogiae deorum. De montibus, silvis, fontibus, lacubus et fluminibus ac de stagnis et paludibus necnon et de diversis maris nominibus.*

Venetiis. Manfredus [de Bonellis] de Strevo. 25 de março, 1497. – Fol.

Burgos BR Cuenca Sem. Madrid B.Palacio Real. Salamanca BU. Valencia BU.

B. Esp.inc. 1095

– *Genealogiae deorum. De montibus, silvis, fontibus, lacubus et fluminibus ac de stagnis et paludibus necnon et de diversis maris nominibus.*

Venetiis. [Vindelinius de Spira]. 13 enero, [1]473. – Fol.

Córdoba B. Cap. Escorial R.Mon. Madrid BN. Palma BP. Salamanca BU. Valladolid BU.

B. Esp.inc. 1096

– *Ninfale Fiesolano.*

Venezia. Tomaso de' Biavi e Bruno Valla. Agosto, 1477. – 4º.

Sevilla B. Cap (Colombina).

B. Esp.inc. 1097

– *La novella di Gismonda e Guiscardo (Decam.IV,1) (em latim.) [constante de] De duobus amantibus, a Leonardo Aretino traducta.*

Valentiae. Lambertus Palmart. c. 1474. 4º.

Escorial R.Mon. Madrid BN.

B. Esp.inc. 1229

– *Le novelle di Tito Romano e Gisippo Ateniese (Decam. X.8) e di Cimone (Decam. V,1), (em latim) (constante de) Orationes et poemata a Philippo Beroaldo.*

Madrid BN.

B. Esp.inc. 980

– *Urbano, figliuolo di Federigo Barbarossa, favola.*

[Bolonha. Francesco Platone de' Benedetti, c. 1490]. – 8º.

Madrid BN., B.Palacio Real.

B. Esp.inc. 1098

***II-3. Incunábulos em Bibliotecas de Portugal*⁸⁸**

– ***Il Filocolo.***

Milano, Filippo da Lavagna, 4 de Fevereiro de 1478.

Lisboa, *Acad. Ciênc.*

B. Port. inc. 370

– ***Genealogia deorum; De Montibus, silvis, fontibus.***

Veneza, Boneto Locatello para ottaviano Scoto, 23 de Fevereiro, de 1494-1495.

Lisboa, *BNP*

B. Port. inc. 371

– ***Genealogia deorum; De Montibus, silvis, fontibus.***

Veneza, Manfredo Bonelli, 25 de Março de 1497.

Lisboa, *BN*

B. Port. inc. 372

⁸⁸ *Os Incunábulos das Bibliotecas Portuguesas, volume I – Catálogo*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, coordenação e organização Maria Valentina C. A. Sul Mendes, col^o. “Inventário do Património Cultural Móvel – Bibliotecas”, 1995, p. 128. Vide, ainda, *Biblioteca Nacional [de Portugal], Catálogo de Incunábulos*, coordenação de Maria Valentina Mendes, Lisboa: BNP, 1988.



John William Waterhouse (1849-1917),
Study for "Gather Ye Rosebuds While Ye may" (detalhe). Coleção particular.

Estudos Linguísticos

Variáveis envolvidas no processo educacional: uma breve reflexão

Daniel Mateus O'Connell

Doutorando em Educação escolar pela UNESP Araraquara e Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor da Academia da Força Aérea (AFA). e-mail: doconnell@prove.ufu.br

Resumo: O objetivo deste artigo é conduzir uma breve apresentação de alguns dos vários aspectos envolvidos na prática educacional. Essa apresentação inclui variáveis teóricas e práticas envolvidas nesse processo contínuo. Esses elementos serão analisados e refletidos criticamente na tentativa de contribuir de forma relevante para com a contemporaneidade das discussões acerca do tema.

Palavras-chave: prática educacional; formação profissional; responsabilidade social.

Abstract: This article aims at conducting a brief presentation of some of the many aspects involved in educational practice. This presentation includes some theoretical and practical variables involved in this on-going process. These elements will be critically reflected on and analyzed in an attempt to contribute in a relevant way to the contemporary discussions on this subject.

Key words: educational practice; professional development; social responsibility

1. Introdução

Em se tratando da prática educacional, pode-se dizer que existem inúmeros aspectos envolvidos em tal processo, já que este implica algo infinito e constante. Este artigo enseja apresentar alguns dos vários elementos práticos e teóricos relevantes ao processo educacional, assim como uma análise crítica e reflexiva acerca de cada um destes, a saber, a formação de contextos colaborativos no exercício da docência, saberes docentes e formação profissional, o currículo e a prática educacional, gestão democrática escolar e, por fim, a responsabilidade social das universidades brasileiras. Tais elementos serão discorridos isoladamente e contrastados ocasionalmente devido à sua demasiada profundidade reflexiva.

2. *Contextos colaborativos no exercício da docência*

Um dos vários desafios na formação de professores, atualmente, é justamente o desenvolvimento de contextos colaborativos, em que o docente possa ter condições de agir efetivamente de forma reflexiva, junto aos seus pares, sob a prática em sala de aula e todo o contexto educacional que envolve o exercício da docência. Existe, infelizmente, uma cultura tradicionalmente conhecida em que os professores trabalham individualmente, exercendo a prática docente de forma solitária e descompromissada. O isolamento se dá, muitas vezes, pela própria arquitetura das escolas, as estruturas dos horários e a sobrecarga do trabalho.

Por outro lado, há, cada vez mais, uma preocupação com essa problemática. Mais e mais estudos apontam para a necessidade de desenvolvimento de contextos colaborativos. A oportunidade de criação desses contextos significa um grande avanço na prática docente, já que é, também, por meio dessa que a qualidade do ensino e aprendizagem vem se aprimorando no decorrer dos anos.

É através de contextos colaborativos que os professores vêm tendo a oportunidade de enfrentar as inúmeras dificuldades e barreiras que envolvem a prática educacional. Nesses contextos, os professores compartilham os limites e desafios que encaram diariamente, trocando, dessa forma, experiências valiosas que podem, de alguma forma, contribuir com a prática de seus pares. Por meio dessa cultura de coletividade, os docentes passam a reconhecer o que sabem, o que os outros sabem e o que todos não sabem. Isso, certamente, proporciona uma reflexão individual e coletiva, visando à superação dos limites do grupo. Dessa forma, o exercício da docência passa a favorecer o desenvolvimento da análise crítica, buscando a resolução de problemas e tomada de decisões conjuntas.

A formação inicial e continuada de professores tem contribuído de forma inovadora para com o desenvolvimento de contextos colaborativos, por parte dos docentes em formação e em exercício. Desde o início de sua formação, o futuro docente é incentivado a refletir sobre sua própria prática, reformulando e repensando de maneira inovadora e crítica o seu exercício de docência. Isso pode ser facilmente comprovado nas disciplinas de Estágio Supervisionado, em que os próprios futuros professores analisam sua prática e a prática de seus colegas.

Ainda a esse respeito, Libâneo (2006) aponta que a disciplina de Didática de Ensino inserida nos cursos de Licenciatura também sinaliza uma tendência investigativa que concebe o ensino como uma atividade reflexiva, contribuindo não somente para a formação de professores, mas também para o currículo, o ensino e a metodologia de docência.

É importante ressaltar que essa prática reflexiva deve partir do docente, porém não se limita somente a ele. Afinal de contas, esse é o grande sentido de uma prática "colaborativa". Se é possível que os aprendizes possam ser os construtores do seu próprio conhecimento, por meio de processos de colaboração com seus próprios pares, por que não pensar da mesma forma em relação aos professores?

Estamos convictos de que é somente por meio da contribuição entre seus pares que os docentes podem, de alguma forma, exercer sua docência de maneira eficaz e

consciente de seus êxitos e limitações. Cremos que esse é o grande desafio do exercício da docência. O desenvolvimento profissional dos docentes só é possível quando, além de uma prática reflexiva, existe um trabalho colaborativo constante em que o profissional esteja envolvido em trocas de experiências de sucesso e insucesso com seus pares. É assim que aprendemos e desenvolvemos cada vez mais nossa prática. É por meio da contribuição e colaboração dos pares que há possibilidades de uma melhoria no quadro educacional e no desenvolvimento dos professores inseridos nesse meio.

Além disso, vale ressaltar também a importância dos outros agentes envolvidos no processo pedagógico. Segundo Luck (2006), o exercício pleno das atividades escolares, incluindo os contextos colaborativos, só se dá por meio do compartilhamento das responsabilidades no processo de ensino e aprendizagem. Os docentes não são e não podem ser os únicos agentes responsáveis pela reflexão e criticidade dos aspectos envolvidos no ensino e aprendizagem. O gestor, os funcionários escolares, os pais, assim como os próprios políticos são todos, igualmente, responsáveis pela qualidade da prática escolar.

3. Saberes docentes e formação profissional

Em se tratando de qualidade da prática escolar, é necessário também um olhar especial para os saberes docentes que têm sido, nos últimos tempos, algo de bastante discussão no meio acadêmico da educação. Felizmente, a visão tradicional do exercício da pedagogia, em que o professor é visto como o detentor do conhecimento e os alunos meros expectadores, vem sendo questionada no decorrer dos últimos anos por vários pesquisadores e investigadores, como o renomado estudioso Maurice Tardif. Em sua obra *“Saberes Docentes e Formação Profissional”*, o pesquisador problematiza a prática docente por meio da análise das inúmeras variáveis envolvidas nos saberes docentes.

Segundo Tardif (2010), esse “novo” olhar sob a prática docente vem sendo realizado desde o início da década de noventa, quando as universidades decidiram concentrar maiores esforços no que vem sendo realizado nos cursos de formação de professores, e também, na atividade dos docentes em exercício. Havia uma necessidade de compreender melhor e de articular melhor o conhecimento adquirido pelos professores nas universidades e suas práticas cotidianas.

Tardif (2010) problematiza a formação dos futuros docentes no sentido de que a teoria assimilada nas universidades nem sempre é a realidade encontrada no cotidiano da atividade docente. Ainda segundo o autor, o nosso grande desafio, em se tratando da formação de professores, é justamente a abertura de uma lógica didaticamente voltada para a realidade do ensino contemporâneo. Afinal de contas, estamos em pleno século XXI, e os aspectos metodológicos propícios para o século passado, já não podem mais ser vistos com os mesmos “olhos”. Vivemos hoje em um mundo cibernético, bastante diferente de alguns anos atrás.

Isso não significa que devemos ignorar os ensinamentos formais adquiridos nas universidades. Pelo contrário, são eles que nos proporcionam um alicerce firmemente enraizado para que possamos, a partir daí, construir uma prática bem sucedida e perti-

nente com a realidade deste novo século. Por isso, vários estudos têm sido feitos no sentido de proporcionar melhor conhecimento para a prática efetiva dos professores.

Nesse sentido, Tardif (2010) destaca a importância dos saberes dos professores. De acordo com o pesquisador, o saber docente é caracterizado pela sua natureza plural, ou seja, pelas inúmeras variáveis envolvidas na prática docente. O saber disciplinar não é mais suficiente para uma prática eficaz, existem outros aspectos que podem ser muito importantes e essenciais para o exercício pleno da docência. Os saberes profissional, curricular e experiencial são tão importantes quanto o saber disciplinar.

O saber profissional é o próprio saber pedagógico, aquele transmitido pelas instituições de formação de professores como as escolas, as faculdades. É o saber que se apresenta como doutrina ou concepção proveniente de reflexões racionais e normativas. O saber disciplinar, por outro lado, é o próprio conhecimento e domínio de um conteúdo específico. É adquirido por meio de cursos formais nos vários departamentos das universidades, independentemente das faculdades de educação e dos cursos de formação de professores. Já o saber curricular corresponde aos discursos, objetivos, conteúdos e métodos a partir dos quais a instituição escolar categoriza e apresenta como modelos da cultura erudita. Por último, e não menos importante, o saber experiencial é aquele que irá direcionar toda a prática do professor, tendo em mente todos os saberes previamente mencionados.

O saber experiencial é aquele saber docente que está relacionado com a identidade do professor, com sua experiência de vida e com sua história profissional, com suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares. Esse saber passa a integrar a identidade do professor, significando, assim, um elemento fundamental na sua prática e nas suas decisões pedagógicas. Essa pluralidade do saber experiencial tem grande significado na competência profissional e nas escolhas tomadas pelo docente. É importante destacar que esse saber não pode ser caracterizado como algo estático, pois o público dos professores é variável e bastante heterogêneo. Podemos concluir, então, que esse saber é temporal.

A temporalidade do saber experiencial ainda se justifica pelo fato desse saber ser construído durante todo o período de aprendizagem e exercício do professor. Além disso, o contexto de trabalho dos docentes exige constantes adaptações, conhecimentos, competências e aptidões que são invariavelmente diferentes tendo em vista as diferentes situações de ensino e os diferentes públicos que os docentes se deparam no decorrer de sua carreira.

Tendo em vista que a pedagogia se caracteriza como um ato de constante sensibilização e adaptação frente ao contexto real de ensino, acreditamos que o saber experiencial seja de maior relevância na prática docente. Isso porque ao longo da atividade docente aparecem inúmeros condicionantes e variáveis relacionados a situações concretas que não são passíveis de situações acabadas e que exigem, a todo o momento, improvisação e habilidade pessoal. Esse é o grande desafio do docente, adaptar-se às novas situações e realidades em que se encontra no decorrer de sua carreira. E isso só pode ocorrer se os outros saberes estiverem alinhados com o saber experiencial que conduzirá o docente a uma prática exemplar.

4. O currículo e a prática educacional

Outra variável bastante relevante nas discussões educacionais atuais é o currículo. Ele é, sem sombra de dúvidas, uma das principais e mais importantes ferramentas no meio educacional e, felizmente, vem sendo discutido e refletido com bastante vigor durante o decorrer dos anos por vários pesquisadores e estudiosos envolvidos no processo educacional. Sua elaboração não pode e não deve ficar unicamente a cargo dos gestores políticos interessados em objetivos próprios que não estão, muitas vezes, relacionados aos princípios e propósitos educacionais voltados aos interesses da nova era educacional contemporânea.

Essa problemática, destacada por Sacristán (2000), parte da reflexão curricular de vários aspectos, a saber, o objetivo que se pretende atingir, o porquê ensinar, o que ensinar, para quem ensinar, que processos incidem e modificam as decisões até que se chegue à prática, como se transmite a cultura escolar, como os conteúdos podem ser inter-relacionados, quais os materiais e recursos metodológicos necessários para uma prática eficiente, como organizar os grupos de trabalhos, o tempo e o espaço, como avaliar o sucesso ou não do currículo dominante, e, o mais importante, de que maneira é possível modificar a prática escolar se ela estiver deficitária.

É justamente essa visão que se espera dos educadores e dos atores envolvidos no processo educacional na contemporaneidade. A visão arcaica de currículo estático e intocável já não é mais propícia nos dias atuais. Felizmente, essa concepção tradicional de currículo vem sendo cada vez mais contestada e renegada no meio educacional da modernidade. Sacristán (2000), por exemplo, vê no currículo uma forma de se ter acesso ao conhecimento, e que por isso não se pode esgotar seu significado em algo estático. O conhecimento está em constante transformação e desenvolvimento. O currículo deve ser considerado, dessa forma, uma ferramenta que proporciona condições de se exercer a cidadania de forma ativa em meio à cultura e à realidade, para que o indivíduo possa ser capaz de se tornar responsável pela própria aprendizagem e seja encorajado a agir de forma emancipatória, participando ativamente da comunidade em que vive, e não ficando à mercê dos atos condicionantes dos políticos no poder.

Deve haver um equilíbrio entre os interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo e os interesses dos atores que estão diretamente envolvidos na prática educacional, os aprendizes, os professores, os gestores, os supervisores, os pais e a própria comunidade. Nesse sentido, o currículo é visto como um elo entre a sociedade e a escola, o sujeito e a cultura, o ensino e a aprendizagem, refletindo práticas, experiências cotidianas, ideologias, crenças e valores.

Segundo Sacristán (2000), os movimentos revolucionários ao longo dos anos proporcionaram uma nova visão da educação, e, conseqüentemente, do currículo. Foram incorporados à prática educacional aspectos morais e democráticos, os quais direcionam e sinalizam a formação de indivíduos socialmente engajados e envolvidos na sociedade em que vivem. Aquela visão tradicional de currículo que valoriza unicamente o conteúdo e ignora as inúmeras variáveis envolvidas no processo educacional está sendo, cada vez mais, questionada.

Acreditamos que o currículo não pode mais funcionar como uma ferramenta,

ou mecanismo, de controle social, em que as políticas educacionais e culturais são impostas sem o consentimento dos principais atores envolvidos em tal processo. A elaboração dos currículos e as políticas escolares devem estar em sintonia com a realidade e a necessidade do público em questão. Estamos vivendo em um mundo democrático, onde a imposição de currículos que estimulam desigualdades sociais não é mais adequada à nossa realidade. Os procedimentos de avaliação e a elaboração dos currículos escolares necessitam ser revistos de forma a proporcionar uma universalização que favoreça a todos os indivíduos envolvidos na educação escolar, principalmente os aprendizes, futuros gestores de nosso país.

Essa é na verdade a proposta de Sacristán (2000). O pesquisador propõe um currículo universalizador, no qual os valores proporcionam o desenvolvimento e a construção de uma sociedade justa. Uma sociedade na qual os indivíduos conversam entre si de forma coletiva, buscando atender aos interesses e necessidades da comunidade, sem privilegiar os interesses de um determinado grupo. É nesse contexto que o currículo apresenta uma visão cultural adequada, em que o processo educacional é constituído cultural e historicamente pela sociedade, expressando ideologias, crenças e ideias pertinentes com a época em que vivemos, aliás época essa delineada com os traços da democracia.

5. *Gestão democrática escolar*

E assim, mais um aspecto importante para a educação vem à tona: a gestão democrática. Ela, certamente, ainda preza pela formação de cidadãos que, através da aquisição do conhecimento, tornem-se seres participativos, éticos e críticos, capazes de conviverem pacificamente e ativamente em meio à sociedade. A gestão escolar, segundo Luck (2006), objetiva garantir que os aprendizes possam aprender sobre o mundo e sobre si mesmos, aprender a visualizar o seu papel em meio à sociedade em que vivem, aprender a enxergar a realidade social, econômica, política e científica para, a partir desse contexto, ter condições de exercer a cidadania de forma eficiente e participativa.

Todavia, não é possível ignorar as mudanças que vêm ocorrendo na educação e no próprio mundo. É extremamente necessário compreender a função social da escola no mundo contemporâneo em que estamos inseridos. A gestão autoritária é uma prática que não se ajusta na realidade em que nos encontramos. O mundo globalizado requer “novas” exigências dos futuros cidadãos.

O projeto político pedagógico da escola deve estar em sintonia com os compromissos e objetivos reais da população. Sendo assim, a gestão democrática, além de formar cidadãos, deve preparar, também, esses cidadãos para a realidade que os espera fora do meio escolar, ou seja, o trabalho. Segundo a LDB (1996), a função da escola é ensinar o aluno a ler, escrever, contar e conhecer os meios físicos e político-sociais, preparar para o trabalho, para a cidadania e para o prosseguimento dos estudos.

Dessa forma, acreditamos que a gestão democrática deve, realmente, oferecer condições de preparar os indivíduos para o exercício pleno da cidadania, por meio de relações humanas que possibilitem não somente a produção de conhecimentos, como

também atitudes necessárias à inserção neste novo mundo com exigências cada vez maiores de cidadãos participativos e criativos. No entanto, para que o indivíduo possa se portar como um verdadeiro cidadão participativo na comunidade, é necessário que ele esteja preparado para enfrentar as dificuldades e desafios que são encontrados diariamente no universo do trabalho. Afinal de contas, é por meio das interações vivenciadas no trabalho que o indivíduo tem a oportunidade de exercer, efetivamente, a sua cidadania, agindo de forma emancipatória e participativa na construção da sociedade. Isso não significa que a gestão democrática esteja muito mais preocupada com o mercado de trabalho em que será inserido o cidadão do que com a sua formação propriamente dita. Essas duas variáveis caminham lado a lado, não existe uma em detrimento a outra.

Portanto, a formação da cidadania dos futuros trabalhadores é, certamente, primordial para que eles possam agir de forma a contribuir ativamente produzindo algo em prol do desenvolvimento da sociedade. Por isso, a gestão educacional necessita superar os traumas antigos em que a sociedade fragilizada temia em se expressar e, covardemente, cedia lugar às ideologias dominantes. Essa visão de sociedade alienada e passiva já não faz mais parte da realidade em que vivemos.

Por isso, cremos que a formação do indivíduo-aprendiz deve, antes de qualquer outra coisa, prepará-lo como cidadão, portador de suas próprias crenças, ideologias e princípios, baseados na construção de uma sociedade justa e participativa, na qual todos têm o mesmo direito de liberdade de expressão. Ao mesmo tempo, pensamos que a realidade fora do contexto escolar, também, necessita ser levada em consideração. O cidadão precisa ser preparado para os grandes desafios que irá enfrentar no mercado de trabalho. É somente através dessa preparação que o indivíduo poderá superar todos os obstáculos e agir ativamente perante a atividade profissional em que está inserido.

A atividade de gestão vai além da visão rotineira de administração. Isso não significa que ela supera a administração, mas contribui de forma efetiva para a manutenção e superação dos desafios que estão presentes no processo educacional. As mudanças e os desafios são contínuos, portanto a gestão democrática é uma prática sensibilizadora no sentido de filtrar e enxergar as necessidades de todos os atores envolvidos na prática educacional, principalmente dos aprendizes.

6. A responsabilidade social das universidades brasileiras

Por fim, e não menos importante, destacamos a responsabilidade social das universidades brasileiras para a educação. Felizmente, nos últimos anos, o governo brasileiro tem percebido a necessidade do desenvolvimento na área educacional e tem contribuído, de certa forma, com a criação de centros tecnológicos e com a construção de novos campus universitários, por todo o país, inclusive no norte e nordeste. Isso certamente tem incentivado o cidadão brasileiro a buscar uma melhor capacitação profissional e acadêmica, visando à inclusão social e ao exercício, efetivo, da cidadania. A busca por melhores oportunidades no mercado de trabalho tem incentivado os estu-

dantes brasileiros a procurar, cada vez mais, uma formação acadêmica de nível superior. De acordo com Balbino (2011), em sete anos, o número de matrículas na educação superior aumentou de 3,5 milhões para 5,9 milhões.

A grande importância das universidades brasileiras tem sido bastante significativa para o desenvolvimento do país. O acesso aos conhecimentos de qualidade proporcionados por meio de uma formação acadêmica sólida e eficiente nas universidades públicas brasileiras, certamente, proporciona uma mudança de vida para os indivíduos e para o próprio país, que só tem a colher frutos com isso. Portanto, os intelectuais envolvidos em projetos educacionais comunitários, em institutos e faculdades, têm enorme responsabilidade nas transformações sociais que ocorrem conseqüentemente.

Nesse sentido, segundo Balbino (2011), o propósito da educação é promover o desenvolvimento e o combate às injustiças e desigualdades sociais. Portanto, a educação necessita ser vista como uma ferramenta de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida do povo, proporcionando o exercício de uma cidadania consciente e emancipadora. Uma educação com esse perfil, certamente, proverá melhoria na vida dos cidadãos, por meio do crescimento econômico, redução da violência e maior conscientização social do indivíduo na sociedade. Um cidadão alfabetizado significa um indivíduo que atua de forma positiva nas relações sociais estabelecidas na comunidade, posicionando-se de forma sábia e crítica.

Diante de todos esses benefícios mencionados, acreditamos que a popularização e o livre acesso da ciência e do conhecimento devem ser um compromisso social das universidades com a sociedade. É importante que as instituições de ensino tenham a iniciativa de ir ao encontro com a comunidade, por meio da exposição de feiras científicas, projetos sociais, apresentações e outras iniciativas que favoreçam a inserção do indivíduo na sociedade.

Por outro lado, é válido lembrar que a base de uma formação sólida que promova e desperte o interesse no futuro cidadão em exercer seus direitos e sua cidadania de forma intensa vem da escola básica. Por isso, não se pode investir única e exclusivamente na formação superior, mas também na formação básica e fundamental do país. Contribuindo e investindo na educação básica, o governo brasileiro estará, conseqüentemente, promovendo a oportunidade para que novos talentos sejam descobertos, abrindo, assim, um novo caminho para a promoção de futuros intelectuais que, sem dúvida, contribuirão para a formação de um Brasil mais justo e academicamente respeitado no meio científico. Afinal de contas, são os alunos do ensino básico os nossos futuros políticos, professores, médicos, dentistas, engenheiros, enfim, nossos futuros cidadãos brasileiros.

7. Considerações Finais

Tendo em vista todos os aspectos mencionados anteriormente, devem-se apontar algumas considerações finais acerca dos mesmos. Primeiramente, é extremamente necessário lembrar que existem inúmeras outras variáveis envolvidas no processo educacional, sendo que não há uma em detrimento da outra. Cabe aos profissionais se sen-

sibilizarem e colocarem em prática aquilo que for mais adequado à situação em que se encontram, lembrando que nem sempre certa atuação terá o mesmo resultado em contextos diferentes. Esse é o grande desafio dos educadores, executar ações adequadas em diferentes contextos educacionais. Por isso, a formação docente, sua capacitação e aprimoramento devem ser constantes. O mundo em que vivemos, assim como os vários contextos educacionais, está em constante mudança, sendo assim, os atores envolvidos na educação também necessitam estar em constante sintonia com tais desenvolvimentos e atualizações.

8. Referências

- BALBINO, Vivina do C. R. Universidades brasileiras e inclusão social. *Correio Braziliense*. Brasília, DF. 2011. Resumo Disponível em: http://www.educacionista.org.br/jornal/index.php?option=com_content&task=view&id=5053&Itemid=43. Acesso em: 27 mar 2012.
- BRASIL, Presidência da República. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo: Editora do Brasil, 1996.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2006. 104 p.
- LÜCK, Heloísa. *Gestão Educacional: uma questão paradigmática*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006. 116 p.
- SACRISTÁN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 325 p.

Dificuldades fonéticas de crianças de 2 a 7: sistematicidade ou assistematicidade?

Djiby Mané

Professor de Linguística e Língua Portuguesa na Universidade Estadual de Goiás/
Campus de Formosa. e-mail: djibym@gmail.com

Resumo: Este trabalho consiste em analisar a fala de crianças de 2 a 7 anos para averiguar se os processos fonológicos que ocorrem na aquisição da linguagem são sistemáticos ou assistemáticos. Os dados analisados foram coletados por alunos da FTB (Faculdades Integradas da Terra de Brasília) na oferta da disciplina de fonética e fonologia da língua portuguesa no segundo semestre de 2010. Os resultados desse trabalho revelaram que essas crianças manifestam muitas dificuldades articulatórias e fonéticas na realização de algumas consoantes e vogais. Alguns sons são substituídos, outros omitidos, outros são assimilados e outros reduplicados. Esses processos fonológicos são, na maioria das vezes, sistemáticos por constituírem dificuldades ligadas principalmente a fatores contextuais do som e a mecanismos neurofisiológicos e neuromusculares da criança. Acredita-se que um trabalho de consciência fonológica seja de fundamental importância não somente para sanar as dificuldades fonéticas, mas para preparar as crianças para as atividades de leitura e escrita na escola.

Palavras-chave: Fonética; processos fonológicos; aquisição da linguagem.

Abstract: This paper analyzes the speech of children aged 2 to 7 years to determine whether the phonological processes that occur in language acquisition are systematic or unsystematic. Data were collected by my students of FTB (Faculdades Integradas da Terra de Brasília) on the discipline of phonetics and phonology of Portuguese in the second half of 2010. The results of this study revealed that these children have many phonetic and articulatory difficulties in achieving some consonants and vowels. Some sounds are replaced, others omitted, others are assimilated and other reduplicated. These phonological processes are, in most cases, systematic difficulties related mainly to contextual factors of sound and neurophysiological and neuromuscular mechanisms of child. It is believed that a work of phonological awareness is crucial not only to remedy the phonetic difficulties, but also prepare children for the activities of reading and writing in school.

Keywords: Phonetics; phonological processes; language acquisition.

1. Considerações iniciais

A aquisição da linguagem por crianças é um campo complexo, mas fascinante para linguistas, psicolinguistas, psicólogos e pedagogos. Desde a tenra idade, elas conseguem proferir sílabas, palavras e até frases no intuito de estabelecer comunicação com os adultos. Nesse processo, elas procuram produzir da maneira que lhes convém as palavras ouvidas em seu meio social, transformando-as por meio de vários processos. Essas alterações sonoras que ocorrem nas formas básicas dos morfemas, ao se realizarem foneticamente caracterizam os processos fonológicos que Stampe (1973: 1)¹ conceitua da seguinte maneira:

Um processo fonológico é uma operação mental que se aplica à fala para substituir, no lugar de uma classe de sons ou de uma sequência de sons que apresentam uma dificuldade específica comum para a capacidade de fala do indivíduo, uma classe alternativa idêntica, porém desprovida da propriedade difícil.

Na aquisição da linguagem por crianças, esses processos são marcados por confusão de fonemas e/ou sons, como por exemplo, casos de substituições de um som por outro, de elisões e deformação morfológicas parciais ou totais de palavras produzidas. Nesse processo, elas demonstram progresso assim como encontram dificuldades na articulação de alguns sons e palavras.

Por exemplo, em “badoi” proferida por uma criança tentando dizer gravador, percebe-se que ela tende a evitar palavras polissilábicas pelo uso do processo fonológico aférese que é o apagamento da primeira sílaba de ‘gravador’ tornando-se ‘-vador’. Além disso, a consoante ‘v’ da segunda sílaba de gravador virou ‘b’ que se explica diacronicamente pela passagem do latim para as línguas românicas. Quanto à consoante ‘r’ da última sílaba de gravador, ela se semivocaliza devido ao fato de as crianças, além de evitar as sílabas pesadas, isto é, aquelas que têm a *coda* preenchida, as consoantes líquidas [r] e [l] são adquiridas tardiamente. Afinal, esses processos são sistemáticos ou assistemáticos, isto é, gramaticais ou agramaticais?

Segundo Chomsky (1995), o papel da criança na aquisição da linguagem consiste em partir dos princípios, regras gerais comuns a todas as línguas do mundo para formatar os parâmetros regras específicas a cada língua. Nessa formatação, os dados proferidos pela criança sofrem truncamentos que podem resultar da interação de estruturas mentais inatas, de processos de maturação e de relação com o ambiente. Ele acrescenta que todo falante nativo normal é capaz de produzir milhares e milhares de sentenças que são geralmente gramaticais. Em outras palavras, todo falante nativo se comunica por meio de regras do sistema linguístico.

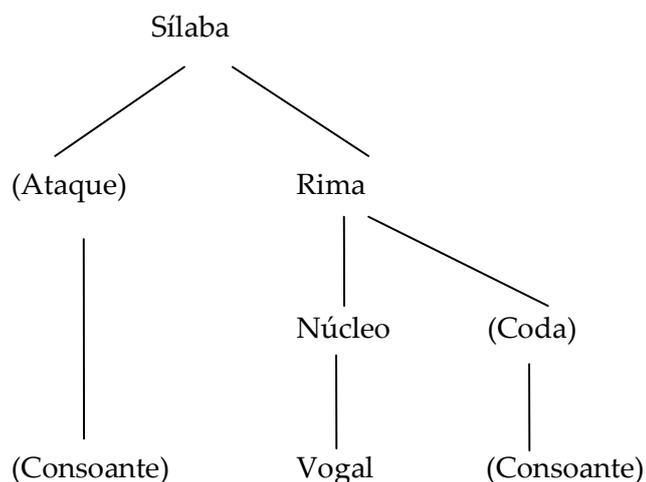
Desse modo, este artigo se propõe analisar as produções sonoras de crianças de 2 a 7 anos durante a aquisição da linguagem no intuito de averiguar se os processos

¹ Trecho original: “a phonological process is a mental operation that applies in speech to substitute, for a class of sound or sound sequences a specific common difficulty to the speech capacity of the individual, an alternative class identical but lacking the difficulty property”.

fonológicos encontrados são sistemáticos ou assistemáticos. Os dados que compõem esse estudo foram coletados por alunos da disciplina de fonética e fonologia da FTB, em seus trabalhos de monografia de final de disciplina, no segundo semestre de 2010. Para fundamentar a análise dos dados, recorreu-se a Fletcher e Whinney (1997) sobre o desenvolvimento fonológico, Rondal (1979) sobre a cronologia do desenvolvimento fonológico e Stampe (1973) que traz informações importantes sobre os processos fonológicos. Os resultados deste estudo poderão ser uma pista de investigação ou uma alternativa para a reeducação de linguagem para as crianças em fase de escolarização.

2. Análise de dados

Os sons não são realizados sempre da mesma maneira, isto é, dependendo do contexto em que ocorrem, eles podem sofrer modificações por substituição, assimilação, omissão, apagamento de segmentos e acréscimos de elementos, entre outros. Essas modificações podem incidir na estrutura da sílaba ilustrada abaixo:



Os parênteses no *ataque* (consoante inicial de uma sílaba) e na *coda* (consoante final de uma sílaba ou semivogal) indicam que são constituintes silábicos opcionais, isto é, os dois podem faltar em uma sílaba, sendo obrigatório o preenchimento do *núcleo*. Essa estrutura silábica gera o inventário básico (CV, VC, V, CVC), com que se descreve a maioria das línguas do mundo. As estruturas mais complexas como (CCV, VCC, CCVCC), que as crianças tendem a evitar no processo de aquisição da linguagem, são derivadas a partir do padrão silábico CV considerado ótimo. Desse modo, com base em dados proferidos por crianças de 2 a 7 anos, as alterações na estrutura silábica serão ilustradas e analisadas, a seguir, à luz de processos fonológicos.

2.1. A substituição

Alguns sons produzidos por essas crianças são substituídos por outros que pronunciam facilmente. Esse fenômeno ocorre tanto nas consoantes quanto nas vogais.

Nos dados coletados, percebe-se que as crianças trocam a consoante fricativa alveolar surda [s] pela fricativa palatal surda [ʒ] como mostram os exemplos em (1):

Exemplos (1):

[ʒapu] → ‘sapo’
 [uʒu] → ‘urso’
 [ʒapatu] → ‘sapato’

Esse fenômeno parece ser recorrente a todas as crianças no processo de aquisição da linguagem, como atesta Jakobson (1942), em “Linguagem infantil e afasia”. Segundo o autor, o [ʒ] é muito mais fácil de ser produzido do que o [s], porque a língua em contato com os alvéolos permite que o ar flua livremente entre os dentes e as bochechas. Além disso, essa substituição pode ser explicada pelo fato de que o som [s] não é claramente definido em relação à articulação do som [ʒ] (palatal). A substituição do [s] por [ʒ] é também explicada pela fonética acústica. Por serem todas consoantes surdas, parece que há mais propagação de ondas sonoras na emissão de [ʒ] do que de [s]. Em outras palavras, o som [ʒ] é mais audível que o som [s], podendo levar as crianças a ouvir mais o [ʒ] do que o [s].

Na mesma perspectiva, o [z] - consoante fricativa alveolar sonora – se realiza [ʒ]. Essa substituição é uma prova a mais para afirmar que a consoante [ʒ] é a mais afetada das fricativas.

Exemplos (2):

[piʒi.a] → ‘presilha’
 [buʒa] → ‘blusa’
 [ʒapu] → ‘sapo’
 [tʒiʒola] → ‘tesoura’
 [teliʒãw] → ‘televisão’
 [kaʒaki/u] → ‘casaquinho’

Essa troca se justifica não somente pela mesma explicação de [s] que vira [ʒ], mas também pela tendência das crianças em ter preferência pelas consoantes surdas por forçarem menos as cordas vocais.

A troca de [s] por [f] em (3) é mais uma prova a favor de que as crianças procuram evitar a consoante fricativa alveolar surda [s].

Exemplos (3):

[bofu] → ‘bolso’	[fapu] → ‘sapo’
[kaufa] → ‘calça’	[faudi] → ‘saúde’
[fEu] → ‘céu’	[f□u] → ‘sol’
[faia] → ‘saia’	[fak□la] → ‘sacola’
[fapatu] → ‘sapato’	

Do ponto de vista de similaridade, as duas consoantes são todas fricativas surdas, tendo apenas o ponto de articulação como traço distintivo, o que deve ter levado as crianças a confundi-las. Assim como o [Σ], acredita-se que a consoante fricativa labiodental surda [f] tem uma pronúncia mais nítida em relação ao [s].

Mesmo sendo o único exemplo, os dados revelam que o som [s] se realiza consoante oclusiva alveolar [t] como em (4):

Exemplo (4):

[t□w] → 'sol'

A substituição do [s] por [t] pode ser explicada pelo processo de aquisição dos sons. Com efeito, em termos fisiológicos, as oclusivas precedem as fricativas (f, v, Σ s, z). De acordo a tabela da cronologia do desenvolvimento fonológico de uma criança normal que se encontra em anexo, enquanto as consoantes oclusivas começam a ser adquiridas a partir de um ano, as fricativas começam um pouco mais tarde, por volta dos três anos (RONDAL, 1979).

Além das trocas entre as fricativas, os dados evidenciam a troca entre as oclusivas em que a consoante oclusiva velar surda [k] se realiza oclusiva alveolar surda [t], como em (5).

Exemplo (5):

[te)tΣi] → 'quente'
[taiu] → 'caiu'
[to.to.jo] → 'cachorro'

Essa substituição pode ser explicada, para o caso específico de [te)tΣi] 'quente', como um processo de reduplicação. De acordo com a premissa 1 das premissas fonêmicas, "os sons tendem a ser modificados pelo ambiente em que se encontram" (SILVA, 1999, p. 119). Assim, em "quente", o [k] se realiza [t] pelo fato serem todas consoantes oclusivas surdas. Além disso, o [t] pode ser interpretado como uma reduplicação do [tΣ] na segunda sílaba de "quente" pelo fato de [tΣ] ser alofone de /t/ quando "t" ocorre antes das "i" e "e".

Já para os demais exemplos, a troca de [k] por [t] se deve ao próprio mecanismo de produção de sons em que as consoantes alveolares oclusivas [t] e [d] ocorrem depois das velares [k] e [g], o que é também atestado pela tabela de Rondal (1979) em anexo, segundo a qual a criança adquire o [t] antes do [k]. Vale ressaltar também que [t] e [k] têm apenas o ponto de articulação como traço distintivo.

Dos dados analisados, foi encontrado apenas um exemplo em que ocorreu a troca do [d] pelo [t], como consta em (6):

Exemplo (6):

[tutu] → 'tudo'

As consoantes [t] e [d] são todas oclusivas alveolares, tendo apenas a sonoridade como o traço distintivo. Essa substituição se deve ao fato de os dois sons serem muito semelhantes e que as crianças não conseguem diferenciar esse traço mínimo distintivo. Outro argumento é que as crianças procuram evitar as consoantes sonoras, fazendo uso do processo de dessonorização vista que essas forçam as cordas vocais. Assim, deduz-se que os sons são muitas vezes mal articulados porque as crianças não compreendem bem a diferença entre sons semelhantes. A maneira mais fácil de corrigir essa confusão é com base na fonética auditiva corretiva por meio de exercícios de pares mínimos que vão salientar os traços distintivos entre os dois sons.

Das substituições analisadas acima, é válido ressaltar que as crianças preferem trocar as consoantes sonoras pelas surdas devido a suas características articulatórias. Isso leva a deduzir que qualquer outra substituição como, por exemplo, os traços ponto e modo de articulação parece ser, segundo a teoria de otimidade, uma violação fatal.

No que diz respeito às consoantes líquidas [r], [l] e [x], por serem de aquisição tardia, elas são geralmente semivocalizadas pelas crianças ou optam pelo processo de lambidização do [r], que ocorre quando [r] se realiza [l].

Quanto à semivocalização, ela consiste em modificar as consoantes em glides. Assim, as consoantes líquidas [r], [l] e [x] se semivocalizam, realizando-se [j] e [w] por substituição como em (7):

Exemplos (7):

[r] > [j]	[l] > [j]	[x] > [j]
[kaju] → ‘carro’	[panEia] → ‘panela’	[oiu] → ‘olho’
[a.pei.ta] → ‘apertar’	[‘kai.sa] → ‘calça’	[tuaia] → ‘toalha’
[ko.lai] → ‘colar’	[janéia] → ‘janela’	[paiasu] → ‘palhaço’
[foi] → ‘flor’	[boia] → ‘bola’	[tabaia] → ‘trabalhar’
[jacaié] → ‘jacaré’	[eifanti] → ‘elefante’	[ispeju] → ‘espelho’
[kadeia] → ‘cadeira’	[gaiu] → ‘galo’	[piΣia] → ‘presilha’
[l] > [w]		
[pa'pEu] → ‘papel’		
[baziu] → ‘Brasil’		
[kaufa] → ‘calça’		

Essas substituições são motivadas pelo fato de essas consoantes líquidas serem adquiridas tardiamente como mostra a tabela de Rondal (1979) em anexo.

Quanto à semivocalização do [r], [l] e [x] que se realizam [j], a substituição ocorre nas posições de ataque e de *coda*. Já para a semivocalização de [l] que se realiza [w], a consoante [l] sempre ocorre em posição de *coda*. É um fenômeno que pode ser observado também na linguagem dos adultos.

O fato de essas substituições ocorrerem nas posições silábicas de ataque e *coda*, e mais principalmente de *coda*, explica a tendência das crianças em produzirem estruturas silábicas leves (sem *coda* preenchida) e simples (sem ataque ramificado). Além disso, a preferência das crianças pelos glides ([j] e [w]) se deve ao fato de que são realiza-

ções das vogais [i] e [u]. Dessa forma, a semivocalização se justifica pelas vogais serem os primeiros segmentos a ser adquiridos pelas crianças, isto é, a partir de um ano, como mostra a tabela de Rondal (1979) em anexo. Esse fato as leva a substituir [l] e [r] por [j] e [l] por [w].

No que diz respeito ao processo de lambidização, as líquidas interagem entre si, podendo o [r] e o [x] se realizar [l] como mostram os exemplos em (8):

Exemplos (8):

/r/ > /l/	/x/ > /l/
[malElu] → ‘amarelo’	[olela] → ‘orelha’
[palede] → ‘parede’	[palasu] → ‘palhaço’
[lolo] → ‘papagaio (de loiro)’	
[olela] → ‘orelha’	
[balata] → ‘barata’	
[nalis] → ‘nariz’	
[pelatu] → ‘prato’	
[pilulitu] → ‘pirulito’	

Em (8), a consoante [r] se realiza [l] por serem todas duas consoantes alveolares sonoras. Deve-se acrescentar que as crianças ainda confundem os fonemas adquiridos tarde. É uma substituição que é encontrada na fala estigmatizada do português brasileiro e é conhecida por *lambidização*. Ocorre também o fenômeno contrário, o rotacismo, mas não foi encontrado na fala das crianças pesquisadas. Já a realização de [x] para [l] se explica pelo fato de as duas consoantes terem o mesmo ponto de articulação, isto é, todas são laterais.

Das substituições encontradas, percebe-se que as consoantes fricativas são as mais afetadas. Isso se explica pelo fato de as crianças ainda confundirem os fonemas adquiridos tarde, como é o caso das fricativas. Além disso, as oclusivas precedem as fricativas em sua aquisição, razão pela qual foi encontrada apenas uma substituição de consoante oclusiva na produção linguística das crianças, que constitui o *corpus* deste estudo.

São vários os fatores que levam as crianças a substituir os sons. Há substituições livres de contexto, isto é, aquelas que se aplicam em um determinado som ou classe de sons em todos os casos, por exemplo, o processo de semivocalização em que as líquidas [r] e [l] tendem a virar respectivamente semivogais [j] e [w]. Há também aquelas substituições que dependem do contexto, isto é, o destino do som alvo depende de sua posição na palavra ou na sílaba e/ou de outros sons na palavra (MENN & STOEL-GAMON, in FLETCHER, 1997, p. 282).

Essa mesma ideia de Fletche é compartilhada por Stampe (1973) que acrescenta que essa troca sistemática de um som por outro (ou um grupo de sons por outro) é motivada por diversos fatores, mas principalmente por causa de características físicas da fala: “Apesar de a substituição fonológica ser uma operação mental, ela é claramente

motivada pelo caráter físico da fala – suas propriedades neurofisiológicas, morfológicas, mecânicas, temporais e acústicas” (STAMPE, 1973, p. 6).²

Além dos fatores linguísticos (a ambientação dos sons), as substituições dependem também de fatores extralinguísticos (aparelho fonador, situação geográfica, entre outros).

2.2. Assimilação

Entende-se por assimilação, os diferentes tipos de mudanças que um som é susceptível de sofrer quando é influenciado por um som próximo. Assim, segundo *a lei da solidariedade irreversível dos sons* defendida por Konopczynsky (1986), os sons interagem e exercem a relação de poder entre si. O mais fraco “*complement*” é a vítima do forte “*head*”.

Esse fenômeno é evidente na linguagem das crianças como, por exemplo, no processo de nasalização de uma vogal por uma consoante nasal em ambientes nasais. Desse modo, sob a influência da consoante nasal, toda vogal oral que precede essa consoante se nasaliza, como mostra a seguinte regra defendida por Câmara Jr. (2004), segundo a qual:

$$\boxed{V \rightarrow V) / \text{--- } V + C)}$$

Essa fórmula se lê da seguinte maneira: uma vogal oral se torna vogal nasal quando seguida de uma consoante nasal. É o que acontece na fala das crianças como em (9).

Exemplos (9):

[pi)ma] → ‘prima’
 [gãdZi] → ‘grande’
 [pe)na] → ‘perna’

Aqui, as consoantes nasais [m] e [n] nasalizam respectivamente as vogais [i] e [e], como ocorre geralmente na maioria das línguas.

Ocorre também outro processo assimilatório por nasalização conhecido como dilação, que consiste em uma propagação da consoante nasal próxima na vogal ou sílaba anterior, como mostram os exemplos em (10).

Exemplos (10):

[ndre)tu] → ‘dentro’
 [munEka] → ‘boneca’

² Trecho original: “Although phonological substitution is a mental operation, it is clearly motivated by the physical character of speech – its neuro-physiological, morphological, mechanical, temporal, and acoustic properties”.

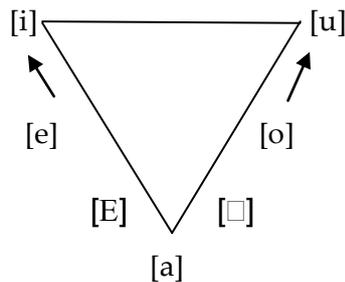
Esse fenômeno é evidenciado não só na linguagem infantil, mas também na fala de adultos.

No que diz respeito às vogais, os dados evidenciam que as vogais médias fechadas ([e] e [o]) sofrem o processo assimilatório, realizando-se respectivamente altas ([i] e [u]) como em (11).

Exemplos (11):

/e/ > /i/	/o/ > /u/
[is.'te.la] → 'estrela'	[ga.tu] → 'gato'
[kontoli] → 'controle'	[susu] → 'sujo'
[ispeju] → 'espelho'	[pelatu] → 'prato'
[munEku] → 'boneco'	[espeju] → 'espelho'
[kubi] → 'clube'	[faku] → 'fraco'
[ΣikEti] → 'chiclete'	[katu] → 'quarto'

Essa mesma mudança se verifica também na fala dos adultos, em muitos dialetos brasileiros, como mostra o triângulo do quadro das vogais do português.



Esse processo ocorre devido à atonicidade silábica. Assim, quando [e] e [o] ocorrem em sílabas átonas quer pretônicas quer postônicas, realizam-se átonas ([i] e [u]) como comprova a lei de solidariedade irreversível dos sons (KONOPCZYNSKY, 1986). É uma tendência à economia articulatória ou à falta de harmonização.

2.3 A omissão

Também conhecida por elisão, a omissão é o apagamento de segmentos consonantais e vocálicos. Algumas línguas, como o francês, estabelecem diferenças entre as duas. Enquanto a elisão é a supressão de uma vogal antes de palavra que começa por uma vogal ou um 'h' mudo, a omissão é um processo de apagamento de consoantes e de vogais.

Observou-se que as crianças pesquisadas não pronunciam as consoantes líquidas [r] e [l] quando ocorrem em início de sílaba nas estruturas C₁C₂V, geralmente nos encontros oclusiva-líquida em que C₁ é uma oclusiva e C₂ é uma das líquidas em posição de ataque e em final sílaba ou palavra nas estruturas CVC em que as líquidas ocorrem como *coda*. Isso, como foi salientado acima, é devido ao fato de a aquisição das

líquidas ocorrerem tarde. Além disso, trata-se de uma tendência natural para a estrutura silábica ótima (CV).

Exemplos (12):

[r] > [O]	[l] > [O]
[faku] → 'fraco'	[buza] → 'blusa'
[gãdZi] → 'grande'	[bofu] → 'bolso'
[istela] → 'estrela'	[kubi] → 'clube'
[kontoli] → 'controle'	[ΣikEti] → 'chiclete'
[binku] → 'brinco'	[pa.ka] → 'placa'
[gafu] → 'garfo'	['ka.sa] → 'calça'
[pEna] → 'perna'	[fo] → 'flor'
['uΣu] → 'urso'	[bo.u] → 'bolo'
['besu] → 'berço'	[kabe.u] → 'cabelo'

Essa omissão das líquidas pode ser explicada pelo fato de que durante a produção de vogais, a língua é geralmente projetada para frente ou para trás na cavidade bucal, conforme a vogal. Além disso, alguns linguistas foneticistas explicam a aquisição de consoantes em final de sílabas e/ou palavras é algo muito problemático para as crianças. No desenvolvimento da linguagem, é comum observar uma tendência para a omissão de consoantes finais, isto é, em posição de *coda*. Portanto, parece que essas consoantes são adquiridas mais tarde do que as consoantes iniciais.

As sequências CCV e CVC representam um desafio para as crianças, pois constituem respectivamente sílabas pesadas e complexas. Geralmente as crianças não conseguem proferir palavras com essas sequências, em que as consoantes iniciais e finais têm posições diferentes de articulação, devido ao fato de elas não conseguirem violar uma restrição de "harmonia consonantal". Algumas crianças podem evitar essas palavras, mas elas são muito comuns em português. Assim, elas procuram modificá-las pela omissão da consoante final, reduzindo-as ao padrão silábico CV. Elas podem também modificar uma das consoantes de forma que fique mais parecida à outra (assimilação), substituindo uma das consoantes por uma parecida; ou por meio de outros dispositivos idiossincráticos regulares ou irregulares (MENN & STOEL-GAMON, in FLETCHER, 1997, p. 283).

Trata-se de uma estratégia de *evitação*, em que a criança se recusa a usar algumas estruturas complexas que apresentem alguma dificuldade de produção. As palavras com encontros consonantais são difíceis de pronunciar pelas crianças ainda no processo de aquisição da língua.

Exemplos (13):

cobra → [k□.ba]	→	[ra] > [ba]
placa → [pa.ka]	→	[pe.la.ka]

Ainda no intuito de optar pela estrutura silábica ótima, a criança opta pela monotongação, que consiste em apagar os *glides* (semivogais e/ou semiconsoantes), como se pode ver em (14).

Exemplos (14):

[dos] → 'dois'
[ka.tu] → 'quarto'
[tʃiʒola] → 'tesoura'
[kebo] → 'quebrou'

Assim como as estruturas silábicas CCV, as rimas ramificadas do tipo CV₁V₂ em que V₂ ocorre como glide, constituem estruturas silábicas complexas que as crianças tendem a evitar.

Além disso, devido ao seu processo maturacional neurofisiológica e neuromuscular, a criança não consegue proferir algumas palavras longas, procedendo, assim, a uma omissão de sílabas inteiras no início de palavras (aférese), meio de palavras (síncope) ou final de palavras (apócope), como se pode ver em (15).

Exemplos (15):

[pa.gai.u] → 'papagaio'	[geze/a] → 'desenhar'
[teliʒão] → 'televisão'	[ka.i] → 'galinha'
[gaz.go] → 'engasgou'	[ta:] → 'montar'
[malElu] → 'amarelo'	[kutʃi] → 'iogurte'
[ado] → 'ralador'	

2.4. Acréscimo

Outro processo fonológico encontrado nos dados é o acréscimo, que é a inserção de um fonema em uma palavra, acarretando assim o surgimento de uma nova sílaba para evitar principalmente as sílabas pesadas (CVC) e complexas (C₁C₂V), no intuito de se obter o padrão silábico CV considerado universal. Esse acréscimo de fonemas pode se manifestar por meio de uma prótese, que é um processo fonológico pelo qual se acrescentam segmentos em início como em final de palavras. Atualmente, fala-se em prótese, quando o acréscimo ocorre em início de palavras e paragoge, quando ocorre em final de palavra, como em (16).

Exemplos (16):

[ˈlu.zi] → 'luz'

Revista Alpha, n. 14, nov. 2013, 112–128 | Dificuldades fonéticas de crianças de 2 a 7 ■

O acréscimo se realiza também pelo processo epentético, que é a inserção de um fonema no interior de uma palavra, caso típico de destruição de grupos consonantais no português do Brasil, como mostram os exemplos em (17).

Exemplos (17):

[pelatu] → 'prato'
[pe.la.ka] → 'placa'

Esse processo consiste em inserir uma vogal epentética [i] entre C₁ e C₂. Como se constata nos dados, é um processo que afeta fortemente as líquidas [l] e [r]. Além disso, a falta de harmonia consonantal leva as crianças a recorrer em processo epentético.

Outro processo de acréscimo de segmentos diz respeito à metátese, que é a troca de posição de segmentos para uma melhor acomodação eufônica. Em outras palavras, trata-se de uma inversão de fonemas dentro da palavra, como se pode ver em (18).

Exemplos (18):

[ndrentu] → 'dentro'
[krubi] → 'cobrir'

Essa troca de posição é devido ao fato de a criança estar no processo de aquisição da linguagem, isto é, estar se adaptando ao sistema fonotático da língua.

2.5. Reduplicação

Também conhecida por duplicação, a reduplicação é um processo que consiste em a criança repetir uma sílaba de uma palavra, transformando a sua estrutura silábica. Ela tem sido classificada como um processo de estrutura silábica para alguns autores, e para outros como um processo assimilatório. Os processos de estrutura silábica descrevem mudanças de som que afetam a estrutura silábica na produção de uma palavra adulta pela criança.

Exemplos (19):

[pi.'ru.ra] → 'perua'	[põpo] → 'comprou'
[ko'le.lu] → 'coelho'	[babadói] → 'gravador'
[au-au] → 'cachorro'	[lolo] → 'papagaio'
[papai] → 'pai'	[põpo] → 'comprou'
[ninninu] → 'menino'	[papi□ka] → 'tapioca'
[dodói] → 'doente'	[pepeta] → 'chupeta'
[fuki fuki panda] → 'kung fu Panda'	

■ Djiby Mané

n consoante de uma sílaba apagando a outra. Isso se premissas fonológicas segundo, a qual "os sons tendem a ser modificados pelo ambiente em que se encontram" (SILVA, 1999, p. 119).

2.6. Dessonorização

Outro processo que merece atenção no estudo da fala de crianças, apesar de não tratado por muitos estudiosos da área, é a dessonorização, consiste em ensurdecer as consoantes sonoras, como em (20).

Exemplos (20):

[katΣi/u] → 'gatinho'
[kutΣi] → 'iogurte'
[kafu] → 'garfo'
[bahika] → 'barriga'
[ka.i] → 'galinha'

O uso do processo de dessonorização se explica pelo fato de que os sons sonoros requerem um volume de ar subglótico (mobilizado pelos pulmões durante a inspiração), suficiente para esvaziar as cordas vocais. Isso se deve, talvez, a dificuldades respiratórias que influenciariam sua capacidade de produzir consoantes sonoras.

3. *Considerações finais*

Os dados analisados evidenciam que as crianças de 2 a 7 anos enfrentam certas dificuldades fonéticas na aquisição da linguagem. Essas dificuldades se manifestam por meio de processos fonológicos. Alguns sons são substituídos por outros mais próximos em termos da sua articulação. Outros, pelo contrário, são omitidos porque ainda não são adquiridos e finalmente, outros são assimilados em seus contextos de ocorrência.

Esses processos fonológicos são devidos a dificuldades articulatórias por constituírem adaptações da fala das crianças à dos adultos. O ambiente em ocorre o som é também um fator determinante para sua alteração, visto que a característica de um som pode depender direta ou indiretamente do contexto em ocorre (sílabas, palavras). Além desses fatores de cunho linguístico, vale salientar que os processos fonológicos são inatos/universais, isto é, toda criança normal independentemente da origem geográfica passa por essas alterações fonéticas na aquisição da linguagem.

O livro "Nada na língua é por acaso", da autoria de Bagno (2007), é um argumento a mais para afirmar que as produções sonoras das crianças não são tão bagunçadas por consistir em transformar as palavras dos adultos de modo a adequá-las as suas capacidades de produção. Essas produções devem ser consideradas como falha natural, isto é, sistemática, por se tratar de alterações na forma da palavra e que não chegam a comprometer a comunicação.

No intuito de sanar esses problemas, a consciência fonológica é uma capacidade que foi muitas vezes considerada como inerente ao desenvolvimento global da criança. Ela consiste na aprendizagem ou reaprendizagem da linguagem por meio de exercícios articulatórios (fonética articulatória) repetidos e repetitivos. Ela pode prevenir o insucesso escolar ou pré-escolar se forem combinados foneticistas e/ou fonoaudiólogos em escolas para a correção dessas alterações. Convém, no entanto, levar as crianças a reali-

zar exercícios que consistem em repetir os diferentes sons em níveis de dificuldades, combiná-los em seguida com vogais para obter monossílabas e plurissílabas. Também devem ser realizados exercícios relativos ao mecanismo de produção de som como, gerenciar melhor a respiração, descrever detalhadamente os movimentos necessários para a realização e classificação de um som de acordo com os critérios de sonoridade, nasalidade, ponto e modo de articulação. Entre esses exercícios, o teste de pares mínimos é de fundamental importância. É um exercício de comutação que consiste em trocar um segmento de uma palavra em seu eixo paradigmático, levando-se em consideração a sua relação de simetria. Por exemplo, uma pessoa que troca [d] por [t] deve ser submetida ao seguinte teste:

‘tato’ / ‘dato’
 ‘salto’ / ‘saldo’
 ‘cata’ / ‘cada’
 ‘parto’ / ‘pardo’

Por meio desse teste, dá para perceber que essas consoantes são semelhantes do ponto de vista articulatório, isto é, são todas oclusivas alveolares, apresentando apenas a sonoridade como traço distintivo.

Referências

BAGNO, Marcos. *Na da na língua é por acaso*. Por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CÂMARA Jr, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 36 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

CHOMSKY, Noam. *O programa minimalista*. Tradução, apresentação e notas de Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho, 1995.

FLETCHER, Paul. *Compêndio da linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

JAKOBSON, Roman. *Langage enfantin et aphasie*. Paris: Ed. de Minuit. 1942.

KONOPCZYNSKY, Gabrielle. *Du pré-langage au langage, acquisition de la structure prosodique*. Thèse de doctorat d’Etat de l’Université de Strasbourg, 1986.

RONDAL, Jean-Adolphe (1976), in QUILAN, Danielle. *Developper la conscience phono-*

■ Djiby Mané [=A0geu8oJXExR2AEAL5pjAQx.?p=CHRONOLOGIE%20DU%20U%C3%89VELOPPEMENT%20PHONOLOGIQUE%20\(Rondal%201979\).&fr2=sb-top&fr=yfp-t-703&rd=r1](https://www.researchgate.net/publication/308994899-Developper-la-conscience-phonologique-et-la-structure-prosodique-de-la-langue-portugaise). Acessado em 22/3/2013.

SILVA, Thais Cristóforo. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto, 1999.

STAMPE, David. *A dissertation on natural phonology*. Tese de Doutorado, Universidade de Chicago, EUA, 1973.

ANEXO

Tabela: Cronologia do desenvolvimento fonológico (aspecto produtivo) em uma criança normal (de acordo com Rondal 1979).

FONE	IDADE CRONOLÓGICA (ANOS)						
	1,0	2,0	3,0	4,0	5,0	6,0	7,0
[a]							
[i]							
[o]							
[ɔ]							
[e]							
[E]							
[u]							
[ã]							
[i]							
[õ]							
[u]							
[p]							
[t]							
[k]							
[b]							
[d]							
[g]							
[m]							
[n]							
[ʎ]							
[f]							
[v]							
[s]							
[z]							
[ʃ]							
[ʒ]							
[ʎ]							
[r]							
[x]							

APÊNDICES

(01) [esi]	esse	(68) [taiu]	caiu
(02) [aki]	aqui	(69) [geze/a]	desenhar
(03) [gatu]	gato	(70) [pEna]	perna
(04) [pagaiu]	papagaio	(71) [pia]	pilha
(05) [lua]	lua	(72) [patu]	prato
(06) [pirura]	perua	(73) [petu]	preto
(07) [kolelu]	coelho	(74) [pima]	prima
(08) [mais]	mais	(75) [panEia]	panela
(09) [porku]	porco	(76) [buza]	blusa
(10) [gazgo]	engasgou	(77) [b□ua]	bola
(11) [dos]	dois	(78) [bou]	bolo
(12) [papEu]	papel	(79) [bofu]	bolso
(13) [kaxtu]	quarto	(80) [baziu]	Brasil
(14) [besu]	berço	(81) [bi]ku]	brinco
(15) [apeita]	apertar	(82) [bi]kedu]	brinquedo
(16) [kasa]	calça	(83) [kabeu]	cabelo
(17) [poku]	porco	(84) [kadeia]	cadeira
(18) [k□lai]	colar	(85) [kaufa]	calça
(19) [badoi]/[gavado]	gravador	(86) [fEu]	céu
(20) [foi]	flor	(87) [kubi]	clube
(21) [kaisa]	calça	(88) [kalu]	claro
(22) [luzi]	luz	(89) [faia]	saia
(23) [azulu]	azul	(90) [fapatu]	sapato
(24) [narize] / [nalis]	nariz	(91) [fapu]	sapo
(25) [istela]	estrela	(92) [faudi]	saúde
(26) [pastiku]	plástico	(93) [f□u]	sol
(27) [pedu]	Pedro	(94) [ΣikEti]	chiclete
(28) [grādi]	grande	(95) [ΣinEu]	chinelo
(29) [detru]	dentro	(96) [pōpo]	comprou
(30) [gaiinha]	galinha	(97) [nde]tro]	dentro
(31) [d□d□i]	doente	(98) [krubi]	cobrir
(32) [au-au]	cachorro	(99) [lolo]	papagaio
(33) [papai]	pai	(100) [paledZi]	parede
(34) [tate)ti]	está quente	(101) [p□ta]	porta
(35) [adZi]	arde	(102) [ti)nElu]	chinelo
(36) [trató]	trator	(103) [buΣa]	blusa
(37) [kōkado]	computador	(104) [k□ju]	colo
(38) [p□k□t□]	cavalo	(105) [piΣia]	presilha
(39) [fuki fuki pāda]	Kung Fu Panda	(106) [uΣu]	uso
(40) [b□ia]	bola	(107) [pai□ka]	tapioca
(41) [k□ba]	cobra	(108) [tekadu]	teclado
■ Djiby Mané		(109) [Σapatu]	sapato
(44) [lik□pu]	helicóptero	(110) [pelatu]	prato
(45) [janEia]	janela	(111) [tiΣola]	tesoura
		(112) [pilulitu]	pirulito

(46) [jakaiE]	jacaré	(113) [teliΣãw]	televisão
(47) [oiu]	olho	(114) [Σapu]	sapo
(48) [malElu]	amarelo	(115) [abili]	abri
(49) [tuaia]	toalha	(116) [ΣikEti]	chiclete
(50) [kõtoli]	controle	(117) [kebo]	quebrou
(51) [gafu]	garfo	(118) [kutΣi]	iogurte
(52) [fo]	flor	(119) [pa]	para
(53) [vidu]	vidro	(120) [kafu]	garfo
(54) [olela]	orelha	(121) [bahika]	barriga
(55) [kuiE]	colher	(122) [munEku]	boneco
(56) [ado]	ralador	(123) [besu]	berço
(57) [naís]	nariz	(124) [ka.i]	galinha
(58) [mostu]	monstro	(125) [tE]	tênis
(59) [madrinha]	madrinha	(126) [kaj]	carne
(60) [sinElu]	chinelo	(127) [ta:]	montar
(61) [katΣi/ʌ]	gatinho	(128) [wowo]	vovô
(62) [t□u]	sol	(129) [susu]	sujo
(63) [balata]	barata	(130) [tabaia]	trabalhar
(64) [palasu] / [paiasu]	palhaço	(131) [viãw]	avião
(65) [fak□la]	sacola	(132) [k□fi] / [kr□fi]	cofre
(66) [ispeju]	espelho	(133) [tesi]	três
(67) [kaΣaki/ʌ]	casaquinho	(134) [peta] / [pepeta]	chupeta

Um estudo de regência verbal: o caso do verbo *comunicar* em atas parlamentares dos municípios de Patos de Minas e Lagoa Formosa

Elizene Sebastiana de Olivera Nunes

UNIPAM. Mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Linguística e Ensino de Língua Portuguesa pelo UNIPAM. e-mail: elizene@unipam.edu.br

Resumo: Este artigo objetiva discorrer acerca dos estudos de regência, contemplando-os numa perspectiva tradicional, que respeita as regras da gramática tradicional, perpassando pelo julgamento de *certo x errado*, e numa perspectiva mais usual, em que o uso é influenciado por condições contextuais, passando pelo julgamento de *adequado x inadequado*. Escolheu-se, neste estudo, analisar a regência do verbo *comunicar*, presente no *corpus* que foi constituído a partir de atas parlamentares dos municípios de Patos de Minas e de Lagoa Formosa, período 2007 a 2010.

Palavras-chave: Regência verbal. Gramática Tradicional. Atas parlamentares.

Abstract: This paper aims at arguing about the regency studies in a traditional perspective, which respects the traditional grammar rules, permeated by the judgment of right X wrong, and in a more usual perspective, in which the use is influenced by contextual conditions, through the judgment of appropriate X inappropriate. It was chosen, in this study, to analyze the regency of the verb communicate, present in the corpus which was built from the parliamentary minutes from the cities of Patos de Minas and Lagoa Formosa, from 2007 to 2010.

Key-words: Verbal regency. Traditional grammar. Parliamentary minutes.

1. Considerações iniciais

A linguagem sempre exerceu um grande poderio de sedução sobre o homem, pois desde sempre ele demanda esforços na tentativa de melhor entendê-la e de explicar seus mecanismos de funcionamento, já que ela lhe é inerente, além de constituir parte essencial de seu mundo e da sua convivência com os demais seres da espécie.

Neste viés, assumindo diferentes perspectivas, os estudos gramaticais perpassam pela história da humanidade sempre ocupando lugar de destaque e, num primeiro entendimento, sabe a língua aquele que domina a sua gramática. Empreendida dessa

forma, a gramática é responsável por sistematizar as regras de uma língua e, por meio delas, ensinar essa língua aos falantes que já a dominam.

Na literatura atual, existe pouca tradição de elaboração de trabalhos pautados na Gramática Tradicional (GT), vista como preconizadora do que é certo e do que é errado na língua. Com o surgimento e expansão da Linguística Moderna, principalmente a partir do século XX, houve um redimensionamento dessa ideia de *certo* e *errado*, passando a se pensar em *adequação* e *inadequação*, conforme o contexto de uso da língua.

Entretanto, no que concerne a certos gêneros textuais, como é o caso do gênero atas parlamentares, que são produzidas em contexto de extrema formalidade, preconiza-se que devam estas ser redigidas respeitando o que determinam as regras gramaticais, aqui entendidas na perspectiva tradicional.

Algumas das regras que impõem dificuldades de uso na língua são as regras de regência. O conhecimento da regência correta (isto é, da regência que segue a gramática normativa, aquela gramática que prescreve o que se deve e o que não se deve usar na língua) de cada verbo e de cada nome é função, atividade natural, do uso. Supõe-se que cada falante conhece a regência dos verbos e dos nomes que fazem parte do seu repertório usual. Ocorre que o falante pode desconhecer certas regências, que estão de acordo com a norma padrão, pelo fato de elas não fazerem parte de seu desempenho linguístico.

Sabendo disso, o objetivo central deste trabalho é estudar a regência do verbo *comunicar* a partir de um *corpus* constituído por atas parlamentares das reuniões ordinárias, no período de 2007 a 2010, da Câmara Municipal de Patos de Minas e da Câmara Municipal de Lagoa Formosa.

Para desenvolver o presente trabalho, foi necessário determinar como os estudos da gramática tradicional veem a regência, especialmente a regência verbal e, para fazer um contraponto, como a norma linguística pode ser influenciada pelo uso.

2. O estudo da regência na gramática tradicional

Conforme Cunha (1971, p. 243), “em geral, as palavras de uma oração são interdependentes, isto é, relacionam-se entre si para formar um todo significativo. Essa relação necessária que se estabelece entre duas palavras, uma das quais serve de complemento a outra, é o que se chama regência”. Acrescenta ainda que as relações de regência podem ser indicadas: a) pela ordem por que se dispõem os termos na oração; b) pelas preposições, cuja função é exatamente a de ligar palavras estabelecendo entre elas um nexos de dependência e c) pelas conjunções subordinativas, quando se trata de um período composto.

De maneira geral, em gramática tradicional, regência é a relação sintática que se estabelece entre um termo regente ou subordinante (que exige outro) e o termo regido ou subordinado (regido pelo primeiro termo). Nesse sentido, quando o termo regente é um verbo, a regência é *verbal*; quando é um nome, a regência é *nominal*.

Ao classificar a classe dos verbos, os gramáticos os subdividem em verbos *nocionais* e verbos *não nocionais*. Os verbos *nocionais* são os que exprimem processos; em outras palavras, indicam ação, acontecimento, fenômeno natural, desejo, atividade

mental. Os verbos *não nocionais* exprimem estado; são mais conhecidos como verbos de ligação, que são verbos vazios de significado, sendo sua função indicar estado, qualidade ou condição do sujeito. É comum encontrarmos referência aos *verbos de ligação* como sendo verbos que servem denexo entre o sujeito e o predicativo. Para perceber se um verbo é *nocional* ou *não nocional*, é necessário considerar o contexto em que é usado.

Quanto à predicação, conforme Cunha (1971), os verbos nocionais se dividem em *intransitivos* e *transitivos*. Os verbos *intransitivos* são aqueles que, por natureza, apresentam sentido completo. Para Cegalla (2000), são os verbos de transitividade completa que podem por si constituir o predicado. Os estudos da Norma Gramatical Brasileira (NGB) apontam ainda que o verbo *intransitivo* não necessita de complemento para tornar mais claro o processo verbal. Há autores, como Mesquita (1996), que afirmam que o verbo *intransitivo* transmite toda a informação a respeito do sujeito. Segundo esse autor, “junto ao verbo, muitas vezes surgem palavras ou expressões que ampliam a informação que ele contém, mas que não são essenciais para que se complete a idéia que o processo verbal indica” (MESQUITA, 1996, p. 393). Assim, na sentença “O pássaro voou”, o verbo *voar* é visto como um verbo que não precisa de complemento para que se compreenda o sentido da frase. Outras informações dadas na frase, como por exemplo, “O pássaro voou lentamente por dias e dias”, apenas teriam a função de acrescentar dados à ação de *voar*, ampliando a compreensão do sentido do verbo. Sacconi (1994) relata que qualquer verbo pode ser usado intransitivamente, como se vê em “*Quem ama geralmente não pensa.*” e “*Comi, bebi, cantei à vontade*” (SACCONI, 1994, p. 198).

Já os verbos *transitivos* são aqueles que, para integrar o predicado, necessitam de outros termos. São, de acordo com Cegalla (2000), verbos de transitividade incompleta. Tais verbos precisam de complemento que integre o sentido do predicado. Esses verbos são mais numerosos e classificam-se em *transitivos diretos*, *transitivos indiretos*, *transitivos diretos e indiretos*.

Os verbos *transitivos diretos* transitam diretamente para o complemento, sem que haja a presença de preposição obrigatória. Já os *transitivos indiretos* são aqueles que possuem seu sentido integralizado por um objeto indireto, isto é, um complemento, que vem obrigatoriamente regido de preposição.

Por fim, os verbos *transitivos diretos e indiretos*, também conhecidos como bitransitivos, são os que requerem, simultaneamente, além do objeto direto, o acréscimo de outro complemento, o objeto indireto. O verbo *comunicar*, objeto deste estudo, pertence a esta classificação, conforme sua regência: *quem comunica, comunica algo (objeto direto) a alguém (objeto indireto)*.

Não obstante essa classificação de transitividade verbal, os gramáticos, em sua grande maioria, fazem ressalvas no sentido de que a transitividade verbal poderá ser alterada conforme o sentido e o contexto de uso da forma verbal. Logo, percebe-se, entre diversos autores da NGB, que os verbos, relativamente à transitividade, não apresentam classificação fixa, imutável. É conforme a regência e o sentido que apresentam na frase que podem pertencer ora a um grupo, ora a outro.

3. A norma linguística e o uso

Os questionamentos que comumente são feitos em torno do que é “certo” ou “errado” em português nos levam a refletir sobre a questão da norma linguística de modo geral e sobre a norma prescritiva (a norma da gramática tradicional) de modo particular. O falante tem sempre a preocupação de “falar bem” a sua língua, o que significa estar alinhado com a prática linguística dos grupos a que pertence e com o que consegue aprender sobre a língua, seja por meio da observação da escrita, seja por meio de metalinguagem.

Entretanto, conforme aponta Leite (2001), nem sempre o “falar bem” uma língua quer dizer seguir as normas da gramática tradicional/normativa, até mesmo porque as regras da gramática normativa são extraídas de textos escritos literários, de épocas anteriores à da descrição. Aquela norma, portanto, jamais será integralmente praticada e os pontos de discordância entre o que um usuário culto fala/escreve e o prescrito são exatamente os que “saltam aos ouvidos e olhos” dos usuários e causam a sensação de desconforto, de haver “erro de português”.

A autora (*ibidem*) afirma ainda que, em se tratando de norma culta, as discordâncias existem, mas não são tantas e tamanhas a ponto de se poder dizer que há duas organizações, duas gramáticas, a da língua praticada e a da língua prescrita. A grande diferença entre elas é que a língua praticada é um mecanismo multiforme que toma diferentes configurações, quando posta em discurso, e a prescrita é uma entidade monolítica.

Neste contexto, ganha destaque uma gramática funcional, que prioriza o uso sobre as regras. Schutz (2011) diz ser a língua anterior à gramática. Para ele, língua é causa e gramática consequência, e não o contrário. Portanto, podemos deduzir regras gramaticais a partir do fenômeno existente, mas dificilmente fazer o contrário. Podemos partir do particular para o geral, da experiência para a teoria; mas dificilmente dá certo partir da teoria para a prática. Logo, o estudo da gramática de uma língua só faz sentido se o usuário já tiver desenvolvido uma certa habilidade comunicativa nessa língua.

Neste ponto, pode-se entender o usuário como peça fundamental na evolução de uma língua, mesmo em sua evolução gramatical. Cabe aqui uma observação importante, feita por Nascentes (1960), sobre a gramática da regência.

A regência, como tudo na língua, a pronúncia, a acentuação, a significação etc não é imutável. Cada época tem sua regência, de acordo com o sentimento do povo, o qual varia, conforme as condições novas da vida. Não podemos seguir hoje exatamente a mesma regência que seguiam os clássicos; em muitos casos teremos mudado (NASCENTES, 1960 *apud* LUFT, 1999, p. 15)

O sentimento do povo quer dizer, em parte, a sensibilidade intuitiva ao sistema de regras (gramática) internalizado, constantemente revalidado e reforçado pelo comportamento linguístico coletivo, e em parte a percepção, também intuitiva, e obediência a tendências evolutivas da língua, bem como a adaptação a novas necessidades comu-

nicativas (cf. LUFT, 1999).

Viu-se que a regência verbal não é fixa, pelo contrário, é governada pelos traços semânticos dos verbos. Logo, alterados os traços, forçoso é que se altere a regência. Neste ponto, justifica-se o estudo do verbo *comunicar*. Será que este mantém sua regência conforme ditada pela gramática tradicional ou será que ele pode ter sofrido alguma alteração contextual semântica e sua regência, conseqüentemente, sofrido alguma alteração?

4. Procedimentos metodológicos

Para consecução dos objetivos empreendidos neste trabalho, partiu-se de procedimentos metodológicos que perpassam em muito a Linguística de *corpus*, vista por Sardinha (2000) como aquela que se ocupa da coleta e exploração de *corpora*, ou conjuntos de dados linguísticos textuais que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística. Como tal, dedica-se à exploração da linguagem através de evidências empíricas, extraídas por meio de computador.

4.1. Constituição e caracterização do corpus

O *corpus* da presente pesquisa é constituído por textos do gênero ata parlamentar. As atas parlamentares aqui estudadas são resultado de reuniões parlamentares ordinárias, realizadas no período de 2007 a 2010, nos municípios mineiros interioranos de Patos de Minas e de Lagoa Formosa. Primeiro, pensou-se em analisar somente as atas parlamentares do município de Patos de Minas; porém, isso poderia revelar apenas uma tendência de uso por parte do redator dessas atas. Então, para evitar qualquer vício no *corpus*, buscaram-se também atas parlamentares do município de Lagoa Formosa. Importante esclarecer aqui que a Câmara Municipal de Patos de Minas dispõe de um redator para confeccionar as referidas atas; já a Câmara de Lagoa Formosa não o tem, sendo a redação das atas responsabilidade do vereador eleito, a cada ano, como secretário da Mesa Diretora. O período escolhido para estudo, 2007 a 2010, compreende parte de duas legislaturas, escolha essa que se deu também para evitar vício no *corpus*, já que até 2011 o cargo de Redator na Câmara de Patos de Minas era um cargo de confiança (comissionado) e a cada alteração de legislatura (que compreende um período de 4 anos, 2005 a 2008 / 2009 a 2012, por exemplo) alterava-se também o profissional redator. Não fosse tomado esse cuidado, os dados poderiam, como já dito, simplesmente revelar uma falha gramatical do redator.

As atas parlamentares da Câmara de Patos de Minas foram, pessoalmente, disponibilizadas à autora deste trabalho em arquivos do tipo .DOC. Já as atas parlamentares de Lagoa Formosa estão disponíveis para download em arquivos do tipo .PDF no endereço <http://camaralagoa.mg.gov.br/atas>.

Para melhor visualização da composição do *corpus*, segue tabela 1:

TABELA 1: Composição do *corpus* de pesquisa

Ano	Patos de Minas	Lagoa Formosa
2007	26	18
2008	20	18
2009	25	38
2010	27	36
TOTAL	98 arquivos	110 arquivos
TOTAL NO. OF WORD TYPES	7759	4242
TOTAL NO. OF WORD TOKENS	117.107	79.868
TOTAL GERAL	208 arquivos	
TOTAL GERAL OF WORD TYPES	12.001	
TOTAL GERAL WORD TOKENS	196.975	

Fonte: elaborada pela autora (dezembro de 2012)

4.2. O tratamento dos dados

Após organização de todos os arquivos das atas, os mesmos foram transformados em arquivos.TXT e, depois, separadamente, submetidos ao programa de concordância Antconc 3.2.1, a fim de obter as principais concordâncias relativas ao verbo *comunicar*, objeto deste estudo. Depois de armazenados os arquivos neste programa, foram geradas várias listas de concordância, além de retirados os dados estatísticos que permitiram avaliar a força de associação de determinados itens com o verbo aqui estudado.

4. Análise e discussão dos resultados: o verbo comunicar nas atas parlamentares das câmaras de Patos de Minas e de Lagoa Formosa

Num primeiro momento, após salvar os arquivos no programa Antconc, foi feito um levantamento dos verbos classificados semanticamente como discentes que foram mais recorrentes no *corpus*. Os resultados estão mostrados na tabela 2, a seguir:

TABELA 2: Verbos discentes mais recorrentes nas atas parlamentares dos municípios de Patos de Minas e de Lagoa Formosa

VERBO	Nº DE OCORRÊNCIAS POR MUNICÍPIO		TOTAL
	PATOS DE MINAS	LAGOA FORMOSA	
Afirmar	7	2	9
Comunicar	162	5	167
Declarar	103	112	215
Dizer	128	79	207
Falar	19	12	31
Informar	53	217	270
Ressaltar	17	12	29
TOTAL	489	439	928

Fonte: Dados do *corpus* (2012)

Observando os dados da tabela 2, vê-se que o verbo *informar* é o verbo mais recorrente, seguido dos verbos *declarar*, *dizer*, *comunicar*, *falar*, *ressaltar* e *afirmar*, respectivamente.

Entretanto, numa análise mais atenta, verificam-se fatos importantes: 1) do total de 270 ocorrências do verbo *informar*, 217, equivalente a 80,37%, apareceram nas atas parlamentares do município de Lagoa Formosa e somente 53 ocorrências, 19,63%, apareceram nas atas de Patos de Minas; 2) do total de 167 ocorrências do verbo *comunicar*, 162, equivalente a 97%, apareceram em atas do município de Patos de Minas, sendo que somente 5, equivalente a 3%, apareceram em atas do município de Lagoa Formosa; 3) quanto aos demais verbos, houve uma certa equidade no número de ocorrências de cada verbo por município.

A partir destes fatos, buscou-se nos arquivos de origem alguma pista que pudesse esclarecer essas disparidades entre a opção por *informar* e/ou *comunicar*. Uma observação feita e que possa, talvez, justificar o alto índice do uso de *comunicar* nas atas de Patos de Minas é a própria estruturação da ata, que se dá por seções separadas e intituladas, sendo uma delas a seção de comunicação, assim marcada na sequência temporal da reunião e, conseqüentemente, do texto redigido. Essa fase, ao ser enunciada pelo presidente da reunião, pode ativar no léxico do vereador a palavra *comunicar*, já que seria o verbo diretamente relacionado à comunicação. Já nas atas parlamentares de Lagoa Formosa, essas seções são percebidas na sequenciação e leitura do texto, mas não há títulos no próprio texto para identificá-las. A seguir, mostram-se duas atas, uma de cada município, a fim de se conhecer essa estrutura.

Exemplo de ata parlamentar de Patos de Minas¹:

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS/MG. Presidente: Amarildo Ferreira Silva; 1º Vice-Presidente: João Bosco de Castro Borges - Bosquinho; 2º Vice-Presidente: Sílvio Gomes de Deus; 1ª Secretária: Maria Dalva da Mota Azevedo 2º Secretário: Isaias Martins de Oliveira. CHAMADA INICIAL: 9 vereadores presentes, ausentes os vereadores Sílvio Gomes de Deus e Pedro Lucas Rodrigues, faltas justificadas. HORÁRIO DE INÍCIO: 9h30m. ABERTURA: Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março de dois mil e dez, no plenário da Câmara, localizado na Rua José de Santana, 506, 3º andar. O Presidente, Amarildo Ferreira Silva, declarou aberta a reunião, com os seguintes dizeres: "Abertos os trabalhos, em nome de Deus". ORAÇÃO: A oração foi feita pela vereadora Dalva Mota, acompanhada pelos vereadores e demais pessoas presentes. ATA: lida e aprovada. CORRESPONDÊNCIAS: Lidas e arquivadas. COMUNICAÇÕES: O Vereador João Bosco de Castro Borges – Bosquinho – comunicou que, Patos de Minas caminha na contra-mão da evolução e da história de uma cidade, ao retirar uma ciclovia de uma rua, referindo-se à retirada da ciclovia da Rua José de Santana. A Vereadora Dalva Mota requereu ao Líder da Prefeita, vereador José Carlos da Silva, solicitar junto à Prefeita uma revisão salarial para os aposentados. PARECERES: O Relator da C.L.J.R, Vereador Isaias Martins de Oliveira, devolveu os Projetos de Lei 3036, que "Concede reajuste de vencimento aos servidores do Poder Legislativo e dá outras providências" e

¹ Não se teve aqui, ao demonstrar o exemplo das atas, tanto de Patos de Minas, quanto de Lagoa Formosa, a preocupação de alterar nomes de vereadores integrantes da legislatura, uma vez que a ata é um documento público e qualquer um pode ter acesso a ela na íntegra, tal qual aqui mostrada.

3047, que “ Concede reajuste de vencimento aos servidores públicos municipais e dá outras providências”, com pareceres favoráveis. **PROPOSIÇÕES SEM DISCUSSÃO:** Projeto de Lei 3048/10, que “Concede revisão geral anual aos subsídios de Secretário Municipal, Procurador Geral e Controlador Geral e dá outras providências”; Projeto de Resolução nº 252/10, que “Autoriza a Prefeita Municipal a ausentar-se do Município”. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJETO DE LEI:** O Projeto de Lei 3048 e Projeto de Resolução 252/2010, pautados, foram encaminhados à C.L.J.R, para emissão de pareceres de constitucionalidade e legalidade. Suspensos os trabalhos, a requerimento do vereador Bartolomeu Ferreira Ribeiro. Reabertos os mesmos, os Projetos 3036, 3047 e emendas 01 e 02, 3048 e 252/2010 foram submetidos à discussão e votação, em primeiro turno e aprovados por 8 votos, com exceção do Projeto de Lei 3048/10, que foi aprovado por 7 votos favoráveis e 1 contrário do Vereador João Bosco de Castro Borges. As Emendas números 01 e 02, apresentadas ao Projeto de Lei 3047/10 foram Rejeitadas: Emenda 01: por 7 votos a 1 do vereador João Bosco de Castro Borges e Emenda 02: por 5 votos a 3 dos Vereadores Dalva Mota, Isaías Martins e João Bosco. Destaca-se que o Projeto de Resolução 252/2010 foi aprovado em único turno. O Vereador Bartolomeu Ferreira Ribeiro requereu a dispensa do interstício legal, para votação dos projetos em 2º turno, ainda nesta manhã. Requerimento aprovado. Encaminhados os Projetos 3036, 3047 e 3048/2010 às Comissões Competentes para emissão de pareceres de Mérito. Suspensos os trabalhos e reabertos os mesmos, os Projetos de Lei foram devolvidos com pareceres favoráveis. Submetidos os Projetos de Lei, pautados à discussão e votação, em 2º turno, foram aprovados por 8 votos favoráveis, com exceção do Projeto de Lei 3048/10, que foi aprovado por 7 votos favoráveis e 1 contrário, do vereador João Bosco de Castro Borges. Encaminhados os projetos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação para emissão de pareceres de Redação. Suspensos os trabalhos, reabertos os mesmos, os Projetos 3036, 3047 e 3048/2010, foram submetidos à discussão e votação, com base nos pareceres de redação e aprovados, observadas as normas regimentais. **DECLARAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA REUNIÃO SEGUINTE:** Projetos de Lei: 3036,3047 e 3048/ 2010, à sanção; Projeto de Resolução 252/2010, promulgue-se. **HORÁRIO DE ENCERRAMENTO:** 11h 20m. **CHAMADA FINAL:** 9 vereadores presentes. **ENCERRAMENTO:** Após agradecer à presença dos vereadores, o Vereador-Presidente os convocou para reunião, dia 8 de abril de 2010, horário regimental, no Plenário. Para constar, lavrou-se a presente ata. Patos de Minas, 29 de março de 2010.

Exemplo de ata parlamentar de Lagoa Formosa:

Ata da 18ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa Formosa - MG, da 2ª sessão, da 12ª Legislatura. Presidente: Laércio Eustáquio Rodrigues, Vice Presidente: Lindolfo Babilônia; 1º Secretário: Fernando Francisco de Lima; 2º Secretário: João de Deus Ferreira. Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dez, às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se no Plenário Juquinha Souto o Poder Legislativo Municipal, sob a presidência do vereador Laércio Eustáquio Rodrigues, secretariado pelo vereador Fernando Francisco de Lima. Após a oração feita pelo vereador Osmano José da Silva, procedeu-se à chamada dos vereadores, ausente o vereador Ocimar da Luz Pereira. O Presidente declarou aberta a reunião com os seguintes dizeres: “Em nome de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a Reunião”. A ata da 17ª reunião foi lida e aprovada sem ressalvas. As correspondências foram lidas e as comunicações foram feitas. O vereador Aduino parabenizou aos alunos da Escola Estadual Coronel Cristiano pela presença à reunião e disse que as portas da Câmara Municipal estão sempre abertas e são sempre

bem vindos. Os vereadores Fernando e Lindolfo Babilônia também deram as boas vindas aos alunos parabenizando-os pela iniciativa. O vereador Geraldo Magela se colocou à disposição dos alunos e parabenizou também a iniciativa dos alunos e do professor da Escola Estadual Coronel Cristiano. O Presidente Laércio Eustáquio Rodrigues finalizou ressaltando a importância do acompanhamento dos jovens às reuniões legislativas e colocou esta casa à disposição de todos. Em seguida o Presidente solicitou da Comissão de Redação os pareceres dos Projetos de Lei 1034, 1039/2010 e Projeto de Lei Complementar 010/2010, todos favoráveis e aprovados por 07 votos. O presidente leu a ordem do dia: Projeto de Lei Complementar 010/2010 e Projetos de Lei 1034 e 1039/2010 para 3ª discussão e votação; Indicação 048/2010 para única votação. O Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei 1034/2010, que DISPÕE SOBRE NOME DE RUA NO LO-TEAMENTO RESTINGA, BAIRRO CAXAMBU, EM LAGOA FORMOSA. O secretário fez a chamada para a 3ª votação e foi aprovado por 07 votos. O Projeto de Lei 1039/2010, que DISPÕE SOBRE NOME DE PRAÇA SITUADA NO BAIRRO BELA VISTA, EM LAGOA FORMOSA-MG foi colocado em discussão. Foi feita a chamada para a 3ª votação e foi aprovado por 07 votos. Em seguida o Presidente colocou em votação o Projeto de Lei Complementar 010/2010, que ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 02 DE 1997 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O secretário fez a chamada para a 3ª votação e foi aprovado por 07 votos. O secretário fez a leitura da Indicação 048/2010 de autoria do vereador Lindolfo Babilônia, que reivindica que seja atribuído o nome de “José Batista de Andrade – Zé Pintinho” à antena de celulares da CTBC do Distrito de Monjolinho, que foi aprovada por 07 votos. Em seguida o Presidente leu a Ordem do dia da reunião seguinte: Projeto de Lei Complementar 010/2010 e Projetos de Lei 1034, 1035, 1037 e 1039/2010 à sanção; Indicação 048/2010, encaminhe-se. O Secretário fez a chamada final constatando novamente a ausência do vereador Ocimar da Luz Pereira por motivo justificado. O Presidente agradeceu a presença de todos e convocou para a próxima Reunião Ordinária, dia 03 de agosto de 2010. Para constar lavrou-se a presente ata, que lida, se aprovada, segue assinada pelos vereadores. Casa Legislativa Vereador José Babilônia, 29 de junho de 2010. Em tempo. Retira-se da ordem do dia da reunião seguinte os Projetos de Lei 1035 e 1037/2010, pois os mesmos já foram aprovados em reunião anterior.

Em virtude do alto índice de uso do verbo *comunicar* e sabendo que este verbo impõe algumas dificuldades de regência, partiu-se para uma análise mais detalhada do mesmo.

Ao trabalhar a regência do verbo *comunicar*, Simões (2009, p. 10) assim o coloca: “Comunicar: sempre comunique algo a alguém, mas nunca comunique alguém **sobre** ou **de** alguma coisa” (grifos do autor). Assim,

- O diretor **comunicou** as decisões do conselho aos professores. (correto)
- O diretor **comunicou-lhes** as decisões do conselho. (correto)
- **Comunicou-se** a decisão aos professores. (correto)
- O diretor **comunicou** os professores **sobre as** ou **das** decisões do conselho. (errado)

A fim de verificar a regência desse verbo no *corpus* em estudo, fez-se uma busca pelos principais colocados à direita, considerando um total de 4 colocados. Os resulta-

dos encontrados, em número de ocorrências e força de associação¹ são mostrados na tabela 3.

TABELA 3: Principais colocados à direita do verbo comunicar – atas de Patos de Minas

COLOCADO	FREQUÊNCIA	MI (Força de associação)
QUE	61	4,50
TAMBÉM	24	7,02
SUA	23	6,47
SOBRE	15	5,20
A	8	0,9
AINDA	7	5,35
TER	6	6,03
DA	5	0,61
O	4	0,41
AOS	4	3,90
DE	3	-1,83
COM	3	1,04
À	2	0,27
E	2	-1,50

Fonte: Dados do *corpus* (2012)

Verificou-se que, em número de ocorrências, o colocado mais frequente foi a conjunção subordinativa *que*, o que corrobora a postulação de Cunha (1971), quando este diz que as relações de regência podem ser indicadas pelas conjunções subordinativas quando se trata de um período composto, como é o caso das listas de concordância geradas a partir do *corpus*, conforme demonstram os exemplos 1, 2 e 3, a seguir:

- (1) O vereador Pedro Lucas Rodrigues **comunicou que** o Ministério Público assinou um termo de ajustamento e conduta... (Ata012010PM.txt)
- (2) O vereador João Batista **comunicou que** esteve presente na solenidade de formatura no Unipam. (Ata042008PM.txt)
- (3) O relator da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação **comunicou que** o Projeto de Lei Complementar Nº 009/2009... (Ata362009LF.txt)

Entretanto, um colocado também bastante frequente e com força de associação de 5.20 foi a preposição *sobre*, que, como se viu, não é aceita como item regido do verbo *comunicar*. Os exemplos 4, 5 e 6 mostram como essa preposição aparece em regência com *comunicar* no *corpus*.

¹ Quando se fala em força de associação, fala-se em medir o quanto uma variável aleatória nos diz sobre o outro. Quanto maior o índice da força de associação, maior é a dependência do colocado com a palavra buscada, no caso deste trabalho o verbo comunicar. Quanto menor o índice da força de associação, maior a independência entre o colocado e a palavra estudada.

- (4) O vereador João Bosco **comunicou sobre** a importância da viagem a Uberlândia que fez na semana passada. (Ata032009PM.txt)
- (5) Cleonaldo **comunicou sobre** a presença de indigentes e pedintes na orla da Lagoa Grande. (Ata042008PM.txt)
- (6) O vereador Pedro Lucas Rodrigues **comunicou sobre** a falta de profissionais médicos nos Centros de Atendimento Familiar. (Ata062010PM.txt)

Conforme ditado pela gramática, quem comunica, comunica algo e não sobre algo. Nota-se aqui um desvio de regência presente nas atas parlamentares, especialmente nas atas parlamentares de Patos de Minas, já que esse verbo ocorreu somente 5 vezes nas atas de Lagoa Formosa e, em todas elas, respeitou-se a regência ditada pela gramática, como se vê nas listas de concordância.

- (1) Evandro de Deus Ribeiro **comunicou** ainda que baixou uma portaria regulamentando o horário de funcionamento... (Ata012007LF.txt)
- (2) O presidente da comissão de Finanças, Justiça e Legislação **comunicou** ao plenário que o projeto continuará retido, pois... (Ata032010LF.txt)
- (3) Ele disse que na última reunião, quando **comunicou** a renúncia ao plenário, foi por ter recebido uma (Ata162009LF.txt)
- (4) O vereador Adauto **comunicou** também que o Deputado Elmiro enviou à bancada do (Ata282009LF.txt)
- (5) Relator da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação **comunicou** que o Projeto de Lei Complementar Nº 009/2009 continuará retido (Ata362009LF.txt)

Em consulta ao dicionário de língua portuguesa, têm-se as seguintes definições para *sobre*: “1. Na parte superior de; em cima, por cima, ou acima de. 2. Em posição superior e distante. 3. Pela superfície de; ao longo de. 4. Do lado ou para o lado de. 5. Em seguida; após. 6. Acerca de, a respeito de, em relação a” (FERREIRA, 2007, p. 744).

Como se vê, a relação estabelecida pela preposição *sobre*, conforme mostra o significado nº 6, pode ser uma relação de assunto, tanto que em exemplos como “Falamos *sobre* o cinema nacional” não há dúvidas de que o cinema nacional foi o assunto da conversa. Como o verbo *comunicar* pode assumir, em determinados contextos, significação similar ao verbo falar, a regência daquele com a preposição sobre pode indicar uma transferência da regência verbal aceita para este.

Outra evidência que pode demonstrar essa transferência de regência se dá no próprio *corpus*, quando é verificado, em algumas linhas de concordância, o colocado *de* para o verbo *comunicar*:

O vereador José Carlos da Silva **comunicou da** sua participação na formatura do PROERD. (Ata192007PM.txt)

O Vereador Otaviano Marques **comunicou de** sua participação na inauguração da reforma da quadra poliesportiva (Ata132007PM.txt)

Nota-se que o sentido dessas sentenças é estabelecido por uma relação de assunto, tal qual se o verbo utilizado tivesse sido o falar: “O vereador José Carlos da Silva *falou da* sua participação na formatura do PROERD” ou ainda “O vereador José Carlos da Silva *falou sobre* sua participação na formatura do PROERD”.

5. Considerações finais

A partir da pesquisa e análises empreendidas, foi possível confirmar que os estudos de regência são mesmo estudos bastante complexos, não podendo os resultados encontrados como desvio da regência verbal de *comunicar* nas atas parlamentares de Patos de Minas ser generalizados para a Língua Portuguesa, até mesmo porque o *corpus* estudado é bastante especializado e pouco representativo, se pensada a totalidade da língua. Os dados aqui encontrados podem revelar problemas que tendem a ser específicos de um determinado gênero textual.

Entretanto, essa pesquisa pode ser o indício de que determinadas preposições têm transitado de alguns verbos para outros na Língua Portuguesa, o que, provavelmente, é motivado pela interferência dos falantes na língua. Isso demonstra que, mesmo sendo ainda a gramática normativa o fio condutor de muitas aulas de Língua Portuguesa, não há como evitar que, assim como muda a língua, as regras prescritivas também sofram adaptações.

Não se trata, entretanto, de adotar no ensino um instinto inquisitório e abandonar os estudos gramaticais, apoiado no tênue argumento de que apenas o uso se encarrega de satisfazer as necessidades comunicativas. Os estudos gramaticais não tendem a desaparecer; apenas tornam-se mais complexos e não podem mais ser abordados desconsiderando-se o processo de produção, bem como tudo que o envolve. É preciso, portanto, assumir uma postura comedida e mais engajada, disposta a construir conhecimentos e a (re)descobrir as peculiaridades gramaticais da língua. Como já afirmava Neves (1997), o mais importante é considerar as formas de uma língua como meios para um fim, não como um fim em si mesmas.

Referências

CEGALLA, Domingos Pascoal. *Novíssima gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

CUNHA, Celso. *Gramática moderna*. 3 ed. Belo Horizonte: Editora Bernardo Alvares, 1971.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário de língua portuguesa*. 6 ed. rev. atual. Curitiba: Positivo, 2004.

LEITE, Marli. A influência da língua falada na gramática tradicional, in: PRETI, Dino (org). *Fala e escrita em questão*. 2 ed. São Paulo: Humanitas, 2001.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. 7 ed. São Paulo: Ática, 1999.

MESQUITA, Roberto M. *Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1996.

NEVES, Maria Helena Moura. *A gramática funcional*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1997.

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática: teoria e prática*. São Paulo: Atual, 1994.

SARDINHA, Tony Berber. Linguística de *Corpus*: histórico e problemática. *D.E.L.T.A.*, vol. 16, n. 2, 2000, p. 323-367.

SCHUTZ, Ricardo. *Considerações a respeito da gramática*. Atualizado em 8 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.sk.com.br/sk-grint.html>. Acesso em: 03 de janeiro de 2013.

SIMÕES, Sérgio Lourenço. *Regência nominal e verbal sem segredo*. São Paulo: UNINOVE, 2009 (Série Palavra Final, v. 2).



John William Waterhouse (1849-1917), *The lady of Shalott* (detalhe).
Tate Britain Gallery. OSL. 153 x 200 cm. 1888.

Estudos históricos e filosóficos

Grupo GRUTA e suas contribuições para a história do teatro na Cidade do Milho

Cristina Matos Silva e Dias

UNIPAM. Mestre em Estudos de Linguagens pelo CEFET-MG. Licenciada em Letras pelo UNIPAM, e em Artes-Teatro pela UNIMONTES.
e-mail: crismattos@unipam.edu.br

Resumo: A arte teatral sempre existiu para cumprir diferentes funções. Em forma de ritual, de ensinamento, de fruição e encantamento, o teatro montou palco nas muitas culturas para representar a identidade de cada povo. Baseado nisso, este estudo tem o foco de resgatar a história do Grupo teatral Gruta da cidade de Patos de Minas, destacando a sua trajetória e contribuições para o teatro na Cidade do Milho. Para isso, respaldou-se numa pesquisa teórica, buscando informações de estudos sobre teatro, história e memória. Em seguida, uma pesquisa documental e uma entrevista semiestruturada com a diretora do grupo Maria Célia Costa Santos alicerçaram a investigação sobre o Gruta e sua atuação na cena teatral patense. Verificou-se que o grupo perpassou por diferentes gêneros dramáticos e constituições e, em seus 40 anos de existência, consagrou-se como um forte expoente para o teatro na Cidade do Milho. A investigação buscou a valorização da cultura local, acreditando que contar histórias que envolvam o teatro é possibilitar a maior valorização dessa arte.

Palavras-chave: teatro; história; memória; cultura regional.

Abstract: Theatrical art has always existed to accomplish different functions. In the form of ritual, of teaching, of fulfillment and enchantment, the theatre has created a stage in many cultures to represent the identity of the people. Based on this, the focus of this study is to revive the history of the Theatrical Group “Gruta” from Patos de Minas, highlighting its history and contributions to the theatre in the “City of the Corn”. This way, the study is based on a theoretical research including findings from studies about theatre, history and memory. Next to this, a documental search and a semi-structured interview with the director of the group, Maria Célia Costa Santos, lays the foundation of the investigation about “Gruta” and its role in the theatrical “patense” scene. It was verified that the group has gone through various dramatic genders and constitutions and, throughout its 40 years of existence, has consecrated itself as a strong exponent for theatre in Patos de Minas. The investigation sought the value of local culture, with the belief that telling stories that involve the theatre is to enable the largest value of this art.

Key Words: theatre; history; memory; regional cultural.

1. Introdução

Como muitos vocábulos que proferimos, teatro traz um conceito dinâmico e inconstante, já que trabalhamos com um tipo de expressão cíclica e que condiz com culturas múltiplas. Peixoto (2003) indaga se será certo e verdadeiro tentar precisar o significado de teatro se, desde a origem humana, a expressão teatral existe como processo, em transformação, obedecendo a necessidades do homem que através dos tempos, na produção de sua existência, entra em determinadas relações de produção. Numa consulta mais dicionarizada, o vocábulo teatro significa a localização na qual se realiza o espetáculo, o próprio espetáculo, os textos produzidos e a interpretação. Esses três significados quando reunidos retratam a ideia de que o teatro é a arte do espetáculo. Agora, numa visão mais tradicional, nem todo o espetáculo é teatro. Do ponto de vista tradicional, para que seja teatro, são imprescindíveis a pré-existência do texto, a reprodução sobre um palco e a existência de uma plateia que esboce um sentimento por essa arte milenar. Porém, a contemporaneidade abarca peças em lugares diversos que se transformam em palcos e promove a interação, incluindo a participação dos espectadores. Num caráter mutável, o que podemos afirmar é que “mesmo sendo transformado em função do processo histórico, o teatro conserva, através dos tempos, uma série de elementos que o distinguem enquanto expressão artística” (PEIXOTO, 2003, p. 11).

Essa linguagem se consolidou através de seus sujeitos e estéticas situados em cada espaço-tempo. Na Grécia, a tragédia e a comédia ganharam relevância. Na Roma, lutas sanguinárias marcaram espetáculos de gladiadores no Coliseu. Na Idade Média, a Igreja quis dominar e impor seus textos e seus ensinamentos. Na contemporaneidade, temos uma mistura de estilos e estéticas que refletem a cotidianidade. Cada época, através de seus sujeitos, reescreveu a história da linguagem cênica. De fácil acesso e, num primeiro momento, dependendo somente da capacidade corporal, o teatro se manifestou em inúmeros cantos, disseminando sabores e saberes.

Aqui no Brasil, Magaldi (2004) descreve que a implantação do teatro foi por meio da iniciativa dos padres jesuítas, que tinham o objetivo de catequizar os índios para o catolicismo, havendo, portanto, uma preocupação mais religiosa do que artística. A mudança da corte portuguesa para o Rio de Janeiro igualmente trouxe manifesto desenvolvimento para o teatro, consolidado pela Independência.

Ao nortear-se para a esfera da cultura local, o estado de Minas Gerais produziu e produz estéticas diferenciadas quanto a sua arte cênica. O interior surpreende com sua maturidade de criação e a capital desenvolve um teatro que retrata a riqueza do estado, do seu povo e de sua cultura. A cidade de Patos de Minas contribui para o fortalecimento desse quadro.

Respalhada nessas questões, com o tema Grupo de Teatro GRUTA e as contribuições para a história do teatro na cidade do milho¹, este artigo pretende focar seu objeto

¹ A cidade de Patos de Minas celebra, durante o mês de maio, a Festa Nacional do Milho desde o ano de 1958. É um momento de mobilização de todo o município, demonstrando a cultura vigente e promovendo a integração dos seus habitantes através da festa. O milho é celebrado como o grão que potencializa intercâmbios comerciais, devido a sua abundância na região.

na memória local de um grupo teatral da cidade de Patos de Minas, acreditando que estudos dessa natureza corroboram para a pesquisa e a prática da linguagem cênica. O grupo de teatro GRUTA despontou no cenário patense nos anos 80, transformando-se num sólido nome para a arte cênica em Patos de Minas. Envolvia muitos participantes, apresentando peças de renome, como a comédia *Velório à brasileira*, sendo inclusive premiadas no eixo mineiro de teatro.

A história do teatro de Patos merece um capítulo à parte. Inicia-se de uma forma mais sólida com o senhor Vicente Nepomuceno, passando pelo grupo GRUTA, com a professora Célia Santos, até chegar na atualidade com grupos expressivos como o TUPAM e o Grupo Remendos e Retalhos. São estéticas diferenciadas, mas que revigoraram a cena teatral da cidade do milho.

Considerando essas pontuações, o problema a ser apresentado está pautado na seguinte indagação: O grupo de Teatro GRUTA de Patos de Minas contribui para a história da cultura teatral em nossa cidade? Nesse ínterim, a investigação objetiva verificar a relevância do GRUTA como expoente teatral na cidade de Patos de Minas. Para isso, abordará as características gerais sobre o grupo, focando sua constituição, atuação, trajetória e analisará as contribuições do GRUTA deixadas para a história do teatro na cidade do milho.

Assim, o estudo se justifica pautado na certeza de que cada lugar escreve a sua história, cria a sua identidade e constitui a sua sociedade. A arte, como processo de criação e expressão, é a memória viva dessa identidade engendrada. Carignato (2009) aponta que falar de uma única história é esvaziar de conteúdo as várias propostas não contempladas por uma visão oficial, é não reconhecer as diversas experiências sociais contidas nos processos históricos. Desta forma, é por essa concepção, que se torna mister resgatar a história do Teatro GRUTA de Patos de Minas, acreditando que esse grupo foi substancial para a formação da identidade teatral da cidade. Focar um estudo que permita compreender a constituição de um grupo da linguagem teatral local é dar importância à memória da sociedade em que se vive. Além disso, essa valorização revela o desejo de realçar experiências e criar um diálogo entre sujeitos e o teatro, entre identidade e criação, enfim, entre memória e sociedade.

2. Teatro, memória, história

Ao pensar na arte, rememoramos os primórdios. Sabemos que ela existe desde que o homem também existe. Com desenhos de bisões e mamutes, os nossos ancestrais marcaram a história da expressão artística. O teatro é uma das linguagens da arte e a partir de suas representações faz a história da linguagem cênica. Para estabelecer comunicações e exercer seus rituais, o homem apoderou-se da linguagem teatral firmando seu papel de agente construtor da memória artística.

A temática memória é ampla e se ramifica para diferentes situações. Na cena teatral, percebemos que ela faz menção ao que já existiu tratando de estabelecer pontes e

Assim, Patos de Minas ficou nacionalmente conhecida como a “Terra do Milho”, devido à tradição dessa festividade popular.

sentidos com o que foi e é importante na construção da linguagem do teatro. Nesse sentido, Carignato (2009) revela que também as memórias que se cristalizam num determinado processo se tornam, algumas delas, hegemônicas e totalizantes, sendo sempre rememoradas.

É preciso dar valor ao que foi feito para entender o que está sendo evidenciado. Sobre isso, Machado (2005) postula que no teatro temos biografias e arquivos vivos que marcaram sobremaneira a nossa história. Muitos grupos teatrais e peças são responsáveis por mostrar enredos que se tornaram presentes na memória daqueles que viveram a ditadura, viram a cena contemporânea direcionar novas leituras ou simplesmente se encantaram pelos dramas tão bem representados nos quatro cantos do país.

Sendo uma linguagem que perpassa a história do homem, o teatro é o protagonista de um enredo que se diferencia nas muitas culturas. Considerando esse viés, Carignato (2009) endossa que tratar o termo história no seu plural tem o significado de atentar para um conceito que queremos esclarecer desde já: o de que toda prática social é sempre múltipla, contraditória, diversa, permeada de ideias e interesses conflituosos, cujas forças em debate vão definindo, a cada momento, certa hegemonia de uns sobre os outros.

A história é construída por seus sujeitos que edificam novas visões por meio de ações que caracterizam as experiências humanas. Falar de histórias e memórias é falar de várias propostas que emergiram de experiências sociais que marcaram época.

Aqui no Brasil, alguns nomes se destacam quando o assunto é teatro, apegado a sua história e memória. Gonçalves Dias, Paschoal Andrade, Chico Buarque, Nelson Rodrigues e tantos outros marcaram época, auxiliando no fortalecimento da linguagem teatral que marca lugares e períodos distintos. Devemos perceber que o que eles criaram não se apagou, fica apenas adormecido, aguardando uma releitura, uma reinterpretação.

Magaldi (2004) reforça que sobre o teatro no Brasil houve períodos grandiosos em que o homem, mesmo em estado de censura, criou e atuou a serviço da linguagem teatral. A história do teatro brasileiro é diversificada, ressaltando estéticas e funções diferentes, mas que cumprem seu papel de denúncia, fruição e encantamento.

Também é assim no estado de Minas Gerais. Sujeitos e grupos espalhados pela metrópole e pelo interior auxiliaram e auxiliam para que a história do teatro brasileiro se fortaleça nos capítulos da memória brasileira. Nessa direção, Lima (2004) ressalta que, em meio às construções coloniais, vimos as expressões da ópera e do teatro marcarem período na identidade expressiva de Minas Gerais. É um estado rico de sujeitos e estéticas que ecoou Brasil afora.

3. O teatro em Patos de Minas

A cidade de Patos de Minas está situada na região intermediária às regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. É tida como pólo econômico regional e lidera a microrregião do Alto Paranaíba que é composta por cerca de 10 municípios. A população do município ultrapassa 140 mil habitantes e a cidade ganhou projeção nacional por meio da Festa Nacional do Milho realizada no mês de maio, movimentando vários seto-

res da economia.

Direcionando-se para a temática cultura, uma produção visual significativa é vislumbrada na cidade mineira. Num rápido passeio pelas suas ruas centrais, monumentos, esculturas, diversos artesanatos nas vitrines de lojas, murais, imagens sacras, dentre outros componentes artístico-visuais podem ser apreciados por olhares mais atentos. O Museu da Cidade de Patos de Minas (MuP) e Fundação Casa da Cultura do Milho comportam exposições praticamente fixas, as quais parecem demonstrar um processo cultural que prima pelo conhecimento, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico da cidade. Nessa direção, é possível assegurar que autodidatas edificam um cenário artístico patense que abarca desde a singeleza do artesanato feito em palha, algodão e capim, passando por alegorias tão presentes em sua festa maior – A Festa Nacional do Milho – rememorando a trajetória cultural da cidade.

Com relação especificamente ao Teatro, o historiador Mello (2008) afirma que a primeira casa de representação foi inaugurada no começo do século XX. O lugar se chamava Cinema Teatro 14 de julho, e seu fundador foi Arthur Magalhães. Em 1910 esse lugar abrigava algumas peças teatrais que eram encenadas para o público patense.

Mais diretamente sobre grupos da linguagem cênica da terra do milho, Borges e Silva (2008) assinalam que é possível traçar uma história do Teatro amador na cidade iniciando-se, na década de 1960, com a criação do Grupo TAPA (Teatro Amador Patense), fundado pelo Sr. Vicente Nepomuceno. Seguiu-se ao TAPA o MOPS (Movimento de Orientação e Promoção Social), liderado por Jorge Eduardo Araújo Caixeta. Tratava-se de um grupo, conforme o nome indica, voltado para ações sociais que promovia peças teatrais como um veículo de conscientização e cidadania junto às camadas populares. Dos elementos que compunham o MOPS nasceu o GRETECOLEMA (Grupo de Teatro do Colégio Marista), fundado nos idos da década de 1970, e o GRUTA (Grupo de Teatro Amador), fundado na década de 1980. Fazia parte do GRETECOLEMA, além dos irmãos Consuelo e Romero Nepomuceno (filhos de Vicente Nepomuceno), João Marcos Pacheco. Já o GRUTA nasceu pela liderança de Maria Célia Costa Santos e, nos anos de 1990, continuou desenvolvendo suas atividades com a denominação de “Grupo de Teatro Amanhã Tem Mais”.

Continuando nesse percurso histórico, Borges e Silva (2008) direcionam que o GRETECOLEMA deu origem ao CET (Centro de Estudos Teatrais), fundado também na década de 1970, e que será a raiz da futura FUCAP (Fundação Cultural do Alto Paranaíba), atualmente sob a direção de Eugênio Ribeiro. Em meados da década de 1980, no período de reabertura política, o cenário cultural de Patos de Minas vibrava. Dentro deste cenário de efervescência, pelo menos cinco a sete grupos de teatro disputavam a cena, sendo que os mais importantes foram, sem dúvida, o CET e o GRUTA.

Ainda, de acordo com as considerações de Borges e Silva (2008), o início dos anos de 1990 conheceu uma espécie de declínio da produção teatral. Já no final da década, reconhecemos a chegada do grupo ENCENA, liderado por Adélio Gonçalves, que se configurava muito mais como uma companhia de teatro do que como um grupo de teatro amador. A fundação do CAC (Centro de Arte e Cultura), uma “escolinha” de teatro organizada dentro da FEPAM (Fundação Educacional de Patos de Minas, futuro UNIPAM), culminou com a criação do NAC (Núcleo de Arte e Cultura), em 2004. Foi dentro deste núcleo que se gestou o Festival de Teatro Universitário de Patos de Minas,

que ocorre todo mês de setembro, bem como o grupo TUPAM (Teatro Universitário de Patos de Minas).

Nesse ínterim, os historiadores Borges e Silva (2008, p. 17) assinalam que

vale lembrar que, embora o TUPAM tenha nascido dentro de uma instituição universitária, nem todos os seus componentes pertencem aos quadros da instituição, sendo, portanto aberto aos membros da comunidade. Além disso, destacamos que o TUPAM atende a uma demanda cultural interna do UNIPAM, a empresas da região e está atualmente à frente de um projeto social denominado “Andarilhos de TUPAM”, voltado para a promoção da cidadania e setores carentes da população.

Finalmente, além do TUPAM, a cidade conta nos dias de hoje com o trabalho da “Trupe dos Remendos e Retalhos”, que, ligada à Igreja dos Capuchinhos, também executa atividades de cunho social.

Outra questão substancial a ser considerada é a concretização do espaço físico do “Teatro Leão de Formosa”, que ao final da década de 90, tornou-se o palco de referência para as apresentações teatrais de grupos de fora e da cidade. Com capacidade para mais de 200 pessoas, o teatro possui estrutura física de palco italiano e é um ponto de referência para inúmeras formas de apresentações artísticas. Recebeu esse nome em homenagem a um famoso poeta do município.

Importante observar que esse breve contexto descrito com foco na cena teatral da cidade de Patos de Minas remonta à questão da história e da memória cultural de um lugar. Sujeitos ativos iniciaram processos culturais que fixaram as tradições e elevaram a qualidade artística de um lugar. Nesse prisma, Sá (2010) assinala que não é só a arte que reflete grandes centros urbanos que deve ser valorizada. A valorização tem de ser dada também a outras formas de representações de centros importantes, nem sempre grandes ou urbanos, que focalizam menos a produção de bens de consumo industrializados, e mais a produção de significados. A cidade de Patos de Minas vive há mais de um século em ativa promoção da cultura teatral.

4. O teatro GRUTA

Grupos teatrais com diferentes estéticas impulsionaram um importante cenário cênico a partir da metade do século XX na cidade de Patos de Minas. Alguns extintos, uns “adormecidos”, outros em plena atividade marcaram e marcam época concretizando a história e a memória teatral.

O Grupo GRUTA foi fundado em 25 de setembro de 1976, sob a denominação de GRUTA (Grupo de Teatro Amador), com sede na cidade de Patos de Minas. A finalidade do grupo, registrada em cartório, foi a de desenvolver atividades artísticas e culturais, com foco em apresentações teatrais. Seu estatuto contou com onze assinaturas de sócios-fundadores que se comprometeram naquela época a disseminar a arte cênica na cidade do milho. Porém, ao longo de sua existência, o nome da professora Maria Célia Costa Santos destacou-se pelas suas múltiplas funções e dedicação à história do GRUTA.

4.1. GRUTA e Maria Célia Costa Santos: histórias convergentes

Assumindo a direção de boa parte das peças encenadas, Maria Célia Costa Santos participou desde o início da constituição do grupo, desempenhando papel primordial para que as peças do GRUTA ganhassem projeção nos âmbitos municipal, estadual e em alguns casos, nacional. Em entrevista cedida, a diretora de teatro relata que se envolveu com o teatro desde cedo, atribuindo isso a alguns responsáveis pela sua inserção na linguagem teatral.

Eu tive um incentivo desde pequena, na fase escolar. As interpretações poéticas, as encenações que tinha na escola, eu participava; eu era aquela que declamava poesia. Também, na época da minha infância, eu morava no fundo do Colégio Nossa Senhora das Graças e lá tinha um palco onde passava filmes e tinha peças e isso ficou no meu consciente. Eu cresci dentro desse meio, mesmo não sabendo do que se tratava. Depois, quando maior, aos 17 anos, um grupo de pessoas montou uma peça chamada *Arena contra Zumbi*, texto de Gianfrancesco Guarnieri, e aí eu trabalhei nesse musical. Era um musical, um teatro de arena, texto de Augusto Boal, muito poético que narrava a história de Zumbi dos Palmares. Fui convidada pelo poeta de Patos, Vander Porto, e, eu, naquela época, em 1973, ainda muito inocente, fui participar dessa montagem. Eu gostei muito e daí para frente... aliás, antes disso, eu vivenciei muito de perto as montagens do senhor Vicente Nepomuceno. Ele montava algumas comédias, alguns dramas e as apresentava no auditório da Rádio Clube. Depois, eu fiz parte de um movimento social daqui de Patos que precisou de uma pessoa para suporte nos bastidores de uma peça que se chamava *Maroquinhas Frufru*, texto de Maria Clara Machado, então eu era encarregada de ser o ponto. Eu seguia o texto e soprava, se preciso (SANTOS, entrevista oral, 2012).

É perceptível que diferentes situações traçaram o caminho da professora para seu efetivo envolvimento com o processo artístico. A escola, educadores e sujeitos, que já estavam no percurso das linguagens culturais, a motivaram e a inseriram em oportunidades cênicas, já que o interesse perdurava por parte dela. Além disso, esse comprometimento, desde a tenra idade, fez com que Maria Célia buscasse fundamentar a parte da teoria teatral e considerasse o contexto social e cultural dos períodos vivenciados pelas apresentações do GRUTA.

As décadas de 70 e 80 apresentavam uma conjuntura externa efervescente e o teatro soube captar isso, de certa forma, essa imagem externa contribuiu muito para o amadurecimento do grupo [...]. Eu comecei a fazer parte da diretoria da Federação de Teatro de Minas Gerais. Em 1985, fui eleita presidente da Federação de Teatro (FETEMIG) e eu me mudei para Belo Horizonte permanecendo lá até 1987, administrando, inclusive, teatros da capital. Foi um período muito efervescente e o GRUTA ganhou muito também. Foram remontados, nesse período, alguns espetáculos (SANTOS, entrevista oral, 2012).

4.2. GRUTA: 40 anos de teatro em Patos de Minas

O início da constituição do GRUTA se deu pela união de interesses em comum. A Igreja que, no período medieval, usou o teatro como forma de catequização, ainda reconhece a forma direta e encantadora dessa arte. Por isso, é trivial na cidade de Patos de Minas o início de grupos de teatro se ligar aos templos cristãos.

Em Patos, me juntei a amigos da Igreja dos Capuchinhos e começamos a montar parábolas e peças para a Igreja. Foi desse grupo que saíram os fundadores do GRUTA: José Humberto, Selma Marques e o Roberto Castro, esse último era um artista plástico. Nós fundamos o Grupo e montamos nossa primeira peça que foi *O Noviço*. A partir daí, fundamos oficialmente o Grupo em 25 de setembro de 1976. Usamos o nome de GRUTA pela imagem que uma gruta apresenta, o nome era bem sugestivo. Na época, éramos um teatro amador (SANTOS, entrevista oral, 2012).

Surgido então nos anos 70, ligando-se inicialmente à Igreja, o GRUTA alavanca peças com diferentes funções. Destacam-se nessa década: em 1976, *O Noviço*, de Martins Pena (comédia); em 1977, *A Gata Borralheira*, de Maria Clara Machado (infanto-juvenil); em 1977, *Pic-nic no Front*, de Fernando Arrabal (comédia); em 1978, *A Bruxa*, de Nestor de Holanda (comédia); e em 1979, *A Onça de Asas*, de Walmir Ayala (infantil).

Nos anos 80, o GRUTA elevou-se no cenário teatral da cidade, conquistando inclusive premiações de âmbito estadual. Foi um período de ebulição e maturidade, o qual contou com as seguintes montagens: em 1980, *Por Trás das Câmeras* (sátira musical, com coletânea de textos e poesias); em 1981, *Maroquinhas Fru-Fru*, de Maria Clara Machado (infantil); em 1982, *S.O.S – A verdadeira história de um povo*, (sátira musical, com coletânea de textos e poesias); em 1983, *Morre um gato na China*, de Pedro Bloch (drama); em 1983, *O Circo Rataplan*, de Pedro Veiga (infantil); em 1984, *Alzira Power*, de Antônio Bivar (comédia); em 1985, *Guerra Mais ou Menos Santa*, de Mario Brasini (comédia baseada em fatos reais acontecidos na cidade de Patos de Minas na década de 60); em 1986, *Picnic no Front* (remontagem), de Fernando Arrabal (comédia); e em 1989, *O Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna (comédia).

Registra-se também uma efervescente cena de atuação do grupo nos anos 90 com apresentações de cerca de oito expressivas montagens na década. São elas: em 1991, *As Ruínas do Rei Solimão*, de Geraldo Jorge (infantil); em 1992, *Libertas Quae Sera Tamen*, de Ronald Cláver, Cecília Meireles e outros (drama épico); em 1993, *História de Lenços e Ventos*, de Ilo Grugli (musical infantil); em 1994, *Velório à Brasileira*, de Aziz Bajur (comédia); em 1995, *Xeque Mate: Ilusões Perigosas*, livre adaptação do texto *A Bruxa* (Nestor de Holanda); em 1996, *O Sítio do Pica-Pau Amarelo*, de Monteiro Lobato (infantil com livre adaptação); em 1998, *O Auto do Circo Colorido* (adaptação de *O Auto do Sapo Mágico*), de Rita de Blasiis (infantil); e em 1999, *Só Faraó Tem Alma*, de Silveira Sampaio (comédia).

A partir dos anos 2000, apesar de ter menos peças, o GRUTA continua se dedicando ao cenário teatral, centrando em remontagens, peças infantis e projetos diferen-

ciados. Destacam-se: em 2004, *Eu Nunca Fui Santa*, livre adaptação do texto de Alzira Power (comédia); em 2005, *A Bailarina de Cristal*, de Rita de Blasiis (infantil); em 2007, *A Formiga Fofoqueira*, de Carlos Nobre (infantil); e 2009, *A Formiga Fofoqueira* (remontagem).

Foto | Adriane Magalhães



Figura 1. Constituição do GRUTA no início da década de 90. Mais de 30 pessoas integravam a equipe do Grupo em suas apresentações dentro e fora da cidade de Patos de Minas.

Uma trajetória que contou com a diversidade, trazendo textos de autores renomados no parâmetro do teatro brasileiro alicerçou o que o grupo produziu em mais de 40 anos de atuação. As peças apresentadas configuram um caleidoscópio, uma colcha de retalhos, trazendo uma história de diversas cores e estampas. Sobre essa diversidade e o início das apresentações, Santos (2012) narra:

A peça *O Noviço* estreou em novembro de 1976 e foi um sucesso. Era muito engraçado, pois nos revezávamos nos papéis e nas funções. Foi uma época boa, mas éramos imaturos, pois ainda não tínhamos noção de temporada. Continuamos montando uma peça atrás da outra. Em 1978, nós conhecemos a Federação de Teatro de Minas Gerais que nos convidou para participar de um Festival em Uberaba. A peça era uma montagem que se chamava *A Bruxa*, nós já estávamos mais maduros. Este festival não era competitivo, mas era uma amostragem do que acontecia no estado de Minas a respeito da temática: teatro. Entramos nesse contexto e dele não saímos mais. Anualmente, fazíamos uma montagem para apresentar neste festival. Foram etapas de amadurecimento. Em 1981, partimos para a linha do texto político. Íamos até Belo Horizonte pedir licença para a censura e partes de textos eram cortadas. Montamos então: *SOS: a história de um po-*

vo, peça na qual recontamos a história do Brasil. Usamos a linguagem corporal, misturando teatro e dança, trazemos um coreógrafo de Belo Horizonte, ele selecionou músicas e preparou o grupo corporalmente para essa encenação. Foi um super espetáculo que fez uma crítica à história do Brasil, partindo de um texto meu, com colagens de textos de poetas como Drummond e Vinicius de Moraes. Em 1984, nós montamos *Alzira Power*, que foi uma “afronta” à sociedade de Patos, pois eu participava da peça seminua. Queríamos dar uma “sacudida” na sociedade. E a peça lotou. Nós íamos a festivais de outras cidades, víamos o que estava acontecendo, chegávamos aqui e tínhamos coragem de fazer muita coisa. Essa montagem foi apresentada em inúmeras cidades de fora, como Diamantina e Belo Horizonte (SANTOS, entrevista oral, 2012).

Nesse percurso, é perceptível o compromisso que o grupo estabeleceu de se aperfeiçoar, trazendo textos e montagens complexas. O fato de se envolver com a Federação de Teatro de Minas Gerais e também com apresentações em festivais fora da cidade instigou o grupo a se profissionalizar e a buscar variadas linguagens e expressões possíveis através dos atos cênicos. Maria Célia cita o quão foi essencial o intercâmbio e a abertura a novas estéticas para dar uma nova dimensão à configuração do grupo que apresentou, inicialmente, textos para fiéis, chegando a montagens mais contestadoras, com cenas de artistas seminus.

Interessante observar que o grupo apresenta um ecletismo, primando pela multiplicidade de gêneros dramáticos. Questionada sobre qual é o tipo de peça em que o grupo se especializou, Santos (2012) esclarece:

Nosso forte era a comédia, tínhamos uma veia cômica. Mas experimentamos muitas vertentes. Um marco foi antes do *Alzira Power*, em 1980, quando montamos *Por trás das câmeras*. Esse texto criticava a influência da televisão e a escravidão das pessoas diante a TV. Criticava ferrenhamente também a dependência que nosso país tinha dos EUA. A cena final da peça apresentava uma bailarina que estava vestida de baiana, mas na sua cabeça o arranjo tinha bananas e Coca-Colas e seu vestido tinha a estampa da bandeira brasileira, mas quando ela girava aparecia a bandeira dos Estados Unidos. Essa peça teve uma recepção fantástica, inclusive na mídia. Depois disso, fizemos temporadas e apresentações em boates, pois começamos a ter uma linguagem mais corporal, mais sensual. Tivemos muitas vertentes, estávamos antenados com o que acontecia na época e para o período e pela falta de incentivo, apresentávamos coisas refinadas. Caprichávamos no visual, na maquiagem, nas pesquisas (SANTOS, entrevista oral, 2012).

Não foram só as escolhas de textos e autores da cena do teatro brasileiro que proporcionaram um crescimento estético para o grupo. A preocupação com figurinos, representações semióticas e simbólicas para questionar aspectos sociais e culturais também fizeram a diferença. A inserção de exibição de montagens em boates, dando vazão à expressão corporal, demonstra também um lado audacioso e eclético que o GRUTA inscreve em suas montagens.

No final dos anos 80 e início dos anos 90, o Grupo passou por transformações. “Tivemos uma fase de declínio ao final dos anos 80, pois muitos integrantes da primei-

ra versão do grupo mudaram, foram estudar fora. Porém, começamos a fazer oficinas e outros atores vieram” (SANTOS, entrevista oral, 2012). Depois, o grupo se fixou de vez como um essencial expoente para apresentações na cidade de Patos de Minas, montando espetáculos e apresentando-os de forma sistemática. Partiu também dessa forma de organização a necessidade de se aperfeiçoar através de oficinas com atores profissionais, aumentando assim a capacidade interpretativa do GRUTA.

Foto | Adriane Magalhães



Figura 2. Integrantes do grupo após oficina com artista global

Décio Rodrigues, jornalista da revista patense *A Debulha*, informa no exemplar de 30 de junho de 1989:

O GRUTA (Grupo de Teatro Amador) de Patos de Minas está de volta. Depois de três anos de inatividade – e treze de existência –, eis que surge o *Auto da Compadecida*, uma comédia de Ariano Suassuna (...). A direção é de Maria Célia Costa Santos e a intenção do grupo é fazer duas apresentações antes de seguir para Belo Horizonte, onde o espetáculo será mostrado no dia 8, dentro do XIII Festival de Teatro Amador de Minas Gerais (RODRIGUES, 1989, p. 20).

A opção por uma peça satírica marca o retorno do grupo e sua capacidade de montar um clássico do teatro nordestino e brasileiro na capital. Essa volta configura um momento muito produtivo e eloquente do GRUTA que ecoará nas suas produções futuras.

Quando foi em 1992, eu retomei alguns projetos e fizemos uma peça sobre a Inconfidência Mineira e antes disso, em 1991, fizemos um espetáculo infantil que se chamou *História do Rei Solimão*. Em 1994 representamos uma peça importantíssima para a nossa história, chamada *Velório à Brasileira*. Era um texto conhecido, mas que readaptamos à nossa maneira. Ela foi bem elogiada e apresentada em várias cidades. Inclusive o autor do texto nos assistiu e disse que foi uma das melhores adaptações desse texto (SANTOS, entrevista oral, 2012).

A montagem, em 1992, da peça *Libertas quae sera tamen* do poeta mineiro Ronald Cláver, utiliza a linguagem do teatro expressionista e simbolista, expondo o ecletismo do grupo ao mostrar suas diversas faces através de uma peça que retrata um momento significativo para nosso estado. Num excerto, publicado no jornal patense *Correio de Patos*, Maria Célia Costa Santos retrata:

Nós, pessoas de teatro, do GRUTA, apesar de todas as dificuldades de sempre, sensibilizados e atentos, retrataremos os fatos de maneira artística, a partir do texto literário do professor e poeta Ronald Claver (...). O texto, entremeadado de alguns momentos descontraídos, nos dá uma visão crítica, nos permite o debate, a reflexão e o questionamento, através da montagem encenada por vinte atores (SANTOS, 1991, p. 12).

Essa passagem explicita o compromisso do grupo em abordar temáticas históricas e que proporcionam a criticidade sobre fatos já ocorridos. De uma forma contestadora, o grupo eleva a linguagem cênica ao elucidar um tema já conhecido, que é a Inconfidência Mineira, porém atinge um assunto que ronda nossas memórias históricas de uma maneira inovadora e reflexiva. “É muito fácil cultuar memória de herói, que na verdade foi usado, servindo de bode expiatório para acomodar e amedrontar os demais, por séculos e séculos. [...] Um herói vira estátua na praça. Estátua não incomoda, não fala” (SANTOS, 1991, p. 12).

Foto | Adriane Magalhães



Foto | Adriane Magalhães



Figuras 3 e 4. Atores do grupo GRUTA em apresentação da peça *Libertas quae sera tamen*, de Ronal Cláver

Velório à brasileira é uma montagem que também retrata costumes e vivências mineiras, porém o cômico é marca registrada da peça. Montada por diferentes companhias teatrais no país, o GRUTA adaptou à sua forma o enredo e conseguiu prêmios significativos para o grupo. A notícia editada no jornal *A Voz de Patos* apresenta dados que indicam o quão a peça notabilizou o grupo em questão.

O GRUTA (Grupo de Teatro Amanhã... tem mais) regressou coroadado de êxito após destacada participação na IV Mostra de Teatro de Araxá. O GRUTA conquistou a menção honrosa de melhor espetáculo e melhor atriz, dentre 15 espetáculos e mais de 100 atores. Tal reconhecimento fez jus ao grandioso trabalho impetrado pela diretora Maria Célia e equipe, que não vem medindo esforços para mostrar ao público um espetáculo realmente de qualidade (*A Voz de Patos*, 1994, p. 6).

Aziz Bajur, autor do texto, teve a oportunidade de assistir à apresentação da peça *Velório à Brasileira*, na cidade de Araxá, e esquadrinha o seguinte elogio: “Eles fize-

ram um excelente trabalho e não ficaram devendo nada a outros grupos profissionais que já montaram a mesma peça em Belo Horizonte e São Paulo” (*Correio de Patos*, 1994, p. 2). Esse excerto mostra a capacidade do grupo de Patos de Minas e sua equidade com companhias profissionais.

Foto | Adriane Magalhães



Figura 5. Elenco em ensaio da peça *Velório à brasileira*.

O início dos anos 90 foi um momento de ebulição que divulgou a capacidade do grupo de elevar o nome da cidade na cena teatral nacional. Entretanto, após essa fase fértil de apresentações, Maria Célia narra:

Depois desse período, o contexto da violência na cidade e a implementação do estatuto da criança e do adolescente acabaram nos prejudicando, pois os mais novos não podiam ensaiar até mais tarde, enfim, foi uma fase de declínio. Entre 1996 e 2000 demos o foco no teatro empresarial, oferecendo oficinas. Empresas como a CICA, a Agroceres nos contratavam para trabalharmos jogos teatrais e improvisacionais. Nesse período, teve também a implementação do Projeto “Brincarte” do artista Vane Pimentel, então, apresentávamos, dentro desse projeto, peças infantis. A partir de 2000, o GRUTA começou a adormecer e ficou mais tímido no cenário teatral da cidade de Patos de Minas. Mas lá se vão quase 40 anos de muita história e memórias (SANTOS, entrevista oral, 2012).

Registra-se nessa fase, além da organização de jogos teatrais com cunho comer-

cial, apresentações com focos em textos infantis e remontagens de peças que o grupo apresentara em outras ocasiões. A peça *História de Lenços e Ventos* foi um musical infantil que povoou o imaginário da criança, através de músicas e performances poéticas.

Foto | Adriane Magalhães



Figura 6. Apresentação da peça *História de Lenços e Ventos*, pelo GRUTA.

Para a conquista de uma história, é preciso que ações e dinâmicas sejam exercidas por intermédio de sujeitos que se comprometam com algum tipo de propósito. A cena artística na cidade de Patos de Minas ramifica-se em diversas linguagens, e o teatro buscou seus feitos insígnies. Maria Célia atribui essa narrativa de êxito a diversos agentes que, a seu modo, auxiliaram o GRUTA e a cena cênica da cidade. Indagada sobre sujeitos que auxiliaram na escrita dessa história, a professora afirma:

Destaco a figura do fundador José Humberto e da professora Vilma Boaventura. Tínhamos muito problema de infraestrutura, então diretores de escola ajudaram nessa parte, cedendo espaços para ensaio. Destaco a figura dos diretores da escola Polivalente. Também, no início, os padres da Igreja Capuchinhos nos auxiliaram bastante, o senhor Clarindo, do Sindicato da Construção Civil, e também os diretores da Rádio Clube, pois deixavam nós ensaiarmos no auditório de lá. Enfim, não só esses, mas todos que passaram pelas formações do GRUTA (SANTOS, entrevista oral, 2012).

A expressão artística existe desde que o homem existe. O teatro possibilitou que esse tipo de expressão conseguisse seu êxito, revelando o encantamento, a ludicidade, a

inconstância, a reflexividade dos atos humanos através de textos e encenações que mostram as trilhas da vida. O GRUTA, nos seus mais de 40 anos de memórias e histórias, trouxe sua própria estética, pautando suas apresentações em pesquisas, conhecimentos e unicidade. Buscando textos de autores conhecidos, mas encenando a sua maneira, o Grupo perpassou diferentes gêneros, conseguindo elevar seu profissionalismo. Uma amostra do que Patos de Minas é capaz, por meio da linguagem cênica, circulou por diferentes cidades e eixos artísticos, circunscrevendo momentos que marcaram e que marcarão aqueles que valorizam as diversas vivências da arte comuns à história de todos nós.

5. Conclusão

A cultura é edificada em conjunto. Todos, através de atos, materialização de pensamentos, costumes e expressões colaboram para que a cultura seja cíclica e dinâmica, representando um conjunto de ações. O teatro é uma linguagem artística que expressa a mente humana, assuntos que precisam ser pensados ou simplesmente apreciados e que auxilia para o fortalecimento cultural de cada lugar.

O grupo de teatro GRUTA, desde seu início, tratou com profissionalismo seu compromisso com a cultura de nossa cidade. Um estatuto foi criado para que ações fossem regulamentadas em prol da cena artística da cidade. Algumas décadas contaram com apresentações praticamente anuais, encenando textos de respeitados dramaturgos nacionais, mostrando a capacidade estética do grupo. Diferentes gerações participaram ativamente da constituição do grupo, aquecendo o propósito do GRUTA de desenvolver atividades artísticas e culturais, por meio do teatro. Indagada sobre se o grupo GRUTA foi essencial para que a linguagem teatral na cidade de Patos de Minas se fortificasse, Maria Célia pontua:

Acho que nós fizemos a nossa parte sim, contribuímos para o momento de efervescência da cena cultural da cidade, assim como a música e os festivais de dança das academias. Patos é uma terra que é um celeiro cultural mesmo. Na nossa época tiveram outros grupos como o CET que era um grupo próximo ao GRUTA, mas anterior a ele. A FUCAP, que tem o espaço físico, mas não está atuando como antigamente. Hoje nós temos o espaço físico do Teatro Municipal que era o nosso sonho, mas o teatro ficou pronto e nós não estamos mais lá... olha que incoerente! Imagina se naquela época tivéssemos aquele espaço central, que todos soubessem que aquele lugar era a nossa casa. A gente tem que tomar coragem de contar essa história não remontando só peças antigas. Quem sabe conseguimos retomar uma fase, mais uma década, pois pelo menos temos um teatro. Não considero que o grupo morreu, considero que está adormecido (SANTOS, entrevista oral, 2012).

O desejo de avivar o GRUTA, considerando as condições estruturais da atualidade, faria com que a história do teatro em Patos ganhasse mais um capítulo de sucesso e lembranças pautadas em sujeitos, momentos e vivências. O grupo inscreveu uma nar-

rativa consistente, audaciosa, eclética e substancial para a história da cena teatral em Patos de Minas. Por fim, a afirmação a ser colocada é que o grupo de Teatro Gruta esquadrinhou sua trajetória sinalizando cartografias de sucesso e significância para a história não só do teatro, mas de toda uma cidade.

Referências

- BORGES, S; SILVA, R. *Informe histórico da cidade de Patos de Minas*. 2008. Disponível em: <http://www.patosdeminas.mg.gov.br/aprefeitura/turismoesportelazer.php>. Acesso em 10 de junho de 2012.
- CARIGNATO, L. Teatro e história: um jogo de vice-versa, *Revista Todas as Musas*, ano 1, n. 1, jul.-dez. 2009.
- COURY, M. *A Festa do milho através dos tempos*. Patos de Minas: Gráfica e Editora Presidente, 2010.
- GRUTA conquista título de melhor espetáculo e melhor atriz. *A voz de Patos*. Patos de Minas, 18 jun. 1989. Cultura, p. 6.
- GRUTA encerra temporada com velório. *Jornal Correio de Patos*. Patos de Minas, 02 jul. 1994. Cultura, p. 2
- LIGNELLI, César; PACHECO, Sulian. O que pode ser o teatro?, in: LIGNELLI, César; PACHECO, Sulian. *Licenciatura em teatro*. Brasília: Athalaia, 2009.
- LIMA, Evellyn. Teatro e Memória: casa de óperas nas Minas Gerais. *Revista Urdimento*, n. 6, p. 67-80, 2004.
- MACHADO, Irley et al. *Teatro, ensino, teoria e prática*. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- MAGALDI, S. *Panorama do teatro brasileiro*. São Paulo: Global, 2004.
- MELLO, O. *Patos de Minas Centenária*. Patos de Minas: Edição da Prefeitura Municipal, 1992.
- _____. *Patos de Minas – Meu bem querer*. Patos de Minas: Grafipres, 2008.
- PEIXOTO, Fernando. *O que é Teatro?* São Paulo: Brasiliense, 2003.
- RODRIGUES, Dércio. Satirizando o moralismo, *A Debulha*. Patos de Minas, 30 jun.1989.
- SÁ, R.M. Salimeno. Ensino de Arte numa visão Antropológica e Sociológica, in: SÁ, R. M. S. (org.). *Educação, Arte e Cultura*. Uberlândia: Gráfica Composer, 2010.

■ Cristina Matos Dias e Silva

SANTOS, Maria Célia Costa. Patos de Minas, Brasil, 18 ago. 2012. 1 cd (cerca de 60 min.) .
Entrevista cedida a Cristina Matos Silva.

SANTOS, Maria Célia Costa. GRUTA apresenta: Libertas Quae Sera Tamen. *Jornal Correio de Patos*, Patos de Minas, 21 abril, 1991. Cultura, p. 12.

Três modelos de racionalismo

Ricardo da Silva Vieira

Professor de Filosofia e de Filosofia da Educação na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

e-mail: ricardosv2@oi.com.br

Resumo: O objetivo precípua deste artigo é oferecer uma apreciação crítica de três tradições racionalistas que têm se mostrado relevantes na história da filosofia. São elas: o racionalismo cartesiano, o racionalismo positivista e o racionalismo crítico. A análise pretendida não tenciona propriamente suscitar questões inéditas, mas possibilitar um entendimento panorâmico do perfil epistemológico das referidas tradições, com seus respectivos problemas e suas estratégias resolutivas.

Palavras-chave: Racionalismo cartesiano; racionalismo positivista; racionalismo crítico.

Abstract: The primary objective of this article is to offer a critical appraisal of three rationalist traditions that have proven relevant in the history of philosophy. They are: Cartesian rationalism, positivistic rationalism and critical rationalism. The analysis is not intended to raise unreleased issues, but allow a panoramic understanding of the epistemological profile of those traditions, with their respective problems and resolute strategies.

Keywords: Cartesian rationalism; positivist rationalism; critical rationalism.

A expressão racionalista tem assumido na história da filosofia diversos matizes que incorporam conceitos bem variados, inclusive antagônicos. Pode-se, por exemplo, contrapor o racionalismo ao irracionalismo, e também ao empirismo, com implicações conceituais completamente distintas. Por conta disso, muitas discussões se tornam estéreis, quando não se oferece um tratamento conceitual rigoroso dos termos empregados. A posição racionalista, como antítese do irracionalismo, compreende um conjunto de proposições formais e fatuais que apresenta evidências para a sua aceitação, enquanto o irracionalismo rompe com qualquer estratégia cognoscitiva tencionada a justificar de forma inteligível a sua escolha. O racionalismo, como contraponto ao empirismo, busca ser uma interpretação *a priori* da realidade, prescindindo de fundamentação empírica, por entender ser a razão pura suficiente para tal fim. O empirismo, nesse caso, consiste na corrente filosófica que sustenta ser a experiência a origem e o fundamento das asserções sintéticas (não analíticas), que interessam à ciência. No sentido adotado aqui, o termo *racionalismo* deve ser entendido como um contraponto

ao *irracionalismo*, de modo que qualquer programa cognoscitivo voltado a oferecer uma explicação inteligível da realidade é, nesse caso, racionalista. Daí, a expressão *racionalismo positivista* não incidir em impropriedade conceitual, já que não se pretende com esse tratamento sugerir um *apriorismo positivista* e, sim, uma tentativa de explicar, de forma intelectualmente satisfatória, determinado aspecto do mundo observável.

Isto posto, abordaremos, a seguir, três tradições filosóficas que, a nosso ver, compreendem as principais formas de racionalismo, as quais procuraremos discutir neste artigo. São elas: o racionalismo cartesiano, o racionalismo positivista e o racionalismo crítico.

O racionalismo cartesiano

René Descartes (1596-1650), tradicionalmente considerado o pai da filosofia moderna, desenvolveu uma gnosiologia de caráter apriorista, com o propósito de resolver questões relativas à origem e possibilidade do conhecimento, bem como oferecer um método adequado e seguro para se atingir a verdade. Daí, procurou superar todas as incertezas dos métodos tradicionais voltados ao escrutínio da realidade. Segundo Descartes, esse método seguro e indubitável, proposto por ele, não pode ser de caráter empírico, tendo em vista a origem pouco confiável das informações sensoriais. Também entende que o conhecimento natural não pode estar condicionado à fé revelada, devendo o intelecto humano apoiar-se em uma fonte racionalmente segura que, segundo ele, compreende um procedimento estritamente *a priori*, prescindindo, portanto, de conteúdo empírico e elementos de fé. Ele levou esse empreendimento metodológico tão a sério que, conquanto já sentisse em sua juventude certo desconforto intelectual diante dos saberes instituídos, reservou à idade madura o momento adequado para se ocupar de tal intento.

Agora, portanto, que meu espírito se encontra livre de todas as precauções, e que obtive um descanso garantido por uma tranqüila solidão, irei me dedicar com a máxima seriedade e plena liberdade a demolir em geral todas as minhas antigas opiniões (DESCARTES, 1999, p. 249).

Com tal propósito, Descartes se coloca diante de dois desafios, que estão, por assim dizer, imbricados: o desenvolvimento de um método indubitavelmente seguro e a derrota do ceticismo. Para tanto, serve-se da dúvida como a forma metódica mais eficaz de eliminar todos os possíveis obstáculos ao conhecimento da verdade e, assim, encontrar o *ponto arquimediano* no qual possa edificar sua teoria sobre a realidade, mesmo ciente do risco de, não tendo êxito, resvalar no ceticismo. Descartes, ao valer-se da dúvida como estratégia investigativa, não tenciona romper com as crenças do senso comum, que são caras à sua filosofia, mas revisar tudo o que se produziu de melhor em termos de conhecimento, identificar as suas fragilidades e propor, pela eliminação das inconsistências fundacionistas existentes, algo melhor, capaz de resistir a todas as críti-

cas céticas. “[...] a dúvida, ao invés de exprimir uma atitude cética, indica uma estratégia para a descoberta [...] de uma certeza plena [...]” (LANDIM FILHO, 1992, p. 26).

O método cartesiano consiste de duas etapas: a intuição intelectual e as deduções subsidiárias. A primeira compreende o *ponto arquimediano*, isto é, a *base rochosa* colimada por Descartes; a segunda implica as ilações que são feitas a partir da evidência extraída da primeira. Mas, que evidência seria essa? Uma certeza apodítica, da qual não se pode ter a menor dúvida, que Descartes consagrou com a máxima: *cogito ergo sum* (penso, logo existo). *Mutatis mutandis*, na busca de uma verdade indubitável, Descartes suspendeu todos os juízos, mesmo aqueles marcados pela clareza e distinção ($2 + 2 = 4$, por exemplo), que, segundo ele, são os critérios necessários para a aceitação de um juízo. Isso porque, de acordo com Descartes, pode haver *um gênio poderoso e maligno* que infunde no intelecto humano ideias confusas e obscuras como se fossem claras e distintas. Assim, para quem almeja, como Descartes, uma certeza indubitável, a clareza e a distinção são critérios insuficientes, já que podem dar margem a engano.

Descartes propõe-se a encontrar uma certeza básica, imune às dúvidas céticas, que possa servir de base e fundamento para a construção da nova teoria científica. É preciso, assim, encontrar um ponto de apoio, o chamado ‘ponto arquimediano’, que possa servir de ponto de partida seguro para o processo de conhecimento (MARCONDES, 2000, p. 163).

Valendo-se da dúvida metódica, Descartes mostrou que os sentidos não são confiáveis, já que nos enganam com frequência (eles nos mostram, por exemplo, o Sol bem menor que a Terra e girando em torno dela, quando na verdade sabemos que é o contrário); repudiou, também, as postulações obscuras (concernentes a forças ocultas, não mensuráveis), tencionadas a descrever a realidade; ademais, salientou que nem mesmo as ideias claras e distintas são plenamente isentas de equívocos. Assim, com a suspensão de todos os juízos, deparou-se com algo do qual não poderia manter dúvida alguma. Esse algo é o *cogito ergo sum* (penso, logo existo), cuja negação é absurda, uma vez que implica contradição. Mesmo o gênio mais poderoso e criativo não poderia enganá-lo, forjando a ilusão de sua existência se ele não existisse de fato. Pois, para ser enganado, é necessário que primeiro exista, pelo menos no momento em que está sendo enganado.

Descartes começa mostrando que, desde que se tenha uma dúvida suficientemente radical, não há nada de que não seja possível duvidar, exceto de se estar duvidando, e isso exige a existência de algo que responda pela dubitação (GAUKROGER, 1999, p. 380)

Desse modo, servindo-se da intuição intelectual do *cogito*, Descartes deduz diligentemente todas as outras possibilidades logicamente possíveis, tais como a existência necessária de Deus, como substância pensante perfeita, que infunde no *cogito* (substância pensante imperfeita, porque duvida) a ideia de perfeição, já que esta não pode ser criada por uma substância imperfeita; a certeza das verdades matemáticas e geométri-

cas, da existência do mundo e de todo o seu mobiliário, que se apresentam de forma clara e distinta. Pois, deduz Descartes, se o que vejo de forma clara e distinta fosse uma ilusão, Deus estaria me enganando. Mas, sendo necessariamente perfeito, Ele não pode me enganar. Logo, tudo que concebo de forma clara e distinta, de fato existe. Assim, Pensa Descartes, é possível chegar às verdades caras ao senso comum de uma forma indubitavelmente segura, valendo-se apenas da razão pura, sem precisar em momento algum recorrer aos sentidos ou à fé.

Descartes, partindo da intuição intelectual e de suas ilações legítimas, pensa ter tirado a razão humana das colunas de areia cognoscitivas, nas quais até então ela vinha se firmando, para apoiar-se nas colunas cognoscitivas rochosas, proporcionadas pelos frutos sóbrios de suas investigações, rigorosamente conduzidas à luz do método seguro e indubitável proposto por ele. Assim, Descartes sustenta que, assegurando o conhecimento pelo emprego de um método inteiramente confiável, não há mais espaço intelectual sério para o ceticismo, que deve ser banido definitivamente dos discursos racionalmente defensáveis.

É preciso descrever radicalmente do conhecimento adquirido sem método para aceitar inteiramente um novo processo metódico de construção da ciência. É essa profunda autenticidade da dúvida que dará absoluta segurança quanto ao caráter inabalável da certeza, principalmente da primeira certeza (LEPOLDO E SILVA, 2001, p. 44).

O raciocínio adotado por Descartes, no sentido de oferecer um método seguro que garanta o conhecimento verdadeiro, é fundamentalmente matemático e, por conta disso, encontra sua legitimidade no terreno estritamente formal, não tendo a mesma eficácia no que concerne a questões de caráter fatural. Vale dizer que nem tudo que é possível (formalmente defensável) torna-se necessariamente real (fatural), tendo em vista que a *possibilidade* é uma condição necessária para realização de algo, mas não uma condição suficiente para sua admissão. Por exemplo, o senhor X e a senhora Y, sendo um casal saudável, podem ter um filho chamado Z, que seja pai de um garoto chamado W. Tudo isso é possível. Mas, não se pode inferir daí que, de fato, seja assim. Pode ser que, não obstante as condições favoráveis, o senhor X e a senhora Y optaram por não ter filhos ou, mesmo, tal casal não exista e, assim, não pode ter filhos reais.

Como crítica ao método cartesiano, podemos dizer que ele é fruto de um raciocínio basicamente apriorista e, em função disso, compreende uma atividade racional desvinculada da experiência empírica, ou seja, não entra no domínio do que é fatural. A rigor, a razão pura, por melhor exercitada que seja, não é condição suficiente para garantir o valor de verdade de qualquer sistema de enunciados que se refira ao mundo externo, isto é, que decida sobre questões de fato. Falta à razão pura o que poderíamos denominar de critérios a ela extrínsecos que justifiquem nossas decisões racionais, considerando os eventos que ocorrem no mundo empírico, fatural. Neste caso, a experiência passaria a desempenhar um importante papel no racionalismo, servindo a este como crivo seletivo de teorias na busca da verdade. É isso que, prosseguindo nosso esforço histórico, tencionamos apresentar, discorrendo sobre outra tradição racionalista que buscou tratar diretamente da questão dos critérios e elementos racionais para a

escolha e fundamentação de teorias empíricas. Trata-se do racionalismo positivista, que passa a ser agora objeto de nossa análise.

O racionalismo positivista

Sob a denominação de racionalismo positivista estamos considerando as diversas correntes filosóficas que procuram oferecer resposta a um problema básico: o problema de como incluir critérios empíricos no exercício da razão crítica, ou seja, a questão de como sermos racionais sem, no entanto, assumirmos uma conduta intelectual estritamente apriorista e, em função disso, não prescindindo do que ocorre no mundo fatural. Enquanto o racionalismo cartesiano não contempla esse componente, o racionalismo positivista o enfatiza de forma semelhante, por assim dizer, a Descartes, no que concerne ao poder cognoscitivo da razão *a priori*. Nesse caso, em sua evolução, a filosofia deixaria seu caráter substantivo, de teoria especulativa sobre a realidade, para se tornar um instrumento metodológico de análise do discurso científico, isto é, uma filosofia da ciência. Isso porque a ciência lida com fatos, que são passíveis de testes empíricos, enquanto os grandes sistemas filosóficos especulativos mergulham em propósitos nebulosos, forjados por discursos sibilinos e, assim, se distanciam de um tratamento rigoroso, necessário às exigências do mundo moderno.

O filósofo da escola tradicional muitas vezes tem recusado a reconhecer a análise da ciência como filosofia, e continua identificando a filosofia com a invenção de sistemas filosóficos. Não se dá conta de que os sistemas filosóficos perderam sua significação e de que sua função foi assumida pela filosofia da ciência (REICHENBACH, 1967, p. 133. Tradução nossa).

O racionalismo positivista é tributário da antiga tradição filosófica cultivada pelo empirismo inglês, que concebe a mente humana como uma tábula rasa, que deve ser preenchida pelas experiências oriundas do mundo sensível. Nesse caso, a função do intelecto assemelha-se à de um computador, que nada cria, mas apenas seleciona, combina e organiza as informações sensoriais, partindo dos dados mais simples para os mais complexos. Ao contrário do racionalismo cartesiano, que defende uma natureza dual da realidade, os empiristas e positivistas, em sua forma mais radical, buscam descrever o mundo como constituído por uma única realidade, que são as impressões sensoriais. Essa realidade, aparentemente plural, dadas as diferentes formas como se apresenta à percepção humana, compreenderia o fundamento de todo conhecimento, por mais teórico que possa parecer ao nosso entendimento. Conhecer, nesse caso, é, pois, assimilar passivamente o que o mundo nos informa por meio dos sentidos. Sem impressão sensorial, portanto, não é possível haver conhecimento, já que este encontra sua legitimidade nos dados sensoriais.

De acordo com o indutivista ingênuo, a ciência começa com a observação. O observador deve ter órgãos sensitivos normais e inalterados e deve registrar fielmente o que puder ver, ouvir, etc. em relação ao que está observando, e deve fazê-lo sem preconceitos. Afirmar a respeito do estado do mundo, ou de alguma parte dele, podem ser justificadas ou estabelecidas como verdadeiras de maneira direta pelo uso dos sentidos do observador não-preconceituoso (CHALMERS, 2000, p. 24).

Uma forma importante de racionalismo positivista, originada no século passado e constituindo, de certo modo, o pano de fundo sobre o qual o racionalismo crítico popperiano será erigido, é a do neopositivismo. O neopositivismo endossa o pressuposto empirista de soberania da experiência sobre as ideias, traduzível, de um ponto de vista metodológico, pela máxima: *o único conhecimento bom, verdadeiro e racional é aquele passível de verificação empírica mediante remissão à experiência*. Em sua forma mais exacerbada, essa corrente do racionalismo se identifica com uma posição denominada de verificacionismo. O verificacionismo poderia ser considerado o *credo oficial* de toda a tradição cientificista do ocidente, embebida que esta tradição esteve no sucesso das ciências naturais, considerando a extremada capacidade preditiva e força explicativa de disciplinas como a física, a química e a biologia. A experiência passa a ser, por assim dizer, o *divisor de rios* entre asserções significativas, que encontram respaldo na observação, e asserções *nonsense*, isto é, construções linguísticas que não são falsas nem verdadeiras, mas destituídas de sentido. O discurso metafísico, assim, compreenderia o último caso, reservando ao discurso científico o *status* de saber legítimo e justificado, dado o seu conteúdo empírico, extraído da observação diligente da realidade.

Como foi formulado por Moritz Schlick [...] o princípio enunciava que o significado de uma proposição consiste em seu método de verificação. Minha versão desse princípio, conforme expresso em meu livro *Language, truth and logic*, era que ‘uma sentença é factualmente significativa para qualquer pessoa se e somente se ela sabe como verificar a proposição que a sentença pretende exprimir’ – isto é, se ela sabe que observações a levariam, sob certas condições, a aceitá-la como verdadeira ou a rejeitá-la como falsa (AYER, 1975, p. 39).

Ocorre, no entanto, que, como *rationale* para uma compreensão da crítica racional, o neopositivismo e seu afim, o verificacionismo, jamais lograram êxito em responder às poderosas críticas de David Hume (1711-1776). Como é amplamente sabido, David Hume levantou importantes dúvidas quanto à possibilidade de haver conhecimento objetivo e universal sobre o mundo empírico, posto que a admissão de tal possibilidade levaria necessariamente à aceitação de asserções que não promanam das impressões sensoriais, o que obviamente contrariaria o princípio de soberania da experiência defendido pelos empiristas e positivistas. Com efeito, Hume mostrou que os princípios metodológicos, lógicos e metafísicos, através dos quais podemos estabelecer a adequação da estratégia cognitiva do racionalismo em uma inspiração empirista radical, não são eles mesmos passíveis de estabelecimento pela via empírica. A instância

mais celebre desse argumento, pela qual Hume usualmente é lembrado, envolve mostrar que a lógica indutiva é indispensável como instrumento operatório, tanto na heurística quanto na justificação do conhecimento empírico; mas ela mesma precisa se basear em princípios, como o princípio da indução ou o princípio da causalidade, que não são deriváveis da experiência. Por isso, pode-se afirmar que Hume leva as exigências do empirismo às suas últimas conseqüências, ou seja, ao ceticismo. Vale salientar que, nesse extremo, é a própria posição empirista que não se sustenta mais.

Segundo Hume, só podemos ter conhecimento bom, racional e verdadeiro sobre dois mananciais: (a) as verdades lógico-formais do conhecimento lógico-matemático, e (b) as verdades que sabemos sobre nossos próprios estados sensoriais. Ocorre, no entanto, que o que obtemos em (a) diz respeito a questões pertencentes estritamente ao âmbito formal, não servindo para tratar as questões concernentes ao mundo fatural; e o que obtemos em (b) é singular, individual e privado, não sendo racionalmente justificável quando empregado com propósito generalizador. No primeiro caso, o método adotado é o dedutivo, cuja conclusão de seu *corpo* argumentativo é uma tautologia, pois ela não acrescenta informações novas às postulações de suas premissas, não sendo assim de valor para o conhecimento do mundo empírico. No segundo caso, o método adotado é o indutivo, cuja conclusão é ampliativa, sendo, por conta disso, útil ao conhecimento empírico, mas, por outro lado, resvala na dificuldade lógica de justificar o inobservável, como, por exemplo, o princípio da indução, que pressupõe ser a natureza regular, ou seja, mantidas as mesmas condições, o futuro tende a reproduzir o passado. Ora, a menor das generalizações científicas sempre conterà um grande contingente de informação sobre instâncias não-observadas, tanto no tempo (para o passado remoto ou para o futuro longínquo), quanto no espaço (para regiões fora do nosso alcance perceptual). Por isso Hume mostrou que, no que depende da lógica válida, não podemos progredir do nosso conhecimento perceptual, na primeira pessoa, em direção a teorias científicas gerais e verdadeiras sobre o mundo externo, se é que há tal mundo (Cf. WATKINS, 1984, parte I, e SKIRMS, 1971, capítulos I e II).

Em princípio, a crítica de Hume constitui um dos principais e mais resistentes obstáculos ao racionalismo positivista, principalmente em sua versão neopositivista. Responder a Hume transformou-se numa indústria filosófica; mas as respostas longe estiveram de ser *construtivas*, quando aceitavam o núcleo efetivamente *destrutivo* do argumento do filósofo. Hume ofereceu uma resposta pessoal à sua própria indagação cética. A ideia se encontra de modo detido em Watkins (1984, seção 1.3). A resposta pessoal de Hume consiste na chamada posição *naturalista* em *teoria da racionalidade*. Segundo Hume, ocorre que nós temos uma *maquinaria cognitiva natural*, que nos é inteiramente espontânea e pela qual estamos talhados a crer, tanto quanto a sentir ou a respirar. O ceticismo, marcado por sua *epoché*, só nos serve como deleite filosófico. Quando voltamos à vida ordinária, à cognição, ao foro da decisão prática, a imobilização cética exerce pouca ou nenhuma influência sobre nós.

Hume considera apropriadamente que um homem possa ser persuadido, por argumentos críticos, de que uma ou algumas de suas crenças são irracionais. Uma vez convencido disso, o agente pode perfeitamente abandonar a crença então considerada irracional. Mas um agente cognitivo, se convencido de que todas as suas crenças são irracionais, não consegue psicologicamente manter a posição de suspender todas as

suas crenças. A maquinaria cognitiva do agente humano impede a consumação de um estado psicológico de crer em nada descrendo em tudo. Devemos, segundo Hume, considerar as inquições céticas como decorrentes de uma atividade investigativa séria, mas sem consequências significativas, quando deixamos o ambiente acadêmico e nos voltamos à vida do senso comum. Isso porque a natureza nos protege da imobilidade do ceticismo, preservando algumas de nossas crenças, malgrado a falta de evidência lógico-racional para tal fim. “Hume considerava os exercícios da ação, do pensamento e a manutenção do ato de crer, como obrigações impostas à natureza humana, não como questões de escolha ou preferência” (GUERREIRO, 1999, p. 284).

Se perguntarem se concordo sinceramente com esse argumento, que pareço esforçar-me tanto para estabelecer, e se sou realmente um desses céticos que sustentam que tudo é incerto e que nosso juízo não possui nenhuma medida de verdade ou falsidade de nada, responderia que essa questão é inteiramente supérflua, e que nem eu nem qualquer outra pessoa jamais esposou sincera e constantemente tal opinião (HUME, 2001, p. 216. Tradução nossa).

Seguindo a inspiração naturalista, embutida na resposta de Hume ao seu próprio problema, o racionalismo neopositivista apresenta uma importante vertente pragmática. A posição pragmática, no que concerne ao estatuto racional de nossas escolhas epistemológicas, terminou por destacar-se do neopositivismo e constituir-se em uma importante contribuição à parte, derivada da tradição de John Dewey (1859-1952) e William James (1842-1910). Mesmo na alternativa objetivista e realista do racionalismo crítico popperiano, ocorrem certos elementos e critérios de escolha de ordem pragmática. Vale dizer que uma das mais importantes recomendações metodológicas de Popper contida em sua máxima antipositivista, *clarity is not enough*, envolve a regra pragmática de nunca buscar maior clareza do que demanda uma situação-problema. Ademais, à medida que falham as tentativas de fundamentação lógico-metodológica de uma heurística e uma justificação baseadas em procedimentos indutivos, mesmo Popper aponta a possibilidade de resolver pragmaticamente o problema da indução. Pois bem, é no âmbito dessas ideias e indagações que o racionalismo crítico de Popper se erige. E, sobre ele, cumpre agora desenvolvermos nossa análise.

O racionalismo crítico

O racionalismo crítico compreende um procedimento filosófico e metodológico de abordagem do conhecimento científico, que lhe imputa um sentido negativo na resolução de problemas, cuja finalidade não é tanto a identificação da verdade e, sim, a eliminação do erro. Popper é um dos seus principais proponentes e estende a aplicabilidade do racionalismo crítico a questões de ordem social e política, posto que ambas são, para ele, passíveis de estudo tanto científico, quanto filosófico. Contra as concepções do positivismo, que se encontram demasiadamente sob o controle do senso co-

num como captador de sensações, desconexas em seu estado original, mas organizadas pelo nosso intelecto, Popper conta com a existência de um mundo real, que pode ser apreendido objetivamente via o controle negativo da experiência sobre as conjeturas. Esse ponto é de grande importância. A tradição neopositivista foi frequentemente fenomenalista, no sentido de substituir a postulação de entidades, eventos e processos do mundo físico pela sua reconstrução lógica. Já Popper não admite a estratégia fenomenalista como condição para a razão crítica; mas sua recusa não necessariamente postula a possibilidade de uma cognição direta, positiva, com um mundo real. Ao contrário, a posição objetivista de Popper lastreia-se menos em um realismo ontológico e mais em um realismo epistemológico.

Devemos distinguir essas duas posições. O realismo ontológico afirma a existência de referentes reais para termos teóricos e observacionais do conhecimento científico. Já o realismo epistemológico recomenda apenas o princípio metodológico de fazer com que nossa aceitação de teorias científicas seja dependente de testes empíricos. Nesse sentido, o realismo epistemológico crê que alguma coisa no mundo deve ocorrer para que possamos considerar uma teoria ou hipótese como sendo verdadeiras ou falsas. Mas o realismo epistemológico não se compromete em dizer o que especificamente existe no mundo real. Antes, ele afirma que o que quer que exista no mundo real, esse existente é que deve ser responsável por nossa aceitação ou rejeição das teorias científicas. Em outras palavras, o realismo epistemológico, em sua versão popperiana, sustenta que as teorias são boas ou más em virtude de alguma coisa extrateórica, que há no mundo – o que quer que efetivamente haja no mundo.

Tudo o que um cientista pode fazer, em minha opinião, é testar suas teorias, eliminando aquelas que não resistem aos mais severos testes que possamos elaborar. Mas ele nunca pode estar bem seguro se novos testes (ou mesmo uma nova discussão teórica) podem não levá-lo a modificar, ou mesmo descartar, sua teoria. Nesse sentido, todas teorias são, e permanecem, hipóteses: elas são conjeturas (*doxa*), não conhecimentos indubitáveis (*episteme*) (POPPER, 1976, p. 103-104. Tradução nossa).

O realismo epistemológico, nessa versão sob discussão, nos dispensa de compromissos ontológicos fortes. Há, evidentemente, uma discussão ontológica sobre que tipo de existentes as teorias científicas tencionam sustentar. Mas, para efeito de posição puramente epistemológica, o realismo popperiano afirma somente que nossas teorias são boas ou más em virtude de eventos que ocorrem no mundo, o que quer que seja o mundo e seus eventos. Por detrás dessa posição epistemológica trabalha um pressuposto que merece ser contemplado. Trata-se do pressuposto objetivista, o qual, por assim dizer, caracteriza o realismo epistemológico popperiano. Popper afirma, ao propor que nossas teorias sejam avaliadas em função de eventos do mundo, que sempre dispomos de um *ponto arquimediano* a partir do qual possamos confrontar teorias rivais. Malgrado esse *ponto arquimediano* se afaste das tradições fundacionistas, porquanto está condicionado a critérios metodológicos previamente acordados a partir de discussões racionais, não deixa de ser um contraponto ao relativismo, tão caro às tradições

epistemológicas hodiernas. “Essa é uma tese amplamente aceita e, com efeito, está na moda: a tese do relativismo” (POPPER, 1979, p. 69).

Popper é, na verdade, um crítico vigoroso da tese da incomensurabilidade. Esta tese afirma que, quando teorias científicas, ou qualquer conteúdo do intelecto humano de natureza assertória, são demasiadamente distintas entre si, são por essa razão também incomensuráveis. Nesse sentido, quando o significado dos termos que ocorrem em teorias supostamente rivais varia significadamente, não encontramos uma base comum para traduzir mutuamente essas teorias, uma em termos da outra, não sendo possível, portanto, compará-las. Com efeito, os adeptos de uma teoria não conseguem apreender o que dizem os adeptos de outra e, assim, reciprocamente.

O ponto central é que é sempre possível uma discussão crítica e uma comparação dos vários referenciais. Não passa de um dogma – e um dogma perigoso – o que estatui que os diversos referenciais são como linguagens mutuamente intradutíveis (POPPER, 1979, p. 69).

Com efeito, a tese da incomensurabilidade é um importante obstáculo à ideia de escolha racional entre teorias rivais. Digamos que os termos centrais das teorias físicas de Newton e Einstein, a saber, os termos massa, energia, espaço, tempo, entre outros, não signifiquem a mesma coisa em ambas as teorias. Digamos também que não seja possível traduzir esses termos mutuamente, um em função do outro. Assim, não poderíamos falar nem de concordância, nem de discordância, entre as duas teorias, porque em verdade seus defensores, ao discutirem méritos relativos a cada uma, estariam apenas se equivocando (cf. Newton-Smith, 1986). A tese da incomensurabilidade, pois, não oferece um critério racional de escolha. Por conta disso, o racionalismo de Popper volta-se contra ela vigorosamente, afirmando que é sempre possível dispormos de uma boa tradução entre teorias, por mais rivalizadas que elas se apresentem e por mais distintos que sejam seus eixos semânticos. Nesse caso, podemos dizer que o objetivismo de Popper compreende, além da racionalidade, o cultivo de um princípio de tolerância e mútuo entendimento, de modo a sugerir que somos racionais quando estamos dispostos a discutir criticamente as teorias por nós propostas e, por conta disso, não poupá-las do confronto com teorias rivais.

Meu critério de demarcação deve, portanto, ser encarado como proposta para que se consiga um acordo ou se estabeleça uma convenção. As opiniões podem variar quanto à oportunidade de uma convenção desse gênero. Todavia, uma discussão razoável dos temas em pauta só é viável se os interlocutores têm um objetivo em comum. A determinação desse objetivo é, em última análise, uma questão de tomada de decisão, ultrapassando, por conseguinte, a discussão racional (POPPER, 1989, p. 38-39).

O objetivismo popperiano não deve, então, ser confundido com um objetivismo ingênuo, que parte do objeto para o sujeito. Por objetividade, Popper quer considerar a

conduta intersubjetiva de conduzir criticamente a avaliação epistemológica das teorias que tencionam descrever a realidade, envidando esforços no sentido de testá-las, isto é, colocá-las à prova, valendo-se do confronto entre elas. Nesse caso, somos racionais quando podemos comparar o conteúdo informativo das teorias, selecionando as que demonstrem possuir maior conteúdo empírico, o que não deve ser entendido como ratificação indutiva e, sim, como uma disposição de proibir mais, ao tencionar descrever a realidade. Como já tivemos oportunidade de dizer, Popper é um realista epistemológico e, como tal, procura dizer o que o mundo é mostrando o que ele não é. Ou seja, não temos acesso direto à realidade, mas ela vai sendo gradualmente descortinada quando confrontamos criticamente as teorias tencionadas a descrevê-la. Assim, eliminamos as que não resistem aos testes empíricos e conservamos as que resistem - entendendo que esta conservação é provisória, já que novos testes, mais rigorosos, devem ser propostos e, possivelmente, venham a refutar as teorias até então resistentes. Com efeito, embora nunca possamos saber exatamente o que é a realidade, pela eliminação criteriosa das teorias falsas, podemos saber o que ela não é. Por conta disso, de alguma forma, intuitivamente, progredimos em nosso conhecimento sobre a realidade objetiva.

Considerações finais

Ao termino desta exposição, julgamos ter elucidado, dentro do que nos propomos, algumas das principais tradições racionalistas, as quais se apresentam como estratégias cognoscitivas tencionadas a oferecer, cada uma a seu modo, uma explicação inteligível de como se deve conduzir a investigação científica, oscilando o teor da orientação em função da tradição metacientífica perfilhada. Vimos que algumas tradições, como a cartesiana, conferem à razão pura o poder exclusivo de deslindar a natureza da realidade, sem se servirem em momento algum do auxílio dos sentidos; também as tradições empirista, positivista e neopositivista, cada uma com a sua especificidade, que dão peso aos dados sensoriais, valendo-se do método indutivo para promover o conhecimento; por fim, o racionalismo crítico que, em sua versão popperiana, apresenta-se como uma estratégia realista moderada, conservando a ideia de uma realidade objetiva, mas tomando o cuidado de não resvalar numa postura fundacionista. Popper sustenta que o conhecimento objetivo é o alvo da investigação científica, mas nunca se pode ter certeza de sua apreensão definitiva, sempre devem ser propostas teorias mais ousadas, capazes de oferecer explicações mais detalhadas, sujeitas a uma maior possibilidade de refutação, ao confrontá-las com testes empíricos cada vez mais rigorosos.

A título de conclusão, podemos dizer que, não obstante as divergências salientadas ao longo deste artigo entre as tradições racionalistas que aqui delineamos, elas se reportam ao conhecimento como um patrimônio de domínio público, que não pertence a uma pessoa ou segmento social específicos, mas é direito de todos que se propõem a cultivá-lo. A ciência, nesse caso, talvez seja a expressão mais viva disso, já que tem logrado êxito em sair das amarras nebulosas do obscurantismo mítico e das sibilinas especulações metafísicas. Não devemos, contudo, minimizar a contribuição da filosofia que, na condição de um discurso de segunda ordem, tem um papel de singular rele-

vância. Pois, ao examinar criticamente as teorias científicas, a inquirição filosófica não deixa que a ciência se acomode ao saber instituído, petrificando-o como um conhecimento indubitável. Mas, por meio de críticas metacientíficas rigorosas, a filosofia instiga a ciência a ser uma aventura intelectual dinâmica e, cada vez mais promissora, no sentido de ampliar seu horizonte heurístico e a familiaridade do homem com o *velado mundo objetivo*.

Bibliografia

AYER, A. J. *As questões centrais da filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CHALMERS, A. F. *O que é ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense, 2000.

DESCARTES, R. "Meditações", in: *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

GAUKROGER, S. *Descartes: uma biografia intelectual*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

GUERREIRO, M. L. *Ceticismo ou senso comum?* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

HUME, D. *Tratado da natureza humana*. São Paulo: Unesp, 2001.

LANDIM FILHO, R. *Evidência e verdade no sistema cartesiano*. São Paulo: Loyola, 1992.

LEOPOLDO E SILVA, F. *Descartes: a metafísica da modernidade*. São Paulo: Moderna, 2001.

MARCONDES, D. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

NEWTON-SMITH, W. *The rationality of science*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1986.

POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1989.

_____. *Conjectures and refutations: the growth of scientific knowledge*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1976.

_____. "A ciência normal e seus perigos", in: LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979.

REICHENBACH, H. *La filosofía científica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1967.

SKYRMS, B. *Escolha e acaso: uma introdução à lógica indutiva*. São Paulo: Cultrix, 1971.

A crônica dos primeiros anos de militância de Neno Vasco em Coimbra

Thiago Lemos Silva

Graduado em História pelo UNIPAM (Centro Universitário de Patos de Minas) e Mestre em História pela UFU (Universidade Federal de Uberlândia). É pesquisador do NEPHISPO (Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Política) e do NELIRA (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Historiografia e Crítica Literária).
e-mail: thiagobakunin@yahoo.com.br

Resumo: A partir de cronística de Neno Vasco, pretende-se problematizar como nosso biografado constrói a si mesmo em um momento singular de sua trajetória, qual seja, o seu retorno para Portugal, momento em que o cronista (re)visita o(s) início(s) de sua militância junto ao anarquismo lusitano na aurora do século XX. Face às mudanças sofridas no movimento operário dez anos depois, em virtude da implantação da República, Neno Vasco se (re)cria na medida em que (re)escreve sobre o seu passado, procurando (re)significar sua história de vida. Interrogar o sinuoso e complexo processo de (des/re)construção da sua subjetividade constitui o objetivo maior deste artigo.

Palavras-chave: Neno Vasco; crônicas; escrita de si.

Abstract: Considering the chronicles of Neno Vasco, I intent to question how Neno framed himself in a singular moment of his path, namely, his return to Portugal, when the chronicler (re)views the beginnings of his militance joined with the Portuguese anarchism at the dawn of the twentieth century. Given the changes undergone in the labor movement ten years later, due to the establishment of the Republic, Neno Vasco (re)creates while he (re)writes about his past, seeking to (re)define his life story. To examine the sinuous and complex process of (de/re) construction of his subjectivity is the main objective of this article.

Keywords: Neno Vasco; chronicles; writing of oneself.

Não faltam lá anarquistas [...] inteligentes, dedicados e sinceros. Não são tão pouco desunidos. Em São Paulo, por exemplo, deixei com profundíssima saudade, um ambiente cordial e amável, e senão isento de pequenas questões sem alcance – o que seria sobrehumano – ao menos desembaraçado de baixas intrigas, franco e acolhedor. Não conheço camarada que o tenha abandonado sem verdadeiro pesar [...] (VASCO, p. 2, 1911).

1. Introdução

Escrevendo estas linhas para uma crônica que seria publicada n' *A Sementeira*, Neno Vasco¹ revelou aos leitores do periódico lisboeta sua consternação ao deixar os companheiros com quem compartilhou, por uma década, a militância no Brasil. Como ele próprio diz, não era um ambiente sem conflitos, pois exigir isso seria pedir algo que os homens não podem oferecer. Mas, nem por isso deixava de constituir um ambiente “franco” e “acolhedor”, em que os anarquistas “inteligentes”, “dedicados” e “sinceros” se encontravam e se reuniam para levar a cabo, junto com os trabalhadores, a luta contra o capitalismo em *terra brasilis*.

No início de 1911, quando Neno Vasco decide deixar o Brasil e retornar para Portugal, já era um militante bastante conhecido dentro e fora dos círculos de militância anarquista e operária, já havia se casado com Mercedes Moscoso, era pai de três filhos (Ciro, Fantina e Ondina), e tinha emprego fixo como tradutor de línguas em casas comerciais de São Paulo.

Neno sentia-se, contudo, estranho a um meio que inicialmente o acolheu e depois parecia rejeitá-lo. Talvez tenha sido a forte xenofobia contra os imigrantes de origem lusitana em terras brasileiras, algo bastante forte na época, que tenha deixado o anarquista tão insulado a ponto de tornar a sua permanência neste país algo intelectual e moralmente inaceitável. Isso por um lado...

Por outro lado... Neno acreditava que o seu retorno a Portugal poderia facilitar o contato com outras figuras anarquistas do continente europeu e que, assim, poderia contribuir de forma mais dinâmica e eficaz com a ação e propaganda a nível internacional. Neno sentia que com a queda da Monarquia e com a instalação da República, não deveria adiar a sua volta e, com isso, prorrogar ainda mais um projeto que o perseguia já há um bom tempo.

Isso não significou que sua militância no Brasil tenha findado. Pois, mesmo depois de ter retornado a Portugal, Neno continuou a participar da imprensa anarquista e a interagir com o movimento operário brasileiro.

Assim como se fala, escreveu Neno Vasco, de aproximações comerciais e políticas, de missões diplomáticas e intelectuais, assim, nós devemos encarar e realizar uma união - não na forma, muitas vezes vazia, mas no que constitui a essência, a carne, o sangue, dessa aliança - a incessante troca de recursos de toda espécie. Nessa permuta de ideias, de correspondências, de publicações, de contribuições pecuniárias - e sobretudo de homens, para o conhecimento direto e pessoal dos ambientes e indivíduos - muito terão a ganhar o movimento anarquista de Portugal e o do Brasil (VASCO, 1911, p. 2).

¹ Neno Vasco, na realidade pseudônimo de Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos, nasceu em Penafiel, norte de Portugal, em 09 de maio de 1878 e faleceu em 15 de setembro de 1920 em São Romão do Coronado perto do Porto. Neno Vasco passou a utilizar esse pseudônimo somente após o seu ingresso no movimento anarquista e operário em Portugal, por volta de 1900. Antes, atendia pelo seu nome de batismo. Para evitar anacronismos os trechos em que evoco a trajetória de Neno no período que precede sua “conversão” ao anarquismo, o chamarei de Gregório. Sobre a biografia de Neno Vasco, ver: SAMIS (2009) e SILVA (2012).

Partindo de tal premissa, ele atuou como uma espécie de “diplomata” entre os companheiros situados do lado de *cá* e do lado de *lá* do Atlântico. Através de uma atividade jornalística constante e diversificada em periódicos brasileiros e portugueses, Neno Vasco colaborou para a construção de um *locus* de intensos debates envolvendo diferentes estratégias de combate ao capitalismo nos meios anarquistas e operários dos respectivos países, materializando, por assim dizer, uma união inter-nacional entre Brasil e Portugal. Dessa atividade, que compreende ensaios, poesias, peças de teatro, contos e resenhas literárias, destacam-se suas crônicas, em que ele compartilhou com seus leitores por quase dez anos sua

[...] apreciação de alguns dos fatos mais salientes da agitada vida social moderna e do período em que Portugal (e Europa) entrou (entraram) nestes últimos [...] anos, feita por um critério que não é o dos partidos políticos em luta a volta do poder, nem tampouco o dos céticos pessimistas extra-partidários, deve interessar os próprios adversários sinceros ou pelo menos os espíritos independentes e livres de sectarismos (VASCO, 1913, p. 1)².

Para perscrutar alguns fragmentos da biografia de Neno Vasco, são trazidas à tona suas crônicas que foram publicadas no livro *Da Porta da Europa*³ e na imprensa anarquista e operária do Brasil e de Portugal. Embora essa escrita fosse prioritariamente uma narrativa, utilizada para informar e debater com os leitores brasileiros e portugueses a respeito da luta cotidiana levada a cabo pelo movimento anarquista e operário em diferentes países da Europa, ela também possibilitou ao nosso biografado uma forma de escrita de si, ou seja, um tipo de escrita que toma a subjetividade:

[...] como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade”. Ou seja, toda essa documentação de “produção do eu autoral” é entendida como marcada pela busca de um “efeito de verdade” [...], que se exprime pela primeira pessoa do singular [...] do indivíduo que assume sua autoria. Um tipo de texto em que a narrativa se faz [...] de maneira que nessa subjetividade se possa assentar sua verdade, sua legitimidade como “prova”. Assim, a autenticidade da escrita de si torna-se inseparável de sua sinceridade (GOMES, 2004, p. 14-15).

² Embora esta citação remeta ao posicionamento do autor em relação às suas crônicas publicadas até 1913, acredito que este posicionamento era extensivo às suas crônicas publicadas até 1920, data do seu falecimento.

³ As crônicas publicadas no livro *Da Porta da Europa* em 1913 recobrem o período que vai de 1911 a 1912. Trata-se de uma seleção que se concentrou nos principais órgãos da imprensa anarquista e operária do Brasil e de Portugal, pelos quais circulou boa parte da produção literária de Neno Vasco no período posterior a sua travessia para o outro lado do Atlântico. O roteiro inicial do livro começa com o jornal *A Lanterna* (1911-1916), de São Paulo. Do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, temos as crônicas publicadas respectivamente nos jornais *A Guerra Social* (1911-1912) e *O Diário* (1909-1912). As crônicas publicadas nas revistas *A Aurora* (1910-1920), do Porto, e *A Sementeira* (1908-1913) de Lisboa fecham esse roteiro.

Isso permitiu, por sua vez, a este biógrafo encontrar uma chave para abrir não apenas a porta da história do movimento anarquista e operário no continente europeu, mas também, e sobretudo, a porta da sua história de vida. A partir de sua escrita cronística, pretende-se problematizar como Neno constrói a si (prática de subjetivação) em um momento singular de sua trajetória, qual seja, o seu retorno para Portugal, momento em que o cronista (re)visita o(s) início(s) de sua militância junto ao anarquismo lusitano na aurora do século XX. Face às mudanças sofridas no movimento operário dez anos depois, em virtude da implantação da República, Neno Vasco se (re)cria na medida em que (re)escreve sobre o seu passado, procurando (re)significar sua história de vida. Interrogar o sinuoso e complexo processo de (des/re) construção da sua subjetividade constitui o objetivo maior deste artigo.

2. O retorno para Portugal: uma nova porta se abre na Europa para Neno Vasco

Assim que concluiu a travessia do Atlântico a bordo do vapor holandês Frísia, em 04 de maio de 1911, a família Moscoso e Vasconcelos se fixou em Lisboa. Uma vez em terra firme, Neno Vasco procurou, logo que possível, restabelecer contato com Hilário Marques, diretor da revista *A Sementeira*⁴. Embora, ao que parece, Neno e Marques não se conhecessem pessoalmente, a troca epistolar entre ambos, que remete ao período em que nosso biografado ainda residia no Brasil, parece ter gerado um grande vínculo de afinidade entre os dois. Foi graças a este contato com Marques, escrupulosamente mantido por quase dez anos, que ele conseguiria granjear algum espaço nas folhas anarquistas e operárias da imprensa portuguesa. Agora, entretanto, ele iria obter uma visibilidade muito maior (SAMIS, 2009, p. 209).

Sem alterar, demasiadamente, a fisionomia ideológica d' *A Sementeira*, ele não encontrou muitas dificuldades para poder se alinhar ao perfil editorial deste periódico mensal, que, naquela conjuntura, já caminhava a passos largos rumo ao movimento sindical. Neno Vasco via nesta revista, assim como viu na revista *Aurora*⁵ que dirigiu no Brasil, o caminho mais adequado para a divulgação e difusão do anarquismo junto às classes trabalhadoras:

[...] Insistindo neste itinerário, o trabalho executado vinha ao encontro de uma obstinada busca empreendida por ele, a partir da qual a propaganda ideológica (nos sindicatos) associada a uma arguta análise das mudanças [...], unidos todos estes elementos, tornariam possíveis o lançamento das bases para a organização de um movimento

⁴ Sobre *A Sementeira*, ver: FREIRE (1981).

⁵ Revista que Neno Vasco dirigiu em São Paulo durante o ano de 1905. Não confundir com a revista *Aurora* do Porto que circulou entre os anos de 1910 1920, em que ele também atuou como colaborador.

anarquista forte e com chances de duradouro protagonismo social (SAMIS, 2009, p. 258)⁶.

A partir das longas e proveitosas conversas tecidas tardes adentro na taverna conhecida pelo vulgo de “Feijão Encarnado”, ponto de encontro dos colaboradores d’ *A Sementeira*, Neno ia se inteirando dos principais fatos ocorridos em sua terra natal durante os quase 10 anos em que esteve ausente. As notícias, antes recebidas apenas por cartas, ganhavam carne e vida a partir dos relatos orais feitos pelos novos companheiros sobre a ebulição gerada na população portuguesa pela implantação do regime republicano em 05 de outubro do ano anterior⁷. Aos poucos o “atordoamento” gerado pela longa viagem passava e Neno não se sentia mais em “país estrangeiro” (VASCO, 1913, p. 17). Possivelmente, estas conversas se converteram num estímulo para que Neno escrevesse, em 15 de maio de 1911, uma crônica que visava estabelecer um debate com seus leitores acerca do processo que levou portugueses a colocarem um fim no regime dinástico que imperou no país por quase oito séculos:

[...] o que já pude ver e ouvir não veio senão confirmar a opinião que daí eu trouxe formada quanto a estabilidade da República: que a República tem larga vida e que o século das restaurações monárquicas já passou. A monarquia já não encontraria elementos de vida nem no ambiente interior do país, nem na atmosfera política e social da Europa e do mundo (idem).

Em sua análise, realizada após o desembarque imediato em Portugal, sobre correlação de forças políticas entre as classes sociais presentes no processo que possibilitou a construção da República, o cronista argumentava que não existia nenhum outro país no continente europeu em condições mais adequadas para o estabelecimento do novo regime.

⁶ Apesar do seu engajamento com a estratégia sindicalista revolucionária, é necessário sublinhar que Neno nunca depositou qualquer confiança nas “virtudes intrínsecas” do sindicalismo, e, muito menos, subscrevia o seu corolário: “o sindicalismo se basta a si mesmo”, como o faziam os anarquistas sindicalistas. Partindo da premissa de que a organização operária pode ser tanto instrumento de conservação burguesa como de revolução social, ele temia que o “espírito corporativista” pudesse se sobrepor ao “espírito revolucionário”, fazendo com que a “luta de categoria” sufocasse a “luta de classe”. A exemplo dos anarco-comunistas, ele julgava essencial a existência de uma organização especificamente anarquista, que deveria atuar dentro e fora dos sindicatos com o objetivo de evitar que isso ocorresse; sem, entretanto, se deixar levar pela tentação de impor ali o anarquismo como uma espécie de doutrina oficial. Ver: VASCO (1914).

⁷ A implantação da República em Portugal foi resultado de um golpe de Estado realizado pelo Partido Republicano com o apoio de outras forças políticas, em 5 de outubro de 1910, que depôs a Monarquia. Para isso, colaborou a insatisfação da população frente à subjugação de Portugal aos interesses britânicos, o poder da Igreja, os gastos da família real, a instabilidade da economia e, sobretudo, a constatação de que Portugal se encontrava em atraso em relação aos outros países europeus. Ver: CATROGA (2010).

A classe aristocrática já havia perdido qualquer capacidade de esboçar alguma resistência. Em virtude, principalmente, do desgaste que a Monarquia Constitucional⁸ vinha sofrendo nos últimos anos, diante da incapacidade de aceitar as reformas reivindicadas pela população, esta classe possuía pouca ou até mesmo nenhuma representatividade junto à sociedade, tendo a Monarquia caído mais pela “frieza dos seus defensores” do que pelo “ímpeto dos seus atacantes” (VASCO, 1913, p. 21). Nem mesmo as tentativas de contra-revolução levadas a cabo pelo ex-capitão Paiva Couceiro mereceriam qualquer atenção. Este, apesar de demonstrar alguma “valentia nos combates”, era “nulo em política”. Couceiro representava em sua opinião “um mal averiguado fenómeno de psicologia política”, presente em quase todos os períodos de transição de regimes monárquicos para regimes republicanos, onde se evidencia uma espécie de “contraste entre o personagem e a época”, em que o “sublime” de ontem transformaria-se no “grotesco” de hoje. Assim, as tentativas de Couceiro, longe de lhe inspirarem qualquer “cólera irreprimível”, suscitariam antes “sorrisos de piedade” (Idem, p. 20).

Segundo Neno, em todos os países onde imperava o capitalismo, a burguesia já havia demonstrado suas predileções pela República em detrimento da Monarquia, e se ela ainda não o tinha feito, era precisamente:

[...] porque teme que a vitória lhe seja arrancada das mãos pela parte avançada do proletariado industrial. E porque pelo menos receia que, tendo de apelar pouco ou muito para o povo, por mais cuidadosa e disciplinada que seja a revolução, esta ultrapasse os limites de antemão marcados, e surja ameaçadora e firmemente plantada a questão social [...] Onde, porém, a burguesia pode passar incólume o cabo tormentoso da transformação política, que limpou duma vez a máquina do Estado das sobrevivências anacrônicas, entregando-a de todo aos políticos da sua classe, onde ela pode tentar tranquilamente a aventura, graças a inexistência dum proletariado organizado de tendências socialistas, então toda ela adere gostosamente ao regime novo, abandonando as místicas saudades do passado aos palacianos e aos clericais (idem, p. 226-227).

Embora dividida em várias frações, a burguesia teria sido a classe que mais ajudou e foi ajudada com o novo regime. Por causa do pouco desenvolvimento industrial em Portugal, a alta burguesia lhe parecia “mais ou menos indiferente as novas formas de governo” e os “seus interesses pareciam marchar de acordo com a opinião geral” (Idem, p.18). A pequena burguesia, já em processo de proletarização, não parecia proceder de modo diferente. Já para a burguesia média, a situação era outra. Para o cronista, a República “era obra dela e para ela”, uma vez que as reformas concretizadas pelo novo regime teriam correspondido, na sua quase totalidade, aos seus interesses enquanto classe social, seja pela sua “importância numérica”, seja pela sua “independência material” (idem, p. 19).

⁸ A Monarquia Constitucional foi instaurada em Portugal em 1820 com a revolução liberal, conhecida como “vintismo”. A partir de então, o regime de representação das cortes dividido nas três ordens do reino (clero, nobreza e povo) foi substituído por uma assembleia parlamentar. Ver: SARDICA (2003).

Uma vez que a questão social não estava ainda “firmemente plantada em Portugal”, a classe operária, se deixando “embalar pelas promessas democráticas”, não conseguia separar seus interesses dos da burguesia, e, por esse motivo, apoiava desde a virada do século XIX para o século XX a luta dos republicanos. De acordo com ele,

[...] as promessas que os republicanos tinham sido forçados a fazer ao povo, a ingênua ilusão popular de maior liberdade, a declaração solene do direito a greve, tudo isso, é certo, contribuiu para o recrudescimento dos sindicatos (VASCO, 1913, p. 236-237).

Estas promessas, juntamente com a experiência política que as classes trabalhadoras haviam acumulado durante a luta contra a Monarquia, provocaram, entretanto, um extraordinário (re)nascimento do movimento sindical e uma geral intensificação dos conflitos entre capital e de trabalho após a proclamação da República. Depois de décadas de apoio aos republicanos, os trabalhadores começavam a lutar pelos seus próprios interesses. Esse era o sinal de que algo havia sacudido a modorra e despertado a consciência de classe daqueles trabalhadores, que, se existente, parecia estar adormecida.

Renascimento do movimento sindical certamente: mas, de qual sindicato tratar-se-ia? Primeiramente, é necessário reter que não se está falando de qualquer sindicato, mas sim do sindicato tal como é concebido pelo sindicalismo revolucionário⁹, estratégia de luta cujo enraizamento no movimento operário português, sem sombra de dúvidas, antecede a implantação da República (FREIRE, 1984, p. 20), mas, cujo processo de irradiação, coincidentemente, se dá com o estabelecimento do novo regime político em terras lusitanas. Durante esse processo de (re)nascimento do movimento sindical, os anarquistas desempenharam um papel não negligenciável, tomando à frente das organizações de resistência e ultrapassando rapidamente os socialistas, que até hegemonizavam o movimento operário, mas, que seriam progressivamente isolados e marginalizados pela dinâmica do movimento sindical (doravante chamado de) revolucionário. Os socialistas permaneciam ativos apenas nas poucas organizações mútuas existentes, que se encontravam mais sintonizadas com a sua estratégia reformista, que começava a enveredar pelo parlamentarismo.

Enquanto anarquista engajado com o sindicalismo revolucionário, que prega, portanto, a ação direta do trabalhador fora do e contra o Estado, o que Neno esperava da recém-formada República? O que Neno esperava do novo regime não era que este resolvesse a questão social. Segundo ele, a questão social nunca poderia ser resolvida na sociedade capitalista, independentemente do regime político que esta viesse a assumir. Em sua opinião,

⁹ Estratégia de luta forjada pela Confederação Geral do Trabalho francesa e que serviu de inspiração para o movimento operário do Brasil e de outras partes do mundo. Ver: JULLIARD, Jacques. *Aunonomie ouvrière: études sur le syndicalisme d'action directe*. Paris: Gallimard Le Seuil, 1988.

[...] nenhuma reforma que respeite o vigente regime de propriedade, que deixe subsistir o salariato e a divisão da sociedade em classes econômicas, poderá ser a solução do problema social, nem a classe que detém o poder econômico e político se despojará a si própria ou se deixará facilmente expropriar dos seus privilégios, certos e seguros, por mais que lhe falem de socialização dos meios de produzir e de reorganização da sociedade para maior proveito de todos (VASCO, 1913, p. 235).

Mesmo que os republicanos se ocupassem dela, argumentava o cronista, eles não o faziam senão com o objetivo de engrandecer reformas superficiais, cuja finalidade era regulamentar e circunscrever direitos que eram duramente conquistados pela ação direta dos trabalhadores. Na realidade, o que Neno esperava da República era que respeitasse os direitos democráticos básicos, essenciais ao movimento operário, tais como:

[...] a liberdade de reunião, de palavra e de associação (liberdade aliás, bem mesquinha, pela privação dos meios econômicos), o direito a greve não sofismado por intimidantes medidas militares, pela pena de morte aplicada em plena praça sem julgamento pelas violências desorganizadoras sob o pretexto de manter a ordem (idem, p. 236).

Dito de outro modo: Neno Vasco esperava da República o que “ela era [...] e não o que ela não poderia ser” (idem). Mas, em que medida a República foi o que ela deveria ser segundo o anarquista, quer dizer, em que medida ela respeitou as liberdades democráticas? Assim que as primeiras greves gerais começaram a pulular em Portugal, os republicanos assumiram uma posição oposta no que se refere aos trabalhadores.

Mas eis logo os nossos republicanos aflitos, de mãos na cabeça, ei-los a fabricar um regulamento draconiano que, se fosse aplicado, tornaria sempre fatal a derrota dos grevistas, ei-los a empregar todos os meios de coação e intimidação em todos os movimentos importantes (idem, p. 236).

Esse regulamento draconiano ao qual Neno faz alusão é o decreto que regulamenta o direito à greve. Uma vez instaurado, o novo regime regulamentou o direito à greve¹⁰, porém, ergueu uma série de obstáculos que visou circunscrever e controlar o raio de ação dos grevistas. O “decreto burla”, como rapidamente passou a ser conhecido na imprensa anarquista e operária, exigia que os trabalhadores avisassem com pelo menos uma semana de antecedência suas intenções de paralisar o trabalho. Conforme explicitou Neno no trecho que destacamos acima, o decreto não diferia e alterava em quase nada o direito dos trabalhadores à greve. Por um lado, se o decreto fosse obedecido, ele bastaria, por si só, para derrotar os grevistas. Por outro, se fosse desobedecido,

¹⁰ Durante a vigência do regime monárquico em Portugal, o direito à greve não era legalmente reconhecido. Ver: PULIDO (1972).

o governo intervinha violentamente com o pretexto de defender a lei, beneficiando, desse modo, diretamente os patrões.

Representante dos interesses da classe média, para a República, as classes médias são todo o povo, e os interesses delas são os interesses de todos. A sua república é coisa sacrossanta, e de tal modo representa a liberdade e salvação de todos, para que perturbar levemente o sossego dos que a dirigem e as digerem é cair no mais hediondo crime. Que mais querem? Nós fizemos a República, instrumento de reformas; nós satisfazemos as modernas aspirações da democracia; nós renovamos boa parte do pessoal burocrático e colocamos bom número correligionário de amigos; criamos lugares novos [...] o que mais querem? (VASCO, 1913, p. 32-33).

Segundo Neno, a justificativa do governo era a de que Portugal estava passando por um momento em que todos deveriam se sacrificar a fim de que a República tivesse o tempo necessário para se consolidar enquanto instituição. Embora nem “todos estivessem servidos”, ninguém “teria o direito de se servir por suas próprias mãos”, pois a impaciência era tomada enquanto indícios de “traição monárquica” (idem, p. 33). A necessidade que Neno tinha de enfatizar isso não era fortuita. A ideia de que sindicalistas e monarquistas haviam se aliado para (re)construir a Monarquia em Portugal havia se tornado um fato, ou melhor, um fantasma que perseguiu os republicanos durante muito tempo, constituindo, desse modo, a pedra de toque a partir da qual se edificou a política de repressão do novo regime.

Nesse sentido, o cronista estabelece o seguinte debate com seu leitor: poderia haver alguma ligação entre estes dois segmentos, tão distintos um do outro? Em sua opinião, nenhuma. Mas, entre os monarquistas e os próprios republicanos talvez, já que muitos deles teriam vindo da própria Monarquia, “sem grande esforço e nem profunda mudança”. Isso o leva a conclusão, “a primeira vista paradoxal”, de que os sindicalistas “seriam mais republicanos do que os próprios republicanos oficiais e oficiosos” (idem, p. 143), por lutarem pelo respeito aos direitos que eles diziam ter concedido, porém os desrespeitavam flagrantemente. Para reforço da hipótese de que não havia qualquer ligação entre sindicalistas e monarquistas, ele argumentava não almejar

[...] o regresso dum tempo de equívocos, quando para fundar a república, o proletariado se esquecia da organização e da luta de classes, ao passo que hoje, desembaraçado o terreno daquela questão política, a experiência em República há de fazer a obra sua (idem, p. 19).

Ao estabelecer esse diálogo sobre os (des)caminhos do movimento operário em português, nosso biografado inscreveu a si próprio em seu texto, mostrando como os elementos de natureza propriamente pessoais (os seus juízos de valor) acabam por imprimir e modelar o modo como ele apresenta o passado (não tão recente) sobre a aliança dos trabalhadores com a burguesia para seu leitor. É necessário salientar que a escrita cronística assume a forma da escrita de si em Neno Vasco não por se pretender um

registro do “eu autoral”, como seria no caso de uma possível autobiografia segundo a clássica definição de Philippe Lejeune: “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p. 14). Mas, por causa do caráter autorreferencial da sua crônica, uma vez que a inscrição desse eu autoral serve para estabelecer um diálogo com o leitor, ela se transforma em uma chave que permite adentrar a porta da sua história de vida, na medida em que traz à tona sua visão pessoal sobre os acontecimentos que enuncia diariamente através do jornal.

Este tempo “equivoco” a que Neno Vasco faz alusão ao mencionar o apoio dado pelos trabalhadores aos republicanos na sua luta contra a Monarquia remete ao início do seu engajamento com o anarquismo em Coimbra. Voltemos, portanto, no tempo e o analisemos.

3. O(s) início(s) da militância em Coimbra: como Gregório tornou-se Neno

Simultaneamente às greves operárias que ocorreram no ano de 1911, vários eventos sacudiram a Universidade de Coimbra naquela parte *Da Porta da Europa* em prol de reformas de seus estatutos. Enquanto arguto comentador dos fatos diários, Neno Vasco não deixou que o assunto em pauta passasse despercebido, devotando-lhe, desse modo, uma crônica no dia 1º de outubro do ano corrente, na qual ele passou em revista vários tópicos das proposições dos manifestantes, detendo-se com especial atenção em um deles: a facilitação pecuniária dos cursos, que visava auxiliar o ingresso dos alunos pertencentes às classes sociais menos favorecidas no ensino de nível superior.

Baseados no decreto de 22 de março de 1911, os estudantes reclamavam que era dever do Estado assegurar a todos os cidadãos, sem distinção de classe, o acesso à universidade, materializando, por assim dizer, a fórmula de estado integral de Pasteur, que parte do princípio de que todos os indivíduos devem ter o direito de se desenvolver em sua plenitude.

Com a sua habitual ironia, Neno argumentou que a noção pasteuriana de democracia evocada pelos estudantes demonstrava com meridiana clareza a esperança da população portuguesa no regime republicano, que havia sido “maliciosa” e “habilmente” explorada durante a vigência da Monarquia. Essas reivindicações pelas quais se batiam os estudantes eram, segundo ele, puramente ilusórias, isso na medida em que negligenciavam um fato de fundamental importância: Portugal era um país pobre, pouco avançado industrialmente e com poucas oportunidades de trabalho.

[...] Nós vivemos num país pobre, sem indústrias e sem trabalho, onde por isso mesmo as classes dirigentes não tem feito um esforço sério para debelar o mal do analfabetismo. A falta de instrução é uma causa de atraso industrial, mas, é mais causa do que efeito. Onde quer que, por circunstâncias favoráveis, se haja introduzida uma industria própria, o analfabetismo tende a desaparecer, porque a produção moderna favorece, e até certo ponto determina e exige, o desenvolvimento da instrução e da educação técnica.

ca, ao mesmo tempo que o proporciona aos mais habilitados situações relativamente compensadoras. Comparem-se com outros países industriais, e dentro de cada país, embora rotineiro (Espanha, Itália, etc...) as regiões industrializadas com as que não são (VASCO, 1913, p. 71-72).

Em virtude das condições acima traçadas, ele compartilha com seu leitor um cáustico diagnóstico sobre a Universidade de Coimbra: “[...] Num país sem indústrias, ou quase, a instrução secundária e superior é um manancial exclusivo de burocratas, politicantes, intelectuais desonestos, que se corrompem e tudo contaminam” (Idem, p.68).

O fato de nosso biografado inscrever seu “eu autoral” no texto não significa, entretanto, que a porta da sua história de vida esteja “escancarada”, como se, por detrás dela, existisse um “eu empírico” pleno de sentido, pronto para ser desvelado por este biógrafo. Haja vista que ao escrever esta crônica, se esquece de mencionar ao leitor que ele próprio fora um ex-aluno da instituição coimbrã. Para elucidar o modo como maneja essa chave, fazem-se necessárias algumas ponderações sobre as relações entre autor e texto sob a ótica da escrita de si. Segundo Ângela de Castro Gomes, durante muito tempo esse debate girou em torno de duas concepções que podem ser, ainda que de modo elementar e esquemático, entendidas como:

De um lado, haveria a postulação de que o texto é uma “representação” do seu autor, que o teria construído como forma de materializar uma identidade que quer consolidar; de outro, o entendimento de que o autor é uma invenção do próprio texto, sendo sua sinceridade/subjetividade um produto da narrativa que elabora (GOMES, 2004, p. 15-16).

Em tempos mais recentes, vem ganhando espaço nesse debate uma nova concepção, que parte da consideração de que o autor não é nem anterior ao texto, “uma essência refletida por um objeto de sua vontade”, nem posterior ao texto, “uma invenção do discurso”. Defende-se que autor e texto se instituem concomitantemente “através dessa modalidade de produção do eu” (idem, p. 16). Essa *démarche* teórico-metodológica, se levada a sério, nos obriga a colocar em evidência o registro ambivalente desse eu que se produz (e é produzido) nas (e pelas) crônicas de Vasco Neno, revelando seu duplo caráter: o referencial e o ficcional, por meio da qual o autor não apenas inscreve sua trajetória no texto, mas, igualmente, procura significá-la, a fim de ter um maior controle sobre sua própria história de vida. Daí, talvez, a necessidade do nosso biografado em omitir sua origem social, temendo que o leitor que o acompanhava pudesse tirar uma conclusão análoga à sua, ou seja, pelo fato da Universidade de Coimbra abrigar os alunos oriundos da burguesia, a referida instituição acadêmica poderia criar apenas defensores do status quo em Portugal.

Conquanto a Universidade de Coimbra fosse um reduto da burguesia, que abrigava os estudantes mais bem aquinhoados da sociedade lusitana, será que esta foi apenas um “manancial” que produzia “burocratas”, “politicantes”, “intelectuais desocupados” que “corrompiam” tudo que estava a sua volta? Se levarmos em consideração a própria trajetória do nosso biografado, nos encontraremos em face de uma res-

posta paradoxal, pois é fato que, caso Gregório/Neno¹¹ não tivesse vindo de uma família com alguma expressividade financeira, ele teria pouca ou nenhuma condição de ingressar na universidade coimbrã. No entanto, já tendo ingressado no curso de direito, a realidade opressiva existente no interior da referida instituição acadêmica o levará a refletir sobre as estruturas sociais que a geraram, momento em que se dá seu envolvimento com o anarquismo. Vejamos de modo mais detalhado essa questão.

Seu pai, o senhor Vitorino Queiroz e Vasconcelos, e sua mãe, Margarida Rodrigues Moreira, eram membros da burguesia local de Penafiel, cidade rural situada no norte de Portugal, que se destacaram no ramo da produção e comercialização de vinho para a exportação, item de grande importância para a economia daquela região a partir de 1870. Após a morte da mãe de Gregório, seu pai, já com uma segunda esposa, decide emigrar para o Brasil. Ao que parece, a crise na produção de vinho, que não parecia mais ir ao encontro minimamente de suas expectativas, somada ao exemplo vitorioso do seu compadre¹², o Barão de Calvário, português que fez fortuna no outro lado do Atlântico, desempenharam um papel não negligenciável na sua decisão (SAMIS, 2009, p. 29).

Por volta de 1887, os Moreira e Vasconcelos partiam, portanto, para a antiga colônia portuguesa para tentar a sorte. Entretanto, Gregório permaneceria em terras brasileiras apenas por cerca de dois anos, pois seu pai, desejoso de que o primogênito tivesse uma educação mais condizente com o seu status social, o enviou novamente para Portugal a fim de que pudesse concluir os seus estudos ginasiais e, posteriormente, ingressar no curso de direito na Universidade de Coimbra.

Para ver satisfeitas as vontades do pai, Gregório retornou cerca de dois anos depois para sua terra natal. Inicialmente se fixou em Amarante, onde, sob a supervisão da avó paterna, Bernardina Júlia, iria cursar o Liceu. Foi durante a sua estadia no Liceu que Gregório conheceu aquele que seria, por quase toda sua vida, um dos seus amigos mais íntimos: Teixeira Pascoaes. Para além de compartilharem o mesmo espaço físico das salas de aula no Liceu amarantino, ambos nutriam uma profunda paixão pela poesia, notadamente a de João de Deus e de Guerra Junqueiro (SAMIS, 2009, p. 70).

Em 1896, um ano após concluir o Liceu, Gregório, assim como outros filhos da burguesia lusitana em ascensão, entraria na Universidade de Coimbra para cursar direito. A Universidade de Coimbra, em que pese as várias e diferentes reformas realizadas no ensino superior para “modernizá-lo” e “atualizá-lo” em relação aos demais países europeus, ainda demonstrava possuir fortes traços da herança educacional deixada pelos métodos pedagógicos jesuíticos. Anos depois, (o já) Neno Vasco faria alusão em uma de suas crônicas aos efeitos perversos e insidiosos dessa cartilha educacional no curso de direito:

Entregue um dia aos jesuítas, ali deixaram a marca indelével do dogma, mataram a originalidade e o espírito de iniciativa. Sobretudo a faculdade de direito tem exercido uma ação atrofiante sobre a mentalidade portuguesa, perdeu todo o seu crédito e todo o seu prestígio. [...]. A Universidade, especialmente a faculdade de Direito, vive em Coimbra

¹¹ Ver nota nº 1.

¹² Logo, padrinho de Gregório/Neno.

num insulamento egoísta e ignaro, refratária ao moderno espírito, incapaz de acompanhar os progressos científicos dos últimos tempos, teatro de contínuas e ásperas lutas entre as gerações novas e os atavismos medievais (VASCO, 1913, p. 68).

Desse modo, o material didático utilizado não parecia favorecer e, muito menos, estimular o que nosso biografado parecia possuir de melhor. Muito pelo contrário, o seu caráter, muitas vezes, dogmático e absoluto, parecia lhe entediar e, com isso, lhe subtrair toda iniciativa de mostrar qualquer indício de originalidade, uma de suas características mais marcantes. Disso testemunha o seu boletim escolar, onde Gregório não passaria do “nemine discrepante” (idem, p. 74).

Se, de um lado, essa esterilidade pedagógica acabava gerando resultados que estavam longe de evidenciar a criatividade de Gregório, de outro, ela acabou se convertendo em um estímulo para que ele procurasse outras fontes de interesse. Foi assim que nosso biografado começou a perceber que para combater tal prática seria necessário formular uma crítica de maior amplitude, que integrasse, mas, ao mesmo tempo, transcendesse a niversidade, colocando em questão as próprias estruturas sociais que a geraram. Destarte, a realidade ia gradualmente operando o processo de transformação da sua subjetividade.

De uma visão acentuadamente compassiva e estética da sociedade, na qual a poesia parecia ser um unguento suficiente para curar os males, ele alterava suas concepções para uma condição dificilmente cabível exclusivamente na esfera do lirismo. Aparentemente, um universo mais ideológico vinha substituir a simples esperança de mudança, pela vontade de transformar. E isso não se fazia em alienação dos ritmos poéticos ou abdicando de preferências literárias, mas, antes disso, as colocava ao serviço de uma causa mais ambiciosa (idem, p. 79).

Ainda estudante de Direito, o jovem egresso da “rural” Penafiel começará a respirar “ares mais liberais”, ainda que com ecos um pouco longínquos, ao entrar em contato com a “urbana” Coimbra, onde os anarquistas começavam a se engajar na luta contra a Monarquia. Através do diário republicano *O Mundo*¹², os anarquistas coim-

¹² O fato de Gregório, ou melhor, Neno ter debutado na imprensa neste periódico não constitui, portanto, mera casualidade. Em 10 de março de 1900, *O Mundo* publicava uma crônica de sua autoria, em que (o há pouco) Neno Vasco comentava o repercutido crime praticado por Joaquina Rosa. Aguilhoada pela miséria, Joaquina Rosa havia tentado assassinar os seus filhos, e, em decorrência disso, foi julgada e condenada pelo tribunal. Na ocasião, nosso biografado sustentou uma viva polêmica com o médico Máximo Brou, o qual havia saído peremptoriamente no ataque de Joaquina, argumentando que a maternidade possuía um valor absoluto e que, portanto, a mãe que o praticou era uma degenerada. Assumindo uma posição diametralmente oposta a de Brou, Neno Vasco leva em conta tanto a questão social, uma vez que a miséria teria constituído um fator não negligenciável para que ela tivesse assassinado seus próprios filhos, quanto a questão de gênero, uma vez que maternidade obrigatória retirava da mulher a autonomia de escolher se quer ou não ter filhos. Um lar “vazio de pão” e “cheio de filhos”

brãos e de outras partes do território lusitano demonstravam seu apoio à República. Nessa época, ele se aproximou, por volta de 1900, de um grupo cujos esforços se concentravam na crítica do regime monárquico. Esses anarquistas, que ficariam conhecidos pelo epíteto de “intervencionistas”, entendiam que a República era um regime mais “avançado” do que a Monarquia, e, por esse motivo, deveriam se aliar a republicanos, socialistas e outros setores radicais com o objetivo de destruí-la. Ao discutir esse episódio cerca de dez anos depois, avalia a tática por ele utilizada anteriormente como “equivocada” na medida em que fazia com que o movimento operário se esquecesse dos seus próprios interesses.

No momento em que Neno Vasco se engajou com o anarquismo intervencionista, ele não acreditava que a luta contra a Monarquia em favor da República seria equivocada, pois, naquela circunstância, acreditava que a partilha dos mesmos espaços com outras forças políticas poderia ser proveitosa na luta dos trabalhadores pelos seus direitos mais básicos, todos eles inexistentes durante a vigência do regime dinástico, que poderiam ser conquistados após a instauração do regime republicano. Seria tentador se deixar levar pela narrativa do nosso biografado por acreditarmos que nela reside “sua verdade”, o que redundaria, como já advertiu Pierre Bourdieu, na “ilusão de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto [...]” (BOURDIEU, 2001, p. 184), capaz de neutralizar as ambiguidades e tensões que o constituíram enquanto tal.

Na realidade, ele passou a entender essa tática como equivocada somente após sua experiência em *terra brasílis*, quando ocorreu seu engajamento com o sindicalismo revolucionário, de onde reteve a ideia segundo a qual os trabalhadores deveriam se organizar em sindicatos para lutar diretamente contra as mazelas impostas pela sociedade capitalista, se afastando, portanto, da ideia de que o Estado pudesse ser, ainda que taticamente, utilizado para intervir na questão social, o que acabava levando a um certo colaboracionismo interclassista.

Aqui é perceptível a tentativa de Neno em forjar uma autoimagem. No entanto, essa tentativa não é fruto de uma má fé por parte do autor, em que ele suspostamente almeja enganar o leitor. Trata-se, na realidade, de uma procura em colocar alguma ordem em meio ao caos que constitui a vida por meio da narrativa, conforme explicita Philippe Artières se valendo do conceito de arquivamento do eu.

O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros tem de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo (ARTIÈRES, 1998, p. 31).

constituíam para nosso biografado, diferentemente de seu interlocutor, fatores não desprezíveis caso quisesse-se elucidar o caso Joaquina.

Esse entendimento, entretanto, não nos leva a acreditar que o autor seja anterior ao texto, “uma essência refletida por um objeto de sua vontade”, mas nem, igualmente, posterior ao texto, “uma invenção do discurso”. Entendemos, junto com Beatriz Sarlo, que o autor se (re)cria na medida em que (re)escreve sobre suas experiências individuais e coletivas. Nesse processo de (des/re)construção da sua subjetividade, Neno Vasco foi:

[...] hábil para manter o que é e mudar, para recuperar o passado e adequá-lo ao presente, para aceitar o estrangeiro como uma máscara que, no próprio momento em que é aceita, é deformada, transformada ou parodiada para sustentar as contradições libertando-se, ao mesmo tempo, do binarismo simples (SARLO, 2007, p. 40).

Não foi somente sua experiência no Brasil que o levou a (re)avaliar essa tática. A seu ver, da República Portuguesa nada se deveria esperar, não somente porque acreditava que ela seria incapaz de resolver a questão social, mas porque o que haveria de mais positivo em um regime burguês hipoteticamente democrático, que é o respeito às liberdades básicas, a República Portuguesa parecia ser incapaz de oferecer. Mas, se Neno não esperava que a República resolvesse a questão social, e nem que ela respeitasse as liberdades básicas, haveria ainda algo que se poderia esperar dela? A única coisa que ele acreditava poder esperar da República era a desilusão dos trabalhadores; fato que parece ter ressoado vivamente entre eles, ao fim e ao cabo das grandes greves ocorridas durante o ano de 1911.

Os trabalhadores fartaram-se de confiar em panacéias legislativas e em promessas de patrões e políticos. Sofreram as mais cruéis desilusões. Viram o ruir das utopias democráticas de governo. Verificaram o vazio e a ineficácia das reformas legais. E por isso vão à guerra. Vão à guerra e recebem golpes naturalmente. Mas, também os vibram. Mostram ao mundo desatento, com uma sacudida brutal, a força da sua união, a importância do seu papel social e a justiça da sua causa. Tomam eles próprios consciência do seu valor e do seu poder (VASCO, p. 152, 1913).

Conforme o diagnóstico do cronista, para além de erradicar toda e qualquer ilusão quanto à República, o conteúdo classista definitivamente assumido pelo novo governo reforçou e fez avançar a ideia, cara ao sindicalismo revolucionário, de que os trabalhadores não poderiam contar senão com a sua própria ação, direta e autônoma. Em decorrência de tal constatação, é que Neno Vasco irá ingressar e se estabelecer de vez no movimento operário português, encontrando na estratégia sindical de ação direta um móbil para operacionalizar as mudanças sociais que ele e outros anarquistas pretendiam efetivar.

4. Considerações Finais

Ao adentrar a porta da história de vida do nosso biografado nesse momento singular, percebemos que sua trajetória não se inseriu dentro de um registro linear,

mas se revestiu de ambigüidades, que não poderiam ser captadas, caso nos fixássemos unicamente na suposta coerência que a simples associação ao seu nome parece oferecer (BOURDIEU, pp. 189-190, 2001). Logo, não seria possível deixar de destacar a tensão que atravessa sua subjetividade, o que o levou a se transformar permanentemente, abandonando-se e renovando-se.

Trata-se evidentemente de um mesmo indivíduo, porém, se levarmos em conta as várias e diferentes experiências por ele vivenciadas, iremos perceber sensíveis diferenças entre o Neno Vasco que se filia ao anarquismo intervencionista em Portugal nos idos de 1900, quando ainda era estudante de direito na Universidade de Coimbra, e o Neno Vasco que, depois de uma década de engajamento com o sindicalismo revolucionário no Brasil, retorna para Portugal em 1911. Nesse processo de (des/re)construção da sua subjetividade, ele foi hábil para manter o que era e mudar. Dito de outro modo, para manter sua coerência, Neno/Vasco teve, paradoxalmente, que ser incoerente.

Referências

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 21, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica, in: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2001, p. 183-184.

CATROGA, Fernando *O Republicanismo em Portugal: Da Formação ao 5 de Outubro*. Lisboa: Casa das Letras, 2010.

FREIRE, João. A Sementeira do arsenalista Hilário Marques. *Análise Social*, Lisboa, nº 67/68, 1981.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo, in: _____. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

JULLIARD, Jacques. *Aunonomie ouvrière: études sur le syndicalisme d'action directe*. Paris : Gallimard Le Seuil, 1988.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

PULIDO, Vasco. A República e as classes trabalhadoras (Outubro de 1910-Agosto de 1911). *Análise Social*. Lisboa, nº 34, 1972

SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, anarquismo e sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Thiago Lemos. *Fragments biográficos de um anarquista na Porta da Europa: a escrita cronística como escrita de si em Neno Vasco*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

VASCO, Neno. O movimento anarquista no Brasil. *A Sementeira*, Lisboa, maio de 1911.

_____. *Da Porta da Europa*. Lisboa: Biblioteca Libertas, 1913.

_____. Anarquismo ou sindicato. *Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 01/05/1914.



Herbert James Draper (1864-1920), *Ulysses and the Sirens* (detalhe).
Fehrens Art Gallery, Hull Museums Collections. OSL. 177 x 213,5 cm. 1909.

Criações

Camões a palo seco

Joaquim Branco

Poeta, crítico, professor de Literatura na FIC (Faculdades Integradas de Cataguases). Doutor em Letras pela UERJ. Autor de diversos livros, como *Passagem para a modernidade*, *Jogo de palavras*, *Janelas de Leitura*, e outros.
e-mail: joaquimb@gmail.com

Resumo: Metalinguagem para *Os lusíadas*, em nível crítico/recreativo, como uma dissecação *a palo seco* no corpo do poema (a obra como processo). Cinco movimentos multiplicadores da informação. Criação de um para-texto. Desvios semânticos. Bi ou tri-autoria pela substituição de textos.

MOVIMENTO I – Gráfico expositivo do *cacoete das rimas*, que poderá ser aproveitado para qualquer poema rimado, com formato clássico ou parnasiano, preso pelo excesso de rigidez formal. O processo terá como resultado a libertação das palavras que formam, no caso, o arquétipo camoniano, ‘desaprisionando’ até a retórica da poesia. Surgem novos campos de exercício e até de significação: o poema sem verso, o ludismo concreto, a propaganda, a homenagem ao vate português etc. O espaço pontilhado funciona como silêncio, lembrando ao leitor as antigas e tortuosas análises sintáticas da obra, a música das estrofes soando como hinos patrióticos, sua eloquência ruibarboseana e outras:

.....	<i>forte</i>
.....	<i>cercado</i>
.....	<i>sorte</i>
.....	<i>magoado</i>
.....	<i>morte</i>
.....	<i>livrado</i>
.....	<i>perdido</i>
.....	<i>apercebido</i> ¹

¹ CAMÕES, Canto III, estrofe 35.

MOVIMENTO II – Trocando-se de lugar as palavras finais dos versos (onde cai o peso das rimas), atinge-se outra voltagem (o lúdico versus o semântico) e aparece aqui uma espécie de rema-rema de rimas que conduz o leitor-consumidor a continuar o jogo através de toda a epopeia camoniana, que agora se transformou numa teia-labirinto percorrida e modificada até as últimas consequências:

E também as memórias **viciosas**
daqueles Reis que foram **devastando**
a Fé, o Império e as terras **gloriosas**
de África e de Ásia andaram **dilatando**
e aqueles que por obras **libertosas**
se vão da lei da Morte **valorando**:
cantando espalharei por toda a **arte**
se a tanto me ajudar o engenho e **parte**.²

MOVIMENTO III – O terceiro processo consiste em “esfriar” o retumbante camoniano com a fórmula-poema *a palo seco*, de João Cabral de Melo Neto. Aí o conjunto toma a forma de vasos comunicantes onde as palavras de um e outro – Camões e João Cabral – se interpenetram, procuram melhores posições (além da simples justaposição feita/proposta inicialmente), compondo um todo plástico-cantábil. Radiopoemografia: Secura + Engenharia + Poesia, de um lado; de outro: Grandiloquência + Artesanato + Poesia + História. Os dois blocos semânticos formam um só, e, em certos momentos, enxugam ou melam, transbordam ou secam uma parte ou outra. Observe-se também a manutenção do significado da estrofe, cuja preocupação tivemos:

Se diz a palo seco as armas e os Barões assinalados
o cante sem guitarra; que da ocidental praia lusitana,
o cante sem; o cante; por mares nunca de antes navegados
o cante sem mais nada; passaram ainda além da Taprobana,
se diz a palo seco em perigos e guerras esforçados,
a esse cante despido: mais do que prometia a força humana,
ao cante que se canta e entre gente remota edificaram
sob silêncio a pino, novo reino, que tanto sublimaram.³

MOVIMENTO IV – Este processo consiste em ressonorizar as estrofes, por meio da melopeia-fanopeia-logopeia de Mário Faustino. Assim, em lugar da aparição do deus-travesti Baco e do famoso verso de abertura de *Os lusíadas* (“As armas e os barões assinalados”), leia-se:

² Ibidem, Canto I, estrofe 2.

³ MELO NETO, p. 160, e CAMÕES, Canto I, estrofe 1.

Nosso inimigo toma nosso aspecto
para zombar da nobre nossa espécie:

e quem nos erguerá deste sepulcro?

Herói, vê teus barões assinalados:
escondem luzes feitas para arder
por todo o império; e nunca se contemplam
direto ao coração, antes de agir,
e querem reformar o reino sem
reformular as províncias;

A noite tomba, Iésus, e no céu
da tarde, onde os revãos de mil pombas
soltas pelo desejo de teu reino?
Todo este caos, Homem, para dizer-te
não seres Deus nem rei nem sol nem sino
dos animais, das pedras – ou dizer-te
ser débil cana o cetro que não podes
quebrar, ser de ervas más o diadema
que não podes cortar com teus cabelos.⁴

MOVIMENTO V – Poema em louvor ao homem-poeta Camões, feito em moldes para-concretos:

PERFIL A PAVIO

Poeta e homem
Camões.
Épico. Édipo.
Camões lírico, lúdico.
Forma e fôrma.
Estrófico-exótico.
Camões louco.
Camões osso. Moço.
Camões velho do Restelo.
Adamastor amado.
Tonitroante. Canoro.
Tuba ou turbante.
Do Demo. Estrôncio
camoníaco.
Luso e idílico.
Liso e fugidio.

⁴ FAUSTINO, p. 57.

■ Joaquim Branco

De permeio,
Camões
de fio a pavio.⁵

Referências

CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1916.

MELO NETO, João Cabral de. *Quaderna* in *Obras completas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

FAUSTINO, Mário. *O homem e sua hora*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.

BRANCO, Joaquim. Perfil a pavio, in: _____. *Jogo de palavras*. Cataguases: Funcec, 2008.

⁵ BRANCO, p. 22.

A casa do Major Jerônimo Dias Maciel*

Rosa Maria Ferreira da Silva

Doutoranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia, na linha de pesquisa “História e Cultura”.

e-mail: rosamaria.hist@gmail.com



Residência do Major Jerônimo Dias Maciel, na Rua Padre Caldeira, 156,
Patos de Minas-MG. Demolida em 2005.

Certa feita o poeta Carlos Drummond de Andrade escreveu: *“Tive ouro, tive gado, tive fazendas. Hoje sou funcionário público. Itabira é apenas uma fotografia na parede. Mas como dói...”*.

O espaço vago, lote deixado a pastar um cavalo sem raça nem nome, esquina noturna em que travestis se prostituem, constitui uma realidade sem brilho, um presente de ingerências e discursos vazios. Na verdade, resultado das ações de “represen-

* A versão original deste texto foi composta pela historiadora dentro das atividades que desenvolveu na Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural da Prefeitura de Patos de Minas, entre 2008 e 2010.

tantes” que agem em nome de sujeitos que se pretendem “invisíveis”. Mas sabemos quem são: especuladores imobiliários. Pródigos em criar “laranjas” e emissários que amparam o homicídio cultural na “Lei” e o justificam em nome do “progresso” e da “geração de novos empregos”. A mesma cantilena. As mesmas frases feitas. No tempo do Major Jerônimo quem se portava assim tinha alcunhas bonitas: aleivoso, baloeiro, mendaz. Hoje simplificamos: mentirosos. E acrescentamos: covardes.

Em uma manhã de sábado, sem aviso, na calada e em surdina, as antigas estruturas da casa do Major Jerônimo Dias Maciel foram jogadas no chão. Enquanto o pó se erguia, era possível ver pessoas gritando e outras estáticas, “bestializadas”. Um menino chorou. Tinha lá os seus onze anos, mas já havia se acostumado à casa, a mirar não apenas a sua imponência, mas a imaginar as festas, as poesias declamadas em francês, a figura um pouco curvada e cheia de medidas do Major.

O menino implorou à mãe que fizesse alguma coisa. Mas a mãe também não pôde fazer nada. Por isso ela também chorou segurando a mão de seu filho, olhos fixos na poeira que se elevava ao céu, além da estupidez humana. Devagar, defendeu as ruínas deixando a imaginação atrelar-se ao vício da história. E assim enxergou um tempo que só os abençoados por Clio conseguem devolver aos homens: afinal, existe um momento em que eles se cansam. Se não se cansam de insistir na impossibilidade de apagar seus vestígios, se rendem à necessidade de se lembrar de quem são.

A história daquela casa remonta ao ano do senhor de 1881. As obras da chácara do Major Jerônimo finalmente haviam terminado. Na verdade não demorara muito para se erguer o casarão colonial feito de madeira e tijolos de adobe, com a senzala nos fundos. Acontece, porém, que o Major, homem culto e refinado, estudado no famoso Colégio Zacharias de Pitanguy nas Minas Gerais de 1840, fizera questão de transladar para dentro de sua casa pedaços da Europa civilizada.

Ao contrário da maioria das casas de Patos de Minas, na casa do Major não se fervia água para os banhos. Através de um moderno sistema de serpentina, instalado acima do fogão de lenha da cozinha, as negras já levavam a água quente e generosa para a banheira.

Além da antessala, decorada com papel-parede rosa, ele fizera questão de construir um salão de baile. Neste, as paredes eram recobertas por delicado papel português: de perto, linhas rosadas sobre um fundo um pouco azulado, produzindo um efeito impressionista. De longe, a sensação de um rendilhado fino, obra de um artista caprichoso, pincel e tinta em mãos.

Do teto tabuado azul, pendia um belo lustre vienense de louça capaz de sustentar uma miríade de velas, erguido por grossa e ostentosa corrente. Espalhadas pelo salão, joviais marquesas aguardavam o descanso das senhoritas em noites de *soirée*. Ao canto, ao lado de uma das janelas postadas de frente à Lagoa dos Patos, também aguardava o piano: o xodó de “Nhá”, que, por sua vez, era o “xodó” do Major.

Em 1881 Nhá já contava com vinte e cinco anos e com pelo menos três dos treze filhos que viria a ter com o Major Jerônimo. É certo que os filhos que nasceram a partir de Jacques, o quinto, vieram ao mundo na chácara: na “alcova” de teto de palha trançada e sem janelas, onde as mulheres se recolhiam para dar à luz. Após o parto, se fechavam nos quartos: só tomavam banho de asseio, não lavavam os cabelos, passavam a canja de galinha e caldos leves, e por uma semana, não recebiam visitas. Era a tentativa

de evitar que os recém-nascidos pegassem o “mal de sete dias” ou a “tiriça”, como também era conhecido. É possível, porém, que a quarta filha de Nhá, Jorgeta, tenha nascido na chácara e, tal qual a mãe, viria a ter um destino afetivo semelhante ao de Nhá: Jorgeta casou-se com o próprio tio, Amadeu, irmão de sua mãe.

As bodas de Jorgeta e Amadeu foram realizadas na chácara. Como convém à tradição, é o pai da noiva quem oferece a festa. Embora o povo falasse um pouco, em especial as solteironas invejosas e as carolas de igreja, o casamento não gerou tanto tabu quanto o de Nhá e Jerônimo.

Enquanto Jorgeta era apenas oito anos mais nova do que seu marido, todos na cidade de Patos de Minas sabiam que Etelvina, a “Nhá”, segunda filha do poderoso Coronel Antônio Dias Maciel, era vinte e cinco anos mais nova do que seu tio-marido, Jerônimo. O falatório correu solto quando a moça de dezesseis anos casou-se com o irmão de seu pai, na época com quarenta e um anos de idade. Mas o falatório correu abafado, aos cochichos, porque além da igreja celebrar a união sem considerá-la incestuosa, ninguém era tolo de falar abertamente da vida dos poderosos “Macieis”.

Etelvina e Jerônimo faziam parte da mais importante família de dignitários políticos de Patos: os Dias Maciel. Oriundos de Bom Despacho, a família se constituiu a partir dos dois irmãos: O Coronel Antônio e seu irmão Jerônimo. Se o primeiro era a “eminência parda” do município, chefe do Partido Liberal, detentor da patente mais alta da Guarda Nacional e agraciado com o título de Barão de Araguay pela Princesa Isabel, o segundo representava a mão que ordenava o município e fazia cumprir suas leis. Além de ter saído de sua pena o Primeiro Código de Posturas de Patos de Minas, o Major Jerônimo foi, sucessiva e às vezes acumuladamente, vereador, delegado de polícia, juiz, presidente da câmara durante o Império, autoridade escolar, coletor de impostos em Patos, Carmo do Paranahyba e Patrocínio, presidente da câmara dos vereadores e agente executivo municipal durante a República e boticário.

Dadas a personalidade e a posição ocupada pelo Major na cidade, sua chácara foi palco de inúmeras reuniões políticas, de compadres, de amigos, de parentes. Ocasões alegres e festivas como os memoráveis bailes; as *soirées* embaladas pelo som do piano de Nhá; pelos quitutes servidos pelas negras de vestido e torso imaculadamente brancos; pelas taças cheias de ponche retirados diretamente da poncheira de cristal pelos cavalheiros para fazerem medidas às damas. Nestas noites, a chácara localizada no limite da cidade, próxima à cabeceira do “Brejo do Açude”, transformava-se em palco de civilidades: diálogos travados como na capital do Império, em francês; ricos leques abanando, escondendo ou mostrando os rostos delicados; acaloradas discussões de jovens bacharéis que tinham na casa do Major terreno livre para expressar ideias republicanas.

Fora da instância política e dos compromissos sociais, a chácara era o recesso sagrado da família. Na ausência de um Grupo Escolar, o Major zelava pessoalmente pela educação dos filhos. Afinal, depois de se formar no Colégio Zacharias, submeteu-se a exames perante o visitador das aulas da *Parochia de Pitanguy* e obtivera diploma de habilitação para ensinar particularmente “*latim, francez, philosophia e outra matérias*”¹.

¹ JERÔNIMO Dias Maciel. *O trabalho*, Patos de Minas, 13 ago. 1907, anno 2, n. 37, p. 1.

Antes do almoço, o Major Jerônimo passava as lições para os filhos mais velhos. Só depois da lição e do almoço é que podiam sair pela chácara para brincar e fazer renações, o que incluía subir nos pés de manga, cair dos balanços amarrados nas árvores, caçar rolinhas, pescar no córrego e empanturrar-se de jabuticabas na chácara do “Seu Juca”, ou melhor, do Capitão José de Santana, vizinho e proprietário condescendente de *quatrocentas e vinte e duas* jabuticabeiras seculares. No pomar aberto para a garotada estendiam-se outras centenas de frutas, especialmente mangueiras: coração de boi, rosa, espada, sabina, bourbona e coquinho, esta última a mais gostosa. Era o “pé de manga” que ficava perto “*da bica do rego d’água que atravessava o pomar*”².

Na hora da merenda, por volta das três horas, o único jeito de chamar a meninada para dentro era gritar na porta do casarão. Qualquer negra podia berrar a vontade que os meninos não se mexiam. Mas bastava “*Nhá Telvina*” encher os pulmões de ar e chamar pelos nomes, que um a um eles iam aparecendo, mãos, rosto, pernas imundas, enfileirando-se diante da mãe por ordem de tamanho, sempre com os trigêmeos no final: os loiríssimos Atualpa, Ataliba e Ataulfo. Lavadas as mãos e o rosto na bica que corria atrás da cozinha, antes da senzala, mandavam para o estômago broas e bolos de milho, biscoitos de polvilho, roscas, leite, chá e café. Comiam depressa, na esperança da mãe lhes deixar brincar “só mais um pouquinho” com os filhos do seu Juca, pois os primos já atravessavam correndo a praça dos Sant’anna, “pondo sebo nas canelas” para chegar em casa na hora.

Os meninos se lamuriavam a vontade. Nhá não permitia que voltassem aos folgedos. Era muita mão de obra dar banho nos menores, supervisionar os maiores, acertar o abotoamento das camisas, pentear cabelos e colocar laços de fitas nas meninas. Mas, às cinco horas em ponto, quando o sol já começava a baixar, os filhos do Major esperavam por ele limpos e bem arrumados, brincando comportados no jardim do casarão, diante do olhar atento de *Nhá Telvina*.

Entretanto, a casa foi, também, palco de tristezas.

A começar pela morte do Major. Em 13 de agosto de 1906, o Major Jerônimo Dias Maciel faleceu aos setenta e cinco anos de idade. Era período de recesso da câmara dos vereadores. Ele havia presidido a última sessão, em 16 de fevereiro e, como sempre, se despedira com amabilidade dos companheiros. Embora idoso, o Major parecia saudável e ninguém esperava que viesse a morrer em breve. Pouco tempo antes, em 1901, fizera a façanha de ser pai mais uma vez, aos setenta anos! Viera ao mundo Flavi-ana, apelidada de *Nhazita*, a “rapa do tacho”, como se dizia na época.

A cidade pranteou o Major. A Câmara dos vereadores registrou seu profundo pesar por seu passamento. Um ano depois, em 1908, o jornal *O Trabalho* publicou extensa matéria rememorando a vida e a contribuição do Major para a história de Patos de Minas.

Desde então a chácara não foi mais a mesma. Uma névoa estranha, misto de angústia perene e vazio, se instalou no casarão. Enquanto a cidade crescia rumo à chapada, enquanto os antigos limites se estendiam para além das terras do Capitão José de Santana, a viúva do Major Jerônimo foi enterrando seus queridos.

² BARBOSA, José Eduardo. *200 anos dos Santana e Almeida Barbosa*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1990, p. 21.

Seis anos depois da morte do Major, Nhá se dilacerou com a morte do filho Jaime, falecido em 15 de março de 1912. Um ano depois foi a vez da mais velha, Amália, falecida em 25 de julho de 1913.

Quando a morte pareceu ter deixado em paz o casarão; quando os netos começaram a correr pelo jardim; quando os tios gêmeos solteiros, Ataliba e Ataulfo inventavam para os sobrinhos que não podiam pegar as jabuticabas porque elas ainda estavam “com catapora”, a tragédia mais uma vez se abateu sobre a chácara: o longo sofrimento de Nhazita, a filha mais nova.

Nhazita ficou definhando na cama, sem que nada curasse o mal que lhe minava as forças. Nem remédio, promessa, garrafada, despacho ou benção de padre. O primo Adélio, médico formado no Rio de Janeiro, e filho mais velho do Coronel Farnese Dias Maciel, irmão de Nhá, fizera o diagnóstico: meningite.

Ninguém se conformava. Tinham adoração pela caçula, nascida dois anos depois dos trigêmeos. Era um pecado vê-la naquele estado em plena flor dos seus vinte e um anos. *Nhá Telvina* não abandonava a beira do leito. Mantinha limpa a roupa de cama, dava banho, trocava todos os dias a camisola e penteava os cabelos da filha. Insistia para que comesse. Qualquer coisa. Mas Inhazita não reagia.

Quando *Nhá Telvina* soube que o renomado médico Carlos Chagas viria a Patos e se hospedaria na casa de seu sobrinho Adélio, implorou ao irmão Farnese, ao sobrinho, a quem quer que fosse à chácara visitá-la, para que não se esquecesse de levar até lá o Doutor Carlos. Depositava nele toda a sua esperança. Tinha certeza de que ele daria um diagnóstico diferente e que salvaria Nhazita.

Carlos Chagas foi à chácara a cavalo, com Adélio. Adélio preferiu ser discreto, deixar o convidado examinar a prima. É possível até que tenha rezado para estar errado no diagnóstico e o respeitado cientista conseguisse oferecer um lenitivo a sua tia. Seus olhos acompanharam a delicadeza, a presteza de Carlos Chagas ao fazer um exame demorado. Mas não houve apelo. Inhazita estava mesmo com meningite...

Flaviana Maciel, Inhazita, faleceu no dia 14 de dezembro de 1923. Naquele ano não se comemorou o Natal na chácara.

Três anos depois, Nhá enterrou seu segundo filho: Agenor, aquele que seguira os passos do pai e se tornara farmacêutico e vereador desde 1912 até 1926, quando faleceu aos cinquenta e um anos.

Agenor era um dos cinco filhos de Nhá, que não havia se casado. Sem ele, a mãe contou com a companhia dos outros cinco filhos solteiros: “Nini”, apelido de Eumênia; Olinto, Dolores, Marieta e Ataliba. Não raro recebia visitas da filha Jorgeta que, embora não tivesse tido filhos com Amadeu, irmão de Nhá, fazia questão de abrigar os sobrinhos no suntuoso palacete que seu marido construíra na Avenida Municipal.

Nhá Telvina poderia ter vivido bem mais do que seus setenta e sete anos. Mas a notícia da morte de seu irmão Olegário Dias Maciel, Presidente do Estado de Minas Gerais, certamente foi demais para ela. A diferença de idade entre eles era mínima: Etelvina era apenas um ano e um mês mais nova do que Olegário.

Os irmãos haviam crescido juntos e compartilhado da mesma educação refinada na infância, pressurosamente supervisionada pelo tio Jerônimo. Apesar de “miúdos”, mais baixos que a maioria das crianças, jamais se intimidaram com o mundo, com as pessoas “mais altas” ou com as convenções. No Império e na velha República,

um sobrenome valia mais do que mil tabus, e Etelvina e Olegário sabiam disso muito bem.

Olegário Dias Maciel faleceu em 5 de setembro de 1933. Etelvina faleceu treze dias depois.

Após a morte da “Nhá” a cidade foi apressadamente se aproximando da chácara. Para pagar dívidas ou recomeçar a vida em outros lugares, os herdeiros foram vendendo as partes que lhes couberam no inventário. Aos poucos, da chácara restou apenas o casarão, situado na esquina da Rua Padre Caldeira com a Rua Major Jerônimo.

Passados os anos, ficou conhecido como a “casa dos beatos”, os irmãos solteiros que ali viveram até a morte. Quem sobreviveu a todos os irmãos foi o gêmeo Ataliba, que também não se casou. Já idoso e encurvado pelo tempo, vinha sempre ao alpendre observar o movimento, trocar alguns dedos de prosa com as pessoas que passavam e responder à meninada que perguntava se podia “pegar as jabuticabas”. “Seu” Ataliba dava uma risadinha, balançava negativamente a cabeça branca, tão alva quanto a pele, e estendia o dedo professoral para responder:

“Ainda não! Elas estão de catapora!”

Ataliba Dias Maciel faleceu em 1986, aos oitenta e oito anos de idade.

Dezenove anos depois, na manhã de 19 de fevereiro de 2005, sua casa e as memórias que ela evocava vieram ao chão. Porém, certa feita, o poeta Carlos Drummond de Andrade escreveu: *“Mas as coisas findas, muito mais que lindas, essas ficarão”*.

Referências

Imagens

Acervo Documental e de Imagens do Município de Patos de Minas. DIMEP – Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural / Prefeitura de Patos de Minas.

Fotos: 28/11/2008.

FONSECA, Geraldo. *Domínios de pecuários e enxadachins: história de Patos de Minas*. Belo Horizonte: Ingrabrás, 1974.

MELLO, Antônio de Oliveira et alli. *Uma história de exercício da democracia: 140 anos do legislativo patense*. Patos de Minas: Câmara Municipal de Patos de Minas, 2006.

PREFEITURA Municipal de Patos de Minas. *Árvore Genealógica*. Família Borges e família Maciel. Patos de Minas: Maio de 1995. Datilografado.



John William Waterhouse (1849-1917), *Gather ye Rosebus While Ye may*.
Private Collection. OSL. 16,6 x 41,7 cm. 1908.

Resenhas

DIJK, Teun A. van. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012. 330 p.

Denise dos Santos Gonçalves

Mestranda em Estudos de Linguagem pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
e-mail: denisegoncalves@yahoo.com

Explicitar contextos nos quais se desenvolvam teorias relacionadas às mais diversas disciplinas tem se mostrado uma etapa importante das pesquisas acadêmicas de maneira geral. Nesse sentido, a própria palavra *contexto* está presente em diversos estudos, algumas vezes considerada como item que faz parte do conhecimento prévio de autores e leitores; supõe-se, especialmente, que o entendimento sobre os alcances do termo seja ponto pacífico entre as partes envolvidas na comunicação.

Quando o *contexto* é compreendido como um conceito que se reveste de usos e abordagens múltiplos, de acordo com o foco de interesse de cada disciplina, a percepção que se tem sobre ele pode não ser suficiente para explicar fenômenos que dependem dele para ocorrerem de determinada maneira. Além disso, a constatação de que as disciplinas as quais abordam o *contexto* o fazem sob os limites do que é suficiente para desenvolver estudos de cada área – tais como a psicologia social, a antropologia, a ciência política e a sociolinguística – conduz ao entendimento de que não há um conceito que o defina satisfatoriamente para todas elas.

Nesse quadro, Teun A. van Dijk, professor da Universidade Pompeu Fabra de Barcelona, licenciado na Universidade Livre de Amsterdã e na Universidade de Amsterdã – onde obteve o título de doutor, editor-fundador das revistas *Poetics*, *TEXT*, *Discourse & Society* e *Discourse Studies*, atuante, ainda, como editor das duas últimas, fundador da revista multidisciplinar *Discourse & Communication* e da revista on-line *Discurso y Sociedad*, cofundador e secretário-geral da *International Association for the study of Racism*, dedicou-se a formular uma teoria sobre o *contexto*.

Partindo da verificação da inexistência de uma teoria consistente que permitisse entender como os contextos estão relacionados ao discurso e à comunicação, Van Dijk publica o livro *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Como apresenta o autor, trata-se da primeira obra totalmente dedicada ao *contexto* e suas relações com o discurso e a comunicação, no que se pode chamar de continuidade aos estudos iniciados na obra *Society in Discourse*, na qual o mesmo autor estudara o contexto nas Ciências Sociais.

Nos cinco capítulos em que se organiza a obra, o autor desenvolve sua teoria, iniciando pela demonstração de que os estudos até então existentes são falhos na tentativa de explicar o funcionamento do contexto nas interações humanas.

No primeiro capítulo, denominado *Rumo a uma teoria do contexto*, Van Dijk se

lança à análise de um fragmento proferido pelo primeiro-ministro britânico Tony Blair, na Câmara dos Comuns, em 18 de março de 2003. É a partir desse fragmento que o autor explora os conhecimentos necessários para que se compreenda o que foi dito e aponta que, além das regras gramaticais, das regras do discurso e do conhecimento de mundo, é necessário o acionamento do que se tem chamado de *contexto* – que inclui, por sua vez, a percepção sobre as identidades e os papéis dos participantes, o lugar, o tempo, a instituição, as ações políticas e o conhecimento político, dentre outros. No caso do discurso tomado como base para as análises de Van Dijk, é preciso conhecer, por exemplo, o relacionamento político que vigora entre os interlocutores e as posições de cada um deles a respeito do assunto em pauta: a ação militar no Iraque.

O discurso do primeiro-ministro inglês, que é retomado por Van Dijk em outras passagens do livro, assim como as demais fontes utilizadas para as pesquisas preliminares que dão suporte à abordagem desenvolvida na obra, é coletado na Inglaterra e nos Estados Unidos, embora a origem desses objetos de análise não pareça ser um empecilho para que a teoria se aplique em quaisquer localidades.

A noção usual de contexto, como apresenta Van Dijk, está relacionada ao seu uso recorrente para indicar o ambiente – condições e consequências do entorno, ou a localização e explicação dos fenômenos que são estudados. Para demonstrar que o fenômeno sempre foi considerado nas ciências humanas e sociais, Van Dijk refaz o percurso da literatura, da semiótica e das artes, demonstrando que as teorias dessas e de outras disciplinas, tais como a sociologia, a antropologia, a etnografia, a análise do discurso, as ciências da computação e a inteligência artificial, para citar algumas, passaram a utilizar abordagens pautadas no sentido social e contextual entre as décadas de 1960 e 1980. No entanto, somente na década de 1990 o *contexto* e a *contextualização* passaram a ser considerados conceitos-chave, muito embora a noção de *contexto* não se tornasse objeto de estudos consolidados na forma de artigos ou monografias, ainda que o termo esteja presente em trabalhos acadêmicos de maneira geral.

Com sustentação em pesquisas realizadas em torno da ocorrência da palavra *conceito* no buscador do *Google*, no “Banco de Palavras” da Língua Inglesa, em dicionários, assim como em uma análise informal dos meios de comunicação de massa, o autor conclui que, no dia a dia: a) a palavra *contexto* é utilizada com menor frequência do que as palavras *interação* e *ambiente*; b) nos dicionários, os sentidos de *contexto* são, basicamente, o verbal e o das circunstâncias ou condições sociais, políticas, econômicas, históricas, etc.; c) a imprensa utiliza prioritariamente os sentidos apresentados nos dicionários, bem como os que se relacionam a *perspectivas* e afins. Assim, basicamente o emprego trivial do termo *contexto* se vincula à relação de algo a uma dada situação, condições, circunstâncias ou pano de fundo.

A teoria de Van Dijk se resume nos pressupostos de que: a) os contextos são construtos subjetivos dos participantes, na medida em que as situações sociais, políticas e culturais são submetidas à interpretação dos que participam da comunicação, antes mesmo de influenciarem o discurso; b) os contextos são experiências únicas, uma vez que estão relacionados a eventos do discurso, os quais envolvem experiências, emoções, conhecimentos, perspectivas e opiniões próprias de cada participante, em cada situação específica de interação; c) os contextos são modelos mentais, do tipo mo-

delos de contexto, que representam as situações comunicativas; d) os contextos são um tipo de modelo de experiência

No capítulo *Contexto e Linguagem*, Van Dijk se propõe a apresentar críticas à abordagem que a Linguística Sistemico-Funcional (LSF), fundada por M. A. K. Halliday, faz do *contexto*. Adverte, no entanto, que não apresenta, na obra em análise, uma avaliação exaustiva da LSF, mantendo sua abordagem em uma perspectiva mais ampla. Os aspectos da LSF discutidos por Van Dijk teriam sua raiz no fato de que ela se originou de uma gramática da sentença, o que teria ocasionado: o excesso de gramática da sentença; a insuficiência de noções autônomas de teoria do discurso; antimentalismo; desinteresse pela cognição; limitações à teoria social da linguagem; vocabulário esotérico em excesso; insuficiência de dinamismo teórico, elaboração e autocrítica (VAN DIJK, 2012, p. 53). Ainda assim, adverte que os problemas que aponta são gerais e não afetam todos os estudos orientados pela LSF, cuidando de ressaltar que essa teoria acrescentou relevantes contribuições para os estudos da linguagem e do discurso.

O capítulo *Contexto e Cognição* é dedicado ao desenvolvimento da teoria dos modelos de contexto. Nessa teoria, Van Dijk desenvolve o princípio de que os contextos são modelos mentais, construídos dos participantes da interação acerca de propriedades que são relevantes para eles. São, portanto, pessoais e subjetivos, mas não estão isentos de condicionamentos objetivos decorrentes da percepção que os participantes têm, por exemplo, das coisas, das pessoas e dos espaços. Para isso, Van Dijk evidencia as categorias que servem de parâmetro pelos sujeitos da comunicação no estabelecimento dos contextos. São elas: o ambiente – tempo/período, espaço/lugar; participantes; o eu-mesmo – que considera os papéis comunicativos, tipos de papéis sociais, relações entre os participantes, crenças e conhecimentos compartilhados; intenções e objetivos; ações/eventos comunicativos de outra natureza.

A definição de relevância é ponto importante no modelo de *contexto*, já que este está estritamente relacionado ao que é considerado importante pelos participantes do evento comunicativo: o que é “comunicativamente relevante nessas situações são o tipo de informações que se ajusta ao modelo de contexto e suas categorias social e culturalmente compartilhadas” (VAN DIJK, 2012, p. 118).

Embora perceba que, em estudos sobre interação e conversação, as intenções são normalmente desconsideradas, sob o argumento de que não é possível alcançá-las, Van Dijk as inclui como parte dos modelos mentais. Para planejar e realizar ações, é preciso que se pretenda fazê-lo, e isso direciona as condutas de maneira geral. Muito embora as intenções possam ser entendidas de maneira equivocada, por vezes, em virtude da própria conduta ambígua do agente, os participantes devem ser capazes de representar as ações um do outro. Intenções, no entanto, são diferentes de objetivos, estes dependentes do estado de mundo e das atividades de outras pessoas, enquanto aquelas somente dependem da capacidade do agente e da possibilidade de agir, representada pela ausência de obstáculos.

Também exerce papel determinante na produção e na compreensão do discurso, o conhecimento sociocultural compartilhado, já que a utilização da língua escrita ou falada de maneira apropriada depende da percepção que se tem sobre os conhecimentos dos receptores. É essa percepção que permite que se omitam determinadas informações, consideradas desnecessárias por serem do domínio do receptor ou, ainda,

porque ele é capaz de inferir o que não foi dito. Ao procedimento que regula essa seleção, Van Dijk denomina mecanismo-K. Contudo, os parâmetros para que um falante delimite o que o outro sabe são imperfeitos, estabelecidos em tempo reduzido, a cada momento do discurso, o que pode induzir a erros de avaliação. Portanto, a natureza das estratégias que operam no mecanismo-K depende de conhecimento pessoal, conhecimento social específico, conhecimentos socioculturais gerais, casos especiais, relevância discursiva do conhecimento, conhecimento e contextualismo em filosofia, conhecimento e base comum, base comum e modelos de contexto e de outras mentes - esta uma questão filosófica que trata da capacidade que um agente social tem de fazer inferências, concluir e comparar os outros a partir da autopercepção.

É durante a produção e a compreensão do discurso que as pessoas formam, ativam e atualizam os modelos de contexto. As maneiras pelas quais os modelos de contexto são formados, ativados, aplicados e atualizados pelos participantes dos processos discursivos são apresentadas em forma de hipóteses gerais, uma vez que não foram realizados estudos experimentais sobre esses processos.

No capítulo *Contexto e Discurso*, a análise das possíveis relações entre contexto e discurso e um balanço das dimensões discursivas controladas pelas estruturas contextuais face ao modo como essas dimensões podem influenciar os modelos de contexto que têm o escopo de identificar a função dos contextos nos discursos. Aqui também é importante retomar o entendimento de modelo de contexto como a “definição pelo participante dos aspectos relevantes da situação comunicativa” (VAN DIJK, p. 167), já que isso significa excluir o pressuposto de que as características sociais do falante têm influência direta no seu modo de falar.

O estilo, entendido como “uma propriedade específica do uso da língua ou do discurso que é controlada pelo contexto” (VAN DIJK, 2012, p. 200), deve ser considerado numa teoria que trata do contexto. O estilo, que se refere aos textos inteiros de um falante, portanto sem os limites de fragmentos verbais, é resultado de escolhas pessoais e distingue as pessoas ou grupos, contudo, pressupõe conhecimentos sobre as estruturas disponíveis. A função primordial do estilo é oferecer informações sobre as identidades pessoais e sociais dos falantes, suas intenções e outras situações sociais, permitindo a distinção de outros grupos ou pessoas. Sendo assim, o falante pode controlar o seu estilo com o objetivo de causar determinadas impressões no receptor, o que é denominado na Sociologia e na psicologia social da língua de *acomodação aos receptores*. Os modelos de contexto explicam, entretanto, que essa acomodação decorre da forma como os falantes percebem os receptores – e não exatamente do que esses receptores são realmente.

A noção de gênero textual/discursivo é apontada como determinante na mediação entre contexto e discurso. A partir da identificação dos gêneros contextuais – entorno, tipo de atividade e bases cognitivas dos participantes – e dos gêneros discursivos – tomados pelas suas estruturas, que incluem tipo de tomada ou controle de turno, semântica e estruturas esquemáticas, por exemplo – percebe-se que ambos representam características presentes numa mesma interação. No entanto, as características que distinguem os gêneros são predominantemente contextuais, ou equivale dizer que, antes de definirem-se os aspectos discursivos de um gênero, identificam-se as relações entre os participantes e os objetivos, por exemplo.

O exame da variação do discurso na gramática, nos níveis do significado, da ação e da interação – sinônimos, metáforas, perspectivas, agentividade, tempo, modalidade, dentre outros e, por fim, a consideração de dimensões formais e superestruturas – demonstram que os modelos mentais interferem nas escolhas lexicais, semânticas e retóricas, na medida em que são esses modelos que determinam o que os falantes pretendem representar em determinados eventos comunicativos e, via de consequência, como farão isso.

Importante contribuição de Van Dijk é a visão inovadora sobre o contexto, o que o faz lançar uma teoria que oferece novas dimensões para estudar e, principalmente, para perceber o texto nas situações reais de uso. O autor faz isso com a apresentação de uma vasta bibliografia sobre os estudos que fundamentaram as análises, muitas vezes resenhadas no corpo do texto, o que facilita a leitura da obra.

Os esclarecimentos em relação à falta de experimentação empírica do que é apresentado – o que se explica pelo caráter teórico da obra – soam como um convite para que outros pesquisadores se proponham a testar e, dessa forma, acrescentar suas próprias contribuições aos estudos sobre o contexto. Nesse sentido, *Discurso e Contexto* pode interessar a estudantes e professores da Linguística e da Comunicação, muito embora o público leitor não se restrinja a essas áreas, pelo simples fato de que o contexto faz parte de todos os eventos em que haja comunicação humana.

Normas para publicação na Revista Alpha

1. Os artigos enviados à Revista Alpha serão submetidos a um Conselho Editorial, que irá selecionar os textos a serem publicados.
2. Os originais não devem exceder 20 páginas, digitadas em Times New Roman, fonte 12, espaço 1,5, no programa Word for Windows. O texto deverá ser enviado ao e-mail revistaalpha@unipam.edu.br.
3. Os artigos devem ter um resumo em português e em língua estrangeira (inglês, espanhol, francês ou italiano), com 30 a 150 palavras. O resumo deve ser inserido depois do título do artigo e do nome do autor. Junto de seu nome, o autor deverá incluir, em nota de rodapé, com asterisco (*), seu e-mail, endereço para correspondência, sua titulação e/ou instituição onde desempenha sua função acadêmica, bem como seu endereço.
4. Os artigos enviados devem seguir os critérios estabelecidos pela ABNT. Para facilitação no preparo de originais, seguem normas para as quais chamamos atenção:
 - 4.1. Citações bibliográficas curtas (até 3 linhas) deverão estar inseridas no texto. Citações longas (mais de 3 linhas) deverão constituir parágrafo independente, digitadas em espaço um, ou letras menores, recuadas da margem esquerda.
 - 4.2. As citações deverão ser seguidas do sobrenome do autor e ano da publicação (e página, se for o caso), entre parênteses: Ex: (NOVAIS: 1998, p. 175).
 - 4.3. As notas de rodapé estarão restritas a observações pessoais, no sentido de prestar esclarecimentos sobre informações que não estejam no corpo do texto, e deverão ser numeradas sequencialmente.
 - 4.4. As referências bibliográficas deverão aparecer no final do texto, em ordem alfabética de sobrenome do autor, da seguinte forma:
 - a) para livro: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. *Título (em itálico)*. Edição. Local: editora, data.
 - b) para artigos: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. Título do artigo. *Título do periódico (em itálico)*. Local, volume, número, página inicial e página final do artigo, mês e ano.
 - c) para artigos de congresso: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. Título do artigo, in: NOME DO CONGRESSO, número do congresso, ano, local. *Título da publicação (em itálico)*. Local, editora, data, página inicial e página final do artigo.
5. A Revista Alpha reserva-se o direito de alterar os originais, no sentido de adequá-los às normas adotadas por esse padrão editorial.

Endereço para correspondência

Revista ALPHA
UNIPAM – Centro Universitário de Patos de Minas
Rua Major Gote, 808 – Caiçaras
38702-054 Patos de Minas-MG | Brasil
e-mail: revistaalpha@unipam.edu.br